

O TRABALHO AQUI DESENVOLVIDO ESCOLHEU A CIDADE DE ÉVORA COMO OBSERVATÓRIO DE UMA SOCIEDADE EM MUDANÇA, ENTRE OS PRIMEIROS ANOS DE UM LIBERALISMO MITIGADO E OS PRIMEIROS DA MANIFESTAÇÃO DOS IDEAIS E DOS MOVIMENTOS REPUBLICANOS. É NESTE MICROCOSMO QUE CONSEGUIMOS PERCEBER COMO AS DINÂMICAS DE INTEGRAÇÃO SURGEM ASSOCIADAS ÀS PRÓPRIAS PRÁTICAS DE DISTINÇÃO. A ANÁLISE EM PROFUNDIDADE QUE MARIA ANA BERNARDO DESENVOLVE SOBRE O CÍRCULO EBORENSE VEM CONFIRMAR ESSA DINÂMICA ESPECÍFICA DE UMA CIDADE EM QUE A ELITE TRADICIONAL DE PROPRIETÁRIOS E LAVRADORES ASSUME OS MECANISMOS DA DOMINAÇÃO ATÉ BEM TARDE, APENAS ESBOÇANDO AO LONGO DA SEGUNDA METADE DE OITOCENTOS, UMA TÍMIDA ABERTURA A OUTROS GRUPOS EMERGENTES.

*Do Prefácio de David Justino*



## Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX

### O Círculo Eborense



*Edição apoiada pela Câmara Municipal de Évora.*

*Na capa: fotografia de grupo tirada no Círculo Eborense (1890).*

Propriedade de João Silveira, gentilmente cedida pela Base de Imagens do Projecto JNICT/  
/PCSH/HIS/1002/95, Universidade de Évora.

© 2001, Edições Cosmos e Maria Ana Bernardo

Composição: Edições Cosmos  
Revisão: Levi Condinho  
Impressão: Garrido artes gráficas

Março de 2001

ISBN 972-762-201-1  
Depósito legal 158219/00

Edições Cosmos  
Av. Júlio Dinis, 6C, 4.º dto. - P 1050-131 Lisboa  
Telefone 21 799 99 50 Fax 21 799 99 79  
www.liv-arcoiris.pt  
cosmos@liv-arcoiris.pt

Difusão: Livraria Arco-Íris  
www.liv-arcoiris.pt

## Índice geral

- 11 *Nota prévia*
- 13 *Prefácio de David Justino*
- 17 *Introdução*
  
- Parte primeira  
As redes de sociabilidade eborenses  
na segunda metade do século XIX
- 27 1. Problemas e fontes
- 30 2. As sociabilidades eborenses: imagens e representações
- 36 3. A diversidade das práticas
  - 3.1. *As soirées, 36*
  - 3.2. *As associações culturais e recreativas, 39*
  - 3.3. *O teatro, 52*
  - 3.4. *Os cafés, 57*
  - 3.5. *O Passeio Público, 59*
  - 3.6. *As touradas, 60*
  - 3.7. *As feiras, 61*
  - 3.8. *Festividades e celebrações religiosas, 63*
  - 3.9. *Festividades e comemorações profanas, 66*
  - 3.10. *Em vilegiatura – ou a busca de outros espaços, 68*
- 71 4. «Entre práticas e representações»: uma rede significativa
- 74 *Notas*

	Parte segunda
	O Círculo Eborense: a sociabilidade como distinção
87	1. Problemas e fontes
89	2. Fundação e organização interna da sociedade
96	3. O perfil sociológico dos associados
	3.1. Sócios fundadores: a dinâmica inicial, 100
	3.2. Sócios ordinários: garante de funcionalidade, 110
	3.3. Sócios extraordinários: a estratégia de diversificação, 122
129	4. O universo dos sócios numa perspectiva integrada
131	<i>Notas</i>
137	<i>Fontes e Bibliografia</i>
	<i>Anexos</i>
157	I. Dados estatísticos sobre os sócios do Círculo Eborense
167	II A. Identificação biográfica dos sócios ordinários
193	B. Identificação biográfica dos sócios extraordinários

## *Agradecimentos*

Este trabalho apenas se tornou possível pela ajuda e incentivo que fui recebendo ao longo da sua feitura, em particular na fase final.

Não posso, por isso, deixar de agradecer às pessoas que me acompanharam mais directamente, comentando diversas partes do texto e adiantando informações: Ana Cardoso Matos, Helder Fonseca, Maria de Fátima Nunes, Nuno Teixeira e Tereza Amado.

Quero também expressar reconhecimento a todos os colegas e amigos do Departamento de História da Universidade de Évora que, com o seu precioso incentivo nos momentos de desalento, tornaram possível a conclusão do trabalho.

Gratidão, ainda, para a Graça, a D. Lina e o Pedro. A sua amizade permitiu que respondessem com total disponibilidade no apoio às minhas solicitações.

Uma palavra de apreço, também, para os responsáveis pelo Círculo Eborense que facilitaram o acesso à documentação da associação.

Ao Prof. Doutor David Justino, sob cuja orientação científica decorreu este trabalho, agradeço as sempre valiosas sugestões e a disponibilidade e simpatia que tem manifestado.

## *Nota prévia*

A possibilidade de publicação do texto das Provas de Capacidade Científica e Aptidão Pedagógica, decorridos alguns anos sobre a sua apresentação académica, implicou que se fizessem opções. Ou se desenvolviam e actualizavam os resultados, ou se assumia o trabalho de então como legítimo representante de um percurso de investigação que, em determinado momento, produziu determinadas conclusões. A passagem do tempo favoreceu o distanciamento crítico e a pesquisa entretanto efectuada enriqueceu os dados empíricos e o acervo bibliográfico. A trilhar-se tal caminho o resultado seria, provavelmente, um outro trabalho. Ponderado este aspecto, e atendendo que a hipótese de publicação teve como base a versão original, decidiu-se que não se fariam modificações substanciais. A bibliografia não sofreu actualização e apenas se fizeram alterações ao texto para o expurgar das redundâncias e aclarar a sintaxe.

## *Prefácio*

Quando no final da década de 50 do século passado Teixeira de Vasconcelos publicou *Les Contemporains Portugais, Espagnols et Brésiliens*, logo no seu prefácio traduziu bem os sinais dos tempos e a visão otimista que o acesso aos novos bens de civilização sustentava: «...la vapeur et l'électricité, en rapprochant les peuples, ont contribué à rendre plus vive la curiosité publique à l'égard des nations arrivés les dernières dans ce siècle au banquet universel du progrès et de la civilisation, après avoir été des premiers aux agapes sociales des époques antérieures»<sup>1</sup>. A ideia de proximidade e de acessibilidade a esses novos bens criava a ilusão da partilha de uma nova cultura em que o conhecimento mútuo e universal dos governos e dos povos seria o princípio fundador de um novo iluminismo assente na tecnologia e na ciência. O efeito de contágio sobre os países mais atrasados como Portugal tomar-se-ia irresistível, impregnando o tecido social em toda a sua extensão e acentuando os contrastes entre uma modernidade de inovação e a tradição dos *costumes*.

Um dos exemplos que Teixeira de Vasconcelos destaca é precisamente o das práticas e dos espaços de sociabilidade: «Les villes principales du Portugal ont adopté la mode des clubs ou cercles; ce qui n'a pas entièrement détourné des pharmacies les personnes habituées à se réunir pour savoir les nouvelles du quartier, de la ville, et même du royaume: en province, les pharmaciens jouissent encore de ce privilège dans toute sa force»<sup>2</sup>. Sobre a tradicional sociabilidade informal de um local de encontro, estruturava-se agora uma outra feita de clubes, círculos, associações, sociedades e gabinetes. Maior formalidade, mas também maior diversificação nos objetivos e, acima de tudo, da composição social de cada uma dessas alternativas.

1 Paris, 1859, p. V.

2 *Ibid.*, p. 144.

O entusiasmo generalizado pela ideia de quebrar barreiras sociais e superar os factores de distinção e diferenciação saldava-se num voluntarismo igualitário a que o próprio Teixeira de Vasconcelos não consegue fugir: «La société portugaise n'a eu qu'a s'applaudir de l'adoption d'un tel usage; et la réunion des différentes classes, dans des salons où les rangs se confondent sous le principe générale de la bonne conduite, de l'éducation et d'une condition sociale convenable, a eu une influence sensible sur les anciens préjugés aristocratiques. Combien de pays civilisés s'obstinent encore à faire semblant de garder la séparation complète des classes, sans vouloir reconnaître que, dans leurs salons, les exceptions se présentent souvent plus fortes que la règle générale! Que de fois, par fidélité au principe de ne recevoir que des gens de sa condition, on attribue la noblesse à des personnes qui n'en ont pas la prétention!». O problema, tal como é colocado pelo autor, acaba por transformar estas novas plataformas de socialização como microcosmos de uma sociedade repartida entre a velha ordem aristocrática e os novos vectores de estruturação social. Aquela assentava sobre os princípios da linhagem, esta nova sociedade sobre a ideia de civilidade manifesta pela boa conduta, a educação e uma condição social *convenable*.

É neste quadro problemático que se integra o trabalho desenvolvido por Maria Ana Bernardo. Escolheu, para o estudo de um caso exemplar desta dinâmica, a cidade de Évora como observatório de uma sociedade em mudança, entre os primeiros anos de um liberalismo mitigado e os primeiros da manifestação dos ideais e dos movimentos republicanos. É neste microcosmos que conseguimos perceber como as dinâmicas de integração surgem associados às próprias práticas de distinção. Ou seja, essas novas práticas de convivialidade, esses novos espaços de socialização, acabam, no seu seio e no seu conjunto, por serem espaços de diferenciação e de distinção.

A análise, em profundidade, que Maria Ana Bernardo desenvolve sobre o Círculo Eborense vem confirmar essa dinâmica específica de uma cidade em que a elite tradicional de proprietários e lavradores assume os mecanismos da dominação até bem tarde, apenas esboçando, ao longo da segunda metade de oitocentos, uma tímida abertura a outros grupos sociais emergentes. A convivialidade entre grupos, torna-se limitada, incentivando a criação de associações alternativas, socialmente diferenciadas, culturalmente distintas, nas suas práticas, nos seus objectivos, na sua capacidade de reprodução dos mecanismos de distinção social.

Na história da Regeneração tem sido dado ênfase ao referencial dos melhoramentos materiais, contudo eram os próprios regeneradores a destacar o papel decisivo da *associação* como base estruturadora de uma nova

sociedade, da almejada *civilização* a que o *progresso* material e moral conduziria. O estudo de Maria Ana Bernardo dá-nos as imagens e perspectiva-nos os grandes eixos problemáticos desse processo de mudança social que acompanha o lento, limitado, mas inegável desenvolvimento registado durante o período Regenerador.

Oeiras, 8 de Junho de 2000

DAVID JUSTINO

## *Introdução*

O estudo das sociabilidades foi, durante muito tempo, um tópico quase residual face aos grandes temas da história económica, social e das mentalidades<sup>1</sup>. Os aspectos da vida em sociedade normalmente referenciados sob tal designação eram encarados como interesses da *petite histoire* e domínio de curiosos e eruditos locais. Foi com a historiografia francesa da década de 60, nomeadamente a obra de Maurice Agulhon *La sociabilité méridionale. Confréries et associations dans la vie collective en Provence au XVIII<sup>e</sup> siècle*<sup>2</sup>, que a situação mudou. Desde então multiplicaram-se os estudos e sucederam-se os encontros científicos que permitiram, não só o acréscimo dos resultados empíricos, como o enriquecimento das perspectivas teóricas.

As historiografias francesa, alemã e suíça, em particular, criaram um importante espaço de debate com vista à comparação dos respectivos resultados<sup>3</sup>. Em Portugal, este campo de investigação tem igualmente suscitado o interesse dos historiadores, embora seja ainda longo o caminho a percorrer no que diz respeito ao equacionar de problemas e aos esforços comparativos.

É neste contexto da historiografia portuguesa que o presente trabalho pretende contribuir para o conhecimento da sociedade eborense da segunda metade do século XIX, perspectivando-a sob o ângulo das sociabilidades e práticas de distinção. Porém, o enunciado do tema suscita todo um conjunto de questões que são fundamentais para a compreensão dos objectivos que se pretendem alcançar.

Um primeiro aspecto diz respeito à delimitação espacial. Circunscrever o espaço de análise a uma cidade, implica a ventilação do problema da denominada «história local»; por outras palavras, implica reflectir sobre as implicações teóricas e metodológicas implícitas a uma tal opção. Frequentemente releva-se apenas a dimensão geográfica inerente a este conceito; no entanto, a pertinência deste tipo de estudos só se manifesta plenamente se configurada pelas necessidades da história social. Ou seja, pela preocupação de estu-

dar «os vários escalões de toda a sociedade e a procura de uma contextualização das acções dos agentes sociais»<sup>4</sup>. É este pressuposto que orienta a mencionada opção espacial e permite avançar com a questão da especificidade do universo sócio-espacial que se pretende analisar.

A cidade de Évora situa-se numa das províncias que a Geografia consagrou como fazendo parte do Portugal de influência mediterrânica. Sendo significativas as diferenças no interior desta região, podem, ainda assim, inventariar-se características que lhes são comuns. Entre elas, a existência de uma estrutura agrária baseada no latifúndio, a que normalmente se associa a imagem de uma sociedade hierarquizada com base na riqueza e no poder, e em cujo topo figura uma elite de grandes proprietários. O quadro apresentado é apenas um esboço simplificado da complexidade dos grupos e das relações sociais existentes nestas sociedades. Ainda assim, foi considerado como ponto de partida válido para uma análise que tem como preocupação central testar as potencialidades operativas do conceito de sociabilidade e, através delas, visitar esse mesmo esboço, revelando matizes e destrinchando laços que outros ângulos de reflexão tenderiam a deixar na obscuridade.

Embora o vocábulo *sociabilidade* possa ser entendido sob diversas acepções, desde uma característica psicológica própria do Homem e de algumas outras espécies animais, até à simples noção de convivibilidade (aspectos que, de resto, não são contraditórios), este estudo parte da noção de sociabilidade apresentada por Georg Simmel: «la sociabilité comme la forme ludique de la socialisation»<sup>5</sup>. Entendida como necessidade relacional em que a dimensão lúdica atenua ou torna mesmo imperceptíveis os constrangimentos da vida material, a sociabilidade revela todas as suas possibilidades. Os indivíduos que mantêm entre si laços desta natureza buscam os aspectos agradáveis das relações humanas, a fruição da presença do outro, a reciprocidade e, por isso mesmo, reconhecem-se como iguais. Na medida em que radicam nas tais necessidades relacionais, as práticas de sociabilidade incorporam como «naturais» comportamentos e atitudes que funcionam como signos de reconhecimento entre os indivíduos e os grupos que os adoptam, ao mesmo tempo que estruturam espaços de estilos de vida, legitimando posições, afirmando distâncias e sugerindo identificações.

Estes pressupostos funcionam como fio condutor de todo o livro: na Primeira Parte, para a caracterização das redes de sociabilidade eborenses, na Segunda Parte, para a análise da associação Círculo Eborense. Centrar a investigação neste *case study* justifica-se, exactamente, pela possibilidade de tornar inteligíveis as características sociológicas dos respectivos protagonistas e, por essa via, aferir algumas das hipóteses anteriormente mencionadas.

O estudo reporta-se ao início da segunda metade do século XIX e prolonga-se até vésperas da implantação da República: um período de relativa estabilidade que a historiografia portuguesa designou por «Regeneração» (fase de afirmação e consolidação do liberalismo), até às perturbações que antecederam a vitória do regime republicano.

- 1 Cfr. Maurice Agulhon, *Le Cercle dans la France Bourgeoise 1810-1848*, Paris, p. 11.
- 2 Obra objecto de várias reedições sob o título *Pénitents et Francs-maçons de l'Ancienne Provence* (a última das quais, da Fayard, de 1986, foi a consultada).
- 3 Os centros polarizadores desse debate sobre o tema das sociabilidades têm sido, por um lado, a *Mission Historique Française en Allemagne* e, por outro, a Universidade de Rouen, que com regularidade editaram os resultados dos colóquios organizados.
- 4 Maria Manuela Rocha, *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*, Lisboa, 1988, p. 11 (Tese de Mestrado policopiada).
- 5 Cfr. Georg Simmel, *Sociologie et Epistémologie*, Paris, 1981, p. 125.

SOCIABILIDADE E DISTINÇÃO EM ÉVORA  
O CÍRCULO EBORENSE

Parte primeira

**As redes de sociabilidade eborenses  
na segunda metade do século XIX**

### 1. *Problemas e fontes.*

As questões suscitadas pelo estudo das sociabilidades eborenses na segunda metade de Oitocentos justificam uma reflexão prévia sobre as fontes e eixos problemáticos em análise. Uma dessas questões relaciona-se com o desdobramento do texto entre práticas e representações. A opção explica-se mais por motivos de clareza da exposição que por razões de ordem metodológica, dado que ambas se completam enquanto noções operativas para a compreensão da realidade social<sup>1</sup>.

A imprensa local constitui um recurso privilegiado das fontes utilizadas, embora não exclusivo. Durante a segunda metade do século XIX Évora não escapou ao surto de proliferação de periódicos próprio de uma cultura burguesa e civilizadora<sup>2</sup> e, desde os jornais políticos aos culturais e recreativos, de vida mais ou menos longa, foram abundantes os títulos coligidos em *O Jornalismo Eborense*<sup>3</sup>. Uma tal variedade, embora aliciante como ponto de partida, tinha um reverso: quais os jornais a considerar e, de entre eles, que tipo de matérias seleccionar? Um aspecto relevante prendia-se com a necessidade de recorrer a periódicos com alguma representatividade local e, na falta de outros indicadores<sup>4</sup>, o tempo de sobrevivência de cada um deles considerou-se critério avalizado para a escolha. Partindo do princípio de que a viabilidade financeira de um jornal dependia, em larga medida, da retribuição monetária dos leitores, quer a distribuição se operasse pelo sistema de assinaturas, quer pela venda directa, depreendeu-se que existia uma forte correlação entre o seu ciclo de vida e a receptividade das ideias por ele veiculadas. Assim, os projectos jornalísticos de maior longevidade tornaram-se objecto preferencial de análise.

Quanto à selecção das matérias, a diversidade dos escritos relacionados com a questão originou que nem todos parecessem pertinentes no plano das

representações. Ou seja, nem todos eram capazes de dar conta do «trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos [ou agentes]» de que fala Roger Chartier<sup>5</sup>, princípio fundamental para a estruturação do capítulo II, relativo às representações das práticas de sociabilidade eborenses oitocentistas.

Há diferenças significativas, em termos de intencionalidade e técnica discursiva, entre a notícia, o anúncio, o artigo de crítica e reflexão e o folhetim. Os dois primeiros funcionam, preferencialmente, como registo de ocorrências – pese embora a visão/construção do real que o acto de enunciar ou omitir um determinado acontecimento, só por si, representa<sup>6</sup> –, remetendo, assim, para uma leitura sedimentar da realidade, mediante a qual regularidades e omissões adquirem inteligibilidade ao nível das práticas. O artigo de crítica e reflexão, pelo seu lado, constitui uma elaboração intelectual sobre a realidade em análise, reflectida na carga valorativa que o acompanha. O assunto tratado comporta a marca explícita do seu autor, num claro jogo de impor ou tentar impor «a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio»<sup>7</sup>. O folhetim, visível na imprensa oitocentista portuguesa após a década de 40, e logo nessa época suscitando polémica quanto à sua qualidade literária<sup>8</sup>, aparece, especialmente na versão folhetim-crónica, como um «inventário informativo e anedótico com pretensões de análise social»<sup>9</sup>, o que o aproxima do registo discursivo do artigo de crítica e reflexão, embora matizado por uma certa tonalidade ficcional. Os artigos de crítica e reflexão e os folhetins tornaram-se, então, o material mais utilizado para o estudo das representações sobre as sociabilidades eborenses na segunda metade do século XIX.

O capítulo respeitante às práticas elaborou-se sobretudo com base nas notícias e nos anúncios publicados nesses mesmos periódicos. A necessidade de se fazer um acompanhamento sistemático de todo o período em análise, e, desse modo, se detectarem regularidades e inovações, justifica o caminho seguido.

Com o intuito de se colmatarem as inevitáveis lacunas de uma investigação centrada preferencialmente na imprensa, cruzaram-se as informações desta com os dados conseguidos mediante a consulta de documentação produzida pela câmara e pelo governo civil. Duas instituições essencialmente reguladoras e fiscalizadoras e, por isso mesmo, susceptíveis de fornecerem elementos esclarecedores sobre a configuração legal da vida de sociabilidade dos eborenses.

A pesquisa de monografias ou relatos de viagens, embora fosse uma

hipótese aliciante, deu poucos resultados. Situada no interior do território nacional, sofrendo os efeitos do processo de litoralização<sup>10</sup>, Évora não gozava, como Coimbra, do estatuto de cidade universitária, nem era, como Lisboa, a capital do País. Estas razões justificam, em boa medida, a escassez de obras monográficas ou relatos contemplando a vida social da cidade. Os intelectuais mais conhecidos do meio eborense de Oitocentos, Gabriel Pereira, António Francisco Barata ou Cunha Rivara só pontualmente escreviam sobre o tópico das sociabilidades e, quase sempre, integrando-o em preocupações culturais mais «sérias». O resto seriam, talvez, concessões a futilidades pouco dignas da compostura intelectual.

Para além da identificação e caracterização das fontes usadas, o estudo das práticas de sociabilidade implica também a clarificação do próprio conceito de prática social. Considerado no sentido que Pierre Bourdieu lhe dá, este conceito permite, para além do mero registo de actividades, dar conta da matriz de acção que lhes subjaz e as enquadra num todo harmonioso, à revelia de qualquer busca de coerência ou concertação consciente da parte dos agentes envolvidos, remetendo, por esta via, para o espaço dos estilos de vida. Práticas em aparência contraditórias e desarticuladas entre si adquirem significado e surgem, simultaneamente, como produtos classificados e classificadores em relação aos indivíduos ou grupos que os produzem<sup>11</sup>.

No caso presente, pretende-se contribuir para o conhecimento da multiplicidade e do sentido das práticas de sociabilidade eborenses da segunda metade do século XIX. Um tópico específico do universo das práticas sociais das gentes de Évora, para o estudo do qual se utilizou um quadro analítico que permitiu o acantonamento das manifestações de sociabilidade nas seguintes vertentes: espaços, formas e conteúdos<sup>12</sup>. Esta perspectiva a três dimensões comporta duas vantagens estreitamente relacionadas: sistematiza o universo quase infundável das manifestações de sociabilidade, permitindo investigação comparativa – numa perspectiva sincrónica e diacrónica; justifica a sequência do texto, organizado todo ele em torno dos mencionados eixos de explicitação. Será ainda a partir daquela tríade inicial que se estabelecerão todas as subdivisões, gradações e interpenetrações, indispensáveis ao conhecimento das redes de sociabilidade eborenses oitocentistas. De facto, se, num primeiro nível, tais práticas se deixam apreender pelo já enunciado esquema tripartido, uma incursão em profundidade remete, de forma inexorável, para um grau de complexidade só passível de apreensão pelo realçar da flexibilidade de fronteiras do quadro analítico traçado.

## 2. *As sociabilidades eborenses: imagens e representações.*

Em 13 de Janeiro de 1867, Eça de Queirós escrevia «Todos os dias se diz: Évora está morta. Évora é um velho sepulcro. Évora tem uma vida... da cozinha... da lareira. O homem [...] não vive fora, não vai aos cafés, aos teatros, aos bailes»<sup>13</sup>. Esta imagem da cidade que o escritor deixou impressa no jornal local em que colaborou, clarifica a sua perspectiva sobre a sociabilidade eborense: uma sociabilidade essencialmente doméstica e privada, caracterizada por uma escassa frequência dos locais públicos. Pode mesmo inferir-se que, para os mais radicais – aqueles que Eça identifica como a «voz comum» –, o facto de Évora não possuir vida mundana, fazia dela uma cidade sem vida.

Quatro anos mais tarde, o escritor alargou a todo o país esta perspectiva sobre a sociedade eborense ao fazer o diagnóstico sobre a situação do teatro: «Em Portugal ninguém recebe e ninguém é recebido, porque não há dinheiro, não há *sociabilidade*, e antes de tudo preferimos o doce egoísmo aferrolhado e trancado do cada um em sua casa» [itálico nosso]<sup>14</sup>. Para o autor resultava claro que a vida caseira do português, à «lareira», «trancado» e «aferrolhado», não favorecia o desenvolvimento da sociabilidade. As relações familiares quotidianas, ocorridas no espaço doméstico e privado, não fazem parte do universo das sociabilidades que ele valorizava positivamente, o qual se consubstanciaria, então, numa vida de sociedade com certo cariz mundano.

Sendo Eça de Queirós alguém cujo contacto com a cidade de Évora foi temporário, a sua voz não era, porém, uma voz isolada. Em Junho de 1866, na *Folha do Sul*, o autor anónimo do artigo «Variedades revista da semana», a propósito de uma sessão musical no Passeio Público, que considerou excepcionalmente concorrida, escreve: «Ora isto que acontece quazi todos os dias em qualquer grande capital, não é vulgar entre nós. Aqui só aparece povo nas festas religiosas e sabidas; ainda assim não em todas»<sup>15</sup>. Mais uma vez transparece que os espaços de encontro e reunião públicos, não constituíam especial atractivo para os habitantes de Évora, em contraponto com o que sucedia noutras capitais. Fica o elogio do Passeio Público, o qual permitia à população pensar em sair, havendo «n'esta inovação um fundo de utilidade e de progresso [...] de que a nossa sociedade carece muito e muito»<sup>16</sup>.

As referências apresentadas permitem delinear já uma certa imagem da sociabilidade eborense. Na década de 60 do século XIX, os rituais da sociabilidade passavam preponderantemente pelo espaço doméstico e privado, sendo as manifestações públicas caracterizadas pelos ofícios religiosos e pelo

assinalar de momentos e factos tradicional e/ou institucionalmente reconhecidos. Os jornais relevavam a época carnavalesca, a Semana Santa, as festividades em honra de diversos santos, as feiras, as celebrações de momentos importantes do ciclo de vida da família real e as comemorações do 1.º de Dezembro. Também havia notas relativas aos espectáculos teatrais e musicais, bem como à realização de touradas – de carácter comemorativo ou não.

Pela sua natureza, a sociabilidade doméstica e privada tendia a escapar à alçada dos periodistas. As *soirées* promovidas por algumas famílias eborenses, porém, eram seguidas com atenção pela imprensa local. Numa destas ocasiões, após descrição elogiosa da sessão, o responsável pela divulgação do acontecimento acrescentava: «É uma felicidade, pois, para Évora, mas uma felicidade inaudita, que estas deliciosas soirées continuem durante o inverno, porque é a maneira de se reunir a sociedade que em Évora tão difícil é de agrupar»<sup>17</sup>. Pouco dados às manifestações públicas de sociabilidade, os eborenses também não tinham por muito habitual a realização destas reuniões de familiares e de amigos, bastante difundidas em Lisboa desde épocas mais recuadas<sup>18</sup>. O Carnaval seria talvez mais favorável a estas manifestações de sociabilidade: os jornais noticiavam, com regularidade, a ocorrência de festas particulares durante esse período. Os bailes de máscaras públicos ligados aos festejos carnavalescos, por sua vez, suscitavam apreciações díspares. Ainda assim, permitiriam momentos de grande animação, quanto mais não fosse pela «falta de outros divertimentos»<sup>19</sup>.

O teatro era um assunto frequente nos jornais eborenses. Embora os anúncios fossem o tipo de peça mais comum, não faltavam os artigos de opinião. Neste caso, a crítica visava quer a qualidade da representação, quer a situação do teatro em Évora. Numa dessas críticas, o periodista, após considerar o bom nível da representação, lamentava que o público da cidade não frequentasse o teatro, nomeadamente as «pessoas abastadas e de média fortuna que assim não incentivavam com o seu exemplo as pessoas de outras categorias»<sup>20</sup>. A fraca assiduidade aos espaços públicos de sociabilidade seria algo comum à generalidade dos eborenses, não constituindo, por isso, factor de diferenciação de comportamentos entre os diversos grupos sociais.

À relativa indiferença pelos espaços públicos de sociabilidade, de que o teatro e o Passeio Público eram exemplos, escapavam as práticas religiosas; as celebrações da Semana Santa, em particular, eram apresentadas como cerimónias grandiosas. A existência de conventos, irmandades, um seminário e magníficos templos permitia, na opinião de um jornalista, que as solenidades religiosas adquirissem em Évora «especial brilho e esplendor»<sup>21</sup>.

A década de 1860, passava, assim, segundo os jornais locais, por ser uma

época em que as sociabilidades ocorriam predominantemente no espaço doméstico e privado e cuja vertente pública era dominada pelas manifestações de carácter religioso. As vozes mais críticas sustentavam que algo precisava de ser alterado, em favor dum «movimento de civilização»<sup>22</sup> de que a sociedade eborense necessitava.

Será que as representações sobre as práticas de sociabilidade em Évora sofreram significativas alterações à medida que o fim do século se aproximava? Em 1881, a propósito de rivalidades político-musicais, aparecia no *Manuelinho d'Evora* um artigo que descrevia a forma como os eborenses passavam os seus domingos: «quasi todos os habitantes se levantaram à hora do costume, almoçaram, foram à missa, ao Passeio; alguns seguiram viagem para Arrayolos a ver a procissão dos Passos»<sup>23</sup>. Um quotidiano marcado pelas práticas religiosas e no qual a frequência do Passeio deixou de ser acontecimento excepcional.

No ano seguinte, no folhetim do mesmo jornal, a história intitulada «Uma celebridade» dava a perceber a importância de manifestações de sociabilidade até então escassamente referidas. A narrativa, em tom mordaz, dava conta das peripécias e dos truques de que o dr. Agapito Hipócrates se servira para fazer carreira e ascender socialmente. A frequência do clube, do teatro, do baile e do piquenique proporcionava momento fulcrais na sua estratégia de estabelecimento de relações, reconhecimento público e consolidação da reputação profissional. Foi no clube, onde «todos fallavam no mesmo caso», que, ao socorrer outro frequentador, Hipócrates iniciou a sua celebridade; foi no teatro, enquanto assistia a uma récita, que os outros espectadores tiveram, oportunamente, possibilidade de comprovar como era requerido pelos doentes; foi por ter medicado as estranhas irrupções cutâneas que as donzelas apresentavam após um baile em que estava presente, que, dias depois, participaria num piquenique com as meninas solteiras suas pacientes<sup>24</sup>. Agapito Hipócrates era, ele próprio, solteiro.

Apesar dos intuitos moralizadores e do distanciamento irónicos, o autor da história (G. P.)<sup>25</sup> acabava por consagrar os espaços e práticas de sociabilidade a que se referia, como factores fundamentais para o estabelecimento de relações e processos de mobilidade social. Dada a natureza ficcional do discurso e a indeterminação espacial da acção, não pode inferir-se, de forma imediata, que se esteja perante uma imagem da importância que aqueles espaços e práticas de sociabilidade tinham em Évora, na década de 80 do século XIX. No entanto, a questão da validade e adequabilidade deste testemunho como imagem do universo eborense deve ser encarada tendo em consideração que ele aparece veiculado num jornal local e tem destinatários preferencialmente locais. Deste modo, ganha consistência a hipótese de, na

década de 80, as representações da vida de relação dos eborenses – na sua vertente laica – já não se limitarem às fronteiras «da cozinha... da lareira»<sup>26</sup>, alargando-se às associações culturais e recreativas, cujos constrangimentos de acesso eram de natureza diversa.

É verdade que a «falta de espectáculos musicais de qualidade» levou Gabriel Pereira a considerar, em 1881, a vida eborense «tão pacata que descae na sensaboria, no isolamento prejudicial»<sup>27</sup>. Anos mais tarde (1897), António Francisco Barata, ao apresentar o primeiro número de uma publicação mensal de sua autoria justificava: «Longas como as noites de Lamego são as de Évora, para o homem que vive do espírito. Em theatrinhos sem importância [...] se proporçiona a alguns o passatempo honesto, mas não tão instrutivo quanto pudera ser. O Garcia de Resende, colossal, poucas vezes funciona, pelo dispendioso custeio que exige. Sociedades recreativas há, desde o chamado Club, dos ricos e dos fidalgos, até às artísticas. Nestas casas alguns passam parte das compridas noites de inverno, já lendo, já jogando jogos tolerados e até proibidos»<sup>28</sup>.

Para Gabriel Pereira e António Francisco Barata, dois intelectuais eborenses da segunda metade do século XIX, as práticas de sociabilidade continuavam aquém do que consideravam ser culturalmente adequado para a cidade. De acordo com o seu testemunho, o aspecto negativo não tinha a ver com a pouca afluência dos cidadãos aos espaços de sociabilidade, ou até com a escassez destes, mas sim com a deficiente qualidade das actividades culturais desenvolvidas. Pode afirmar-se, com alguma propriedade, que é uma tentativa de imposição da lógica do campo cultural<sup>29</sup> para a construção de uma determinada imagem das práticas de sociabilidade eborenses da segunda metade de Oitocentos.

Cerca de trinta anos depois das lamentações de Eça de Queirós, um artigo de reflexão sobre o baile, no *Manuelinho d'Evora*, reforçava a ideia da diversificação dos espaços e intensificação das práticas. Dizia o jornalista a propósito da realização em Évora, no mesmo dia, de sete bailes de Carnaval: «Na epoca actual baila-se tudo na Europa. Baila-se a guerra e a paz; baila-se a queda e a elevação de impérios; bailam-se os aniversários publicos e as aventuras particulares [...]. O baile introduziu-se na moral social, e baila-se a erecção de uma igreja, baila-se o estabelecimento de um asylo, as escolas de creanças abandonadas [...]. Não pode pois negar-se que a nossa época é essencialmente bailadora»<sup>30</sup>.

Teria Évora passado de «velho sepulcro»<sup>31</sup> a cidade «bailadora»<sup>32</sup>? Pelo crescente número de testemunhos, torna-se possível detectar algumas alterações nas representações sobre as práticas de sociabilidade eborenses.

Da década de 1860 fica a representação de uma sociabilidade fundamentalmente circunscrita ao espaço doméstico e privado, seja entre os grupos populares, seja entre as elites. Esta situação ressalta como algo de negativo, em contraponto com os benefícios civilizacionais de uma sociabilidade realizada fora do quotidiano doméstico. Sublinhe-se, no entanto, que embora depreciassem a força centrípeta do lar face a outros espaços, os periodistas não faziam o mesmo quanto à sociabilidade religiosa. Esta, configurando alguns dos momentos mais importantes da vida pública na cidade, adquiria legitimidade pelos argumentos da fé e da tradição. Entre os dois pólos situava-se todo um conjunto de manifestações que ilustrava as representações sobre a sociabilidade eborense divulgadas pela imprensa local da época. Do elenco faziam parte as reuniões particulares que, situando-se no domínio privado, ultrapassam as fronteiras da vida doméstica diária; as feiras, cujos divertimentos, levaram Eça de Queirós a considerá-las como «animação de momento [...] uma palavra solta ao sonhar»<sup>33</sup>; o Carnaval, e o 1.º de Dezembro, manifestações de uma certa periodicidade e que estimulavam os laços de convívio, fosse em espaços privados ou públicos. Devem ainda mencionar-se os espectáculos teatrais, as sessões musicais e as touradas, para ficar relativamente completo o quadro das representações da sociabilidade nos anos de 1860.

Trinta e cinco anos depois, Évora integrava-se, aparentemente sem grandes discrepâncias, numa época «essencialmente bailadora»<sup>34</sup>. Que se passou entretanto? António Francisco Barata apresenta uma imagem não muito diferente da traçada para os anos 60, mas a menção às sociedades culturais e recreativas poderá ter algum significado. Nestas, além de uma sociabilidade masculina quotidiana situada fora das fronteiras domésticas, realizavam-se também, com regularidade, bailes familiares e espectáculos teatrais e musicais. À reflexão sobre o baile, publicada no *Manuelinho d'Evora* em 1896<sup>35</sup>, não será alheio este aspecto, podendo colocar-se a hipótese de as sociedades recreativas terem levado a um maior dinamismo as práticas de sociabilidade. Seriam um factor de concorrência face à sociabilidade de natureza doméstica e privada dominante na década de 60? Contribuíram, pelo menos, para esbater as representações de uma sociabilidade eborense caracterizada fundamentalmente por esse aspecto e encarada, por isso mesmo, como insatisfatória.

Mas a ideia explícita sobre a natureza das manifestações de sociabilidade e a sua relação com as práticas associativas, apareceu no jornal *A Alvorada*<sup>36</sup>, em 1903, num artigo significativamente denominado «Associações». O autor, que pretendia vincar a importância das associações de socorros mútuos face às recreativas, iniciava o assunto do modo seguinte: «Pelo proprio ins-

tinto de sociabilidade, é o homem levado a procurar no convívio com os seus semelhantes as distrações quer spirituaes quer phisicas, assim como mesmo o seu auxilio nas epochas psychologias em que tal coefficiente se lhe torne necessario a vida. Assim vemos fundadas e mais ou menos florescentes, diversas associações, quer recreativas, quer d'auxilio mutuo, quer mesmo religiosas»<sup>37</sup>. Mais adiante, lamentava «a enormidade differencial existente, entre o florido estado da quasi totalidade das sociedades recreativas e as cahoticas difficuldades [...] nas de socorro mutuo»<sup>38</sup>. A pertinência do artigo decorre de vários aspectos. Por um lado, a reflexão sobre a sociabilidade comporta, explicitamente, além de uma vertente lúdica, uma vertente de solidariedade. Por outro, fica reforçada a imagem de uma certa pujança das associações com objectivos culturais e recreativos, num percurso que já era detectado desde a década de 90<sup>39</sup>. Finalmente, há uma relação directa entre a intensificação das práticas de sociabilidade e o movimento associativo, sendo o «florescimento» deste o resultado de uma mais eficaz concretização do «instincto de sociabilidade»<sup>40</sup>.

No conjunto de testemunhos directa ou indirectamente incidentes sobre a sociabilidade em Évora na segunda metade do século XIX, há um aspecto que, por subliminar mas fundamental, merece relevo. A generalidade dos escritos, no intuito de tornarem mais eficaz a divulgação das posições defendidas, estabeleciam uma dicotomia entre a realidade e o ideal a que aspiravam. Nesse mundo em potência, o modelo de sociabilidade positivamente valorizado permitia aos indivíduos ultrapassarem as fronteiras das vivências domésticas quotidianas, integrando-os em grupos mais alargados, com maior multiplicidade e variedade de contactos interpessoais, porventura ultrapassando os tradicionais quadros de relações.

Enquanto produções historicamente situadas, as representações da imprensa sobre as sociabilidades eborenses podem adquirir maior inteligibilidade, se perspectivadas no âmbito da defesa e da consolidação de um modelo liberal de sociedade, inovador no plano das relações entre os indivíduos e entre os grupos.

No seu trabalho «de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo»<sup>41</sup>, no exercício do poder ideológico de que estavam investidos, os periodistas eborenses elaboraram estas representações sobre as práticas de sociabilidade em Évora, na segunda metade do século XIX.

### 3. *A diversidade das práticas.*

#### 3.1. *As soirées.*

As *soirées* – ou «mais nacionalmente as assembleias», para utilizar a expressão de Eça de Queirós<sup>42</sup> – decorriam no espaço privado por excelência, a casa familiar, embora em dependências que Maria de Lourdes Lima dos Santos denominou como «zona de representação». Salões de maior ou menor dimensão e opulência, consoante as possibilidades materiais e o estatuto dos seus ocupantes, destinados à recepção das visitas<sup>43</sup>.

Os jornais consultados<sup>44</sup> permitem concluir que tal prática de sociabilidade se manteve ao longo de toda a segunda metade do século XIX, embora as notícias sejam esparsas. Um dado que se prende, certamente, com a especificidade do espaço em que tinha lugar e com os virtuais constrangimentos de acesso ao mesmo. Nestas reuniões de familiares e amigos, apenas compareciam os «convidados»<sup>45</sup>, aqueles que os promotores incluíam no seu círculo de relações, a «sociedade»<sup>46</sup> ou, num tom mais enfático, a «melhor sociedade»<sup>47</sup> e, até mesmo, a «élite d'Evora»<sup>48</sup>. O relator das *soirées* enquadrar-se-ia – salvaguardando possíveis excepções que a não assinatura da notícia possa implicar, pelo desconhecimento do autor –, num perfil de periodista que se caracterizava por «estar no meio sem ser do meio», no jogo de proximidade e distanciamento, típico do cronista social<sup>49</sup>.

Referenciadas ao longo de toda a segunda metade de Oitocentos, aquelas reuniões não faziam, no entanto, parte da rotina diária dos eborenses. Eram eventos pontuais, com periodização facilmente identificável. Ocorriam em momentos festivos inscritos no calendário oficial, como a quadra carnavalesca<sup>50</sup>, os dias dos santos mais venerados na cidade<sup>51</sup>, ou ainda as feiras importantes<sup>52</sup>; de igual modo, quando os seus dinamizadores pretendiam assinalar datas significativas do ciclo de vida dos indivíduos ou das famílias, nomeadamente aniversários natalícios<sup>53</sup> ou de casamentos<sup>54</sup>. Os motivos discriminados funcionam apenas como exemplos, sendo bastante provável – embora omissa nas fontes – a existência de um conjunto mais alargado de efemérides polarizadoras destas práticas de sociabilidade<sup>55</sup>. A realização das *soirées* obedecia também à imponderável subtilidade da aplicação das regras do saber «receber», as quais impunham, precisamente, que tal sucedesse com alguma frequência e com encenações que podiam assumir um carácter mais íntimo ou mais mundano, consoante o motivo da reunião<sup>56</sup>. Só assim ficavam garantidos os laços de coesão entre os indivíduos e as famílias, por forma a permanecerem claros e operativos os signos de distinção que esse circuito

relacional comportava. Não é por acaso que o jornalista da *Folha do Sul*, ao descrever a «costumada» reunião em casa dos senhores Gançoso a classificou de «verdadeiro El Dorado de todas as quintas feiras [que pela sua regularidade permitia] reunir a sociedade que em Évora tão difícil [era] de agrupar»<sup>57</sup>. Que o autor do texto não estava a pensar na totalidade da população eborense, provam-no as referências às «belas e elegantes senhoras» presentes e às «condições e recursos» ímpares que a casa dos anfitriões possuía para receber os convidados.

As *soirées* decorriam no espaço paradigmático das sociabilidades privadas e selectivas, estruturando-se segundo referentes que derivavam, antes de mais, da percepção e incorporação dos códigos de comportamento eficazes para a difusão de sinais de proximidade e distanciamento entre os indivíduos e entre os grupos, estabelecendo marcas distintivas e de distinção<sup>58</sup>. Caracterizadas, no que diz respeito à multiplicidade dos espaços de sociabilidade, as *soirées* tinham outras especificidades. Eram eventos esporádicos, de calendário fluído e de complicada previsibilidade; a forma como decorriam não se encontrava juridicamente prescrita, quer no que dizia respeito às possibilidades de admissão e sanções aos participantes, quer em relação às actividades desenvolvidas. As regras do receber e ser recebido – a arte de organizar este tipo de reuniões –, sendo exclusivamente do foro privado, não passavam pela alçada do poder legislativo e jurídico instituído. Significa tudo isto que estamos perante uma prática de sociabilidade informal? A busca de uma tipologia sistematizadora para a multiplicidade das manifestações de sociabilidade, partindo de uma dualidade explicativa (formais/informais) quanto ao grau de formalização, pode, algo linearmente, remeter as *soirées* para o conjunto das denominadas sociabilidades informais, diferenciando-as de outras manifestações, precisamente pela ausência de constrangimentos legais e institucionais.

Por isso mesmo, aquele aspecto deve ser complementado com outros indicadores capazes de matizar a referida tipologia. As informações apresentadas pelos periodistas são particularmente esclarecedoras: os anfitriões eram, por norma, pessoas extremamente delicadas; os participantes – com especial relevo para as senhoras – estavam sempre belos e elegantes; e as actividades desenvolvidas possuíam uma notável homogeneidade, independentemente dos motivos da reunião: os presentes recitavam, representavam, cantavam, tocavam (preferencialmente o piano), dançavam, e nos momentos adequados eram servidos alimentos leves e bebidas<sup>59</sup>. Não se detectam determinantes de ordem legal e, interpretando o conceito de *formal* apenas neste sentido, poderá dizer-se que estamos perante uma forma de sociabilidade informal. As *soirées* não eram, porém, reuniões informais: começando na selecção

dos convidados, passando pelo cuidado com a aparência e pelas actividades desenvolvidas, terminando na existência e proliferação, ao longo do século XIX, dos chamados «manuais de civilidade» – independentemente das críticas de desactualização e provincianismo que sobre eles por vezes recaíam<sup>60</sup>. Tudo aponta para a formalização das relações, entendida enquanto codificação dos comportamentos segundo princípios que, não sendo de ordem legal ou jurídica, se impunham ao indivíduo e radicavam, em última análise, nas sobredeterminações inerentes à lógica de funcionamento do campo social em que se movimentavam os participantes das *soirées*<sup>61</sup>. Acrescente-se, na esteira de Georg Simmel, que essas sobredeterminações ganhavam em eficácia porque, durante as *soirées*, por um processo de sublimação e atenuação, aquilo que o autor caracterizou como as forças ricas em conteúdo real apenas se manifestavam de forma longínqua, pela volatilização do seu peso num certo encanto<sup>62</sup>. Quer isto dizer: as propriedades actuantes e estruturadoras das relações estavam lá e ganhavam força porque, sublimadas em comportamentos estilizados, se transmutavam em actividades lúdicas, plenas de significação simbólica.

Como pode constatar-se, as características formais da *soirées* estão estreitamente articuladas com os seus conteúdos: a especificidade destes decorre, em larga medida, dos procedimentos que os mediatizam em relação às práticas. Cumprindo determinadas regras, música, o canto, a dança, a representação e a ingestão de alimentos, destinavam-se a pôr em evidência e a aperfeiçoar as competências e os saberes dos indivíduos envolvidos, nomeadamente o «bom gosto»<sup>63</sup>, a «esmerada educação» e a «distinção»<sup>64</sup>. Estes aspectos configuravam o perfil dos participantes – independentemente da sua origem burguesa ou aristocrática<sup>65</sup> –, dotavam-no de marcas distintivas e de distinção e, através da imprensa, eram difundidos como exemplos da tal dimensão civilizadora de que carecia a sociedade eborense da época.

Acantonada do ponto de vista dos espaços, das formas e dos conteúdos, importa agora reflectir sobre esta sociabilidade numa perspectiva «genealógica». Por outras palavras, seria esta particular manifestação da vida de relação um fenómeno específico do século XIX, tornando-se, nessa medida, um dado inovador no quadro das sociabilidades oitocentistas, ou inscrevia-se já numa linha de continuidade histórica? A resposta não passa pela análise do caso eborense, pois as fontes o não permitem. Em Lisboa este tipo de reuniões era conhecido desde meados do século XVIII<sup>66</sup> mantendo-se como prática social importante até meados de Oitocentos<sup>67</sup>. Estudos sobre outros países da Europa apontam igualmente para uma longevidade bastante acentuada<sup>68</sup>. Esta vida de salão insere-se, assim, num processo mais vasto de «refina-

mento civilizacional» do Ocidente, evidenciado ao longo dos séculos XVIII e XIX, e disputado entre aristocratas e burgueses: os primeiros poliam e estilizavam os comportamentos, para se manterem «como formação distinta e contrabalançar[em] socialmente» os segundos<sup>69</sup>. O referido jogo de tensões originou, porém, devido à pressão exercida sobre os diversos agentes e grupos, uma mais rápida «circulação dos modelos»<sup>70</sup>, contribuindo, de uma forma ou de outra, para que a «modelação cortesã da personalidade [tivesse] continuidade na modelação burguesa [e fosse] transmitida através dela»<sup>71</sup>. «A *civilité* foi incorporada e continuada – com as transformações decorrentes da situação dos seus representantes – naquilo que agora se designa [por] ‘comportamento civilizado’»<sup>72</sup>. O contributo teórico de Norbert Elias revela toda a sua fecundidade enquanto hipótese explicativa e esclarecedora, face a eventuais perplexidades sobre o carácter tradicional ou inovador daquele tipo de práticas de sociabilidade, ou até sobre a sua matriz aristocrática ou burguesa. A espessura temporal permite perspectivar as *soirées* como um campo atravessado pelas lutas e estratégias de imposição de sentido por parte dos diversos grupos sociais, que procuravam cunhar aí as suas próprias marcas distintivas e de distinção.

De volta às *soirées* eborenses, podemos agora considerar que, à sua maneira, eram o afloramento de um processo de mudança de longa duração, ilustrado pela designação social dos seus promotores e/ou participantes. Identificados como a «melhor sociedade» e a «elite», uma tal caracterização consagrava, no plano semântico, a passagem do mundo dos cortesãos para o mundo dos cidadãos e a correspondente alteração dos princípios de estruturação das sociedades liberais face às sociedades do Antigo Regime. Mas as *soirées*, sendo fundamentais para a compreensão do quadro das sociabilidades eborenses da segunda metade do século XIX, constituíam apenas uma vertente do complexo universo relacional que se perfilava para além das fronteiras das vivências domésticas quotidianas, e se consubstanciava numa multiplicidade de espaços, formas e conteúdos.

### 3.2. As associações culturais e recreativas.

Sobre a questão dos espaços, a hipótese avançada por Nuno Luís Madureira, de que «o período compreendido entre 1750 e 1850 representa uma profunda transformação nas formas de convivência, com a procura cada vez maior de recintos fechados em detrimento da rua e dos espaços ao ar livre»<sup>73</sup>, revela-se como uma premissa importante para a compreensão da rede de so-

ciabilidades eborense. Pode acrescentar-se, com Michelle Perrot, inscrevendo esta tendência portuguesa num quadro mais vasto, que, «por um processo de nidificação, os pequenos grupos e microssociedades recorta[vam] no espaço público lugares reservados ao seu funcionamento e aos seus conciliábulos»<sup>74</sup>. À crescente complexidade funcional do espaço doméstico correspondeu um movimento semelhante nos espaços situados para além dele: a cidade desdobrava-se numa multiplicidade de nichos que traduziam os diferentes objectivos, necessidades e funções dos grupos que a habitavam. A paisagem citadina é, mais do que qualquer outra, o resultado da apropriação social do espaço físico.

As associações com objectivos culturais, de convivialidade e recreio são típicas desse processo de delimitação e individualização do espaço público por grupos particulares, que procuravam por esta via satisfazer os seus interesses e necessidades. Em Évora, o associativismo voluntário de cariz laico data do início do século XIX, embora presente um novo fôlego após a década de 80. É claro que o movimento associativo não se esgotava na prossecução dos objectivos já referidos; o que acontecia é que aquele tipo de associações era um terreno especialmente fértil para as manifestações de sociabilidade. As associações com finalidades religiosas, de beneficência, de defesa dos interesses de uma determinada classe e desportivas, também podiam – e isso acontecia frequentemente – apresentar uma vertente de sociabilidade, mas, nestes casos, ela funcionava sobretudo como um meio mais eficaz de se atingirem os fins específicos para os quais as ditas associações tinham sido fundadas. Era, pode considerar-se, uma sociabilidade de algum modo instrumentalizada ou, nas palavras de Simmel, um princípio formalista e exterior de mediação<sup>75</sup>.

Em 1837, no quadro liberal posterior à derrota miguelista, surgiu em Évora o Círculo Eborense<sup>76</sup>, uma associação que visava «a honesta convivência dos sócios e sua famílias», sem se constituir «em caso algum órgão de projectos políticos ou religiosos»<sup>77</sup>. Como os Estatutos indicam, o convívio era o objectivo fundamental desta associação que, para ter existência legal, sublinhava o seu distanciamento dos aspectos que a legislação encarava com desconfiança. Dois anos mais tarde apareceu a Sociedade Civilizadora União Eborense, aprovada por portaria régia de 3 de Julho de 1839<sup>78</sup>, com o objectivo de contribuir para o recreio e instrução dos associados e fomentar as representações teatrais<sup>79</sup>. Esta sociedade passou depois a designar-se Sociedade União Eborense, como consequência das deliberações da Assembleia Geral de 15 de Dezembro de 1871, as quais incluíram também a reformulação dos Estatutos. A alteração estatutária continuou, porém, a salvaguardar

os «passatempos e entretenimentos honestos conjuntamente com a ilustração»<sup>80</sup>. Na transição da primeira para a segunda metade do século fundou-se a Sociedade Harmonia Eborense; embora os estatutos iniciais tivessem sido aprovados somente por portaria régia de 10 de Agosto de 1853, os primeiros passos no sentido da sua formação foram dados em 1849<sup>81</sup>. As actividades desenvolvidas subordinavam-se a objectivos recreativos e culturais, merecendo especial relevo o trabalho do grupo de teatro amador<sup>82</sup>.

O local onde estava sediada a associação era uma referência para os indivíduos que quotidianamente pretendessem exercer determinadas práticas de sociabilidade. A leitura dos jornais, os jogos – em princípio apenas os lícitos<sup>83</sup> –, a troca de ideias ou, mais pontualmente, as sessões musicais, os bailes, as representações e até as palestras sobre diferentes assuntos, tinham aí o seu espaço de eleição e encontravam-se devidamente consagrados e regulamentados pelos estatutos. A todas estas práticas só podiam aceder aqueles que, apresentando o perfil sociológico e moral adequado, quer dizer, sendo «cidadão[s] moral e civilmente bem reputado[s]»<sup>84</sup>, se inscrevessem na lista dos sócios e pagassem regularmente as quotas devidas. Estes espaços tornavam mais densa a rede das sociabilidades existente e concretizavam uma certa tendência para a sua especialização, seja na vertente espacial, formal, ou de conteúdos.

De facto, as *sociedades* – termo que designava correntemente as associações deste tipo – apareciam como espaço intermédio entre a privacidade doméstica e os locais que, situando-se ou não ao ar livre, possibilitavam uma acessibilidade com menores restrições. Os requisitos morais e civis e a obrigatoriedade de pagamento de uma quota, coadjuvavam-se para impor uma certa selectividade à admissão de novos elementos. Também só os homens podiam figurar como sócios. As mulheres, de acordo com o preceituado nos estatutos, apenas tinham acesso a estes espaços de sociabilidade masculina quando se realizavam «reuniões de famílias» (sessões musicais, os bailes e as récitas teatrais) contribuindo para «a doçura dos costumes [e] honesta convivência dos dois sexos»<sup>85</sup>. As demais actividades restringiam-se ao universo masculino e cimentavam – virtualmente – relações de convívio quotidiano, espacial e socialmente delimitadas.

Outro aspecto relevante em relação a este tipo de associações prende-se com a sua faceta de voluntarismo. Na brecha da ambiguidade liberal entre a desconfiança pelos grupos e o respeito pelas liberdades individuais, emergiam estas associações voluntárias que procuravam afirmar-se sob o olhar atento dos poderes públicos. A restrita margem legal em que se moviam, e as obrigava a demarcar-se da prossecução de objectivos políticos e religiosos,

acentuaria a vocação de convivialidade que legitimava a sua fundação. Juridicamente regulamentadas, e orientadas por regras estatutárias definidas, tipificavam uma sociabilidade institucionalmente formalizada. O cuidado com que os estatutos identificavam as situações e comportamentos que podiam conduzir à expulsão dos sócios exemplifica claramente o grau de formalização deste tipo de práticas: uma formalização que não radicava apenas na observância da contenção necessária às relações interpessoais, mas procurava também assegurar o respeito pelo quadro jurídico que as enformava.

Atentando agora nas actividades desenvolvidas por estas associações, pode afirmar-se que o seu objectivo era fortalecer as relações entre os sócios, sob o signo do recreio e da instrução. Neste contexto, a leitura dos periódicos era uma actividade relevante. Normalmente a sede possuía um espaço denominado «sala de leitura», onde se disponibilizavam, para além dos livros, os jornais e as revistas recebidos. As listas de assinaturas apontavam para a aquisição de publicações de interesse local, nacional e até internacional. Em muitos casos, esta seria a mais segura e regular maneira de os sócios se manterem a par do que se passava no País e no mundo. António Francisco Barata, ao descrever sucintamente as actividades que ocorriam nestas associações, evidenciou precisamente a importância da leitura<sup>86</sup>. Não será difícil conceber que uma tal prática suscitava oportunidades de debate a que não seriam alheias as questões políticas, mau grado as limitações estatutárias.

Maria de Lurdes Lima dos Santos sintetizou a variedade do associativismo voluntário português oitocentista, considerando que «a partir de 1834 [se multiplicaram] as sociedades fundamentalmente orientadas para a convivialidade – sociedades de recreio e instrução –, muito apreciadas pela sua missão civilizadora, [vulgarizando-se] em vários pontos do País aqueles novos espaços de convívio onde a burguesia organizava os seus ócios»<sup>87</sup>. O surto de associações com objectivos de cultura e recreio teria então o seu início durante a década de 1830, sendo nomeadamente as fundadas em Coimbra e Lisboa exemplos desse fenómeno. Também Évora participou na difusão do associativismo voluntário de matriz cultural e recreativa, conforme o comprovam os estatutos das duas associações mais antigas. No entanto, foi só no último quartel do século, e especialmente na década de 90, que o associativismo voluntário de cariz cultural e recreativo ganhou novo fôlego em Évora. Em 1888 o governador civil do distrito enviava aos administradores de concelho uma circular em que solicitava informações sobre «todo e qualquer facto extraordinário e digno de menção que succeda no concelho a seu cargo, seja qual fôr a natureza d'elle: como por exemplo, reuniões que se effectuem, quer com fins políticos ou de interesse particular, ou ainda para

melhoramentos publicos; devendo outrosim V. S.<sup>a</sup> enviar, o mais breve possível, uma relação de todas as associações existentes n'esse concelho quer sejam de recreio, politicas, de socorros mutuos, de piedade ou beneficencia, ou com fins de utilidade geral ou mesmo particular»<sup>88</sup>. As comemorações camonianas de 1880 permitiram ao Partido Republicano um fôlego redobrado, ao mesmo tempo que suscitaram do poder político uma vigilância constante sobre as suas actividades propagandísticas. A circular emanada do governo civil não deixa dúvidas sobre o objectivo das autoridades de controlarem todas as actividades susceptíveis de difundirem ideias perigosas, nomeadamente as reuniões ou actividades associativas, ainda que sem objectivos explicitamente políticos. O Acto Adicional à Carta, de 24 de Julho de 1885, introduzira alterações que visavam responder a algumas dificuldades do regime, garantindo, em particular, que o direito de reunião fosse regulamentado por lei especial. Mas o republicanismo não só dificultava, como punha em causa a própria sobrevivência do regime: a atenção tinha de ser constante e minuciosa<sup>89</sup>.

É neste contexto que surge a resposta do administrador do concelho de Évora. De acordo com a tipologia prevista pelo officio do governo civil, as associações com carácter recreativo eram as seguintes: Círculo Eborense, Sociedade União Eborense, Sociedade Harmonia Eborense – até aqui nada de novo em relação à primeira metade do século – e Grupo de Amadores de Música Academia de Minerva<sup>90</sup>. Segundo o *Manuelinho d'Evora*, de 24 de Junho de 1881, este grupo resultou de uma cisão da Banda Filarmónica Alunos de Minerva, motivada por alterações políticas entre Progressistas e Regeneradores; o mesmo jornal noticia, em 10 de Outubro de 1882, a actuação, na Praça do Giraldo, de uma denominada Banda Filarmónica 1.º de Dezembro. Em 1888 o administrador do concelho já não faz referência a ela devido à sua extinção, por volta de 1887<sup>91</sup>. Ao que parece, as inovações da primeira para a segunda metade do século registaram-se no campo das bandas filarmónicas, estreitamente ligadas às polémicas da política partidária.

Na década seguinte acentuou-se ainda mais a crise do liberalismo português. Os tumultos que se seguiram ao Ultimato de 1890 constituem um ponto de referência para a compreensão das preocupações do poder central face ao movimento associativo. Em 1892, o governador civil voltou a mostrar interesse em obter um balanço das associações do distrito, nomeadamente os fins a que se destinavam e a respectiva situação estatutária. A resposta do administrador do concelho de Évora identifica, além das três associações fundadas na primeira metade do século, no campo do associativismo com objectivos de recreio, o Real Grupo de Amadores de Música, o Grupo Dramático Mendes Leal, a Associação Comercial e a Sociedade Recreio Familiar<sup>92</sup>.

As associações de cultura e recreio tornavam-se mais numerosas, em Évora, à medida que o fim do século se aproximava. Esta situação seria o mero prolongamento da dinâmica desencadeada na primeira metade de Oitocentos ou registaram-se algumas mudanças? As próprias denominações parecem remeter para uma certa especialização das actividades que desenvolviam, embora os seus objectivos continuassem a ser, genericamente, o recreio e a instrução. Enquanto as associações mais antigas eram espaços globais de lazer, onde diversas práticas despontavam consoante a iniciativa dos sócios, as mais recentes são fundadas para desenvolverem áreas específicas como a música, o teatro e o desporto. A Sociedade Camilo Castelo Branco (*Manuelinho d'Evora*, 1895-8-20), a Sociedade Almeida Garrett (*ibid.*, 1899-1-9), a Sociedade Grupo de Recreio 1.º de Dezembro (*ibid.*, 1900-9-8), o Grupo Recreativo Dramático Mocidade Eborense (*Alvorada*, 1903-7-22) e a Sociedade Operária Recreativa Joaquim António d'Aguiar (*ibid.*, 1904-1-27), dedicavam especial atenção ao teatro, embora também proporcionassem outro tipo de divertimentos, nomeadamente os bailes; o Club Velocipedista (*Manuelinho d'Evora*, 1895-8-25) e o Ciclo Club d'Évora (*ibid.*, 1896-6-30) congregavam os adeptos das práticas velocipédicas; o Grupo União de Caça e Pesca (*Alvorada*, 1904-3-10) explicitava, pela própria denominação, os interesses dos seus sócios; a Associação da Tuna Académica<sup>93</sup> interessava o universo estudantil e dava relevo à actividade musical.

A história do movimento associativo do século XIX coloca um conjunto de hipóteses que devem ser sistematizadas. A primeira, já enunciada, refere-se à crescente especialização funcional. Tanto as associações fundadas na primeira metade de Oitocentos como as que floresceram no seu final, visavam intensificar as relações interpessoais e multiplicar as possibilidades de recreação e formação cultural, mas nos últimos anos do século regista-se uma maior especificidade de meios para atingir esses fins. Alguns, como a música ou o teatro, já estavam previstos nos estatutos das associações da primeira metade de Oitocentos. As actividades desportivas, no entanto, constituíram uma novidade de final do século, em estreita relação com a evolução da vida material.

A vertente associativa de cariz cultural e recreativo adquiriu uma crescente implantação no meio eborense, suscitando o interesse de um maior número de indivíduos. Nesse sentido apontam também os estudos realizados para Coimbra<sup>94</sup>, Figueira da Foz e Buarcos<sup>95</sup>, onde, na segunda metade do século, o associativismo em geral, e o de natureza cultural e recreativa em particular, se desdobrava em associações que dinamizavam actividades diversas e polarizavam o interesse de diferentes sectores da população. Rama-

lho Ortigão também deixou testemunho dos «espantosos progressos do espírito de associação no Porto»<sup>96</sup> durante a década de 1880, enumerando várias sociedades recreativas cuja denominação, só por si, remetia para o exercício de práticas diversificadas e salientando que, pelo menos uma delas, fora fundada por operários<sup>97</sup>.

A teoria da «circulação dos modelos»<sup>98</sup> permitirá, porventura, compreender melhor tal aspecto: a emulação dos códigos de comportamento e das práticas não se coloca apenas entre a aristocracia e a burguesia, mas também entre os estratos desta última e, mesmo, em relação ao que genericamente podemos classificar como grupos populares<sup>99</sup>.

A difusão de ideais republicanos deve igualmente ser mencionado como favorável à pujança do movimento associativo em fins de Oitocentos. O republicanismo pugnava pelo desenvolvimento do associativismo<sup>100</sup> e na «vasta rede de agremiações, desde as que apresentavam um cunho especificamente político às que, a par desta característica, se destinavam também a *cultura e recreio*, residia um dos mais eficazes meios de penetração e divulgação dos princípios do PRP» [italico nosso]<sup>101</sup>. As informações recolhidas não permitem confirmar a existência de uma relação directa entre o aumento do número de associações e a difusão das ideias republicanas em Évora, mas a coincidência conjuntural justifica a chamada de atenção para esta questão. Pode mesmo conceber-se que a evolução do associativismo voluntário eborense correspondeu, por um lado, a um percurso inerente ao processo de modernização e de crescente diferenciação social, e por outro, à especificidade da conjuntura político-ideológica portuguesa do final do século. Acresce a isto uma permeabilidade cada vez maior do liberalismo para incorporar a dinâmica associativa. À crispação da fase inicial, traduzida numa desconfiança face às associações, seguiu-se uma solidez capaz de integrar, mediante uma maior flexibilidade jurídica, as manifestações da sociedade civil. O que não significava, evidentemente, um afrouxar da vigilância face aos aspectos potencialmente transgressores do associativismo – atente-se no sentido da circular emanada pelo governo civil de Évora em 1888. Já desde a publicação do Decreto de 22 de Outubro de 1868 que associações de recreio e instrução, piedade e beneficência, não estavam sob jurisdição e alçada directa do poder central mas sim do governador civil «que approvando os estatutos, traça a taes estabelecimentos a esphera da acção social, ficando assim caracterizados os fins d'ellas»<sup>102</sup>. Até então a administração liberal apenas considerava legalmente instituídas aquelas cujos estatutos fossem aprovados por portaria régia.

Mas importa também estabelecer comparação entre a evolução do movimento associativo na cidade de Évora com o que se passava nas outras aglomerações populacionais do distrito:

Tabela 1.  
Número de associações recreativas em cada concelho do distrito de Évora.

<i>Concelhos</i>	<i>1888</i>	<i>1892</i>
Alandroal	-	1
Arraiolos	3	3
Borba	4	4
Estremoz	4	6
Évora	4	6
Montemor-o-Novo	3	3
Mora	1	-
Mourão	2	-
Portel	1	1
Redondo	2	2
Reguengos	5	3
Viana do Alentejo	3	3
Vila Viçosa	3	3

Fontes: ADE-NGC, maços 338 e 436.

Conforme se constata na tabela 1, o associativismo voluntário era comum a todo o distrito, embora de incidência desigual. Os escassos quatro anos que separam os dois inquéritos não permitem perceber claramente a tendência evolutiva, até porque, se algum paralelismo houve entre Évora e os outros concelhos, os últimos cinco anos do século XIX e os primeiros do XX foram especialmente férteis em manifestações desta natureza. Destacam-se os concelhos de Évora e Estremoz – onde se concentrava o maior número de efectivos populacionais –, cuja dinâmica é semelhante; em relação aos restantes, o aspecto fundamental é a estabilidade registada ao longo do período em análise. Outro dado importante, embora não evidente pela leitura da tabela, uma vez que os números correspondem a totais concelhios, é o facto de a vida associativa se concentrar preponderantemente nos núcleos urbanos que eram sedes dessas unidades administrativas. Apenas escapam a esta tendência a Sociedade Vimieirense, fundada numa freguesia do concelho de Arraiolos, e a Philarmónica Aldematense, na freguesia de Aldeia do Mato, concelho de Reguengos – e que já não aparece na lista de 1892. Hierarquizando os diversos núcleos urbanos do distrito com base nas suas funções administrativas, resulta bastante claro que as associações se concentravam esmagadoramente nas capitais de concelho.

Maurice Agulhon concluiu, para o caso francês, que a implantação e difusão das práticas de sociabilidade características deste tipo de associações

ocorreu preferencialmente nos centros urbanos, correspondendo a vivências urbanas próprias do estilo de vida burguês<sup>103</sup>. Tomar o caso francês como referência para a compreensão do que ocorreu em Portugal, carece de algumas precisões. A mais óbvia prende-se com o facto de os estudos sobre a realidade portuguesa não permitirem conclusões seguras sobre a forma como este tipo de associativismo se difundiu nos diferentes núcleos populacionais; a outra relaciona-se com a problemática sobre o nosso desenvolvimento urbano. Ao equacionar a formação do espaço económico nacional, David Justino considerou que Évora, sede do distrito, que numa hierarquização administrativa ocupa lugar cimeiro, apresentava um nível de urbanização de Antigo Regime; do ponto de vista da urbanização contemporânea, podia ser classificada mais como uma grande vila do que como uma pequena cidade, dada a sua modesta posição na hierarquia do mapa urbano português<sup>104</sup>.

O certo é que em Évora se assistiu, logo na década de 1830, à fundação de duas associações cujas características eram muito semelhantes às das que se difundiam em França nesse mesmo período<sup>105</sup>. Até meados do século aparece outra associação desta natureza e, na década de 80, conforme já vimos, era possível encontrar outras. Importa então salientar que, não obstante a idiosincrasia do nosso desenvolvimento urbano, Évora participava, no que diz respeito ao estilo de vida de alguns dos seus habitantes, dos sinais da contemporaneidade. A cidade assimilou modelos e um percurso em diversos aspectos semelhantes ao de outras regiões da Europa, de perfil marcadamente urbano. Esta conclusão pode estender-se também aos outros aglomerados populacionais sedes de concelho, não tendo sido possível estabelecer com segurança as datas de fundação das associações que neles foram surgindo.

Noutras regiões do Alentejo, também são visíveis os indícios de que o associativismo voluntário com vista a cultura e recreio era conhecido.

Um diário de viagem datado de 1867<sup>106</sup> exemplifica o afirmado anteriormente. Carlos Basto, assim se chamava o viajante, residia em Lisboa e deslocou-se, com a esposa e o pai, a Beja. Aqui, depois de estabelecido em casa do amigo que o esperava, dedicou o seu tempo a fazer e receber visitas, a assistir às comemorações do Corpo de Deus, e a conhecer a cidade. Nas suas deambulações, o Club Bejense tornou-se um ponto de referência, sendo descrito como um espaço agradável onde existia um «bom bilhar», «uma sala de baile formidável»<sup>107</sup>, e onde os homens passavam o tempo lendo, jogando ou conversando. Numa das ocasiões em que foi até ao Club, o visitante teve oportunidade de dialogar com um indivíduo que era deputado por Mértola e com o governador civil do distrito; e ficou muito bem impressionado com a delicadeza dos presentes e com o esmero do serviço, num baile que ali se

realizou. Em 1867, portanto, também Beja possuía pelo menos uma associação com características comuns a algumas das existentes em Évora. Este testemunho, note-se, não possibilita uma perspectiva global sobre a situação e evolução do associativismo voluntário de natureza cultural e recreativa na cidade ou no distrito de Beja. Em compensação, permite-nos verificar de que modo estas práticas de sociabilidade faziam parte das vivências de alguns sectores da população bejense, nomeadamente os que dispunham de tempo livre e possibilidades financeiras para participarem condignamente nalguns eventos que aí ocorriam, como foi o citado baile. Quando se deslocou de Beja para Évora, Carlos Basto foi igualmente conhecer o Círculo Eborense e, pela descrição feita, conclui-se que eram duas associações com objectivos e actividades muito semelhantes. Assim, ambas as capitais de distrito apareciam, na segunda metade de Oitocentos, dotadas de circuitos de sociabilidade similares, seja do ponto de vista funcional ou características sociológicas dos seus frequentadores, participando, por esta via, do movimento associativo de carácter voluntário com vista à convivialidade, também perceptível em outras regiões do país. O facto de o viajante em causa ter acedido às duas associações só confirma tal ideia.

Mas esta pesquisa sobre a vida de sociabilidade no Alentejo não podia deixar de passar, também, pelos escritos de João Maria Parreira Cortez, alentejano de Serpa<sup>108</sup>. O abastado lavrador e proprietário daquele concelho, do qual foi também administrador substituto<sup>109</sup>, legou-nos um precioso testemunho sobre os mais diversos aspectos da sua vida material e dos seus relacionamentos. Entre eles é possível destringir a vertente sociabilidade, nomeadamente a fruição das actividades proporcionadas pelas associações culturais e recreativas. Nos ditos escritos, Parreira Cortez menciona como um «célebre baile no club»<sup>110</sup>, em inícios de 1869, motivou, da parte de algumas famílias da terra, manifestações de inveja face ao vestuário com que sua esposa se tinha apresentado; trajos que, de resto, ele considerava «condignos com a [sua] posição»<sup>111</sup> e tinham sido adquiridos numa viagem a Lisboa. O proprietário e lavrador, que Jaime Reis considerou um representante da «burguesia [de] encarnação 'rural'»<sup>112</sup>, participava nas práticas de sociabilidade da sua terra, nomeadamente nos bailes promovidos pelo clube local. Dessa frequência surgiam as pequenas intrigas da vida de relação, neste caso envolvendo-o a ele, à sua esposa, e à família de um médico da localidade, que também frequentava a associação. O episódio, aparentemente frívolo, revela-se de significativa importância. Diz-nos que Serpa, sede de concelho, possuía, no final da década de 60 do século XIX, um clube que promovia actividades de natureza recreativa; o termo de designação daquele

espaço, também utilizado a propósito do Círculo Eborense, suscita, com alguma propriedade, a ideia de que se trataria de uma associação com características semelhantes; quanto ao perfil sociológico dos seus frequentadores é possível individualizar, nomeadamente, a família de um importante lavrador e proprietário terratenente e outra eventualmente ligada à actividade liberal – o médico e respectivos parentes; outro aspecto a salientar prende-se com o facto de o local em causa ser um ponto de encontro e de relações mundanas, pelo menos nas ocasiões festivas<sup>113</sup>.

O recurso a documentação de natureza diversa – para o estudo da região de Évora sobretudo dados estatísticos e jurídicos (estatutos), para Beja e Serpa testemunhos literários – permite, ainda assim, algumas conclusões. O associativismo voluntário de matriz cultural e recreativa marcava presença no Alentejo na segunda metade de Oitocentos e constituía um dado comum, tanto às capitais de distrito, como a algumas sedes de concelho; por outro lado, e na medida em que conduziu a práticas de sociabilidade bastantes idênticas, isso indicia uma comunhão de espaços de estilos de vida estruturados pelos símbolos da diferenciação social inscritos nos núcleos urbanos mencionados. Mas as diversas informações careadas sobre a questão do associativismo cultural e recreativo, permitem considerar que esta forma de sociabilidade se encontrava difundida em diversas regiões do País. Constituía uma prática transversal às diferenças entre província e capital, entre litoral e interior, no que respeita a outros aspectos da sociedade portuguesa da época, fossem eles de ordem demográfica ou económica. Independentemente da sua magnitude e tendência evolutiva, o movimento era detectável em Lisboa e no Porto, mas também em Coimbra, na Figueira da Foz, em Beja, em Serpa e, de acordo com as fontes estudadas, em todas as sedes de concelho do distrito de Évora. Pode, no entanto, acrescentar-se que as inventariações relativas ao Porto, Coimbra, Figueira da Foz e Évora, indiciam uma acentuada proliferação das associações daquela natureza nas duas últimas décadas do século XIX, com actividades mais variadas e polarizando os interesses de sectores diversificados da população. Reitere-se aqui a hipótese de esta trajectória ter raízes, tanto na evolução das condições da vida material, como na especificidade da conjuntura político-ideológica portuguesa de finais do século XIX.

De resto, também em outras regiões da Europa, nomeadamente na Inglaterra, França, Alemanha, Suíça, Itália e Espanha as investigações feitas apresentam o associativismo voluntário de vertente cultural e recreativa como um pólo de sociabilidade de especial vitalidade no século XIX, ganhando crescente importância e novos adeptos ao longo deste período. Dos

diversos estudos ressaltam, para além das peculiaridades e ritmos próprios a cada país ou região, alguns traços comuns, que são fundamentais para a compreensão do fenómeno<sup>14</sup>: 1) estas associações emergem num amplo espectro de manifestações de sociabilidade, em grande parte oriundo de épocas anteriores, acrescentando-lhe um factor de complexidade e contribuindo para tornar mais densa a rede existente; 2) fazem parte das chamadas sociabilidades formais, uma vez que a sua fundação e a sua vigência se estruturaram segundo princípios e regras estatutariamente definidos e conformes aos aparelhos jurídicos nacionais; 3) inserem-se numa tendência de crescente complexidade funcional do espaço urbano, sobre o qual os diferentes grupos recortam, delimitam e inscrevem as marcas operativas da construção da sua identidade social; 4) enquadram-se na teoria da circulação de modelos, constituindo um dado da vida colectiva que, por emulação, se difunde do topo para a base da hierarquia social: as primeiras associações deste tipo são dinamizadas, geralmente, por aristocratas ou burgueses, operando-se depois uma apropriação das suas características formais por parte de outros grupos; a par desta difusão que atravessa verticalmente o universo social, ocorre uma outra que conduz à sua expansão geográfica, dos centros urbanos mais importantes até outros núcleos de menores dimensões; 5) proporcionam práticas de sociabilidade selectivas, especialmente na sua configuração aristocrática e burguesa, dado que os critérios de admissão prescritos nos estatutos estabeleciam filtragens de ordem sociológica e financeira, excluindo os indivíduos que não correspondiam ao perfil traçado; mas são também selectivas, enquanto ilhas de sociabilidade masculina, traduzindo todo um conjunto de alterações económicas, políticas e até mentais, que fizeram do espaço doméstico um santuário da privacidade, de tonalidade fortemente afectiva e feminina, de modo a que a convivialidade mundana masculina passou a desenrolar-se preferencialmente fora desta matriz; 6) consideram diversos autores que o impulso do associativismo voluntário do século XIX, no qual se englobam as associações culturais e recreativas, apareceu como forma inovadora de organização da vida colectiva, expressão do esboroar dos critérios de hierarquização e organização da sociedade de ordens, face aos eixos estruturadores da sociedade liberal e burguesa. A associação surge, neste contexto, não apenas como resposta ao enfraquecimento das antigas solidariedades orgânicas, mas também como marca da especificidade burguesa, que tem o seu espaço de afirmação no percurso que vai do indivíduo ao Estado, do privado ao público.

Os aspectos mencionados anteriormente funcionam como um mínimo denominador comum que, para além das particularidades e ritmos evoluti-

vos próprios de cada país ou região, caracteriza, globalmente, o associativismo com objectivos culturais e recreativos. É nesta tendência europeia registada ao longo do século XIX que se integra o surto de associações ocorrido em Portugal. Claramente indicativo da consciência do entrosamento do caso português no processo europeu, é o título I dos estatutos da Assembleia Comimbricense, fundada nos anos de 1830: «Estabelecer e nacionalizar o espirito d'associação, que tão poderoso e fecundo tem sido em proveitosos resultados para as nações da Europa, que o desenvolvêrão, e aplicarão à instrução, e progressivos melhoramentos d'industria»<sup>15</sup>. Embora os estatutos das primeiras associações eborenses não sejam tão explícitos, não é difícil admitir que também em Évora, onde, de resto, as associações pioneiras datam da mesma década, o exemplo de além-fronteiras tivesse funcionado como estímulo.

Quanto à importância do movimento associativo para a sociedade portuguesa de Oitocentos, vale a pena recorrer às palavras acutilantes de Ramalho Ortigão, nas *Farpas*, em 1876: «Torne-se constantemente lembrado, sugerido, citado. Seja de todas as comissões honoríficas, promotoras, iniciadoras; das associações filantrópicas, do Grémio, do Club, do Jockey-Club, do Club Naval, da Sociedade Humanitária, da Sociedade Protectora dos Animais, da Sociedade Primeiro de Dezembro, da Associação Promotora das Belas Artes»<sup>16</sup>. O acesso à elite, quando não ocorria por via do nascimento, exigia o recurso a toda uma estratégia favorável à passagem «Do tamanco aos arminhos» – assim se intitula este trecho das *Farpas* – em que as associações apareciam como mecanismo fundamental no processo de reconhecimento público e aquisição de notoriedade. As associações entraram no quotidiano dos portugueses – pelo menos de alguns segmentos da sociedade –, e tornaram-se ponto de referência incontornável nos ritos da mobilidade social e consolidação de prestígio. Adquirir e consolidar uma reputação pública que abrisse caminho à consagração da pertença a um grupo de elite, implicava que os interessados fossem capazes de distinguir os investimentos socialmente válidos para a prossecução de tais fins. A ênfase irónica de Ramalho Ortigão remete, precisamente, para os potenciais ganhos de capital simbólico que a frequência das associações, e entre elas as de índole recreativa e cultural, poderiam proporcionar.

Tendo em conta que as grandes linhas de evolução do associativismo eborense apresentam similitudes com o que ocorreu noutras partes do País, não será abusivo considerar que o escrito por Ramalho Ortigão poderia, também, ilustrar o que se passava em Évora. Aqui o associativismo voluntário, laico, de objectivos culturais e recreativos, tornou-se um traço da vida colectiva. Primeiro, polarizando o interesse dos grupos dominantes na sociedade

local, depois, à medida que o próprio número de associações aumentou, alargando-se a outros sectores da população cidadina<sup>117</sup>. Traço da vida colectiva que, acrescente-se, adquiria espessura e significado pelas marcas distintivas e de distinção que nele imprimiam os diferentes grupos, no âmbito do processo de apropriação.

### 3.3. O teatro.

Mais do que avaliar a importância das actividades dramáticas em Évora, que alguns estudiosos da tradição teatral da cidade já historiaram<sup>118</sup>, importa compreender de que modo o teatro, enquanto referência espacial específica e actividade de cultura e recreio, contribuiu para a configuração da rede de sociabilidades eborenses na segunda metade de Oitocentos.

O teatro era merecedor de especial atenção por parte dos jornais locais, resultando daí um conjunto de textos que iam desde o mero anúncio dos espectáculos até à sua apreciação crítica, passando pela descrição dos ambientes mundanos em que decorriam as récitas<sup>119</sup>. No espaço do teatro realizavam-se as mais diversas actividades, nomeadamente a dramatização – sua fundamental razão de existência –, os concertos musicais, e os bailes. Não que Évora dispusesse de muitos teatros, pois até à década de 1890 – altura da inauguração do Garcia de Resende – o Teatro Eborense era o grande ponto de referência, aí se concretizando boa parte da vida mundana eborense<sup>120</sup>. Os critérios de admissão não eram tão fortes e selectivos como em relação às *soirées* ou até às sociedades de recreio e decorriam, antes de mais, de disponibilidades financeiras e de consumo não produtivo do tempo.

Em Fevereiro de 1862, o *Scholastico Eborense*<sup>121</sup> dava conta do concerto musical ocorrido no Teatro Eborense, em benefício do Azylo d'Infância Desvalida de Évora<sup>122</sup>. Enunciou o evento, louvou a qualidade da execução e, finalmente, teceu rasgados elogios à elegância das *toilettes* das senhoras presentes. Este acontecimento de 1862 exemplifica, pelos seus traços constitutivos – beneficência, recreio, cultura –, um feixe de práticas que acentuam a multifuncionalidade dos espaços teatrais e se revelam como uma constante de toda a segunda metade do século XIX<sup>123</sup>.

De facto, a beneficência, fosse ela promovida pelas associações com objectivos expressos, ou dinamizada por particulares que se juntavam para levarem a cabo acções pontuais de solidariedade social, gerou, em todo aquele período, práticas de sociabilidade frequentemente realizadas no espaço do teatro. As sessões musicais ou dramáticas podiam ser em benefício do

Asylo d'Infância Desvalida, da Sociedade Artística Eborense<sup>124</sup> ou do Montepio Geral Eborense<sup>125</sup>; favoreciam indivíduos merecedores da consideração geral, como José Matias Carreira, empresário do próprio Teatro Eborense, cujos revezes financeiros o fizeram passar por dificuldades, e em favor de quem se realizou um espectáculo<sup>126</sup>; podiam também reverter em favor de companhias teatrais em dificuldade, como foi o caso da companhia espanhola que passou pela cidade em 1865<sup>127</sup>. A beneficência dos eborenses chegou mesmo além-fronteiras: por ocasião de um terramoto na Andaluzia, um movimento de briosa solidariedade culminou em animado sarau musical, elogiosamente noticiado pelo *Manuelinho d'Evora*<sup>128</sup>.

Outras manifestações de sociabilidade que se realizavam no Teatro Eborense eram os bailes, largamente anunciados e comentados na imprensa local. Pontualmente, podiam ter finalidade beneficente, a exemplo do que teve lugar em 1863<sup>129</sup>, mas, de maneira geral, ocorriam entre Janeiro e a Páscoa, temporada dos bailes de máscaras, cujo apogeu era a quadra carnavalesca. As apreciações sobre a forma como decorriam variavam bastante, no entanto eram frequentes as notas positivas: os seus comentadores destacavam-nos como as grandes ocasiões de divertimento público que tinham lugar na cidade<sup>130</sup>. Isso não obstava a que, por vezes, os bailes particulares fossem classificados como os «mais elegantes e divertidos [designadamente porque aí] as senhoras [eram] maioria soberana e absoluta»<sup>131</sup>.

Até ao início da década de 1890, o Teatro Eborense é o local mais citado em relação aos bailes. A partir de então multiplicaram-se as notícias relativas a eventos desta natureza em diversos espaços, nomeadamente nos chamados salões de baile (o Salão das Donzellas<sup>132</sup> e o Salão de Santa Mónica<sup>133</sup>), nas sociedades culturais e recreativas já inventariadas, ou no Teatro Garcia de Resende. O final do século parece ter sido um período de franca expansão deste tipo de práticas de sociabilidade, em estreita relação com o surto de associações de carácter recreativo, e passando a envolver um maior número de participantes.

Quanto às sessões musicais, dramáticas, ou até de prestidigitação, há que distinguir as que eram realizadas por amadores locais das que resultavam da visita à cidade de companhias e executantes de outras partes do País, sobretudo Lisboa, ou até do estrangeiro. Os artistas espanhóis eram os que mais frequentavam Évora, embora também acessem artistas italianos ou brasileiros que, depois de actuarem na capital, saíam em digressão pela província.

A distinção é pertinente porque, se antes da última década do século o Teatro Eborense era o palco dos espectáculos dos amadores que viviam na

cidade, foi após aquela data que cresceu o número das menções aos grupos locais de teatro amador, que actuavam preferencialmente nas novas sociedades culturais e recreativas. Até então, o amadorismo dramático chegava ao público especialmente através do espaço do Teatro Eborense, ou concretizava-se em casas particulares, dando origem a apreciadas reuniões familiares. Também neste aspecto as sociedades culturais e recreativas de final do século contribuíram para dinamizar a vida de sociabilidade, proporcionando um maior número de espectáculos e alargando o universo dos espectadores.

Em Novembro de 1863 um artigo na *Voz da Infancia* expunha a importância das representações teatrais no meio eborense. Sublinhava as vantagens que daí advinham para o comércio; o sentido de «civilização» que a cidade mostrava ao promover tais actividades; o aspecto pedagógico e didáctico que elas comportavam, uma vez que funcionavam como «escola prática das teorias sociais, dos actos morais, de instrução precoce»<sup>134</sup>. No entanto, estes benefícios não pareciam convencer os eborenses a irem ao teatro, pois em 1864<sup>135</sup> um outro jornal local lamentava a pouca afluência de público, nomeadamente as pessoas abastadas, que sofriam a acusação de serem «incapaz[es] de sustentar qualquer empreza theatral, que aqui queira representar»<sup>136</sup>. Apesar destas queixas, também se registavam momentos de boa afluência de público, que os jornalistas se apressavam a elogiar<sup>137</sup>. De qualquer modo, havia uma vivência própria dos espaços teatrais que transparece na imprensa periódica da época: «senhoras nos camarotes e na plateia os habituais admiradores»<sup>138</sup>, ou seja, uma vida de relação, convivial, com a participação de ambos os sexos, reunidos em actividades de cultura e recreio.

Em 1893 desaparece o Teatro Eborense, situado na Travessa das Casas Pintadas<sup>139</sup>, mas, já no ano de 1892, fora inaugurado o Teatro Garcia de Resende. Assistiu-se, durante a década de 90, como que a uma passagem do testemunho no que diz respeito aos espaços teatrais de Évora. As informações da imprensa remetem para uma certa continuidade entre um e outro local, quer do ponto de vista das actividades desenvolvidas, quer dos objectivos subjacentes – cultura e recreação, com finalidades mundanas e, por vezes, beneficentes. O novo teatro merece análise diferenciada, pelo contexto da sua fundação e as implicações dele no perfil sociológico dos indivíduos que frequentavam e eram protagonistas das práticas de sociabilidade aí realizadas. A ideia da construção do teatro, como forma de se debelar a grave crise de trabalho verificada no distrito, mobilizou um grupo de eborenses e conduziu à criação de uma sociedade anónima onde avultavam os proprietários, médicos, advogados, e indivíduos ligados ao funcionalismo e ao exército<sup>140</sup>. Entre os accionistas, e logo com reconhecimento coevo, destacou-se

José Maria Ramalho Dinis Perdigão<sup>141</sup>, cujos empenhamento e contributo financeiro foram fundamentais para a viabilidade da obra. O empreendimento demorou doze anos até ser inaugurado, mas o resultado foi a fundação de um espaço de cultura, convívio e recreio, com uma dimensão e grandiosidade inéditas em Évora<sup>142</sup>.

O perfil sociológico dos dinamizadores do projecto, bem como o resultado obtido acabavam por ser, quase vinte anos depois, a resposta às críticas sobre o desinteresse dos grupos abastados em relação à dinamização dos espaços de cultura e recreio na cidade de Évora. Não se estranhe, pois, que, a propósito de uma récita ocorrida no novo teatro, se evidenciasse o facto «de se ver ali, n'essa noute, o que ha de mais distinto na sociedade eborense»<sup>143</sup>; e que, na sequência de um baile de carnaval, um enlevado jornalista distinguisse a presença de «formosas damas elegantissimas em sua vistosas toilettes» num local onde «só reinavam o bello, o surprehendente, o admiravel»<sup>144</sup>. Mesmo quando retornava a velha crítica sobre a fraca assiduidade do público, os termos utilizados eram os seguintes: «a concorrência dos espectáculos [que] tem sido diminuta muito depoe contra os costumes patriarchaes de certa camada da sociedade eborense que às vezes alardeia foros de elite, n'um meio que tresanda a egoismo e sensaboria»<sup>145</sup>. Fundado pela elite eborense, era ao Garcia de Resende que essa mesma elite aparecia preferencialmente ligada quando as suas práticas de sociabilidade mundanas eram noticiadas pelos periódicos da época.

No princípio do século XX, o Teatro do Palácio D. Manuel<sup>146</sup> e o Teatro Évora Terrasse<sup>147</sup> também realizavam récitas teatrais. No entanto, o Teatro Garcia de Resende continuava a ser considerado a primeira sala de espectáculos de Évora, dizia o *Notícias d'Évora* em 13 de Novembro de 1909. Independentemente da respectiva longevidade, importa relevar o facto de, nos primeiros anos de Novecentos, terem coexistido na cidade três locais que, embora mais direccionados para as artes dramáticas, possibilitavam outros eventos, fossem eles a música, a dança, ou até as inovadoras «sessões de animatógrafo»<sup>148</sup>.

As informações já coligidas sobre o teatro em Évora, destacam, sobretudo, duas vertentes: o teatro como espaço que facilitava a ocorrência de manifestações de sociabilidade diversificadas, e a actividade dramática como prática primacial e justificativa para a existência do próprio local. Uma reflexão mais aprofundada sobre cada uma destas vertentes permitirá desenvolver interpretações até ao momento apenas enunciadas, e, com elas, aferir a importância do teatro na rede das sociabilidades eborenses de Oitocentos.

Os teatros constituíam-se como espaços diferenciados na morfologia

urbana eborense, quer pelo lado funcional (realização dos espectáculos), quer pelos requisitos de acesso (pagamento do bilhete de entrada). Eram espaços para o público, normalmente geridos numa perspectiva empresarial dos lazeiros, e que só se tornavam financeiramente sustentáveis se conseguissem captar um número significativo de pessoas. Ancorando-se na confluência entre os interesses dum universo mais ou menos fluído de espectadores e a capacidade da iniciativa privada, distinguiram-se, por esta via, tanto das *soirées* realizadas em casas particulares, como das práticas de sociabilidade desenvolvidas no âmbito das associações voluntárias. Em relação a estas já se esclareceu que, salvo em ocasiões pontuais, apenas abriam as portas aos respectivos associados, de cuja quotização a sua sobrevivência financeira dependia.

Os teatros eram também espaços polivalentes, com actividades diversas, genericamente subordinadas à cultura, à convivência e mesmo à beneficência. Em qualquer dos casos, o «consumo mundano do espaço teatral»<sup>149</sup> eborense proporcionava toda uma vivência de relação, em que o ver e o ser visto adquiriam importância fundamental. Os jornalistas viam, ou não viam, a «elegância das damas» nos camarotes, viam, ou não viam, os respectivos «admiradores», viam, ou não viam, a «elite». Comentavam globalmente a fraca ou significativa assiduidade do público, mas a sua atenção concentrava-se, em especial, nos representantes do mundo elegante e da notabilidade eborense. A frequência do teatro era um sinal de «civilização» da cidade, fosse pelo alegado alcance pedagógico das peças, fosse pelos rituais de mundanidade representados na plateia.

Os comentários da imprensa visavam sobretudo a elite da cidade, mas, de facto, aqueles espaços de sociabilidade eram frequentados por sectores mais alargados da população eborense, indispensáveis para garantir a sua viabilidade financeira. A própria configuração física dos recintos teatrais tornava-os especialmente aptos a receber um público heterogéneo, acantonado em zonas distintas e distintas (comodidade do lugar, visibilidade do palco e respectivo montante do ingresso), dos camarotes da elite, ao *galinheiro* dos menos abonados.

Até final do século, a cidade não consegue suportar, numa perspectiva empresarial, mais do que um desses espaços. Um ano após a inauguração do Teatro Garcia de Resende desaparece o Teatro Eborense, ficando o primeiro a constituir a grande referência; só durante a primeira década do século XX vão surgir mais duas salas de espectáculos com finalidades similares. Certamente que o número dos efectivos populacionais aumentou, e também não é de excluir uma melhoria nas condições de vida das populações. No entanto, um outro dado a ter em conta será o de uma maior receptividade dos ebo-

renses em relação às actividades realizadas naqueles espaços, fossem elas o teatro, a música, a dança, ou outras. Não será abusivo relacionar este facto com a dinâmica de sociabilidade gerada pelo crescente número de associações culturais e recreativas, especialmente aquelas que possuíam grupos de teatro de amadores. A frequência do teatro entra nos hábitos de um número mais alargado de eborenses, reunindo em torno de si, além das elites, outros grupos que partilhavam uma prática de sociabilidade de recreio e formação, destinada a ocupar alguns momentos de lazer. Existiriam públicos diferenciados em relação aos diversos recintos? Seria o Teatro Garcia de Resende, pela sua história, pelas suas condições materiais (comodidade da assistência, possibilidade de realização de espectáculos cuja dimensão e aparato dificilmente se poderiam concretizar noutros locais) o grande polarizador de um público mais abastado? Os dados coligidos apontam nesse sentido e, em Junho de 1990, o edifício continuava a ser considerado, pelo *Notícias d'Évora*, a primeira sala de espectáculos da cidade.

Quanto à actividade dramática, alguns estudos identificam como uma importante tradição da vida cultural eborense a acção dos amadores<sup>150</sup>. As representações podiam decorrer em reuniões familiares realizadas em casas particulares, como prática distintiva e exclusivista<sup>151</sup>; nas sedes das associações culturais e recreativas, para divertimento dos sócios<sup>152</sup>; e nos espaços públicos de espectáculo existentes na cidade. Esta actividade, que no seu conjunto se devia a motivações de diversa ordem, remetia para a existência de grupos que procuravam distinguir-se e individualizar-se no espaço social eborense, mediante a operacionalização do seu capital cultural. As várias associações voluntárias que dinamizaram o teatro de amadores constituem o exemplo mais acabado desse investimento.

#### 3.4. Os cafés.

Ainda no âmbito das práticas de sociabilidade efectivadas em recintos fechados, há que fazer referência aos cafés existentes em Évora durante o século XIX. Em 1862, a imprensa local anunciava a abertura do «novo café» na rua da Porta Nova, com concertos todos os dias após o pôr do sol<sup>153</sup>. As preocupações com a reputação e, por essa via, com a selecção de uma freguesia *escollida*, justificam a publicidade sobre «a boa ordem, esmero e diligência no serviço bem como a decência» do estabelecimento<sup>154</sup>.

Dois anos mais tarde, a imprensa anunciava o aparecimento de um novo café, «superior aos outros que a cidade possui, mormente o bilhar com

tabelas metálicas [...] as salas espaçosas e o preço das partidas»<sup>155</sup>. O destaque da notícia ia para as boas condições do bilhar, fundamental na dinamização destes espaços de sociabilidade, a par com outro tipo de jogos<sup>156</sup>.

A documentação recolhida não permite afirmar se os cafés referenciados pela imprensa constituíam, ou não, uma novidade na configuração urbana de Évora. No entanto, à semelhança do que sucedia em Lisboa desde a segunda metade do século XVIII<sup>157</sup>, eles remetiam para actividades desenroladas em espaços delimitados e acrescentavam mais um elo à complexidade da rede de sociabilidades eborense de Oitocentos. Na década de 1880, por altura da realização da feira de São João, o *Manuelinho d'Evora* publicava um «Memorandum» para utilização dos forasteiros onde, entre outros aspectos, referia os cafés e bilhares de que a cidade dispunha, com informações precisas sobre a sua localização<sup>158</sup>. Estes espaços de sociabilidade, ao lado dos principais edifícios e monumentos, e dos espectáculos musicais ocorridos no Passeio Público formavam um itinerário capaz de despertar o interesse de quem vinha usufruir das potencialidades mundanas de Évora. Quer dizer, os cafés, pelo menos alguns deles, eram dignos de figurar entre os elementos de atracção pública que a cidade possuía, e contrapunham-se, pela sua alegada qualidade de serviço e ambiente «decente», às tabernas – locais enleados na teia das relações populares de vizinhança, de uma cidade que se perdia em ruelas<sup>159</sup>. Eram locais que apelavam à convivialidade, consubstanciada na conversação, na leitura de periódicos e no jogo, possibilitavam uma sociabilidade fluída e informal, e, como o «Memorandum» deixa transparecer, favoreciam o contacto entre os eborenses e os forasteiros. Em contraponto às *soirées*, às associações voluntárias ou até, em certa medida, aos teatros, os cafés eram, muitas vezes, locais de encontro fortuito, efémero e relativamente anónimo. No entanto, quando em 1886 os jornais registam a reabertura do antigo Café Torres Novas, sob a denominação de Café Eborense, acentuam a existência, para «o publico selecto», de «commodos gabinetes e bom serviço»<sup>160</sup>. Zonas discretas, reservadas, evidenciando práticas distintivas e de distinção, pelos anúncios que as mediatizavam. O espaço físico do café era, simultaneamente, um espaço social de relação, onde, para além da clientela de passagem, podiam, eventualmente, originar-se dinâmicas de grupo que conduziam à criação de pequenos nichos, onde os rituais da sociabilidade, fossem eles a conversação, a leitura dos periódicos, ou o jogo – especialmente quando este transgredia os limites da legalidade – transcorriam em ambiente de uma certa intimidade e exclusivismo<sup>161</sup>.

Em princípio toda a gente podia ir ao café, um local público de comércio como outros. No entanto, a sua frequência deste espaço pressupunha a exis-

tência de tempo livre, e de meios financeiros, susceptíveis de serem aplicados de forma não produtiva, condições que acentuavam a conspicuidade desta prática. Ou seja, os cafés tinham mais garantias de sobrevivência nos núcleos populacionais que, pelo seu grau de diferenciação social, favoreciam a constituição de clientelas cuja assiduidade viabiliza o negócio. Clientelas que dispunham dos meios financeiros adequados, eram sensíveis aos discursos que valorizavam o conforto, a mundanidade e o lazer, e cujo quotidiano se orientava pela crescente diferenciação entre a vida pública e a vida privada. Em meios urbanos que se desdobravam em possibilidades de relacionamento mundano, a frequência do café facilitava a vida de relação e acentuava a dimensão privada do espaço doméstico<sup>162</sup>.

### 3.5. O Passeio Público.

O Passeio Público era o espaço mais citado pelos periodistas eborenses de Oitocentos, quando se referiam a práticas de sociabilidade desenroladas em espaços abertos e ligadas à actividade musical<sup>163</sup>. As notícias identificam Évora como uma cidade onde as sessões musicais suscitavam interesse, fossem elas realizadas em casas particulares, nos teatros, nas sociedades recreativas ou ao ar livre. Ora, é precisamente no último caso que o Passeio adquire importância, quando, após 1864, se abre à população.

A cidade ficava dotada de um novo local de lazer e divertimento, havendo «n'esta inovação um fundo de utilidade e de progresso [...] de que a nossa sociedade carece muito e muito»<sup>164</sup>. Além de novo, o Passeio Público era inovador. Inscrevia-se no tecido urbano como «símbolo activo da nova situação política» que sintetizava «a vontade de um viver diferente, caracteristicamente burguês», à semelhança do que ocorria em Lisboa<sup>165</sup>.

O Passeio Público de Évora foi obra de José Cinatti, datando o seu projecto sensivelmente da mesma época em que o artista dirigiu construção da majestosa casa de José Maria Ramalho Dinis Perdigão, parte do enquadramento arquitectónico do dito Passeio<sup>166</sup>. Merece destaque o empenho de alguns eborenses, entre os quais este grande lavrador e proprietário, em se organizarem para conseguirem os meios financeiros necessários à conclusão do gradeamento daquele espaço<sup>167</sup>. À semelhança do que aconteceria posteriormente com a construção do Teatro Garcia de Resende, já em 1867 era visível o envolvimento dos indivíduos mais poderosos da cidade na dinamização de projectos capazes de proporcionarem a fruição de práticas de sociabilidade consentâneas com o seu estilo de vida.

É certo que a imprensa manifestou algumas vezes o seu pesar pela escassa frequência do Passeio Público, mas, desde a década de 60 até aos primeiros anos do século XX, ele era regularmente mencionado nas páginas dos jornais, pelas actividades que aí se concretizavam. Tudo parece indicar que aquele espaço se integrou definitivamente na vida quotidiana dos eborenses, sendo o grande ponto de actuação das bandas de música, civis ou militares. Nos anos 80 e 90, por exemplo, as sessões musicais chegaram a ter uma periodicidade semanal, nas tardes de domingo à «hora do costume» – expressão ilucidativa de uma certa rotina. O Passeio Público cumpria as suas funções de espaço de animação recreativa e cultural da cidade e eram frequentes as acções de beneficência em favor das associações filantrópicas e de utilidade geral. Ao som da música, um bazar angariava fundos de beneficência<sup>168</sup>.

O Passeio Público, lugar específico e delimitado na rede urbana, era protagonista de uma sociabilidade burguesa, orientada para as actividades lúdicas. Um traço da morfologia citadina, modulado pelas necessidades e pelos interesses daquele grupo: os espaços físicos da cidade eram, também, espaços de estilos de vida.

### 3.6. As touradas.

As touradas tinham largas tradições na sociedade portuguesa, integradas que estavam nas estratégias de prestígio e poder da corte – espectáculo do Antigo Regime. Em Évora, eram actividades costumeiras dos ciclos festivos, a exemplo do que sucedeu durante as celebrações motivadas pela assinatura do Tratado de Utraque<sup>169</sup>. Durante o século XIX, continuam a integrar as redes de sociabilidade eborenses, mas, em vez de ocorrerem em espaços de vivência diária, as touradas são remetidas para recintos construídos especificamente para esse fim e explorados por empresários particulares<sup>170</sup>.

O tempo forte das touradas eborenses oitocentistas decorria durante a feira de São João, na última semana de Junho, e prolongava-se normalmente pelos três meses seguintes. Celebração festiva que emergia no quotidiano como suspensão da rotina e expansão das potencialidades relacionais dos indivíduos, a sua concretização traduzia, também, a crescente impregnação do tecido urbano pelas determinantes de ordem económica: as praças de touros eram espaços comerciais, geridos e orientados como tal<sup>171</sup>. Assim se compreende que nessas praças tivessem lugar espectáculos de outra natureza, embora adequados ao local, como sessões equestres, acrobáticas e de ginástica<sup>172</sup>.

Sem contradição com aquela característica, as touradas tinham, por vezes, objectivos beneficentes. Num período em que a Igreja perdia o monopólio da caridade e o Estado ainda mal fazia sentir as suas atribuições no campo da assistência, a beneficência eborense dependia fundamentalmente da vontade individual e/ou das associações particulares fundadas com esse objectivo. A tourada da sociabilidade podia ser, igualmente, a tourada da beneficência: em favor da Sociedade Artística Eborense, do Azylo d'Infância Desvalida, da Casa Pia, dos Bombeiros Voluntários, do Montepio Eborense ou, a título de exemplo, dos «famintos de Cabo Verde»<sup>173</sup>.

Manifestações de sociabilidade com raízes fundas no imaginário eborense, as touradas suscitavam o interesse e a afluência de vastas camadas da população. Esta atracção sobre públicos diversificados legitimava, pela coexistência, uma sociedade que se reconhecia nas distâncias e hierarquias: no «enorme recinto [...] completamente cheio de espectadores [...] a um canto, na sombra, uma grande quantidade de estudantes [...] nos camarotes a elite eborense ostentava as suas toillettes luxuosas»<sup>174</sup>. Sob a aparente inocência do pitoresco, do colorido local, transparecem os signos da diferença. Da multidão anónima distinguem-se alguns, pela identificação nominativa de que são objecto quando da redacção da notícia; distinguem-se outros pelos papéis sociais e estatutos de que estão investidos – estudantes, elite; depois vem a distinção pelo olhar – o realçar das vestes luxuosas, da ostentação inscrita no corpo; finalmente, é a própria praça que se desdobra numa série de espaços/sinais diferenciados e diferenciadores – os lugares ao sol, presentes porque omissos, a sombra, dos estudantes, os camarotes, da elite.

### 3.7. As feiras.

As práticas de sociabilidade inventariadas até ao momento foram ordenadas com base no local em que se efectivavam.

Partiu-se de uma leitura concêntrica da cidade, segundo a qual as práticas primeiro analisadas foram as decorridas no espaço privado e doméstico (as *soirées* em casas particulares); seguiu-se uma deambulação por outros recintos fechados situados além das fronteiras domésticas (sedes associativas, teatros, cafés); concluiu-se com a referência a locais situados ao ar livre, se bem que delimitados (Passeio Público e praça de touros). Ora, em contraponto com este acantonamento das práticas de sociabilidade em espaços fragmentados e descontínuos, surgem momentos em que toda a cidade se identifica com o fenómeno festivo ou comemorativo. Não só os espaços de

sociabilidade resultantes da crescente especialização funcional do tecido urbano são afectados pela dinâmica festiva, como esta se apodera dos espaços das vivências diárias – ruas, largos e praças – que se transfiguram em cenários de festividades diversas. Por uma alquimia de suspensão do quotidiano, a cidade do trabalho e da rotina surge transmutada na cidade da sociabilidade festiva.

Momentos privilegiados de perturbação da quotidiana face cidadina eram as festas e celebrações religiosas, algumas festividades profanas e também as feiras. Estas últimas, muitas vezes interceptando o calendário litúrgico com as determinantes da vida material, impunham-se como espaços de troca económica, ao mesmo tempo que possibilitavam inúmeras actividades lúdicas<sup>175</sup>. Em Évora, os eventos desta natureza eram vários<sup>176</sup>, no entanto, já em 1867 a *Folha do Sul* considerava que a feira de São João estava pior que nos anos anteriores, o mesmo sucedendo a todas as feiras «de cujos locais se avisinham as rápidas comunicações». Sobre a feira de São João, o jornal especificava que a situação talvez ficasse a dever-se também ao facto de no sítio da feira não haver «uma diversão suportável»<sup>177</sup>. Diagnósticos semelhantes pareciam com frequência na imprensa local quando se tratava de apreciar a evolução das feiras ao longo de toda a segunda metade do século XIX: acentuavam tanto a decadência das suas funções económicas como a pobreza da oferta de diversões e oportunidades de convívio. Mau grado as opiniões coevas, as feiras eram eventos multifacetados – comportando aspectos económicos, sociais e culturais – e, no seu conjunto, despertavam o interesse das populações, num *tempo longo* que resistia à força desagregadora dos sinais de modernidade<sup>178</sup>.

As feiras, espaços públicos de sociabilidade, caracterizavam-se, ainda, pela informalidade das relações, por uma exuberância de comportamentos alheia aos valores de sobriedade e contenção, próprios das éticas dominantes<sup>179</sup>. Aos espectáculos da Companhia Dallot, sediada no recinto da feira, acudiam «moças namoradeiras [e] damas de qualquer idade e feitio [...] todos, velhos e crianças»<sup>180</sup>, e, não raro, os espectáculos eram classificados de «baixa comédia e de ridícula especulação, enlevo dos campónios e ruína inesgotável de ousados pantomineiros»<sup>181</sup>.

No entanto, para além da vertente de sociabilidade concretizada nos próprios recintos das feiras, estas afectavam toda a cidade. Eça de Queirós escreveu em 1867: «Évora nestes dias tem estado com aquela jovial animação que as feiras têm o privilégio de dar às localidades [...] um cortejo ruidoso de divertimentos, de teatros, de bailes, de galanterias, de touros e também um pouco de lucros e de comércio»<sup>182</sup>. Quem não queria usufruir das

recriações disponíveis no local da feira, nem sair dos seus circuitos habituais de relações, podia participar em actividades mais de acordo com o seu estilo de vida: os bailes realizados no Círculo Eborense<sup>183</sup>, os espectáculos das grandes companhias nacionais no Teatro Garcia de Resende<sup>184</sup>, as reuniões efectuadas em casas particulares<sup>185</sup>, ou os bazares no Passeio Público<sup>186</sup>.

### 3.8. Festividades e celebrações religiosas.

As festividades de índole religiosa, para além da prestação do culto, incluíam, de forma integrada, práticas festivas de carácter profano em que a convivialidade ocupava lugar central.

O calendário litúrgico desdobrava-se numa pluralidade de cerimónias religiosas, que pontuavam o ano civil, mobilizando regularmente os crentes. Algumas celebrações eram comuns a todo o mundo católico; mas a forte presença da Igreja na cidade através dos conventos, irmandades, igrejas, ermidas e de um seminário, também contribuiu para a vitalidade das práticas religiosas em Évora ao longo da segunda metade do século XIX<sup>187</sup>. Vale a pena considerar que em 1888<sup>188</sup> Évora possuía, pelo menos, doze irmandades e confrarias, as quais, eram responsáveis pela dinamização de diversas festividades de natureza religiosa. A sombra da Contra-Reforma, desdobrada em estratégias de sedução dos fiéis, atravessava o regime liberal e continuava a fazer-se sentir no universo religioso eborense<sup>189</sup>.

As práticas de sociabilidade ocorridas sob o signo da religião prolongavam-se dos recintos fechados dos templos para os espaços abertos das ruas e impregnavam a malha urbana, estendendo a sua presença a diversos pontos da cidade, mediante a realização de procissões e arraiais.

As solenidades orientavam-se para as celebrações de Cristo, da Virgem, ou dos santos da iconografia católica<sup>190</sup>, e também para as efemérides mais importantes do calendário litúrgico<sup>191</sup>. Mas, para além dos preceitos canónicos, a Igreja dedicava a sua atenção a todo um conjunto de actividades comemorativas ligadas à esfera temporal, fossem elas relativas à especificidade do universo eborense ou aos símbolos do poder e da identificação nacional. No primeiro caso enquadravam-se, por exemplo, as celebrações da fundação da Casa Pia de Évora, no segundo cabiam, nomeadamente, as comemorações que assinalavam os momentos mais significativos da vida e morte dos membros da família real e de alguns elementos do governo, as suas visitas a Évora, o aniversário da Restauração, e as vitórias militares portuguesas<sup>192</sup>. Era o contributo da Igreja para a construção da memória colectiva dos gru-

pos, mediante um processo de «capilarização» da vida quotidiana através da religião.

Acto de fé, a frequência das actividades religiosas cruzava no mesmo espaço de sociabilidade indivíduos de diversos estratos sociais, identificados por um elo religioso: «em última análise, a prática [era] o sinal de adesão, quanto mais não seja formal, à Igreja e aos seus princípios»<sup>193</sup>. A proximidade dos corpos e a vigilância dos olhares, no espaço circunscrito do templo, materializam diferenças no porte, no vestuário e nos comportamentos, que remetiam para as distâncias sociais existentes. Em Novembro de 1886, a um *Te Deum* solene na Sé, para festejar o aniversário natalício do rei D. Luiz, «Assistiram as autoridades superiores do districto, a municipalidade, empregados de varias repartições, a officialidade da guarnição e do tribunal militar, e bastante povo»<sup>194</sup>. O periodista identificou os representantes do aparelho político, administrativo e militar, distinguindo-os em relação ao restante «povo». Os templos funcionavam como instâncias de afirmação e integração das distâncias, de legitimação dos papéis, e adquiriam a sua plena dimensão de espectáculo social, pelo brilho e solenidade do acompanhamento vocal e instrumental, frequentemente utilizado nas missas.

Mas, as manifestações da religiosidade colectiva ultrapassavam as fronteiras do espaço fechado dos templos e projectavam-se nas ruas da cidade, pelas muitas e elogiadas procissões realizadas em Évora ao longo de toda a segunda metade do século<sup>195</sup>. O calendário religioso iniciava-se com a procissão de Cinzas (*Folha do Sul*, 1867-3-13), prosseguia com a procissão dos Passos (*ibid.*, 1866-3-10), a procissão do Corpo de Deus (*ibid.*, 1867-5-22) e a do Santíssimo Sacramento (*Manuelinho d'Evora*, 1896-7-27), para além de outros cortejos processionais dedicados a diferentes santos ou ao culto mariano.

De entre todas elas sobressaía, pela solenidade e esplendor, a procissão do Corpo de Deus, cuja tradição remontava ao Antigo Regime<sup>196</sup>. A importância simbólica da cerimónia fica perfeitamente evidenciada pelas minuciosas descrições surgidas na imprensa da época, valendo a pena apresentar detalhadamente pelo menos uma delas. O jornalista, após referir que a procissão, como nos anos anteriores, saía da Sé, passou a descrever a forma como se organizava o cortejo: «Abriam o prestito duas praças de cavallaria n.º 5 e a banda dos Amadores De Musica, seguindo-se seis cavallos, lindamente ajaezados, pertencendo dois à casa Barahona, [...] um pertencente à exm.ª senhora D. Maria Cristina Vieira [...] um pertencente ao sr. dr. Manoel Alves Branco [...] e os restantes dois cavallos pertencentes à exm.ª sr.ª Condessa da Costa [...]. Em seguida montado n'um soberbo cavallo ia a imagem de S. Jorge e um praça da cavallaria comandado por um alferes. Atraz [...]

marchava a Banda da Real Casa Pia [...]. Incorporavam-se as confrarias do S. Sacramento das freguesias de Sé, Santo Antão, São Pedro, bem como os seminaristas, exm.º Cabido [...] seguindo-se o Pallio debaixo do qual conduzia o Santissimo Sacramneto, sua Ex.ª Rvdm.ª o Sr. Arcebispo acolytado por dois senhores conegos. Atraz do Pallio seguia a Camara Municipal, o sr. general Ferreira Sarmiento, o tenente Raul Cordeiro, o sr. dr. Mario de Carvalho Aguiar, Secretario do Governo Civil, representando o Chefe do Districto. Administrador do Concelho Interino o sr. José Rosado Victoria, Comendador Francisco José de Mira, Secretario do Lyceu, sr. Augusto Calça e Pina, secretario da Camara Municipal sr. Augusto do Nascimento Salgado [...] seis bombeiros representando a Real Associação dos Bombeiros Voluntarios, o agronomo Manuel Vicente Lobo Rodrigues Chicó, juiz de paz de St.º Antão, sr. José Claudino Pereira de Lima e toda a officialidade do Estado Maior que durante o percurso pegaram nas varas do Pallio. Fazia guarda de honra uma força do destacamento de Infantaria n.º 11 [...] e respectiva banda, assim como o grupo de Artilharia de Montanha e o Regimento de cavallaria n.º 5, fechando o prestito uma força de polícia»<sup>197</sup>.

A procissão do Corpo de Deus era, indubitavelmente, uma prática de sociabilidade propícia à ostentação e consolidação das relações entre a Igreja e a vertente institucional e formal do poder temporal; à mobilização das diversas instâncias de poder com representação local; e à encenação dos rituais de legitimação e de distinção dos indivíduos que participavam na cerimónia consubstanciando a personalização desse poder – a maior ou menor proximidade em relação à relíquia sagrada era um importante factor de hierarquização<sup>198</sup>. A procissão-espectáculo invadia a cidade, dava-se a ver e adquiria significação e inteligibilidade por esse mesmo facto<sup>199</sup>. Em termos sociológicos representava, simultaneamente, um processo de consagração das elites – religiosas e laicas – e um factor de coesão da comunidade sob o signo da religião.

Em suma, missas e procissões faziam parte das denominadas sociabilidades formais, pela profunda ritualização dos comportamentos que implicavam. As primeiras desenrolavam-se normalmente no interior dos templos, as segundas percorriam as ruas; ambas remetiam para conteúdos de natureza sagrada e espiritual, os quais, em estreita articulação com os mecanismos de dominação do poder temporal, estabeleciam a configuração ideológica da sociedade eborense de Oitocentos.

Para além das celebrações mais directamente relacionadas com os preceitos litúrgicos, o fenómeno religioso desdobrava-se ainda em festas profanas, ligadas ao culto mariano e aos santos populares. As festividades efectua-

vam-se em vários pontos da cidade, em certos casos no campo, e compunham-se de fogo de artifício, iluminação, música a cargo de bandas filarmónicas, quase sempre, bailes e bazar, sendo participadas por uma «multidão»<sup>200</sup> em «fraternal convívio»<sup>201</sup>. Eram particularmente célebres as realizadas em honra de Nossa Senhora d'Ayres e do Santo António. A primeira era mesmo considerada «a principal entre as muitas que havia n'esta cidade»<sup>202</sup>, comentário que parece qualificar estas manifestações como fenómeno de certa importância na rede de sociabilidades eborense da segunda metade do século XIX. Tais sociabilidades congregavam o interesse de uma multidão anónima, que, assim, gozava alguns momentos de lazer e recreio, enquadrados e legitimados pelo calendário litúrgico. À solenidade da missa e da procissão contra-punha-se o arraial, espaço informal de actividades várias onde a convivialidade popular era soberana: um tempo de festa em ruptura com o quotidiano, se bem que concretizado nas ruas, largos e praças das vivências diárias<sup>203</sup>.

Não cabe aqui fazer uma antropologia da dimensão festiva do fenómeno religioso, nomeadamente da articulação entre o litúrgico e o profano, no entanto pode afirmar-se que, no universo eborense do século XIX, essas relações eram estreitas, de fronteiras subtis e ambíguas, submetidas ao poder regulador das instâncias religiosas e laicas. As festividades desdobravam-se numa fenomenologia complexa, que cumpria funções de distinção e integração social, e adquiria inteligibilidade, tanto pelo perfil sociológico dos seus participantes, como pelas actividades em que se objectivava; mas eram também, um símbolo de identificação da cidade como um todo, pela função integradora da religião.

### 3.9. Festividades e comemorações profanas.

As comemorações dos símbolos do poder temporal, embora comportassem aspectos integrados pelo cerimonial religioso, apresentavam também uma efectivação laica relativamente autónoma, disseminada por diferentes espaços da cidade.

As visitas da família real, com uma dimensão ostentatória muito vincada (tratava-se do símbolo máximo do poder temporal), obedeciam a esta matriz de concretização. Toda a população deveria sentir a força integradora que a presença real comportava, através de estratégias diversas de suspensão do quotidiano. A cidade transfigurava-se, engalanando-se, disfarçando como podia (verdura, arcos triunfais, colchas nas janelas, iluminações temporárias, nomeadamente na casa da câmara e nos largos dos arraiais) os sinais das difi-

culdades diárias inscritos nas suas artérias. O cortejo régio percorria várias ruas, num desfile investido de todos os símbolos de poder e prestígio da corte, por extensão reflectidos nos representantes locais que integravam o séquito. Seguiam-se as celebrações religiosas, a prestação de homenagem por parte dos representantes da população e das autoridades locais, e os banquetes comemorativos na residência de algumas pessoas ricas da cidade, nomeadamente no Palácio do Ramalho<sup>204</sup>. A par destas solenidades decorriam, disseminadas pela cidade, toda uma série de actividades que contribuíam para criar um ambiente de excepção, de perturbação da rotina, vivido pela cidade durante as visitas régias: o(s) teatro(s) promovia(m) espectáculos; o Passeio Público iluminava-se a preceito e oferecia concertos; em alguns largos e praças efectuavam-se bailes, ouviam-se as bandas e gozava-se a iluminação festiva; a praça de touros organizava touradas; e os mais pobres recebiam dádivas – dinheiro, vestuário e mantimentos – para minorar as asperezas da vida<sup>205</sup>.

A cidade em festa desdobrava-se em manifestações diversas e diferenciadas, que proporcionavam aos grupos sociais as formas mais adequadas de assinalar o momento. O cortejo era o ponto alto da identificação da cidade com o símbolo máximo do poder nacional; todas as outras manifestações, embora participando do mesmo processo de identificação, se inscreviam na diferenciação social característica da cidade, conduzindo a práticas de sociabilidade distintas e distintivas, efectuadas em espaços diversos, também eles, por um efeito de homologia, tradutores da complexidade sociológica do universo eborense. Era essa diferenciação social que, em última análise, a riqueza fenomenológica em que se consubstanciavam as visitas reais a Évora acabava por legitimar e daí, precisamente, a sua operacionalidade enquanto processo de identificação da cidade e, também, a sua força integradora.

O programa das celebrações do 1.º de Dezembro (outro símbolo da identidade nacional) ilustrava igualmente a lógica subjacente ao desdobramento das actividades: para além do *Te Deum* na catedral, havia música pelas bandas filarmónicas que, concentradas na Praça do Geraldo, percorriam depois diversas ruas, bodo aos pobres, e sarau literário no teatro<sup>206</sup>. Acções concretizadas em espaços abertos – ruas, largos e praças – destinadas a serem participadas pela população comum; beneficência, para a data assinalada chegar aos mais necessitados sob a face da solidariedade; finalmente o sarau literário – no espaço do teatro –, para aqueles cujas competências sociais e culturais possibilitavam a sua fruição. Embora com aparato mais modesto, as celebrações do 1.º de Dezembro partilhavam dos mesmos símbolos de diferenciação e integração que as das visitas régias.

Mas, para além das comemorações e festividades relativas às celebrações dos símbolos de identidade nacional, todo um outro conjunto de manifestações funcionava como mecanismo de legitimação das autoridades locais, civis e militares: as festas decorrentes do retorno do governador civil à cidade após visita pelo distrito, ou o regresso de manobras do Regimento de Cavalaria n.º 5. Uma comitiva de recepção constituída pelas pessoas «principaes» e «notaveis» da cidade, percorria as ruas enfeitadas com flores e bandeiras, num desfile de carruagens e cavaleiros que acompanhava o(s) home-na-geado(s), ao mesmo tempo que eram lançados foguetes alusivos. As bandas filarmónicas eram também chamadas a intervir e animavam as festividades populares (bailes e iluminações), como aconteceu na rua de Aviz, quando do regresso do governador civil, e no largo dos Castelos, no caso da Cavalaria n.º 5<sup>207</sup>.

Estas celebrações comportavam uma vertente solene, mediante a qual as autoridades institucionais e o grupo que lhe estava mais próximo exteriorizavam os sinais de poder e prestígio de que estavam investidos, dando-se a ver em desfile de consagração, num processo de legitimação das suas posições relativamente à cidade que os recebia. Depois seguiam-se as sociabilidades populares, prolongamento das encenações do poder, aqui na sua dimensão integradora.

À semelhança das celebrações de origem religiosa, as festividades profanas, para além de uma maior ou menor exuberância fenomenológica, caracterizavam-se pela disseminação espacial através do tecido urbano. Transfiguravam as ruas das vivências quotidianas em palcos de festa, faziam delas locais privilegiados, mas não exclusivos, da legitimação/encenação das relações de poder, tanto na sua vertente diferenciadora como de integração do universo sociológico eborense. Daí advinha, precisamente, a mobilização de outros espaços de sociabilidade que, envolvidos no processo de identificação da cidade, surgiam, nesses momentos, não com espaços segmentares, mas como um todo, inteligível pela referência ao dito processo.

### 3.10. Em vilegiatura – ou a busca de outros espaços.

As sociabilidades dos eborenses não se circunscreviam apenas a Évora, conforme demonstram as peças jornalísticas em que anualmente se noticiavam os nomes dos indivíduos e/ou famílias que partiam em vilegiatura – expressão corrente da época. A razão da inclusão destas práticas no âmbito da rede de sociabilidades eborense prende-se com dois motivos, aliás interli-

gados: as listas nominativas, bem como os locais de destino, eram minuciosamente apresentados, o que deixa antever não apenas a importância do evento em si mas também a notoriedade local das pessoas arroladas; por outro lado, um tal relevo não pode deixar de ser entendido como uma mensagem para o interior da própria cidade, mediante a qual se traçava uma linha de fronteira entre os que ficavam e os que partiam, e se identificavam estes últimos como um grupo que, pelas circunstâncias, gozava de atributos comuns.

Em 1864, a *Folha do Sul* noticiava a abertura de um estabelecimento de banhos termais no Luso<sup>208</sup>. Era uma informação breve, pouco desenvolvida, como se fosse dirigida a um público perfeitamente a par do tema. De facto, os eborenses participavam destas sociabilidades sazonais. O mês de Setembro era normalmente aquele em que se assistia à debandada das famílias e, nessa altura, surgiam nos jornais<sup>209</sup> as listas discriminativas dos que tinham saído da cidade e estavam «em praias, thermas e digressões»<sup>210</sup>.

Que buscavam os eborenses nessas paragens? O recreio sem dúvida, mas as motivações relacionadas com a saúde também estavam presentes. O jocoso comentário do jornalista do *Manuelinho d'Evora*, em 1881, é prova disso mesmo: «Nota-se a este respeito um facto conhecido: ha em Évora onze facultativos e apenas dois foram a banhos, e d'esses um nem exerce a clinica, e o outro pouco ou quasi nada»<sup>211</sup>. Claro que o autor da frase omitia um aspecto fundamental: ir a banhos ou, de forma mais genérica, em digressão, pressupunha disponibilidades de tempo e de meios materiais para a viagem e estadia. Não seria mero acaso, ou simples questão de discernimento intelectual, o facto de somente os dois facultativos mais longinquamente ligados à actividade profissional terem adoptado aquela prática. Ir a banhos implicava um esforço financeiro inacessível à maior parte dos eborenses. Provavelmente, os facultativos a que o artigo se referia teriam outras fontes de rendimento que não as resultantes do exercício da actividade decorrente da respectiva formação académica. Só em finais do século apareceram nos jornais locais indicações de que tal prática tendia a generalizar-se: os caminhos-de-ferro vendiam «nas linhas de sul e sueste, de 1 de julho a 15 de outubro, bilhetes de ida e volta a preços reduzidos durante a temporada de banhos»<sup>212</sup>. Um maior número de pessoas podia ir a banhos, é certo, mas faziam-no diluídas numa multidão anónima, sem outro destaque na imprensa do que o estigma económico. Situação diferente era a daqueles cujos nomes apareciam nos jornais. Em relação a eles sabia-se, até, para onde se deslocavam, informação que permitiu estabelecer algumas tendências no que diz respeito aos locais preferidos. Em 1881<sup>213</sup> e 1882<sup>214</sup>, Setúbal, Ericeira

e Lisboa – por esta ordem – eram as escolhas privilegiadas. Em Setúbal, dizia o jornalista em 1881, era possível encontrar uma «verdadeira colónia alentejana»<sup>215</sup>. Na década seguinte transparecem algumas alterações. Lisboa continuou a ser uma das zonas preferidas, a par de Cascais, mas o extremo-norte do País – Porto, Gerês, Minho (Âncora) – aparece como itinerário inovador em relação à época precedente. As Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Espinho, Granja e Sintra, para citar alguns locais bastante considerados enquanto estâncias de vilegiatura, durante o século XIX<sup>216</sup>, também eram frequentadas pelos eborenses, ainda que aí o fluxo fosse menor. Curiosamente, é através de dois artigos que foram remetidos da Figueira da Foz para o director da *Folha do Sul*, que se pode antever como os eborenses poderiam usufruir das sociabilidades proporcionadas pelas vilegiaturas. Como início de tema, dizia o autor que «uma estação de banhos é o recreio official e obrigado. Os banhistas que se viram obrigados a trabalhar entendem agora a obrigação de divertir-se»<sup>217</sup>. O divertimento começava pela possibilidade de «indivíduos de diferentes terras conviverem amigavelmente n'uma vez para depois se distanciarem indiferentes por um anno ou mais tempo [e por estarem lá] sumidades scientificas, politicas, litterarias, religiosas, a par connosco e outros que taes, que formamos a parte obscura da sociedade»<sup>218</sup>; e culminava com a hipótese de poderem frequentar «a Casa da Associação»<sup>219</sup> [...] nas noites de todas as quintas feiras e domingos» onde se chegam a juntar «perto de cem damas [...] e trezentos cavalheiros»<sup>220</sup> que cantavam, dançavam e jogavam. Para além da clara separação entre trabalho e lazer, e do carácter eventual e efémero atribuído a estas sociabilidades em estâncias balneares e termas, os artigos remetem também para as potenciais vantagens da participação nas práticas mundanas, alargando deste modo o seu quadro de relações e transformando em capital de prestígio e vantagens objectivas o facto de se moverem nos mesmos círculos que as ditas «sumidades».

Mas a ideia de uma certa ruptura com o quotidiano deve ser matizada com outros indicadores. Como se afirmou, certos itinerários polarizaram os interesses balneares dos eborenses e tornaram-se destinos preferenciais das famílias ou indivíduos em vilegiatura. Parte dos circuitos normais de relações mantinha-se, ainda que diluído num conjunto alargado de conhecimentos mais ou menos recentes.

Estas sociabilidades sazonais dos eborenses assemelhavam-se, de resto, ao que sucedia em outras regiões da Europa, onde a frequência de estâncias balneares, termas ou de outros locais de descanso e recreio adquiriu crescente importância<sup>221</sup>. O contacto com a natureza – o campo, o mar, as termas – como fonte de recreação e medida profiláctica ou terapêutica, cujas raízes

recuam no tempo, obedecia no século XIX a determinantes de comportamento que não se esgotavam na apropriação simples de modelos aristocráticos. Assistia-se a uma demarcação cada vez mais nítida entre trabalho e ócio, uma nova estruturação do tempo segundo a qual o lazer surgia como consequência legítima do trabalho<sup>222</sup>. Não foram, com certeza, os novos ritmos da sociedade industrial, no que diz respeito à concepção e organização do tempo, que levaram a gente de Évora a privilegiar os meses de Setembro e Outubro para as suas digressões e vilegiaturas. Paradoxal na aparência, a opção torna-se compreensível se a olharmos como parte do processo de incorporação de comportamentos que «separavam águas» no interior da sociedade eborense e favoreciam a aproximação e entrosamento com indivíduos e grupos de outras partes do País que tinham os mesmos referentes.

Os eborenses em vilegiatura, sobretudo os mencionados na imprensa local, participavam numa prática de sociabilidade cíclica, claramente orientada para as actividades mundanas e o pleno lazer. Em espaços tão variados como o ar livre, os clubes e os casinos, os comportamentos eram ritualizados e selectivos, e não será descabido, a propósito do caso eborense, citar o *Journal des Dames* de 1846: «As águas são no Verão o que os salões são no Inverno»<sup>223</sup>. As práticas adquirem inteligibilidade e harmonia quando inscritas nos espaços dos estilos de vida.

#### 4. «Entre práticas e representações»: uma rede significativa.

Toda a malha urbana de Évora era, como vimos, atravessada por múltiplas práticas de sociabilidade, umas realizadas num plano estritamente privado, selectivas, exclusivistas, outras concretizadas em espaços públicos, interiores e exteriores, mas de ampla acessibilidade. Uma vez essas práticas assumiam uma vertente segmentar e descontínua, individualizadas na morfologia citadina, pois afectavam apenas o espaço onde ocorriam, e distintas, na medida em que inscreviam uma fronteira entre os que delas partilhavam e os que ficavam excluídos. Outras vezes criavam uma dinâmica globalizante, tornando a cidade um espaço total de sociabilidade, mas desdobrado em variados cenários, nos quais os diversos grupos cunhavam as respectivas marcas de diferenciação.

O primeiro caso (associações culturais e recreativas, o teatro, o café, o Passeio Público, as praças de touros e, também, as *soirées* ocorridas em casas particulares<sup>224</sup>), integra-se num processo de «racionalização» do espaço citadino – incluindo o doméstico –, resultante da «contínua influência da 'efi-

cácia' baseada em critérios 'racionalis' [...] não apenas ao campo da indústria e da expansão económica, como ainda nas esferas social e cultural»<sup>225</sup>. A dinâmica de especialização dos espaços de sociabilidade pode ser considerada como a projecção desta matriz «racional» na configuração da rede urbana, traduzindo a congruência entre a institucionalização simbólica e organizacional e o centro político<sup>226</sup>.

Em princípios de 1860, um periodista queixava-se da fraca participação na vida de sociabilidade, considerando que os eborenses apenas acorriam às festas religiosas<sup>227</sup>. A cidade oferecia poucos espaços de sociabilidade: três associações de natureza cultural e recreativa, um único teatro público, raros cafés – ao ponto de o inaugurado em 1862 ter sido objecto de notícia detalhada no *Scholastico Eborensis*<sup>228</sup>. Quanto ao Passeio Público, era uma criação recente. A situação era já algo diferente no virar do século: não tanto pela emergência de novas práticas de sociabilidade, mas sobretudo pela proliferação dos espaços que favoreciam as tendências inovadoras verificadas no período anterior, nomeadamente os cafés, os teatros e as associações culturais e recreativas. No âmbito destas últimas, o velocipedismo era a grande novidade, enquanto se consolidava o antes incipiente teatro amador.

Todos aqueles espaços – menos, é claro, as residências onde se davam *soirées* de familiares e amigos – estavam de alguma forma submetidos à caução das autoridades locais e dependiam das orientações do aparelho jurídico e administrativo nacional. A mundanidade relatada pela imprensa eborense realizava-se na estrita legalidade, e consubstanciava-se em actividades recreativas, culturais e filantrópicas, conformes aos ditames da ordem instituída. Pontualmente, algumas escaramuças punham em causa a «boa ordem» dos eventos; não porque estes fossem transgressores mas, precisamente, porque certas pessoas não actuavam conforme as regras estabelecidas. De resto, as ditas escaramuças raramente ocorriam nos espaços de sociabilidade referenciados ao longo deste estudo e, sobretudo, não envolviam os protagonistas objecto de destaque.

De facto, independentemente de as fontes jornalísticas poderem apresentar lacunas, nomeadamente no que diz respeito à virtual irrupção do conflito no âmbito das práticas de sociabilidade tratadas, a questão pode e deve ser perspectivada tendo em conta outros aspectos. Como se disse noutro ponto do trabalho, os jornais eborenses partilhavam dos desígnios civilizados em voga<sup>229</sup>, desígnios esses entendidos não só no sentido de um alargamento da instrução e contributo para a promoção educacional dos cidadãos, mas também de difusão dos modelos de comportamento conformes à «civildade»<sup>230</sup>. Ora, era precisamente aos espaços classificados como segmentares,

descontínuos e delimitados<sup>231</sup>, que os jornalistas eborenses do tempo iam buscar os exemplos mais ilustrativos, explicitados pelos atributos de «elegância», «bom gosto», «esmerada educação», e «ilustração».

Submetidos a uma crescente interdependência funcional no domínio das relações pessoais e a um monopólio da violência pelos centros políticos, os indivíduos incorporavam nos seus comportamentos uma maior contenção e regulação das pulsões, referentes que funcionavam também como sinais de distinção dos estratos sociais superiores, numa estratégia de distanciamento e diferenciação face a outros grupos. Isto clarifica a preferência dos periodistas eborenses em noticiarem os chamados «comportamentos civilizados»; explica o facto de as manifestações de violência não transparecerem nas actividades desenvolvidas naqueles espaços; e configura o perfil sociológico dos indivíduos como pertencentes ou aproximando-se dos estratos superiores da sociedade eborense de Oitocentos<sup>232</sup>.

Ainda que alguns dos espaços mencionados – praça de touros, teatros, Passeio Público ou cafés – estivessem abertos a vários grupos sociais, as práticas de sociabilidade neles ocorridas obedeciam a uma dinâmica de efectivação conforme aos padrões de comportamento e estilos de vida dos grupos dominantes, dificilmente conciliável com a emergência de conflitos que perturbassem o seu prestígio social.

As festividades, celebrações e comemorações, religiosas ou profanas, proporcionavam uma sociabilidade disseminada pela cidade, identificando-a com os símbolos do poder religioso e temporal. Além das ruas, largos e praças, afectava também os espaços classificados como «delimitados». No entanto, esse objectivo integrador, só podia concretizar-se por uma fenomenologia abrangente das diferenças sociais e daí, precisamente, a mobilização de todos os espaços e práticas de sociabilidade, representativos da diversidade de estilos de vida e do jogo de tensões sociais. Nestes momentos de ritual festivo, de transmutação do quotidiano, quando se procurava «inventar uma personalidad común»<sup>233</sup> para o universo social eborense, as manifestações de violência, denunciavam uma insuficiente inculcação dos mecanismos integradores relativamente a alguns segmentos da população. Submetidos à vigilância policial, e normalmente incluídos nos programas das festividades promovidas pelas autoridades religiosas ou laicas, os arraiais deixavam transparecer as suas raízes populares e rurais<sup>234</sup>, dando lugar a exuberâncias e excessos que, por vezes, redundavam em tumultos perturbadores do poder instituído. Era a transição/contaminação para/e de outras manifestações/redes de sociabilidade, que não fazem parte dos objectivos deste estudo.

- 1 Cfr. Roger Chartier, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, 1988, p. 23.
- 2 Sobre a questão da vertente burguesa e civilizadora do jornalismo português oitocentista cfr., nomeadamente: José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, 1965, p. 144; Maria de Fátima Nunes, «O publicismo e a difusão dos conhecimentos úteis», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo 1820-1851*, Lisboa, 1991, p. 238; Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, 1988, p. 147-48; id., «Sociabilidade, comunicação e aprendizagem», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo 1820-1851*, Lisboa, 1991, p. 377.
- 3 Gil do Monte, *O Jornalismo Eboresense*, 2.ª ed., Évora, 1978.
- 4 Não está feito um estudo sobre a imprensa eboresense que permita a obtenção de elementos mais específicos sobre a identificação dos seus produtores e receptores (posição relativa no espaço social, volume e composição do seu capital) ou até sobre os meios de difusão da mesma. Gil do Monte (*op. cit.*) não trata, nem esse é o seu objectivo, estas questões.
- 5 Roger Chartier, *op. cit.*, p. 23.
- 6 Cfr. Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, 1989, p. 139.
- 7 Roger Chartier, *op. cit.*, p. 17.
- 8 Cfr. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, pp. 174-78.
- 9 *Ibid.*, p. 176.
- 10 Cfr. Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, 1975, p. 25.
- 11 Cfr. Pierre Bourdieu, *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, 1985, pp. 112, 139-44, 189-93.
- 12 Cfr. Giuliana Gemelli e Maria Malatesta, «Introduzione. Le avventure della sociabilità», in G. Gemelli e M. Malatesta (introd. e dir.), *Forme di sociabilità nella storiografia francese contemporanea*, Milano, 1982, p. 102.
- 13 Eça de Queirós, *Da Colaboração no «Distrito de Évora», I (1867)*, Lisboa, s/d., p. 111.
- 14 Id., *Uma Campanha Alegre*, Lisboa, s/d., p. 225.
- 15 *Folha do Sul*, n.º 178, 1866-06-07, p. 3.
- 16 *Ibid.*
- 17 *Folha do Sul*, n.º 342, 1867-10-23, p. 3.
- 18 Nuno L. Monteiro Madureira, *Inventários Aspectos do Consumo e da Vida Material em Lisboa nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas, UNL-FCSH, 1989, p. 161.
- 19 *Folha do Sul*, n.º 190, 1866-03-23, p. 2.
- 20 *Ibid.*, n.º 63, 1864-11-27, p. 2.
- 21 *Ibid.*, n.º 29, 1864-03-27, p. 3.
- 22 *Ibid.*, n.º 178, 1866-02-07, p. 3.
- 23 *Manuelinho d'Evora*, n.º 10, 1881-03-22, p. 2.
- 24 *Ibid.*, n.º 14, 1882-06-14, p. 1.
- 25 Seria Gabriel Pereira («G. P.») o autor do folhetim?
- 26 Cfr. Eça de Queirós, *op. cit.*, p. 111.
- 27 *Manuelinho d'Evora*, n.º 27, 1881-07-19, p. 2.
- 28 António Francisco Barata, *Noites de Évora*, n.º 1, Évora, 1897, pp. 3-4.
- 29 Cfr. Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 143.
- 30 *Manuelinho d'Evora*, n.º 767, 1896-02-16, p. 1.
- 31 Cfr. Eça de Queirós, *op. cit.*, p. 111.
- 32 Cfr. *Manuelinho d'Evora*, n.º 767, 1896-02-16, p. 1.
- 33 Eça de Queirós, *op. cit.*, p. 164.
- 34 Cfr. o *Manuelinho d'Evora*, n.º 767, 1896-02-16, p. 1.
- 35 *Ibid.*
- 36 Embora o jornal tenha sobrevivido pouco tempo – cerca de um ano – a importância do artigo citado justifica a sua inclusão no quadro das representações das sociabilidades eboresenses.
- 37 *A Akorada*, n.º 21, 1903-12-31, p. 1.
- 38 *Ibid.*
- 39 V. António Francisco Barata, *Noites de Évora*, n.º 1, Évora, 1897, pp. 3-4.
- 40 A ideia de que a dinâmica do movimento associativo é um indicador privilegiado para a apreensão das características das relações de sociabilidade, foi a hipótese teórica seguida por Maurice Agulhon no seu livro *Le Cercle dans la France Bourgeoise* (Paris, Mouton, 1977). Posteriormente este mesmo autor (no prefácio à edição de 1984 da obra *Pénitents et franc-maçons de l'ancienne Provence*, Paris, 1984, 1.ª ed. 1968), reconsiderou tal hipótese integrando o movimento associativo num mais vasto conjunto de indicadores, igualmente operativos no estudo daquela temática.
- 41 Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p.º 14.
- 42 Cfr. Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, Lisboa, s/d., p. 224.
- 43 Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Lisboa, 1983, p. 38. Sobre a questão da crescente especialização funcional da casa burguesa e conseqüente diferenciação entre as zonas franqueadas aos visitantes e as que eram do domínio exclusivo da família ver também Adeline Daumard, *Les bourgeois et la bourgeoisie en France*, Paris, 1987, pp. 105-16 e Roger-Henri Guerrand, «Espaços privados», in Philippe Ariès e Georges Duby (dir.), *História da Vida Privada. Da Revolução à Primeira Guerra*, vol. 4, Porto, 1990, pp. 332-35.
- 44 Para a identificação de todos os jornais consultados ver a bibliografia final, na secção dedicada às fontes impressas.
- 45 *Manuelinho d'Evora*, n.º 222, 1885-4-21, p. 2.
- 46 *Folha do Sul*, n.º 342, 1867-10-23, p. 3.
- 47 *Manuelinho d'Evora*, n.º 205, 1884-1-23, p. 3.
- 48 *Ibid.*, n.º 460, 1890-2-23, p. 2.
- 49 Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, p. 177.
- 50 Ver, por exemplo o *Manuelinho d'Evora*, n.º 59, 1882-3-7, p. 2, n.º 106, 1883-1-30, p. 3, n.º 205, 1884-1-23, p. 2 e n.º 460, 1890-2-23, p. 2.
- 51 Ver por exemplo o *Notícias d'Évora*, n.º 2925, 1910-7-5, p. 2, em que a data de realização da *soirée* coincide com o dia de São Pedro (mais exactamente na noite de 28 para 29 de Junho).
- 52 *Ibid.* A *soirée* a que se refere a nota anterior decorria no dia de São Pedro e na semana da feira de São João.
- 53 Ver por exemplo o *Manuelinho d'Evora*, n.º 263, 1886-2-2, p. 3 e 285, 1886-7-6, p. 2.
- 54 *Ibid.*, n.º 424, 1889-6-16, p. 3.
- 55 Cfr. João Lourenço Roque, «Coimbra de meados do século XIX a inícios do século XX. Imagens de sociabilidade urbana», *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990, p. 305, mostra precisamente que as *soirées* podiam ocorrer por outros motivos que não apenas os inventariados a partir da imprensa eboresense.
- 56 Sobre da questão das motivações, oportunidade e sabedoria de receber e retribuir visitas ou promover reuniões privadas, entre as quais as *soirées* ver, para o caso português, Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, pp. 43-45. Para uma perspectiva comparada veja-se, por exemplo, Anne Martin-Fugier «Os ritos da vida privada burguesa», in *História da Vida Privada. Da Revolução à Primeira Guerra* cit., pp. 205-8 e 211-15; Maurice Agulhon, *Le cercle dans la France bourgeoise*, Paris, 1977, p. 25; Adeline Daumard, «La vie de salon en France dans la première moitié du XIX<sup>e</sup> siècle», in Étienne François (dir.), *Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse (1750-1850)*, Paris, 1986, pp. 81-92.

- 57 *Folha do Sul*, n.º 342, 1867-10-23.
- 58 Cfr. Pierre Bourdieu, *op. cit.*, pp. 278-80.
- 59 Estes múltiplos aspectos que caracterizavam a forma como decorriam as *soirées* aparecem referidos em vários artigos da imprensa eborense, veja-se por exemplo: *Folha do Sul*, n.º 282, 1867-3-16, p. 3; n.º 308, 1867-5-14, p. 3; n.º 342, 1867-10-23, p. 2; *Manuelinho d'Evora*, n.º 59, 1882-3-7, p. 3; n.º 106, 1883-1-30, p. 3; n.º 205, 1884-1-23, p. 2; n.º 222, 1885-4-21, p. 2; n.º 263, 1886-2-2, p. 3; n.º 285, 1886-7-6, p. 3; n.º 424, 1889-6-16, p. 3; n.º 460, 1890-2-23, p. 3; *Notícias d'Évora*, n.º 2799, 1910-2-5, p. 3; n.º 2925, 1910-7-5, p. 2.
- 60 Cfr. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, pp. 15, 20-25, 44-45.
- 61 Cfr. Pierre Bourdieu, *op. cit.*, pp. 134-36.
- 62 Georg Simmel, *Sociologie et Épistémologie*, Paris, 1981, p. 136.
- 63 *Manuelinho d'Evora*, n.º 106, 1883-1-30, p. 3.
- 64 *Ibid.*, n.º 222, 1885-4-21, p. 2.
- 65 As informações recolhidas não permitem estabelecer fronteiras claras entre burgueses e aristocratas quanto à promoção e frequência das *soirées*. Se distinções havia não eram visíveis nesta forma de sociabilidade, embora algumas vezes se mencionasse que as reuniões decorriam em casa de famílias ligadas ao sector nobiliárquico: o barão de Torralva (*Manuelinho d'Evora*, n.º 106, 1883-1-30), o visconde da Serra da Tourega (*ibid.*, n.º 205, 1884-1-23) os Coelho Villas Boas (*ibid.*, n.º 222, 1885-4-21) e os Torres Vaz Freire (*Notícias d'Évora*, n.º 2925, 1910-7-5). Os demais apelidos familiares não apontam, pelo cotejamento que se fez com outro tipo de informações, para a existência de ligações precisas à aristocracia. Refiro-me aos Didier (*Folha do Sul*, n.º 282, 1867-3/16), aos Gançoso (*ibid.*, n.º 342, 1867-10-23), aos Costa Pereira (*Manuelinho d'Evora*, n.º 52, 1882-3-7), aos Margiochi (*ibid.*, n.º 285, 1886-7-6), aos Bugalho (*ibid.*, n.º 263, 1886-2-2) aos Meneses Gouveia (*ibid.*, n.º 424, 1889-6-16), aos Vitória, Chaby, e Sotto Mayor (*ibid.*, n.º 460, 1890-2-23). De resto, e este ponto é fulcral para a compreensão do que eram e representavam as sociabilidades das *soirées*: os participantes eram caracterizados, conforme já referi do corpo do trabalho, como a «melhor sociedade» (*Manuelinho d'Evora*, n.º 205, 1884-1-23, p. 3) ou a «elite d'Évora» (*ibid.*, n.º 460, 1890-2-23, p. 2). Realçava-se o que constituía factor de coesão, em detrimento de virtuais clivagens resultantes de origens sociais diferenciadas.
- 66 Cfr. Nuno L. Monteiro Madureira, *op. cit.*, pp. 160-63.
- 67 Cfr. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, pp. 370-72.
- 68 Cfr. Maurice Agulhon, *op. cit.*, p. 25 e Adeline Daumard, *op. cit.*, pp. 81-92. Ambos fazem recuar os testemunhos das sociabilidades de *soirées* ao Antigo Regime e a última autora considera que elas são prática ainda visível na sociedade francesa até à Segunda Guerra Mundial.
- 69 Norbert Elias, *O Processo Civilizacional*, vol. II, Lisboa, 1990, p. 243.
- 70 *Ibid.*, p. 244.
- 71 *Ibid.*, p. 245.
- 72 *Ibid.*, p. 246.
- 73 Nuno L. Monteiro Madureira, *op. cit.*, p. 160.
- 74 Michelle Perrot, «Maneiras de habitar», in *História da Vida Privada. Da Revolução à Primeira Guerra* cit., vol. 4, p. 307.
- 75 Georg Simmel, *op. cit.*, p. 127.
- 76 Aprovado por portaria régia expedida pela 3.ª repartição do Ministério do Reino, em 9 de Janeiro de 1837 (informação recolhida no maço de correspondência do Círculo Eborense).
- 77 Estatutos do Círculo Eborense, título 1.º: dos sócios – art. 1.º. A transcrição dos estatutos aparece como resultado de uma reunião da Assembleia Geral, em 1835-2-5, na qual se tratou da reformulação dos estatutos e não consta que, no referente a este aspecto, tinham existido alterações em relação aos iniciais.

- 78 *Collecção de leis e outros documentos officiaes publicados no ano de 1839*, nona série, Lisboa, 1839.
- 79 Manuel Carvalho Moniz, *A Praça do Giraldo*, Évora, 1984, p. 199.
- 80 Estatutos da Sociedade União Eborense, Évora, 1917 (reimpressão dos estatutos aprovados em 1872-4-13).
- 81 Cfr. Manuel Carvalho Moniz, *op. cit.*, p. 200.
- 82 *Ibid.*, pp. 201-4.
- 83 A polémica sobre os malefícios do jogo, principalmente o de azar e envolvendo importantes somas de dinheiro, aparecia periodicamente na imprensa eborense. As críticas e as acusações apontavam certos grupos e certas sociedades, mas nunca identificavam explicitamente os visados. No entanto, a crer nas palavras de António Francisco Barata (*Noites de Évora*, n.º 1, Évora, 1897, pp. 3-4), as sociedades recreativas eram, por vezes, palco desse tipo de actividade.
- 84 O requisito, transcrito dos estatutos da Sociedade União Eborense era comum, ainda que por outros termos, a qualquer uma das outras sociedades culturais e recreativas fundadas em Évora na primeira metade do século XIX.
- 85 O exemplo foi retirado dos Estatutos da Sociedade União Eborense, no entanto este especto aparece como uma característica comum a este tipo de associações, o que permite a sua caracterização como espaços de sociabilidade masculina por excelência.
- 86 Cfr. António Francisco Barata, *op. cit.*, p. 3.
- 87 Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, pp. 366-70.
- 88 Cfr. ADE-NGC, 1888, maço n.º 388.
- 89 Já em 1882, o Governador Civil de Lisboa, «com o intuito de controlar as actividades dos republicanos», obrigava os *centros* políticos da capital a submeterem os estatutos à aprovação do governo, o que obrigou os *clubes* republicanos a registarem-se como associações de recreio e beneficência (cfr. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista 1868-1890*, Lisboa, Difel, 1991, pp. 128-29).
- 90 Cfr. Silva Godinho, «Temas oitocentistas eborenses», *Cidade de Évora*, n.º 67-68, 1984-85, pp. 39-67.
- 91 *Ibid.*
- 92 ADE-NGC, 1892, maço 293. Embora a Associação Comercial fosse uma associação de classe, o facto de a sua sede proporcionar aos respectivos sócios oportunidades de convívio e lazer terá levado o administrador do concelho a contabilizá-la nas associações de recreio.
- 93 Este agrupamento nasce da Associação Filantrópica Academia Eborense e aparece como o grande acontecimento do 1.º de Dezembro de 1900 (cfr. J. M. Monarca Pinheiro, *Memória do Liceu*, Évora, 1991, p. 33).
- 94 Cfr. João Lourenço Roque, «Coimbra de meados do século XIX a inícios do século XX. Imagens de sociabilidade urbana», *Revista de História das Ideias*, vol. 12, 1990, pp. 301-37.
- 95 Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Permanência e Mudança em Duas Comunidades do Litoral: Figueira da Foz e Buarvos entre 1861 e 1910*, vol. II, Coimbra, 1989, pp. 809-18.
- 96 Cfr. Ramalho Ortigão, *As Farpas I*, Lisboa, 1986, p. 151.
- 97 *Ibid.*, p. 152.
- 98 Cfr. Norbert Elias, *op. cit.*, p. 244.
- 99 Sobre a questão da imitação do modelo do associativismo burguês por parte dos grupos populares veja-se o capítulo «La sociabilità di Maurice Agulhon», in Maria Malatesta e Giuliana Gemelli (int. e dir.), *Forme di sociabilità nella storiografia francese contemporanea*, Milano, 1982, pp. 65-68.
- 100 Cfr. A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa. Alguns aspectos estruturais*, Lisboa, 1975, pp. 66 e 70.
- 101 Maria Cândida Proença e António Pedro Manique, «Da reconciliação à queda da monarquia», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo 1851-1910*, Lisboa, 1991, p. 95.

- 102 António Joaquim Lopes da Silva, *Repertório Jurídico Português*, vol. V, Coimbra, 1886-99, p. 324.
- 103 Cfr. Maurice Agulhon, *Le cercle dans la France bourgeoise 1810-1848* cit., pp. 32-34.
- 104 Cfr. David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional, 1810-1913*, vol. I, Lisboa, 1988, pp. 363-73.
- 105 Cfr. Maurice Agulhon, *op. cit.*, pp. 32-34.
- 106 Carlos Basto, *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, 3 vols. (manuscrito inédito).
- 107 *Ibid.*, vol. II, p. 20.
- 108 O estudo dos escritos deste lavrador e proprietário do concelho de Serpa, que viveu entre 1832 e 1889, foi feito por A. C. Matos, M. C. Andrade Martins e M. L. Bettencourt, *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, Lisboa, 1982.
- 109 *Ibid.*, p. 181.
- 110 *Ibid.*, p. 146.
- 111 *Ibid.*
- 112 *Ibid.*, p. 12.
- 113 O baile realizado enquadrava-se nas comemorações da festividade dos Prazeres (cfr. a *op. cit.* na nota anterior, p. 46).
- 114 As referências que se seguem ilustram alguns dos estudos realizados em diversos países sob a temática do associativismo voluntário – em especial o de vertente cultural e recreativa –, sobre os quais me baseei para elaborar a sistematização apresentada no corpo do trabalho: Inglaterra: Crane Brinton «Clubs», *Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. III, New York, 1931, pp. 573-77; Peter Bailey, *Leisure and Class in Victorian England 1830-1885*, London, 1978, pp. 57-80 e 106-23. França, Alemanha e Suíça: além da obra de Maurice Agulhon, *Le cercle dans la France bourgeoise* cit., e G. Gemelli e M. Malatesta (introd. e dir.), *Forme di sociabilità nella storiografia francese contemporanea* cit., existem publicações que são o resultado de encontros de trabalho entre investigadores dos países mencionados, nomeadamente: Et. François (dir.), *Sociabilité et société bourgeoise en France en Allemagne et en Suisse 1750-1850*, Paris, 1986; *Sociétés et sociabilité au XIX<sup>e</sup> siècle*, Colloque à l'Université de Lausanne, Lausanne, 1986; Françoise Thelamon (dir.), *Sociabilité, pouvoirs et société*, Actes du Colloque de Rouen 24-26 novembre 1983, Rouen, 1987. Itália: Maria Malatesta (a cura di), *Sociabilità nobiliare, sociabilità borghese*, Cheiron, n.º 9-10, 1989. Espanha: Antonio-Miguel Bernal, e Jacques Lacroix, «Aspects de la Sociabilité Andalouze. Les associations sevillanes (XIX-XX<sup>e</sup> s.)», *Mélanges de la Casa de Velasquez*, t. XI, Paris, 1975, pp. 435-507; Gary Wray McDonogh, *Las buenas familias de Barcelona. Historia social del poder en la era industrial*, Barcelona, 1989, pp. 242-62.
- 115 Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, p. 368.
- 116 Ramalho Ortigão, *op. cit.*, vol. VI, p. 177.
- 117 As características sociológicas dos frequentadores do Círculo Eborense, a primeira das associações fundadas em Évora, subordinada a objectivos de cultura e recreio, demonstram como no início esta vertente do associativismo eborense se destinava a segmentos restritos da sociedade e, neste caso específico, sempre assim se manteve ao longo do século XIX (veja-se a segunda parte deste estudo). Quanto às outras duas associações – Sociedade União Eborense e Sociedade Harmonia Eborense – aparecidas ainda na primeira metade de Oitocentos, muito embora entre os respectivos membros se encontrassem indivíduos que também eram sócios do Círculo e, pelo seu perfil social, faziam parte da elite, o seu universo de associados era constituído, sobretudo, por elementos situados entre os grupos intermédios da sociedade. Para finais do século, quando o número de associações cresceu de forma significativa, também o universo de recrutamento tendeu a alargar-se: atente-se, a título de exemplo, na própria designação da Sociedade Operária Recreativa Joaquim António d'Aguiar.
- 118 Cfr. Henrique Rodrigues, *Menino e Moço na Cidade de Geraldo-sem-Pavor. Subsídio para a História do Teatro Amador em Évora*, Lisboa, 1981; id., *Teatro em Évora*, Lisboa, 1984.

- 119 As notícias e artigos referentes às actividades ocorridas nos espaços teatrais só tinham paralelo na imprensa local, no que diz respeito à quantidade de informação, com as que anunciavam ou descreviam as cerimónias religiosas. Este aspecto é, em certa medida, um dado significativo para a delimitação dos grandes focos polarizadores das práticas de sociabilidade eborenses na segunda metade de Oitocentos.
- 120 Por vezes o referido teatro aparecia também com a designação de Teatro das Casas Pintadas, conforma vem esclarecido no jornal *Folha do Sul*, n.º 172, 1866-1-17, p. 4.
- 121 *Scholastico Eborense*, n.º 10, 1862-2-15, p. 2; n.º 11, 1862-3-1, p. 2; n.º 12, 1862-3-15, p. 3; n.º 13, 1862-4-1, p. 2.
- 122 O Azylo d'Infância Desvalida de Évora era uma instituição de assistência que se propunha amparar e auxiliar as crianças órfãs, fundada em 2 de junho de 1858 por iniciativa de Maria Inácia Braancamp de Matos Fernandes e seu marido, o comendador José Maria de Sousa Matos, e inicialmente instalada em parte de uma casa cedida pelo casal (*Manuelinho d'Evora*, n.º 419, 1889-5-19, pp. 2-3).
- 123 Este aspecto liga-se com uma questão já abordada quando da análise do movimento associativo eborense de Oitocentos: o Azylo d'Infância Desvalida, não sendo uma associação de carácter cultural e recreativo mas sim de beneficência, também podia promover práticas de sociabilidade. Isso ocorria normalmente quando esta ou outras associações do mesmo tipo, necessitavam suprir dificuldades financeiras a que o Estado, dado o enquadramento jurídico existente, não respondia; no entanto, tais associações não eram fundadas com a finalidade de possibilitar a fruição da vida de relação, de sociabilidade, em contraposição ao que sucedia com as que apresentavam objectivos culturais e recreativos.
- 124 *Manuelinho d'Evora*, n.º 243, 1885-9-29, p. 3.
- 125 *Ibid.*, n.º 262, 1886-1-25, p. 2.
- 126 *Folha do Sul*, 1865-2-15, p. 3.
- 127 *Ibid.*, n.º 119, 1865-7-12, p. 3.
- 128 *Manuelinho d'Evora*, 1885-3-31, p. 2.
- 129 *Scholastico Eborense*, n.º 219, 1863-4-10, n.º 50, p. 3 (este baile foi promovido por um grupo de «cavalheiros da cidade» e reverteu em favor das «madres do convento do Calvário»).
- 130 Cfr. por exemplo a *Folha do Sul*, n.º 172, 1866-1-17, p. 3 ou o *Manuelinho d'Evora*, n.º 55, 1882-2-7, p. 3.
- 131 *Folha do Sul*, n.º 182, 1866-2-24, p. 3.
- 132 *Manuelinho d'Evora*, n.º 913, 1899-4-12, p. 4.
- 133 *Ibid.*, n.º 951, 1900-1-6, p. 3.
- 134 *Voz da Infância*, n.º 8, 1863-11-1, p. 2. Esta posição do jornalista eborense sobre os aspectos pedagógicos e didácticos do teatro não era inédita entre os indivíduos que, no século XIX, se preocupavam com as questões de ordem cultural: cfr. Maria de Lourdes Maria dos Santos, *op. cit.*, pp. 198-204.
- 135 *Folha do Sul*, 1864-11-27, p. 3.
- 136 *Ibid.*, n.º 357, 1867-17-25, p. 2.
- 137 *Ibid.*, n.º 257, 1866-11-28, p. 2.
- 138 *Ibid.*, n.º 357, 1867-12-25, p. 3. Sobre a importância do teatro como «aparelho de sociabilidade», cfr. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, pp. 204-12.
- 139 Cfr. Henrique Rodrigues, *op. cit.*, p. 19.
- 140 Cfr. Túlío Espanca, *Cadernos de História e Arte Eborense. Subsídios para a história contemporânea da cidade*, vol. XXXV, Évora, 1893, pp. 3-38.
- 141 O elogio fúnebre surgido na primeira página do *Manuelinho d'Evora* (1884-2-29), por ocasião do trigésimo dia da sua morte, identifica este indivíduo como o maior criador de gado do

- Alentejo, o proprietário mais empreendedor e o que maior número de máquinas agrícolas empregava nas suas terras.
- 142 Cfr. Túlio Espanca, *op. cit.*, pp. 3-38.
- 143 *Manuelinho d'Évora*, n.º 722, 1895-3-31, p. 3.
- 144 *Ibid.*, n.º 907, 1899-2-19, p. 3.
- 145 *Ibid.*, n.º 765, 1896-1-26, p. 2.
- 146 *Notícias d'Évora*, n.º 2692, 1909-10-1, p. 2.
- 147 *Ibid.*, n.º 2729, 1909-11-13, p. 3.
- 148 *Ibid.*, n.º 2903, 1910-6-11, p. 2.
- 149 Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, p. 207.
- 150 Cfr. Henrique Rodrigues, *op. cit.*, pp. 9-19.
- 151 Cfr. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, p. 209.
- 152 A importância das associações culturais e recreativas enquanto pólos de dinamização das actividades dramáticas era igualmente visível na cidade de Coimbra: cfr. João Lourenço Roque, *op. cit.*, p. 331.
- 153 *Scholastico Eborense*, n.º 29, 1862-9-10, p. 3.
- 154 Sobre esta questão, cfr. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, pp. 35-37, e Adeline Daumard, *op. cit.*, p. 37. Estas autoras consideram que, para além da diversidade de situações e percursos no que diz respeito aos comportamentos e atitudes do grupo que genericamente designam por burguesia, é possível detectar o que definem como uma procura de «equilíbrio», no que diz respeito aos modelos de comportamento e estilos de vida, no qual se enquadram a «boa ordem» e a «decência». Também Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 250, chama a atenção para os valores de sobriedade e contenção, caros às éticas dominantes.
- 155 *Folha do Sul*, n.º 28, 1864-3-20, p. 3.
- 156 Cfr., por exemplo Nuno L. Monteiro Madureira, *op. cit.*, pp. 175-76; Hans Erich Bodeker, «Le café allemand au XVIII<sup>e</sup> siècle: une forme de sociabilité éclairée», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, t. XXVII, octobre-novembre, 1990, p. 577; Jorge Crespo, *A História do Corpo*, Lisboa, 1990, pp. 378-419. Este último autor dá conta das diversas modalidades de jogos praticados na transição do Antigo Regime para o período liberal, dos agentes sociais envolvidos e da actuação das autoridades, nomeadamente em face dos chamados jogos ilícitos, especificando que a província do Alentejo era atentamente vigiada. Na hierarquia dos jogos lícitos, coloca o bilhar no topo dos mais onerosos, e refere mesmo que às localidades mais pequenas (e inclui Évora neste grupo), apenas era concedida uma licença, situação motivadora de protestos por parte dos interessados locais que, revoltados contra tal monopólio, o consideravam indigno de países «civilizados» (p. 396). Estes antecedentes talvez expliquem o relevo que os anúncios da segunda metade do século XIX davam aos cafés que possuíam bilhar.
- 157 Cfr. Nuno L. Monteiro Madureira, *op. cit.*, pp. 171-72.
- 158 «Café Esperança», largo da Porta Nova, n.º 4 e 5; «Ramos e Carvalho», rua Ancha n.º 89 e largo da Porta Nova, n.º 1 e 2; «A. R. Cardoso», antigo «Torres Novas», Praça do Geraldo, n.º 85 e 86; «José Maria Letra», rua do Paço, n.º 25 (*Manuelinho d'Évora*, n.º 126, 1883-6-19, p. 2).
- 159 Cfr. a caracterização feita por Nuno L. Monteiro Madureira, *op. cit.*, p. 175, em relação às tabernas de Lisboa.
- 160 *Manuelinho d'Évora*, n.º 283, 1886-6-22, p. 4.
- 161 Maurice Agulhon, «Il circolo e il caffè», in *Forme di sociabilità nella storiografia francese contemporanea* cit., p. 283; Hans Erich Bodeker, *op. cit.*, p. 586.
- 162 Cfr. Hans Erich Bodeker, *op. cit.*, p. 584, considerou o café como um espaço de sociabilidade que congregava fundamentalmente os indivíduos («burgueses») que «estavam menos in-

- tegrados no sistema tradicional de controlo, [...] de comunicação e solidariedade próprios dos grupos de vizinhança e profissionais» [tradução minha].
- 163 Esta característica do universo das sociabilidades eborenses era igualmente visível em Coimbra: cfr., João Lourenço Roque, *op. cit.*, p. 323.
- 164 *Folha do Sul*, n.º 178, 1866-6-7, p. 3.
- 165 Cfr. Raquel Henriques da Silva, «Do Passeio Público às Avenidas Novas da Lisboa oitocentista», *Revista de História Económica e Social*, n.º 23, 1988, p. 24.
- 166 Sobre esta questão cfr. Túlio Espanca, *op. cit.*, pp. 38-44.
- 167 *Folha do Sul*, n.º 330, 1867-9-7, p. 2.
- 168 Cfr., por exemplo, o bazar realizado em favor do Azylo d'Infancia Desvalida (*Manuelinho d'Évora*, n.º 283, 1886-6-22, p. 2), da Associação Philantropica Eborense, (*ibid.*, n.º 730, 1895-6-16, p. 3), e da Associação dos Bombeiros Voluntários (*Alvorada*, n.º 17, 1903-11-26, p. 3).
- 169 Cfr. Fernando Castelo-Branco, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, 1956, pp. 249-58. O autor trata a questão das touradas, enquadrando-as nas referidas estratégias de poder e prestígio da corte portuguesa de Antigo Regime. Em relação às actividades comemorativas ocorridas em Évora, a propósito da assinatura do tratado de Utreque, Túlio Espanca («Miscelânea histórico-artística: 6.º Arco Triunfal da Paz em 1715», *Cidade de Évora*, n.º 19-20, 1948-49, pp. 173-205) dá-nos conta que, a par de outras manifestações, ocorreu uma tourada na «Praça Maior» (Praça do Geraldo).
- 170 Todas as informações recolhidas sobre as touradas eborenses dão conta de que elas ocorreram na «Praça das Mercês» (*Folha do Sul*, n.º 112, 1865-6-10, p. 3) ou na «Praça de Touros Eborense» (*Manuelinho d'Évora*, 1890-8-10, p. 4). Após 1890 apenas existem referências em relação à última denominação, o que parece indicar que este espaço apareceu em substituição do primeiro.
- 171 Jorge Crespo, *op. cit.*, pp. 307-8, considera que o aparecimento das «Praças», enquanto locais específicos e delimitados, explorados comercialmente por particulares ou colectividades, foi um factor de controlo das paixões e domínio da violência suscitadas pelas corridas de touros: a festa concretizava-se «num espaço e tempo facilmente sujeitos à vigilância e num acto cada vez mais técnico, pela eliminação da anárquica participação de espontâneos e a entrada em cena de 'capinhas assalariadas'».
- 172 Cfr., por exemplo, o *Manuelinho d'Évora*, n.º 488, 1890-9-7, p. 4.
- 173 Cfr. por ordem de citação, o *ibid.*, n.º 82, 1882-8-15, p. 3; n.º 737, 1895-7-14, p. 2; a *Alvorada*, n.º 5, 1903-8-12, p. 2; n.º 13, 1903-10-14, p. 3.
- 174 Cfr. o *Manuelinho d'Évora*, n.º 499, 1890-11-23, p. 2; outra descrição muito semelhante aparece também no mesmo jornal, n.º 740, 1895-8-4, p. 3.
- 175 David Justino, *op. cit.*, vol. I, p. 145.
- 176 Feira de Ramos (*Scholastico Eborense*, n.º 49, 1863-4-1), feira d'Ayres (*Folha do Sul*, n.º 240, 1866-9-26), feira de São João (*ibid.*, n.º 310, 1867-6-29), feira das Candeias (*Manuelinho d'Évora*, n.º 53, 1882-1-20), e feira de São Cypriano (*ibid.*, 1884-10-14).
- 177 *Folha do Sul*, n.º 310, 1867-6-29, p. 3.
- 178 Cfr. David Justino, *op. cit.*, vol. I, pp. 273-78.
- 179 Cfr. Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 250.
- 180 *Manuelinho d'Évora*, n.º 24, 1881-6-28, p. 3.
- 181 *Ibid.*, n.º 75, 1882-6-28, p. 3.
- 182 Eça de Queirós, *Da Colaboração no «Distrito d'Évora» - I (1867)*, Lisboa, p. 164.
- 183 *Folha do Sul* (n.º 311, 1867-7-3, p. 2), deu conta do baile ocorrido naquela associação, na noite de 29 de Junho, elogiando a forma «brilhante» como tudo se desenrolou.
- 184 *Manuelinho d'Évora* (n.º 975, 1900-6-2, p. 4), noticiou, por exemplo, a actuação da Compa-

- nhia do Teatro de D. Maria II, por altura da feira de São João, elogiando bastante o espectáculo ocorrido no Garcia de Resende.
- 185 *Notícias d'Évora* (n.º 2925, 1910-7-5, p. 2), descreveu uma «elegantíssima» reunião que teve lugar, na noite de 28 para 29 de Junho, em casa de D. Maria Sérgio de Torres Vaz Freire.
- 186 *Manuelinho d'Evora*, n.º 735, 1895-6-29, p. 3: bazar em favor da Associação Philantropica Eborense.
- 187 Cfr. *Folha do Sul*, n.º 29, 1864-3-27, p. 2, e n.º 50, 1864-8-21, p. 2.
- 188 Cfr. ADE-NGC, maço n.º 388.
- 189 Sobre o caso específico das confrarias, Maurice Agulhon na sua obra *Pénitents et franc-maçons de l'ancienne Provence*, Paris, 1984, p. 335, considerou que a geografia das confrarias religiosas era também a geografia da Contra Reforma.
- 190 A generalidade das solenidades eborenses enquadrava-se, globalmente, na tipologia das celebrações religiosas estabelecida por Pierre Sanchis na obra *Arraial: Festa de um Povo. As romarias portuguesas*, Lisboa, 1983, pp. 45-47.
- 191 De que são exemplo as comemorações da «Semana Santa» (*Scholastico Eborense*, n.º 44, 1863-2-10, p. 3), do «Mês de Maria» (*Manuelinho d'Evora*, n.º 124, 1883-5-5, p. 2) ou a «Missão do Gallo» (*Alvorada*, n.º 20, 1903-12-24, p. 3).
- 192 Cfr., pela ordem de citação, os seguintes periódicos: *Scholastico Eborense*, n.º 26, 1862-8-10, p. 2; *Manuelinho d'Evora*, n.º 42, 1881-11-4, p. 2; n.º 257, 1885-12-22, p. 2; n.º 309, 1886-12-21, p. 3; *Notícias d'Évora*, n.º 2749, 1909-12-7, p. 3; *Manuelinho d'Evora*, n.º 758, 1895-12-8, p. 2.
- 193 Rui Cascão, *op. cit.*, vol. II, p. 703. O autor fundamenta a sua interpretação na posição expressa por Gérard Cholvy na obra *Religion et société au XIX<sup>e</sup> siècle. Le diocèse de Montpellier*, Lille, 1973, t. II, p. 1541.
- 194 *Manuelinho d'Evora*, n.º 302, 1886-11-2, p. 2.
- 195 De forma algo diferenciada em relação ao que acontecia na Figueira da Foz (cfr. Rui Cascão, *op. cit.*, pp. 704-11), mas bastante semelhante ao que ocorria em Coimbra (cfr. João Lourenço Roque, *op. cit.*, p. 308), em Évora as procissões manifestaram sempre uma importante vitalidade, ao longo de toda a segunda metade do século XIX.
- 196 Cfr. Túlio Espanca, «Curiosidades de Évora – a procissão do Corpo de Deus», *Cidade de Évora*, 1964, n.º 47, pp. 65-72, e Pierre Sanchis, *op. cit.*, p. 121.
- 197 *Notícias d'Évora*, n.º 2892, 1910-5-27, p. 2.
- 198 Cfr. Pierre Sanchis, *op. cit.*, p. 120.
- 199 Uma outra descrição sobre o mesmo evento (*Folha do Sul*, n.º 309, 1867-5-22, p. 2), dá conta das «varias pessoas de distinção» que acompanhavam o cortejo, e que frequentemente também personificavam o poder institucional, da numerosa população ao longo das ruas e da quantidade de povo que vinha dos campos para assistir.
- 200 *Folha do Sul*, n.º 208, 1866-5-30, p. 3.
- 201 *Manuelinho d'Evora*, n.º 21, 1881-6-7, p. 3.
- 202 *Ibid.*, n.º 84, 1882-8-29, p. 3.
- 203 Cfr. Pierre Sanchis, *op. cit.*, pp. 139-44.
- 204 A sumptuosa habitação mandada construir por José Maria Ramalho Dinis Perdigo era conhecida na cidade sob aquela denominação e considerada a primeira casa de Évora, tendo aí sido recebidos alguns membros da família real e outros elementos do governo. Cfr. *Manuelinho d'Evora*, n.º 90, 1882-10-10, p. 1, e também o mesmo jornal no n.º 420, 1889-5-26, p. 2.
- 205 Sobre todas as manifestações que ocorriam quando das visitas reais à cidade, cfr. Túlio Espanca, «Visitas régias a Évora no século XIX», *Cidade de Évora*, n.º 33-34, 1953, pp. 389-430.
- 206 Cfr. o *Manuelinho d'Evora*, 1886-12-1, p. 3.

- 207 Para maiores detalhes sobre a forma como decorreram estas festividades cfr. *Folha do Sul*, n.º 252, 1866-11-10, p. 3, e também o n.º 253, 1866-11-14, p. 3, do mesmo jornal.
- 208 *Folha do Sul*, n.º 43, 1864-7-3, p. 3.
- 209 Veja-se *Folha do Sul*, n.º 334, 1867-9-21, p. 3; *Manuelinho d'Evora*, n.º 36, 1881-9-23, p. 3, n.º 39, 1881-10-14, p. 3; n.º 83, 1882-8-22, p. 2; n.º 85, 1882-9-5, p. 3; n.º 86, 1882-9-12, p. 3; n.º 87, 1882-9-19, p. 3; n.º 488, 1890-9-7, p. 3; n.º 489, 1890-9-14, p. 3; n.º 746, 1895-9-15; n.º 934, 1899-8-27, p. 3.
- 210 *Ibid.*, n.º 488, 1890-9-7, p. 3.
- 211 *Ibid.*, n.º 36, 1881-9-23, p. 3.
- 212 *Ibid.*, n.º 924, 1899-6-8, p. 3. A título de comparação registre-se que Paris já desde 1850 possuía este tipo de serviço (cfr. Anne Martin-Fugier, *op. cit.*, p. 231).
- 213 *Manuelinho d'Evora*, n.º 36, 1881-9-23, p. 3.
- 214 *Ibid.*, n.º 83, 1882-8-22, p. 3; n.º 85, 1881-9-5, p. 3; n.º 86, 1882-9-12, p. 3; n.º 87, 1882-9-19, p. 2.
- 215 *Manuelinho d'Evora*, n.º 36, 1881-9-23, p. 3.
- 216 Vejam-se as preciosas descrições que Ramalho Ortigão nos legou no capítulo «As praias», in *As Farpas*, I: *A vida provincial*, Lisboa, 1986, pp. 223-76, e no capítulo «O Grand Prix, vilegiatura de Sintra e de Cascais, perfis de senhoras», in *As Farpas*, VI: *A sociedade*, Lisboa, 1991, pp. 235-45. Nestes escritos deixou o autor imprimidas as particularidades das diferentes estâncias de vilegiatura, os traços sociológicos dos seus frequentadores, as actividades a que se dedicavam, e as peculiaridades das relações que se estabeleciam. Por eles podemos também compreender melhor, ainda que por via indirecta, as características fundamentais dos ambientes em que os eborenses se movimentavam quando se instalavam nessas mesmas estâncias.
- 217 *Folha do Sul*, n.º 331, 1867-9-11, p. 2.
- 218 *Ibid.*
- 219 O espaço que o autor dos artigos denomina de Casa da Associação era, muito provavelmente, a Assembleia Figueirense, uma associação com objectivos culturais e recreativos, que teve a sua época áurea entre 1857 e 1879, e funcionava como importante espaço de sociabilidade, quer para os figueirenses, quer para os veraneantes. A este propósito cfr. Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *op. cit.*, vol. II, pp. 811-12.
- 220 *Ibid.*, n.º 334, 1867-9-21, p. 2.
- 221 Cfr. Paul Gerbod, «Une forme de sociabilité bourgeoise: le thermalisme en France, en Belgique et en Allemagne, 1880-1850», in *Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse 1750-1850* cit., pp. 105-18; e Anne Martin-Fugier, *op. cit.*, pp. 228-35.
- 222 Anne Martin-Fugier, *op. cit.*, p. 232.
- 223 Citação feita por Anne Martin-Fugier, *op. cit.*, p. 231.
- 224 A esfera doméstica foi, também ela, objecto de uma significativa recontextualização, não só pela crescente submissão a uma matriz funcional, cindindo a zona das rotinas diárias e os compartimentos onde se recebiam as visitas – e ocorriam as *soirées* –, como pela sua remissão para o domínio do privado, no âmbito de uma lógica de delimitação privado/público, instituídos em fronteiras estruturadoras da organização das vivências nas sociedades liberais.
- 225 S. N. Eisenstadt, *A Dinâmica das Civilizações*, Lisboa, Cosmos, 1991, p. 328.
- 226 *Ibid.*
- 227 Cfr. *Folha do Sul*, n.º 178, 1866-6-7, p. 3.
- 228 Cfr. *Scholastico Eborense*, n.º 29, 1862-9-10, p. 3.
- 229 Cfr. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, 1988, pp. 165-66.
- 230 Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, 1983, tece uma breve genealogia da noção de

civilidade (pp. 14 e 20-25), a propósito da importância dos manuais sobre este tema, durante o período de Oitocentos, e estabelece uma linha de continuidade que coloca os *mas media* – para utilizar os seus termos –, em situação de descendentes dos ditos livrinhos, enquanto veículos de transmissão dos códigos de boas maneiras (p. 15). Sem negar essa articulação que pode ser classificada de geracional – nomeadamente no que diz respeito à crescente força das imagens – creio que podemos falar de uma acção simultânea, e até conjugada, entre os manuais de civilidade e alguns dos temas tratados pelos jornais do século XIX. Grande parte das práticas de sociabilidade registadas pela imprensa eborense da época fundamenta esta hipótese.

- 231 Relembra-se a hipótese de Nuno Luís Monteiro Madureira (*op. cit.*, p. 160), de que «o período compreendido entre 1750 e 1800 [corresponde] a uma procura cada vez maior de recintos fechados em detrimento da rua e dos espaços ao ar livre [nos quais] o campo de observação visual [era] mais individualizado. Gestos e palavras conformam-se a regras estabelecidas, as possibilidades de controlo sobre o comportamento do outro aumentam». A investigação feita para Évora, na segunda metade do século XIX, confirma exactamente esta tendência, dada a proliferação de espaços com tais características, especialmente na transição do século XIX para o XX. Creio, no entanto, pelo menos no que diz respeito ao universo eborense, que a maior possibilidade de controlo dos comportamentos e confronto dos olhares não passava apenas pelos recintos fechados, mas também pelos que, situados ao ar livre – nomeadamente o Passeio Público e a praça de touros –, eram, pela sua configuração física e especialização funcional, espaços delimitados.
- 232 Cfr. Norbert Elias, *op. cit.*, pp. 247-49.
- 233 Ferdinand Tönnies, *Comunidad y asociación*, Barcelona, 1979, p. 68 (trad. da ed. alemã de 1972). Nesta obra o autor estabelece a diferença entre comunidade (formação orgânica) e associação/ sociedade (formação mecânica), considerando que a segunda é uma «construcción artificial» (p. 67), própria «de la cultura urbana» (p. 29). Independentemente da polémica ou das críticas suscitadas por tal perspectiva, creio que esta noção da necessidade de invenção de «una personalidad común», susceptível de constituir um elo de identificação capaz de enquadrar os múltiplos e diferenciados elementos de uma sociedade, pode ser operativa para explicar os fenómenos festivos – religiosos ou laicos – dinamizados pelo poder.
- 234 Cfr. Pierre Sanchis, *op. cit.*, pp. 140-44.

## Parte segunda

### O Círculo Eborense: a sociabilidade como distinção

### 1. *Problemas e fontes.*

Na sequência das perspectivas avançadas sobre a importância do associativismo voluntário na cidade de Évora da segunda metade de Oitocentos, justifica-se estudar o Círculo Eborense, associação cuja data de fundação, 1837, faz dela a mais antiga da cidade.

A concepção gurvitchiana de que o grupo é uma unidade colectiva real mas parcial, directamente observável e fundada sobre atitudes colectivas, contínuas e activas, que favorecem uma coesão relativa das manifestações de sociabilidade<sup>1</sup>, revelou-se, neste estudo de caso, bastante operativa. Primeiro, porque as suas possibilidades interpretativas motivaram as questões em torno das quais se articulou a investigação sobre o Círculo: nomeadamente as condições da fundação, a estrutura interna, o perfil sociológico dos seus sócios, as vias de acesso à condição de associado e as relações entre a associação e a cidade. Segundo, porque as respostas às interrogações anteriores suscitaram a hipótese de que o Círculo Eborense emergiu, e permaneceu, em todo o século XIX, como uma associação de integração e identificação das elites, e de que as sociabilidades aí ocorridas funcionaram como práticas de distinção e diferenciação no universo social eborense.

O acervo documental do Círculo constitui o núcleo principal das fontes utilizadas para esta parte do estudo. Porém, como a documentação carecia de inventariação, e alguma estava em mau estado, a pesquisa incidiu sobretudo nos livros de matrículas dos sócios, livros de actas da direcção e da assembleia geral, livros de caixa e de contabilidade da direcção e maços de correspondência. Fontes de outra proveniência, permitiram fazer face às lacunas deixadas pelos materiais existentes no Círculo.

Para o conhecimento mais rigoroso do que representou, para sociedade

eborense da época, a fundação do Círculo, foi necessário ter em atenção o respectivo contexto legal em que surgiu e os procedimentos seguidos pelos sócios fundadores<sup>2</sup>. Assim se caracterizou a natureza e a dinâmica das relações entre o quadro jurídico do liberalismo e o movimento associativo voluntário, em particular o cultural e recreativo.

Para conhecimento da organização interna e dos aspectos mais relevantes das práticas de sociabilidade nele desenvolvidas, as fontes utilizadas foram os estatutos, as actas e os livros de contabilidade do Círculo Eborense. Os estatutos proporcionaram ainda, entre outros aspectos, informações sobre os objectivos da associação, as actividades previstas, as disposições relativas aos sócios, e as competências dos diferentes órgãos que garantiam o seu funcionamento. Eles eram, de facto, o texto de base da vida associativa, garantindo o enquadramento legal e formal do seu funcionamento. As actas, por sua vez, conjugadas com os registos de receitas e despesas, levaram-nos ao conhecimento da história financeira da sociedade, das práticas que quotidianamente ocorriam e das actividades que, saindo da rotina, implicavam o consentimento dos sócios, expresso mediante voto. Conjugando estas informações foi possível reconstituir uma perspectiva dinâmica da vida do Círculo, revelando os interesses e actividades lúdicas dos associados, quando frequentavam a sede da associação, ou até como, enquanto grupo, intervinham na vida da cidade, fosse por deliberação dos sócios, fosse por solicitação externa. Muitos dados foram complementados por pesquisas nas actas da câmara e nos inventários orfanológicos do Arquivo Distrital de Évora<sup>3</sup>.

O acervo documental mencionado contém dados preciosos para a caracterização da associação. No entanto, o livro de matrículas revelou-se bastante avaro em informações sobre os sócios ordinários. Para além dos nomes dos indivíduos e do respectivo momento de entrada, apenas registava, de quando em quando, a data e razão da saída, a ocupação, ou identificava o sócio proponente. Quanto aos sócios extraordinários, existia a preocupação de indicar-lhes a actividade profissional, e era mais frequente a menção dos sócios proponentes.

Esta situação levou-nos até outras fontes, com especial relevo para o fundo do governo civil e da junta distrital<sup>4</sup>. A documentação relativa aos processos eleitorais, constituída pelos cadernos de recenseamento eleitoral ou pelos mapas com os elegíveis e resultados de eleições para diferentes cargos, permitiu, para a maioria dos sócios, o traçar de uma pequena biografia com os seguintes indicadores: idade, habilitações literárias, rendimentos, actividade profissional, cargos políticos e administrativos e títulos honoríficos<sup>5</sup>. Com o mesmo objectivo, recolheram-se informações de documentos sobre a Guar-

da Nacional de Évora<sup>6</sup>, a Sociedade Agrícola<sup>7</sup>, a Associação Agrícola Eborense<sup>8</sup>, o elenco dos governadores civis e administradores gerais<sup>9</sup>, a composição do distrito administrativo de Évora<sup>10</sup>, militares que prestaram serviço na guarnição da cidade<sup>11</sup>, bem como indicações biográficas e genealógicas incluídas em jornais e em outras obras pertinentes. Cruzando todos os dados foi possível determinar o estatuto e a posição dos associados do Círculo na sociedade eborense do seu tempo.

Quanto à admissão dos sócios, tomaram-se em consideração as exigências previstas nos estatutos, a filtragem imposta com base no valor da jóia e das cotizações mensais e as competências socioculturais necessárias para a participação nas práticas de sociabilidade efectuadas no Círculo. Todos estes requisitos confluíam no sentido de fazer do acto de admissão um ritual selectivo, que tanto favorecia a coesão e a identificação entre os indivíduos que eram admitidos, como os distinguia em relação aos que ficavam de fora.

Acrescente-se que o «mundo social» de tais estratégias é um espaço de interacção, «lugar de uma luta permanente para definir a 'realidade'»<sup>12</sup>, que adquire sentido nas e pelas relações entre os agentes sociais que o compõem. Por isso se analisam as relações entre o Círculo e a cidade, nomeadamente as atitudes, obras e condutas do grupo<sup>13</sup> dos sócios, e as respectivas projecções na imprensa local. As informações coligidas provêm do arquivo do Círculo e dos jornais da época.

Em resultado das várias perspectivas de análise enunciadas, o Círculo surge como um poliedro cujas faces, dotadas de inteligibilidade própria, só assumem pleno significado quando consideradas articuladamente, aferindo a hipótese subjacente à investigação: o Círculo Eborense como instância de integração e identificação das elites, e cujas práticas de sociabilidade, correspondendo a um modelo específico de fruição do lazer, funcionam como signos de distinção.

## 2. *Fundação e organização interna da sociedade.*

A sociedade Círculo Eborense foi a primeira associação voluntária de natureza cultural e recreativa que se fundou em Évora, poucos anos após a vitória liberal sobre os miguelistas, e meses antes dos acontecimentos que a historiografia consagrou como a Revolução de Setembro.

Em 3 de Março de 1836, a comissão encarregada de «organizar a sociedade», depois de juntar 36 assinaturas, convocou uma reunião para apresentar os resultados do trabalho sobre o projecto de estatutos pelos quais ela

deveria reger-se<sup>14</sup>. No entanto, só na sequência da publicação da portaria régia de 9 de Janeiro de 1837 o Círculo Eborense passou a ter existência legal, sendo essa a data oficial da sua fundação<sup>15</sup>.

As circunstâncias políticas em que decorreu o processo merecem atenção. Já se mencionou que em Portugal o movimento associativo de matriz convivial sofreu o seu primeiro impulso após 1834. As alterações no campo político – saída de um regime repressivo e situação de guerra civil – produziram condições legais e institucionais adequadas a tal florescimento, ainda que, como no caso do Círculo Eborense, algumas destas associações se identificassem como alheias às questões políticas. Até à sistematização jurídica da sociedade liberal portuguesa (consubstanciada nos códigos), a existência legal das associações dependia, na essência, da conjuntura política e da publicação de decretos e portarias específicos, sancionando, mediante o preenchimento de requisitos a que os estatutos respondiam, situações de facto.

O direito de associação só foi caucionado com a publicação do Código Civil. No artigo 359.º considerava-se que fazia parte dos «direitos originais, os quais resultam da própria natureza do homem, e que a lei civil reconhece, e protege como fonte e origem de todos os outros», e no artigo 365.º adiantava-se que «o direito de associação consiste na faculdade de pôr em comum os meios ou esforços individuais, para qualquer fim, que não prejudique os direitos de outrem ou de sociedade»<sup>16</sup>. Este último artigo articulava-se directamente com o Código Penal de 1852, o qual prescrevia que as associações apenas teriam existência legal quando autorizadas pelo governo, segundo condições que o mesmo julgasse conveniente, tratassem elas de assuntos religiosos, políticos, literários ou de outros<sup>17</sup>. Neste entendimento sobre o direito de associação e distinções entre as diversas práticas associativas, as associações de cultura e recreio eram consideradas de interesse público, ficando abrangidas pelo artigo 32.º do Código Civil, distinguindo-se, assim, das de utilidade particular, regidas pelo contrato de sociedade<sup>18</sup>. Com o Decreto de 22 de Outubro de 1868, a aprovação dos estatutos das primeiras ficou na dependência dos governadores civis, expressa em conselho de distrito<sup>19</sup>.

Ora, desde 1834 até à aprovação dos referidos códigos, o associativismo voluntário, com objectivos diversificados, progrediu no território português. Os índices remissivos da legislação produzida neste período permitem verificar como a constituição de numerosas associações foi legitimada pela publicação de portarias e decretos<sup>20</sup>. Esta evolução não era alheia às vicissitudes da esfera política, as quais suscitavam múltiplas formas organizativas, dos clubes às sociedades patrióticas. Parece que, embora «seja pouco nítido o quadro dos clubes políticos e das sociedades patrióticas à data de 1836 [...],

setembristas, cartistas e até miguelistas se serviam dos clubes como pontos de apoio, uns e outros irradiando a sua influência ‘pelas províncias’»<sup>21</sup>. Todas as indicações deixam antever que, apesar de alguma indefinição e falta de sistematização jurídica sobre o assunto durante toda a primeira metade do século XIX, o associativismo voluntário se foi difundindo pelo País. Pode mesmo acrescentar-se que o Círculo Eborense apareceu numa altura em que o liberalismo português registava uma especial permeabilidade a dinâmicas deste tipo. No entanto, dois aspectos de interesse para a clarificação das circunstâncias de fundação da associação relutam em sair da penumbra: 1) existiria uma relação directa entre o clima de agitação política que desembocaria no setembrismo e a fundação do Círculo? 2) e porque é que apenas três anos após as primeiras movimentações para legalizar aquela associação, foi aprovada a existência de uma outra, aparentemente da mesma natureza, a Sociedade Civilizadora União Eborense?

Quanto à primeira questão, os próprios estatutos estabelecem distância em relação à política e reiteram objectivos de recreio e convivialidade. No entanto, o ambiente complexo, agitado e receptivo à inovação em que decorreu a reposição do regime liberal, acentuou as virtualidades das associações como espaços de debate e circulação de ideias, contribuindo para a divulgação das práticas associativas. Alguns dos indivíduos fundadores do Círculo, em resultado das alterações constitucionais setembristas, acabaram por jurar a Constituição de 1822<sup>22</sup>; dois deles integraram o Estado Maior da Guarda Nacional de Évora<sup>23</sup>; e um dos primeiros jornais que a sociedade passou a receber regularmente foi o *Nacional*, conotado com o setembrismo<sup>24</sup>. Mas estes elementos não garantem uma conclusão segura sobre a posição política dos sócios e, em sequência, sobre o eventual alcance político da fundação do Círculo.

A segunda questão, pese embora a sua importância para esclarecer as dinâmicas de fissura e/ou identificação da sociedade eborense, parece destinada a acantonar-se nos enigmáticos mutismos da História. O facto de o espólio documental da Sociedade Civilizadora União Eborense, anterior a 1870, não ter chegado até nós, tem, nisso, um peso determinante.

A primeira assembleia geral do Círculo registada em acta deixa em suspenso um outro aspecto importante para a compreensão deste tipo de agrupamentos. Não se esclarece se estamos perante um impulso inicial para constituição da sociedade, ou se ante o desencadear do processo de formalização de uma dinâmica até então sem enquadramento legal, e de algum modo pressionada a dar os primeiros passos com vista à legalização. A questão coloca-se, porque não raras vezes as associações de cultura e recreio resulta-

vam de reuniões privadas, restritas e informais, que depois se organizavam visando ganhar estatuto jurídico<sup>25</sup>. De qualquer modo, o grupo fundador demonstrava uma coesão interna e uma capacidade de iniciativa, lhe permitiu accionar a passagem de uma situação estritamente privada a outra, que conduziu ao reconhecimento de individualidade jurídica. A isto não seriam alheios os constrangimentos de ordem legal, mas há também a relevar que estes indivíduos sentiam necessidade de um novo espaço para desenvolverem laços de convivência, e se integravam, sem resistências de monta, no âmbito do quadro jurídico liberal.

A vertente voluntária deste associativismo permite colocar a hipótese da existência de alguma consonância entre o estilo de vida e referentes ideológicos dos sujeitos implicados no movimento (com especial incidência para os líderes do processo de fundação e/ou legalização) e a esfera institucional do liberalismo. Registe-se a centralidade das votações na vida da sociedade: as direcções eram eleitas em assembleia geral; as mudanças no funcionamento interno também eram objecto de escrutínio naquele órgão; e a admissão de novos sócios, votada pelos restantes associados. A capacidade electiva funcionava como indicador da paridade entre todos os sócios ordinários e traduzia uma certa pedagogia do voto, fazendo do Círculo um microcosmos da legitimidade própria do regime liberal, numa analogia entre os mecanismos de expressão dos direitos dos sócios do Círculo e dos cidadãos do País.

Os estatutos, que prescreviam os objectivos e a organização interna, eram a fonte de legitimação de sociedades deste tipo, nomeadamente porque só ficavam ao abrigo da legalidade mediante a sua aprovação<sup>26</sup>. Foi por via estatutária que o Círculo Eborense se definiu como uma associação que visava proporcionar aos seus sócios os meios de recreação e cultura consignados na lei: leitura de periódicos e livros, jogos – sendo proibidos os de azar –, bailes, reuniões familiares e concertos musicais, aos quais podiam assistir os familiares dos sócios e as pessoas que direcção em exercício entendesse convidar.

Em termos de organização interna, duas qualidades de sócios distinguiam uma possibilidade diferenciada de intervir na orientação da sociedade. Os sócios ordinários (indivíduos residentes em Évora e arredores), obrigados ao pagamento de uma jóia de entrada e uma prestação mensal, eram os únicos que podiam votar e ser eleitos para a direcção, participar nas votações das assembleias gerais e votar as propostas de novos sócios. Os extraordinários (residentes temporariamente em Évora ou então habitantes de outros concelhos) não estavam sujeitos ao pagamento de jóia e, embora gozando de todas as regalias, não eram parte activa em deliberações relativas à vida da associação. Aos sócios ordinários cabiam as tarefas de maior responsabili-

de: cargos directivos, cuja finalidade eram a economia e ordem da sociedade; mesa da assembleia geral, onde se tomavam as grandes decisões sobre assuntos que iam além da gestão de rotina e a quem a direcção tinha de prestar contas da actividade desenvolvida; até ao tesoureiro, responsável pela contabilidade.

Mas toda esta orgânica radicava na existência de uma sede, espaço físico de encontro e confluência dos sócios. Esta era uma vertente da própria especificidade das práticas de sociabilidade das associações semelhantes ao Círculo: algumas actividades desenvolvidas não diferiam muito das que ocorriam em *soirées* e nos cafés, mas efectuavam-se num local deliberadamente orientado para tal, autónomo em relação ao espaço doméstico, e por isso alheio a constrangimentos e hierarquias estabelecidas entre anfitriões e convidados, e também mais resguardado e exclusivista que o ambiente de café. Os sócios estavam ali em igualdade de circunstâncias perante as regalias e as obrigações consignadas nos estatutos<sup>27</sup>. Esta poderia ser uma via de poupar embaraços a indivíduos que, embora movendo-se num determinado círculo de relações, não podiam receber condignamente em suas casas<sup>28</sup>. Era também a alternativa para aqueles que residiam temporariamente na cidade e tinham de aproveitar os meios disponíveis para se integrarem na vida social e ocuparem os seus momentos de lazer. A frequência da sede da associação resolvia-lhes este problema, proporcionando-lhes, eventualmente, o acesso a outros círculos de relações. A sede continuava, no entanto, a ser um espaço restrito, a que acediam aqueles que preenchiam os requisitos adequados para se poderem associar, bem como os respectivos familiares ou convidados especiais, como era o caso dos denominados «visitantes»<sup>29</sup> – pessoas de passagem pela cidade e que por serem das relações de algum sócio, tinham o privilégio de frequentar a casa da associação, sem inscrição no livro de matrículas.

A importância da sede transparece, igualmente, nas frequentes menções ao assunto, que surgiam em actas da assembleia geral. Em 4 de Abril de 1841, o dr. António Feliciano Varela Ramalho (Sénior), na qualidade de presidente da direcção, convocou os restantes sócios para lhes dar conhecimento da necessidade de a sociedade possuir uma «casa sua», nomeadamente porque isso seria um meio de economizar despesas ordinárias, pois a renda de 100 mil réis era «grande». Foi então criada uma comissão para estudar a compra da casa do marquês do Faial, situada no largo da Sé. Reunindo extraordinariamente em 26 de Abril de 1841, a comissão apresentou o projecto de aquisição da referida casa. Porém, por razões não esclarecidas, tal não chegou a acontecer, uma vez que em 19 de Janeiro de 1843 o assunto era de

novo debatido, agora por sugestão do sócio João Teodoro Pinto da Maia. Duas semanas mais tarde, em 6 de Fevereiro de 1843, na sessão extraordinária, o presidente da direcção anunciou que o senhorio da casa onde a sociedade estava instalada desde a sua fundação prometera baixar a renda de 100 mil para 60 mil réis. E ao mesmo tempo que permitia à sociedade fazer, por conta própria, outras benfeitorias que considerasse necessárias, mandaria construir abobadilhas na sala de bilhar e na casa de chá. Perante esta benesse, a assembleia geral cancelou as diligências em curso para a compra de outro edifício. Todavia, a situação não estava resolvida. Três anos mais tarde<sup>30</sup>, os sócios eram confrontados com uma intimação de José Jacinto do Amaral Banha (sócio desde 1841 até 1862, ano da sua morte<sup>31</sup>) para despejo da sede. O dito sócio entrara em posse do edifício e queria-o para habitação sua. A situação era delicada. A continuidade da associação estaria em perigo, caso não se encontrasse uma alternativa. Além disso, colocava-se a questão da indemnização pelas benfeitorias entretanto realizadas, assunto que teria de ser tratado com a antiga senhoria, D. Mariana Joaquina de Azevedo e Moura. O problema arrastou-se ao longo de 1846. Não tendo encontrado outro espaço, os sócios deliberaram, sob aconselhamento judicial, não abandonar a casa até obterem a referida indemnização. O assunto não volta a aparecer na documentação da sociedade. Em 1863, há, de novo, o registo de movimentações para aquisição de casa própria, com o argumento de que era sentimento geral a «exiguidade das presentes instalações»<sup>32</sup>. Tudo indica, porém, que a sede da associação nunca deixou de funcionar no edifício original: uma «casa nobre situada no largo das Casas Pintadas [...] a parte superior do prédio com sua loja, escada, varanda e quintal e todas as servidões que lhe correspondem»<sup>33</sup>, no início pertencente à família de José Joaquim de Moura (elemento do grupo fundador, e responsável pela redacção final dos primeiros estatutos) e depois aos herdeiros de José Jacinto do Amaral Banha, que casou com D. Ana Fausta de Moura, filha do primeiro<sup>34</sup>.

São as ligações especiais entre os proprietários do edifício e a sociedade que explicam que, num espaço de sociabilidade claramente masculino, uma mulher, D. Mariana Joaquina de Azevedo e Moura, se tivesse tomado sócia em Dezembro de 1845 – embora posteriormente declinasse essa condição. A razão que conduziu à circunstância mencionada foi esclarecida pela própria, em carta aos directores da associação: «sendo senhoria do predio de que recebia renda, e não tendo sócio contribuinte em minha caza preferi contribuir pessoalmente quanto podia para a sustentação de hum divertimento tão deçente e onesto [...] do que expor a sociedade ao falço pensamento de alguém, que a supuzeçe tributária de convites para com a minha pessoa»<sup>35</sup>.

O verdadeiro motivo da saída prendia-se, segundo explicava na mesma carta, com o facto de a sociedade já não realizar semanalmente os concertos musicais que tanto ela apreciava. Apesar deste singelo argumento, e mesmo tratando-se de uma carta não datada, é tentador relacionarmos este auto-despedimento com o melindre da situação criada pela intimação de despejo accionada por José Jacinto do Amaral Banha. A referida senhora associou-se em 1845 e a intimação ocorreu em 1846, não sendo de excluir que a missiva tenha surgido num momento particularmente delicado das relações entre os senhorios e a sociedade.

Porém, a importância da sede – e a persistência dos sócios em adquirirem um edifício de que fossem proprietários plenos deve, também, ser entendida nesta perspectiva – não advinha somente do seu entendimento como espaço vital para o encontro e convivência. Materializava, na morfologia da cidade, uma apropriação social do espaço físico, exemplarmente traduzida na expressão «casa da sociedade». A sua existência implicava um duplo mas indissociável significado, como pólo de integração e identificação entre os sócios, e diferenciação face ao resto da população eborense que a ela não tinha acesso.

Mas, para um entendimento mais lato do que significou a fundação de uma associação como o Círculo Eborense, na década de 1830, torna-se relevante ter em conta a denominação pela qual era conhecida. Essa denominação permite tecer um quadro das influências que vai para além do horizonte local e nacional. Na França existiam os *cercles*, na Itália este tipo de associação era conhecido por *casin*, e na Espanha (Andaluzia), sob o termo genérico de *casino*<sup>36</sup>. Autores há que consideram que esta terminologia recobre um fenómeno antropológico conhecido no mundo mediterrâneo por *maison des hommes*<sup>37</sup>. Contudo, alguns dos primeiros *cercles* fundados em Paris foram de ingleses e alemães, ou de franceses voltados do exílio na Grã-Bretanha<sup>38</sup>. É assaz significativo que os eborenses do século XIX (leia-se a correspondência existente no arquivo da sociedade) e os actuais, denominem, simplesmente, o Círculo Eborense por clube. Se a designação oficial remete para o *cercle* francês, o outro termo comum apela para os *clubs* ingleses<sup>39</sup>. A existir alguma especificidade mediterrânica – a segregação sexual não é determinante, uma vez que o facto de serem espaços de sociabilidade masculina era ponto comum entre estas associações nas várias regiões identificadas –, ela integrava-se, sem discrepância, num modelo de sociabilidade europeia, também com muita expressão na América do Norte<sup>40</sup>. Nos Estados Unidos da América porém, as associações masculinas de objectivos culturais e recreativos diluíam-se num associativismo voluntário de grande pujança e

de finalidades diversificadas, cujo resultado era o aprofundamento da participação cívica dos cidadãos<sup>41</sup>. As sociedades com características semelhantes ao Círculo Eborense constituíam, fundamentalmente, um traço da cultura europeia, que encontrou terreno adequado no advento do liberalismo, na medida em que este contribuiu para o esboroar da «sociedade de corte», a crescente complexidade da vida social e o reescrever das fronteiras entre o público e o privado na vida dos indivíduos.

Foi precisamente a concretização do princípio do associativismo voluntário subordinado a múltiplos objectivos, e a sua difusão por diversas regiões, que levou os investigadores a procurarem estabelecer quadros sistematizados das respectivas diferenças e semelhanças, criando tipologias que visam tornar operativos os esforços de comparação. A associação voluntária designa, genericamente, um grupo organizado de pessoas: 1) que se forma para alcançar objectivos comuns; 2) cuja filiação é voluntária, no sentido em que não é preceptiva nem se adquire por nascimento; 3) é independente do Estado, ainda que tenha de mover-se no quadro legislativo por ele segregado, fazendo parte dos direitos dos indivíduos legalmente reconhecidos.

O Círculo Eborense partilha de todas estas características, além de outras específicas do subgrupo em que se integra: 1) associações a que os indivíduos se dedicam durante o tempo livre; 2) sendo que esse mesmo tempo livre é ocupado em actividades de recreio, convivialidade e cultura<sup>42</sup>.

### 3. *O perfil sociológico dos associados.*

Como a conjuntura da fundação do Círculo Eborense, o seu funcionamento e o quadro sistematizador do associativismo voluntário, também o conhecimento do perfil sociológico dos associados é importante para a identificação do Círculo como «une unité collective réelle, mais partielle, directement observable»<sup>43</sup> e, nessa medida, para a sua contextualização no universo sociológico eborense de Oitocentos.

Antes, porém, devem esclarecer-se as opções metodológicas que nortearam este capítulo. A investigação abarca um período que vai desde a data das primeiras movimentações conhecidas para a fundação do Círculo até 1910. São 64 anos ao longo dos quais a sociedade portuguesa evoluiu da consolidação do liberalismo até às perturbações que conduziram à República. Já anteriormente afirmámos que nenhuma alteração estatutária trouxeram modificações significativas quanto aos objectivos e à organização do Círculo. Atendendo apenas a este aspecto, poderia dizer-se que a associação não mudou

muito. A verificação desta hipótese exigiu que a análise se desdobrasse em vários planos: o ponto de partida foi a caracterização sociológica dos indivíduos formalmente responsáveis pela fundação da sociedade, com o intuito de se fixar a dinâmica inicial; depois, comparou-se este grupo de referência com o universo dos restantes sócios ordinários; e, por último, procedeu-se ao estudo dos sócios extraordinários. Estas perspectivas parciais, finalmente articuladas, possibilitaram uma visão integrada de todos os sócios, remetendo para a questão inicial da evolução ou estabilidade do perfil sociológico dos associados e permitiram, ao mesmo tempo, discutir o problema da sua identificação enquanto elite.

As informações acarçadas pela investigação foram sistematizadas de modo a poderem estabelecer-se comparações, e a cada indivíduo foi aplicada uma grelha constituída pelos seguintes indicadores: actividade profissional, cargos político-administrativos, rendimento, habilitações literárias, idade, parentesco e títulos honoríficos. Com estes indicadores, perspectivou-se a posição dos associados no campo económico, político e cultural. A especificidade de cada indicador exigiu um trabalho de construção próprio, não isento de problemas. A investigação sobre a profissão – ocupação, conforme dizem as fontes –, importante pelas informações e pelas ilações que permite (lugar do sócio no sistema económico e sua posição social<sup>44</sup>), revelou-se particularmente delicada na fase de sistematização dos resultados. É verdade que o facto de a pesquisa ter sido efectuada somente em relação aos sócios do Círculo permitiu contornar alguns dos complicados problemas da taxinomia sócio-profissional. Desde logo, porque as informações recolhidas correspondiam a um número relativamente restrito de actividades. Ainda assim, utilizar os dados tal como apareciam nas fontes revelou-se pouco operativo, nomeadamente para efeitos de representatividade estatística e possibilidade de comparação. Deste modo, os princípios de classificação adoptados basearam-se, por um lado, no respeito pelos dados empíricos, reduzindo ao mínimo a inevitável manipulação e, por outro, na definição de critérios que permitissem a formação de conjuntos passíveis de análise quantitativa e pertinentes. O espectro de actividades obtido foi o seguinte: advogados, comerciantes, eclesiásticos, funcionários, lavradores, médicos, militares, proprietários, e indivíduos que viviam de «sua agência». Termo ambíguo este, e que parece indicar que aqueles que os visados se dedicavam a actividades, ou usufruíam de rendimentos, dificilmente redutíveis às designações profissionais e ocupacionais utilizadas na época. O elenco enunciado é susceptível de levantar problemas. Não obedece a uma divisão sectorial de actividades, na qual seria difícil acantonar os proprietários. Também não é completamente

esclarecedora em relação às denominadas actividades liberais: se a integração dos advogados neste grupo pode não oferecer grandes dúvidas, já quanto aos médicos as informações recolhidas não esclarecem se eles exerciam de forma independente ou integrados em alguma instituição. Optou-se, pois, por uma apresentação discriminada das referidas ocupações, o que proporcionou uma leitura mais imediata quanto às habilitações académicas específicas dos indivíduos que fizeram parte do Círculo. Outra razão para o desdobramento prende-se com o facto de certas actividades apresentarem um peso relativo extremamente forte. No caso dos proprietários, uma agregação das restantes actividades com base em critérios muito gerais originaria grupos demasiado amplos e redutores face à diversidade detectada. Foi também este motivo que nos levou a criar subgrupos no universo dos proprietários, para o que se consideraram todas as informações ocupacionais complementares.

A complexa categoria dos proprietários merece especial realce. Diversos autores consideraram, com razão, que, mais do que uma actividade ou ocupação específica, esta categoria remete para o estilo de vida próprio dos indivíduos que vivem fundamentalmente de rendimentos de bens de raiz e/ou de investimentos e rendas de outra proveniência<sup>45</sup>. Por outro lado não pode esquecer-se que, sendo a maior parte das informações oriundas dos livros de recenseamento eleitoral, a classificação dos eleitores, e sobretudo dos elegíveis, como proprietários, era a resposta à lógica do regime eleitoral vigente, que restringia «o campo representativo e o alcance da legitimidade eleitoral, excluindo o vasto número dos não possidentes»<sup>46</sup>. Adiante-se, no entanto, que no caso em estudo o termo *proprietário* designa indivíduos detentores de importantes bens e rendimentos resultantes da posse de propriedades rústicas e/ou urbanas, em particular no concelho de Évora<sup>47</sup>.

Uma palavra também sobre os funcionários. Consideraram-se como tais todos os indivíduos com profissão relacionada com os diversos serviços públicos, justiça, administração, ensino, finanças, obras públicas e agricultura. Por comodidade, e porque a análise minuciosa do grupo e a própria dimensão do universo não o justificavam, prescindiu-se do desdobramento hierárquico em baixo, médio e alto funcionalismo. Os lugares de chefia inventariados diziam respeito, sobretudo, ao desempenho de actividades em instituições de âmbito local e regional.

Os cargos político-administrativos, por serem temporários (electivos ou de nomeação) e não constituírem base para a sobrevivência material dos indivíduos que os exerciam, não foram incluídos no universo das actividades profissionais. A investigação sobre este tópico visou apurar as relações dos

sócios do Círculo com o poder político-administrativo. Para isso organizaram-se os dados com atenção às esferas de influência e atribuições de alcance concelhio, distrital e nacional. Cargos de confiança política dos governos (reflectindo em termos locais a conjuntura política nacional), ou administrativos (com funções burocráticas nas mais diversas áreas da vida local) colocavam quem os exercia em posição de influenciar ou monopolizar o poder<sup>48</sup>. Embora as informações coligidas não permitam traçar um quadro exaustivo dos cargos a que os sócios do Círculo tiveram acesso, as que se reuniram são assaz esclarecedoras sobre a projecção local e, em determinados casos, nacional, de muitos desses indivíduos.

Quanto às habilitações literárias (designação utilizada nos cadernos de recenseamento eleitoral), os dados recolhidos nem sempre foram tão minuciosos como o desejado. Os resultados apontam para um significativo número de sócios com a instrução secundária ou bacharéis. Refira-se, também, que o uso da biblioteca do Círculo, nomeadamente a leitura de periódicos, pressupunha competências escolares, ainda que mínimas (consideram-se aqui também os casos em que a aprendizagem era feita em casa).

O conhecimento da idade dos indivíduos no momento em que se se associaram é importante do ponto de vista do estudo geracional. O objectivo é compreender se o Círculo era uma associação em que a juventude predominava, ou funcionava como lugar de consagração/reconhecimento de uma trajectória de vida, simbolizado no acto de matrícula. No caso em estudo, aprofundámos o significado da variável ideal cruzando-a com o que se sabe sobre a profissão e/ou o parentesco. É que, segundo Bourdieu, a variável *idade* só adquire plena inteligibilidade se contextualizada por toda uma rede de relações estatísticas presentes, subterraneamente, na relação entre a dita variável e uma determinada opinião ou prática<sup>49</sup>.

O parentesco é outro indicador importante, em particular para o estudo dos factores de coesão do grupo, embora não se tenha feito um levantamento sistemático das relações familiares entre todos os sócios do Círculo. Utilizaram-se, sobretudo, as informações de uma publicação geneológica sobre duas famílias que os laços matrimoniais uniram, e que correspondem a dois dos apelidos que mais frequentemente aparecem a identificar os sócios. Posteriores alianças de casamento vão estender a rede de parentesco a uma parte significativa dos associados. De resto, mesmo sem aquele suporte, não pode deixar de sublinhar-se a frequente repetição de apelidos entre os membros do Círculo ao longo do período em estudo. Os laços de parentesco, sempre correlacionados com outros indicadores, iluminam os factores de coesão e identificação entre sócios e remetem para o debate sobre as estratégias de

reprodução social das posições das famílias. Para os eborenses de Oitocentos, o acto de associação no Círculo corresponderia provavelmente a uma etapa daquela estratégia.

### 3.1. Sócios fundadores: a dinâmica inicial.

Em 1836, trinta e seis indivíduos residentes em Évora desencaderam o processo de afirmação do Círculo Eborense como entidade jurídica. Eram os primeiros passos para a sua identificação enquanto grupo, expressos através da redacção dos estatutos e consubstanciados em atitudes colectivas reveladoras de uma coesão interna, que em larga medida radicava no perfil social dos primeiros associados.

Ficou registado em 3 de Março de 1836 que a «comissão encarregada de organizar a Sociedade», após ter reunido trinta e seis assinaturas, convocou uma reunião para apresentar o resultado do trabalho de elaboração dos estatutos<sup>50</sup>. A tarefa recaiu sobre José Joaquim de Moura, ele próprio, como vimos, proprietário do edifício onde ficou a sede da associação. Na ausência de informações sobre os antecedentes do processo de formalização, consideraram-se os indivíduos cujos nomes constam no primeiro livro de conta-corrente como tendo pago a jóia de inscrição em Março, os sócios fundadores do Círculo.

Foram eles os responsáveis pelo impulso inicial, definindo, nas orientações estatutárias, o funcionamento interno e os objectivos da sociedade. Pretendiam, conforme é sabido, que o Círculo fosse um espaço de «honesta convivência entre os sócios e suas famílias», sendo admitido como sócio todo o «portuguez ou estrangeiro que [gozasse] de boa reputação, assim moral como civil»<sup>51</sup>. As condições básicas de admissão aos gozos propostos pela sociedade tinham a virtude de enfatizar a comunhão de interesses dos que a ela tinham acesso. O carácter voluntário da associação, apareceu a coesão das manifestações de sociabilidade<sup>52</sup>, que contribui para a identificação dos sócios fundadores como grupo em que a sociabilidade *activa* predominava sobre a sociabilidade *passiva*<sup>53</sup>. Os pontos de confluência e identificação sobrelevaram as hipotéticas fissuras, conduzindo à fundação da sociedade.

As biografias permitem destacar alguns traços comuns entre os primeiros associados e, embora sobre quatro deles não tenha sido possível reunir dados susceptíveis de lhes dar enquadramento sociológico, as informações sobre os restantes conduzem a resultados interessantes.

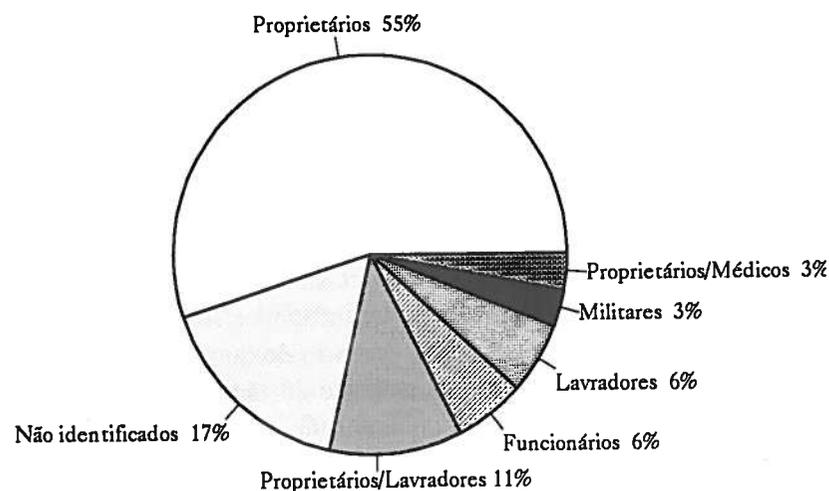
No que respeita à actividade profissional (fig. 1), o dado mais relevante

prende-se com o facto de 20 dos 36 fundadores aparecerem como proprietários, enquanto mais 4 são considerados proprietários e lavradores e outro proprietário e médico. O desdobramento ocupacional indica que alguns dos elementos identificados simplesmente como proprietários poderiam exercer ou estavam de algum modo ligados a outras actividades. No entanto, é significativo que na criação da Sociedade Agrícola do Distrito d'Évora, 15 dos 25 indivíduos abrangidos pela referida terminologia constassem da lista de sócios precisamente como proprietários de bens e/ou de rendimentos de origem fundiária. Com 2 outros identificados lavradores, resulta um total de 27 fundadores directamente ligados ao sector agrícola. Acresce que 5 deles faziam parte do grupo de proprietários mais colectados no ano 1855, contando-se igualmente 7 titulares de morgadios<sup>54</sup>.

Mesmo tendo em atenção a particularidade do vocábulo *proprietário*, ressalta a fundamental ligação dos primeiros sócios do Círculo aos interesses fundiários. Não pode inferir-se que em 1836 eles já apresentassem esse perfil<sup>55</sup>, mas a informação de que, num dado momento do seu percurso de vida, mais de dois terços se relacionavam com tais interesses, é decisiva para a identificação ocupacional dos primeiros sócios; e permite-nos cotejar o início da vida oficial do Círculo com o resto do período que vai até 1910.

Figura 1.

Actividade profissional dos fundadores do Círculo Eborense (Março de 1836).



Fonte: Anexo A II.

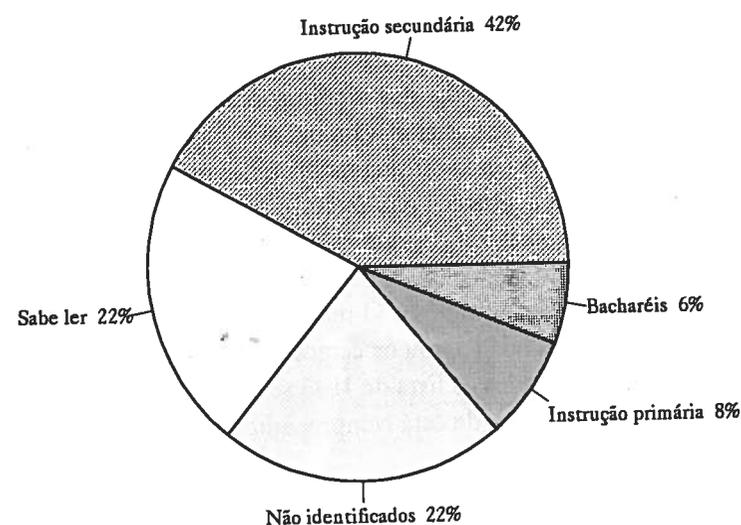
Para 9 dos 36 fundadores não foi possível encontrar informações sobre o desempenho de cargos político-administrativos. Dos restantes 27, a maior parte, 19, exerceu cargos apenas no plano concelhio e distrital, enquanto um número mais restrito, 8, alcançou projecção nacional como senador ou deputado; e destes, pelo menos 5 ocuparam também cargos ao nível concelhio e distrital. O mais frequente era que o mesmo indivíduo se movimentasse num circuito – em diferentes ou nos mesmos anos, consoante a especificidade do cargo exigisse ou não a sua presença nos diferentes órgãos – que lhe permitia retomar por diversas vezes cargos concelhios, com especial destaque para as vereações da câmara, ou distritais, sendo o mais habitual a junta geral do distrito. Verifica-se uma certa rotatividade dos mesmos indivíduos nas instâncias concelhias e distritais, situação que identifica os primeiros sócios do Círculo como fazendo parte da elite político-administrativa local. A projecção nacional que alguns deles atingirem fazia parte do processo de afirmação da influência política dos notáveis locais e era, ao mesmo tempo, «instrumento de cooptação das elites da periferia pelas do centro»<sup>56</sup>.

Nos 25 casos em que existe informação simultânea relacionando actividade profissional e exercício de cargos político-administrativos, verifica-se que, à excepção de um indivíduo registado como lavrador e outro como funcionário, todos esses cargos eram ocupados por proprietários.

Sobre as habilitações literárias dos 36 fundadores (fig. 2), existem informações apenas para 29 deles: 4 eram bacharéis (2 em direito, 1 em medicina e 1 em filosofia), 14 frequentaram a instrução secundária, 3 a instrução primária e 8 eram referenciados com um vago «sabe ler». Se os estudos superiores não eram regra entre os primeiros associados, já o número dos qualificados como tendo adquirido a instrução secundária (mais de 40 por cento) é bastante expressivo. Este capital escolar era um signo distintivo da elite<sup>57</sup>, pois, no fim do século XIX, mais de 75 por cento dos Portugueses eram analfabetos, ainda que a alteração desta condição fosse um dos requisitos para o exercício pleno da cidadania<sup>58</sup>. É evidente o contraste entre esta situação e os 64 por cento dos fundadores do Círculo que apresentavam como habilitações literárias a instrução secundária e o título de bacharel.

Cruzando actividade profissional, exercício de cargos político-administrativos e habilitações literárias, apuraram-se 25 indivíduos para os quais existiam todas estas informações. Com base neles é possível esboçar o perfil sociológico dos fundadores: 23 dos 25 proprietários exerceram, num dado momento da sua vida, cargos de natureza político-administrativa no plano local, enquanto 6 deles alcançaram posições de âmbito nacional; a habilita-

Figura 2.  
Habilitações literárias dos fundadores do Círculo Eborense (Março de 1836).



Fonte: Anexo II A.

ção literária predominante era a instrução secundária (12) e, se a estes juntarmos os bacharéis (3), obtemos um conjunto de 15 homens com os níveis de instrução mais elevados em relação às hierarquias consideradas para este indicador. Significa isto que mais de 90 por cento dos proprietários ocuparam posições políticas e administrativas a nível local, tendo mesmo 25 por cento destes chegado a cargos nacionais, e apresentavam, em pelo menos metade dos casos, habilitações literárias iguais ou superiores à instrução secundária.

Não foi possível inventariar os rendimentos de 11 dos 36 fundadores, e o esforço analítico não incidiu sobre os rendimentos individuais considerados em termos absolutos<sup>59</sup>, optando-se por usar a posição relativa dos rendimentos de cada dos fundador, no âmbito das listas nominativas dos diversos documentos em que apareciam discriminados. Alguns dos sócios aparecem mencionados em mais do que um documento, o que, além de proporcionar uma perspectiva temporal mais abrangente, dá coerência a rendimentos individuais apurados em diferentes anos. Embora não se posicionem sempre no mesmo escalão na hierarquia das classes estabelecidas, isso deve-se sobretudo à diferença de amplitude entre os rendimentos mais baixo e mais elevado nos diversos anos considerados (tab. 1, pp. 106-7).

Assim, em 1841, 18 fundadores constavam do *Caderno dos Cidadãos*

*Elegíveis para Senadores do Distrito*<sup>60</sup>, o que desde logo os colocava no «restritíssimo número de «notabilidades» (grandes proprietários, comerciantes e industriais, bispos, juizes do supremo, oficiais, generais, embaixadores e lentes-de-prima)» que, pela Constituição de 1838, podiam fazer parte do Senado<sup>61</sup>. Considerando a média dos rendimentos daquele universo, resulta que os sócios do Círculo se posicionavam maioritariamente na classe de rendimentos onde se situava essa mesma média e nas que lhe eram superiores.

Dois anos depois a situação não é muito diversa. Desta vez o universo era constituído pelos «habitantes que estão em condições de servir o cargo de Administradores do Concelho»<sup>62</sup>, cargo de nomeação régia com base na lista dos elegíveis para vereadores<sup>63</sup>. O rendimento era um dos critérios que determinavam a elegibilidade para os cargos municipais, verificando-se que os fundadores inventariados na lista de 1843 se situam preponderantemente na classe de rendimentos onde está compreendida a média e nas que lhe são superiores.

A documentação de 1850, o *Caderno de recenseamento dos eleitores e elegíveis do concelho d'Évora*<sup>64</sup>, proporciona informações que apontam no mesmo sentido. Mais uma vez, os sócios fundadores do Círculo Eborense aí detectados estão quase todos na classe onde se situa a média dos rendimentos ou nas que lhe são superiores.

Quanto ao ano de 1870, 30 anos pós o aparecimento do Círculo, são escassos os sócios fundadores mencionados no *Caderno de recenseamento eleitoral do concelho d'Évora*<sup>65</sup>. Ainda assim, não só os seus rendimentos prolongam a tendência anterior, situando-se maioritariamente nas classes correspondentes e superiores à média, como todos eles estão no grupo dos maiores contribuintes desse recenseamento.

O facto de os rendimentos apurados para os sócios fundadores serem retirados de documentação eleitoral, e de esses mesmos sócios estarem sempre entre os elegíveis, implica que faziam parte do número de «cidadãos activos», situando-se de um dos lados da fronteira que separava os eleitores dos elegíveis. Esta fronteira traçava-se pela posse de uma renda anual líquida de 400 mil réis ou mais, contornada, nas eleições para deputados, pela exibição de um título ou grau académico<sup>66</sup>. As figuras 3.1-3.4 (pp. 108-9) evidenciam como os rendimentos dos sócios incluídos tendiam a posicionar-se acima daquele valor, o que não só os colocava como elegíveis, como os atirava para os patamares superiores dos rendimentos apresentados pelos eborenses em condições de serem eleitos para cargos locais ou nacionais.

Embora os montantes considerados digam apenas respeito aos rendimentos (tornando arriscadas as extrapolações quanto a níveis de riqueza)

pode avançar-se com a hipótese de que os fundadores do Círculo faziam parte da elite político-administrativa local, como se registava uma coincidência entre esta e a elite económica, constatando-se o que Bourdieu designou como um efeito de homologia entre os dois campos<sup>67</sup>. A dita coincidência era também a expressão em termos locais do «carácter exclusivista e oligárquico do recrutamento das elites políticas», que caracterizava a sociedade portuguesa de Oitocentos<sup>68</sup>.

Uma perspectiva integrada dos indicadores usados para a identificação do perfil sociológico dos fundadores do Círculo Eborense permite enunciar os seus traços dominantes: a ocupação mais frequente era a de proprietário, especialmente de bens e/ou rendas fundiárias; a maior percentagem das habilitações literárias incidia sobre a instrução secundária; os rendimentos eram elevados, em comparação com o universo dos restantes «cidadãos activos» eborenses; era frequente encontrar sócios fundadores entre os magistrados e/ou os corpos administrativos de âmbito concelhio e distrital, enquanto um menor número deles exerceu cargos políticos a nível nacional. Este perfil sustenta a conclusão de que os primeiros sócios do Círculo eram um grupo, no sentido gurvitchiano do termo<sup>69</sup>. Apresentavam atitudes, posições e percursos comuns, que funcionavam como factores de coesão e identificação entre os indivíduos e proporcionavam a efectivação de relações e práticas de sociabilidade, ilustradas pelo próprio acto de fundação do clube. Considerando que essas mesmas práticas ganham inteligibilidade se inseridas no estilo de vida dos grupos que as actualizam, maior solidez adquire a interpretação de que os indivíduos identificados pertenciam à elite eborense da primeira metade do século XIX. Uma elite cujos referentes comportamentais conduziram à criação de uma associação voluntária de convívio e lazer.

Posição relativa do rendimento (em réis) dos sócios fundadores do Círculo Eborense em relação à hierarquia da totalidade dos rendimentos inventariados para diversos anos.

	Rendimento / posição			
	1841	1843	1850 (décima)	1870 (maior contributo)
Joaquim José Azevedo				
João Rebelo C. Cabral				
José António C. Camões <sup>b</sup>	4.000.000	6.169.100	11.612	V
António Feliz M. Cardoso		853.800		V
José Melo e Carvalho				
Luís Sá Sousa Carvalho				
Francisco José F. Carvalho	1.600.000			
Francisco B. Casco Solis <sup>a</sup>	1.200.000			
Francisco P. Cordovil	3.000.000	4.823.372	13.047	V
António Maria da Costa			13.241	V
Joaquim José Fernandes		10.319.160	161.237	I
Matias José Fernandes	2.000.000	6.881.320	81.521	II
Francisco Joaquim Fonseca	4.000.000	12.808.520	29.284	IV
José Maria Franco				
João Barreiros G. Gama	4.000.000			
João Teodoro P. Maia <sup>a</sup>	4.000.000	5.581.270	187.207	I
José Paulo Mira				
António Rafael Moreira				5.000.000
				III

José Joaquim de Moura	2.000.000				
José Maria C. Noronha					
Jacinto Rosa A. Oliveira <sup>a</sup>	1.000.000	3.286.440	126.674	II	3.000.000
João M. Pimentel Pavia <sup>a</sup>	8.000.000		145.415	II	
Francisco Soure Ramalho					
António F. Varela Ramalho	2.000.000	8.487.880		I	
Luís Macedo G. Reimão					
António M. Silva Reis	800.000		68.602	III	3.000.000
João Morais Resende					
António J. Silva e Sousa					
Jacinto Carlos Torres					
Joaquim Maria Torres	6.000.000				
António Torres Vaz Freire					
Marcos Torres Vaz Freire	600.000	797.800	16.000	V	
Manuel José Afonso Viana	1.200.000		53.216	III	
Estêvão José Vieira	1.600.000		50.212	III	
António J. Cunha Vieira	600.000				
Carlos Miguel Cunha Vieira	600.000	844.000	9.420	VI	
					1.600.000
					IV
					IV

<sup>a</sup> A hierarquia das posições obteve-se organizando por ordem decrescente os rendimentos apurados para cada um dos anos, agrupando-os depois em classes (método de Dupáquier), e atribuindo à classe a que correspondiam os rendimentos mais elevados o I.

<sup>b</sup> Mais colectados em 1855 (informação colhida na lista de sócios da Sociedade Agrícola do Distrito de Évroa).

Fontes: Figuras 3.1.-3.4. (páginas seguintes).

Figura 3.1. Distribuição dos sócios fundadores do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos cidadãos em condições de elegíveis para senadores do distrito de Évora (1841).

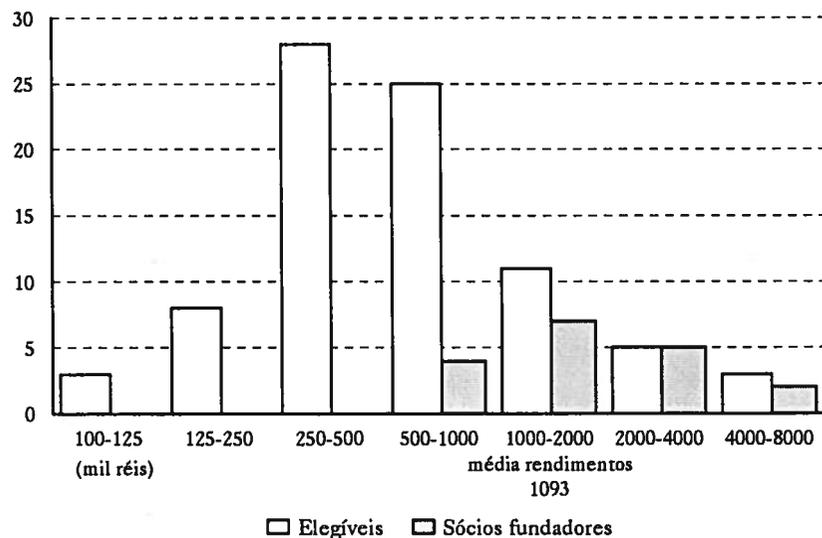
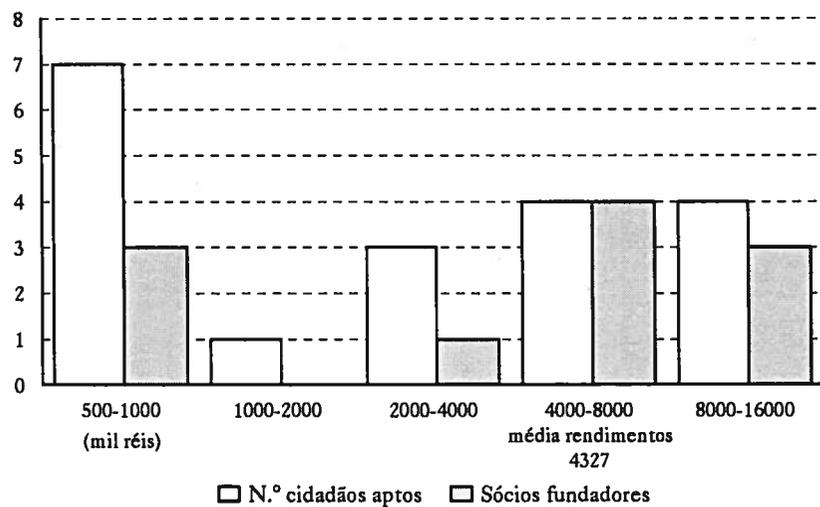


Figura 3.2. Distribuição dos sócios fundadores do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para os cidadãos em condições de servirem para administradores do concelho de Évora (1843).



Fontes: Anexo Estatístico, quadros n.º 4.1. e 4.2.

Figura 3.3. Distribuição dos sócios fundadores do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos cidadãos constantes do caderno de recenseamento eleitoral do Concelho de Évora (1850).

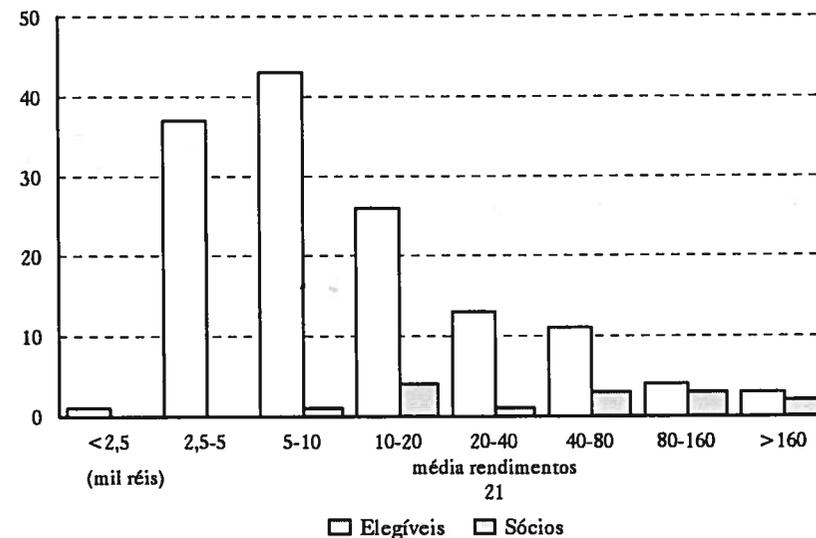
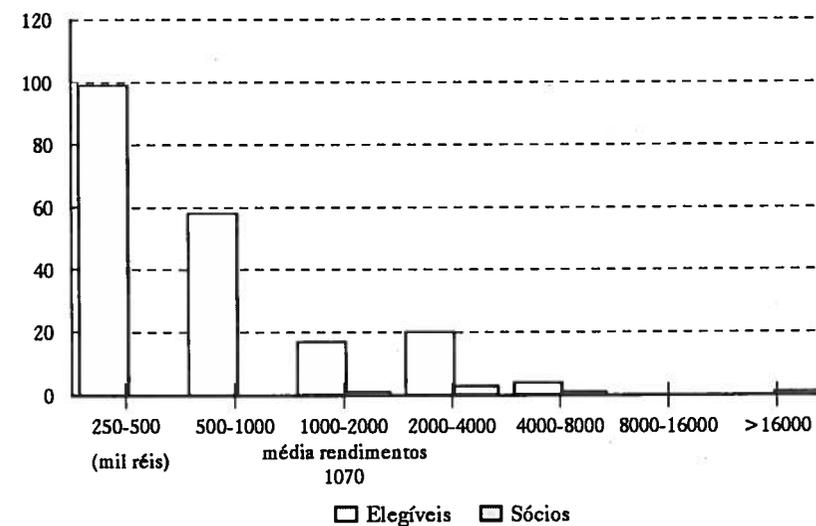


Figura 3.4. Distribuição dos sócios fundadores do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos elegíveis constantes do caderno de recenseamento eleitoral do concelho de Évora (1870).



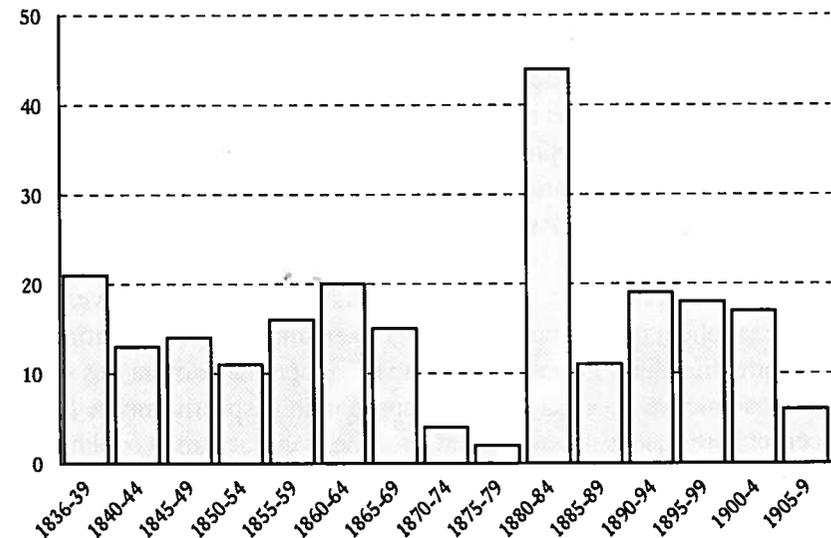
Fontes: Anexo Estatístico, quadros n.º 4.3. e 4.4.

### 3.2. Sócios ordinários: garante de funcionalidade.

Saber se a configuração sociológica do grupo dos fundadores se manteve ou sofreu alterações à medida que o século foi avançando, apenas pode ser esclarecido por uma análise diacrónica. É essa preocupação que subjaz ao facto de se considerarem nas páginas seguintes todos os sócios ordinários que entraram para o Círculo Eborense posteriormente a Março de 1836 (fig. 4).

A média dos registos de novos sócios foi de 3 indivíduos por ano, (excluindo os fundadores). No entanto, se de 1836 a 1879 a média foi de 2 entradas/ano, de 1880 a 1910 esse número subiu para 4. A década de 1880 surge como determinante no ritmo de entradas. O primeiro ano da mesma ilustra o pico mais elevado, representando, com o resto do quinquénio, o período de maior afluxo de associados. Pode mesmo considerar-se que o dito ano é o grande responsável pela alteração da média, dado que se distribuíssemos equitativamente os sócios que entraram entre 1870 e 1884 pelos três quinquénios, daí resultaria uma forte estabilidade dos contingentes de entradas em relação à totalidade do período em análise. Ainda que um tal raciocínio possa abrir espaço para a hipótese de uma deficiência nos registos do *Livro de Matrículas dos Sócios* durante a década de 1870, o aumento verificado entre 1880 e 1884 deve ser articulado com dois factos. Embora nem as actas da direcção, nem as da assembleia geral anteriores a 1880 mencionassem tal assunto, em reunião extraordinária da assembleia geral de 20 de Março de 1880, discutiu-se um projecto de reforma dos estatutos para «satisfazer uma necessidade de há muito reclamada»<sup>70</sup>. E, se à excepção do quinquénio 1880-84, os anos posteriores não deixam antever alterações profundas no ritmo de entradas dos sócios ordinários (ainda fig. 4), o mesmo não acontece em relação aos extraordinários, que, com a mencionada reforma, se tornam uma forte presença no clube. De facto, ainda que a alteração dos estatutos tenha contribuído de algum modo para revigorar o grupo dos sócios ordinários, os seus efeitos foram restritos aos 5 anos já mencionados. Por isso mesmo, há que considerar outra circunstância, também ela da responsabilidade dos associados do Círculo. Trata-se da fundação do Teatro Garcia de Resende, cuja ideia inicial surgiu numa «conversa d'amigos no Círculo Eborense [e prosseguiu com] uma grande reunião nas salas [da mesma sociedade] para se eleger a comissão que havia de encarregar-se do projecto de estatutos da Companhia»<sup>71</sup>. Na génese do empreendimento estão três membros da associação: o dr. Abel Martins Ferreira, autor do alvitre, José Maria Ramalho Dinis Perdigão, que o acolheu, coordenou os primeiros passos e viria a ser o maior accionista da Companhia, e o dr.

Figura 4.  
Entradas de sócios ordinários para o Círculo Eborense (Abril de 1836, c. 1910). Cálculos quinquenais.



Fonte: Anexo I, tabela 1.

Adriano Augusto da Silva Monteiro, que elaborou gratuitamente o projecto e assumiu a direcção técnica da construção<sup>72</sup>. Se bem que muitos dos accionistas fossem sócios antigos do Círculo Eborense, a forte correlação entre os indivíduos que se associaram entre 1880 e 1884 e o lote dos accionistas da Companhia que eram sócios do Círculo permite levantar a hipótese de que a polarização de interesses em torno da empresa contribuiu para um maior afluxo de associados neste preciso período<sup>73</sup>.

De facto, mesmo sem informações directas sobre o assunto, as duas circunstâncias anteriormente referidas aparecem como assaz favoráveis ao aumento do número de sócios verificado na primeira metade da década de 1880. Ora, é precisamente esta especificidade do ritmo de entradas de sócios ordinários para o Círculo que subjaz à análise das actividades profissionais (figs. 5.1-5.3, pp. 113-14). Tomando os anos que vão de Abril de 1836 a 1910, não se verificam alterações profundas em comparação com as características ocupacionais dos sócios fundadores. As novas actividades representam apenas 15 por cento do total: advogados (6), comerciantes (2), eclesiásticos (12), médicos (9), e indivíduos vivendo de «sua agência» (5). As actividades estruturadoras do perfil ocupacional dos sócios continuam a ser as de proprie-

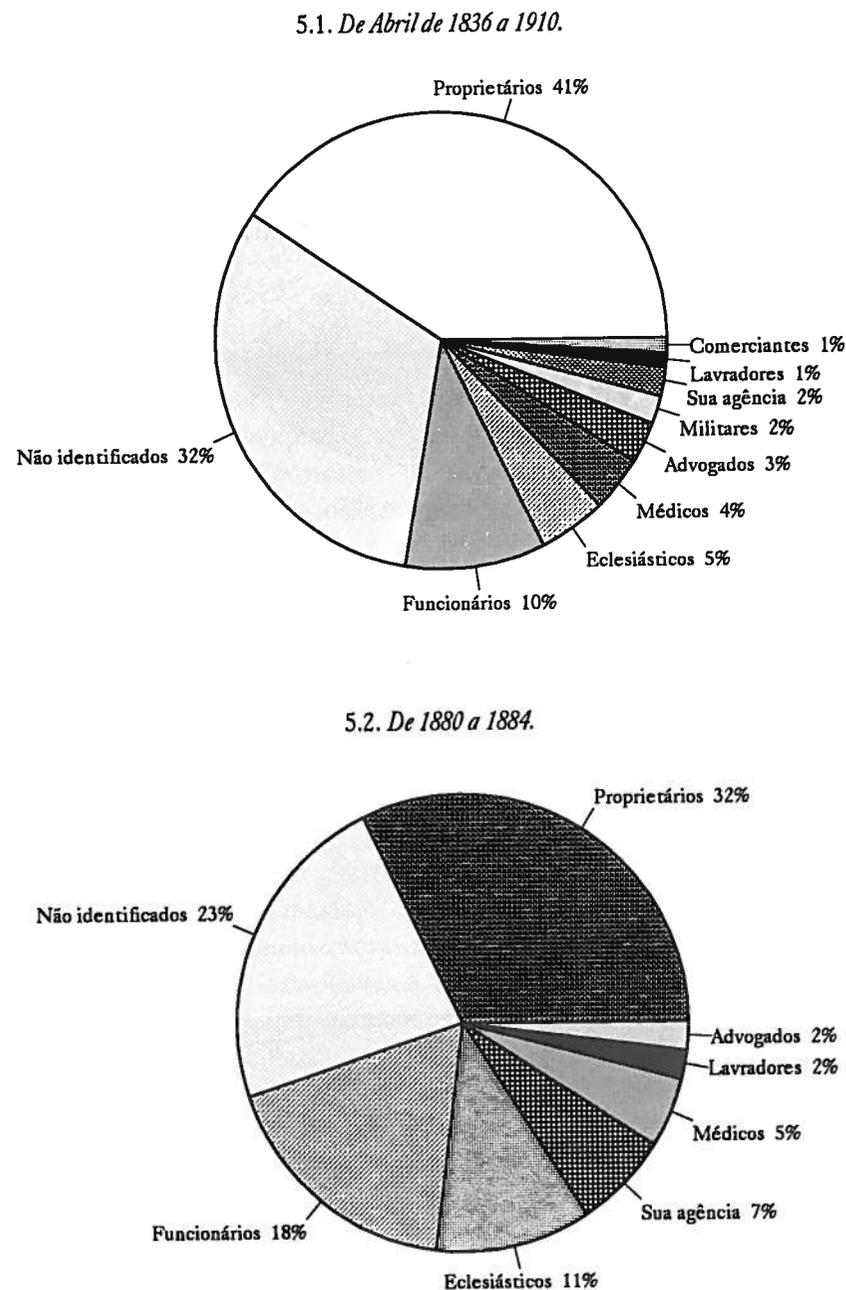
tário (95, dos quais 5 são proprietários e lavradores, 4 proprietários e médicos, 2 proprietários e militares e 2 proprietários e negociantes) e de funcionário (22), seguidas pela carreira eclesiástica. Não pode, de facto, falar-se de uma progressiva e significativa diferenciação profissional no universo dos sócios ordinários. As categorias mais representadas relacionam-se com a posse de bens e rendimentos de origem fundiária e/ou de outra, com o desempenho de funções ligadas às instituições políticas e administrativas, e com a presença da Igreja. No conjunto representam grupos de grande perenidade, ligados à respiração mais profunda das sociedades, que atravessam os regimes e adquirem solidez pelas funções sociais, económicas, políticas e espirituais que exercem.

Em 1880-84 as actividades profissionais inovadoras face ao universo dos fundadores sobem para 25 por cento. Regista-se uma quebra no contingente dos proprietários, que ficam, pela única vez, aquém da barreira dos 40 por cento, e os funcionários e eclesiásticos representam respectivamente 11 e 18 por cento. Estes dados não alteram as tendências estruturais já sublinhadas, mas apontam para um empolamento conjuntural de eclesiásticos e funcionários, que, juntos, quase igualaram os proprietários entrados no mesmo quinquénio. Este efeito de conjuntura é claramente demonstrado observando-se as ocupações dos sócios registados nos anos seguintes. Apesar de ligeiras diferenças, os anos de 1885-1909 repõem a proporção das actividades profissionais inventariadas para a totalidade do período em análise (1836-1910).

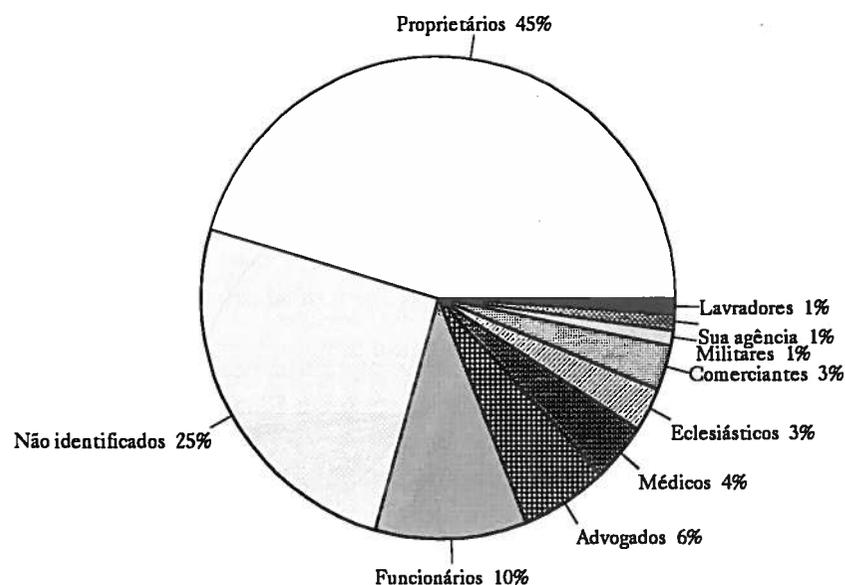
As informações disponíveis sobre as habilitações literárias não se mostraram tão férteis para os restantes sócios ordinários como tinham sido para os fundadores. Um número significativo de indivíduos incluídos neste último universo de análise pertencia à *Sociedade Agrícola do Distrito d'Évora* e esta documentação era bastante minuciosa quanto ao grau de instrução dos respectivos associados.

Como a documentação existente no arquivo de Círculo Eborense não adianta nada sobre o indicador em causa, as informações acareadas são oriundas, na sua maioria, dos processos eleitorais, onde a expressão «saber ler» era a mais comum. Correspondesse ela a uma situação em que os indivíduos assim referenciados apresentavam os requisitos mínimos para serem considerados eleitores ou elegíveis (mau grado um percurso escolar indefinido), ou fosse utilizada por uma questão de comodidade, o certo é que 42 por cento (48) dos indivíduos que se associaram após Março de 1836 assim eram identificados. Este número, porém, deve relacionar-se com a fraca percentagem dos que apresentavam a instrução primária: 2 por cento (5). Dada a fraca representação dos indivíduos habilitados com este grau de instrução, é

Figura 5. Actividades profissionais dos sócios ordinários do Círculo Eborense (excluindo os sócios fundadores).

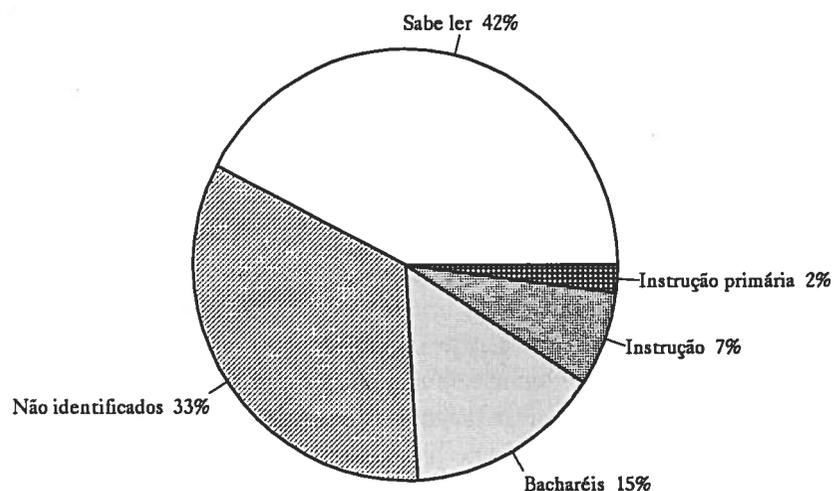


## 5.3. De 1885 a 1910.



Fonte: Anexo I, tabela 2.

Figura 6.  
Habilitações literárias dos sócios ordinários do Círculo Eborense (Abril de 1836 a c. de 1910).



Fonte: Anexo II A.

provável que a expressão «sabe ler» designasse, em muitos casos, recenseados com a instrução primária.

Os bacharéis correspondiam a 15 por cento (35), para 7 por cento (17) de sócios referenciados com a instrução secundária. De qualquer modo, cerca de 22 por cento dos sócios ordinários apresentavam uma relação prolongada com a cultura escrita e tinham adquirido competências culturais que os distinguiam do resto dos associados. Ainda assim, a proporção deste grupo não é tão significativa como no universo dos fundadores (fig. 2, p. 103) e regista-se mesmo uma curiosa inversão de posições entre o peso dos bacharéis e dos indivíduos que tinham adquirido apenas a instrução secundária, quando Évora possuía liceu desde 1841<sup>74</sup>. Um bacharel, ou um «doutor», não deixavam indiferentes os indivíduos sobre quem recaía a responsabilidade de organizar os cadernos de recenseamento eleitoral de tal modo que alguns eleitores eram identificados, quanto à ocupação, como «bacharéis». No entanto, este tipo de formação correspondia, sobretudo, a indivíduos classificados como proprietários, funcionários, advogados e médicos<sup>75</sup>.

Sobre o exercício dos cargos político-administrativos, há que lembrar que, à semelhança do ocorrido com os fundadores, as informações recolhidas para os outros sócios ordinários não cobrem todos os momentos em que eles os exerceram ou até a multiplicidade de cargos que ocuparam: os dados apresentados funcionam essencialmente como amostra de aspectos tendenciais (tab. 2, p. 117).

Dos 231 indivíduos que compunham o universo dos sócios ordinários, não se obtiveram informações em relação a 153. Dos restantes, 31 exerceram cargos no concelho, 19 no distrito, 15 passaram tanto por um como por outro nível e, no âmbito nacional, os números diminuem acentuadamente, sendo 4 os sócios aí representados. Mais de metade<sup>76</sup> dos 34 por cento de indivíduos referenciados como tendo exercido cargos, o fizeram em mais de um momento. Isso coloca os membros do Círculo em estreito contacto com as instâncias político-administrativas, factor que lhes proporcionava uma maior-valia de influência e capacidade de decisão na vida local e um acréscimo de prestígio social.

O confronto com o grupo dos fundadores permite ainda algumas outras reflexões. Apesar de este universo ser mais restrito, e isso poder acarretar algumas distorções em relação aos restantes sócios (pelo maior peso das omissões), o certo é que apenas 25 por cento dos fundadores não exerceram cargos de natureza político-administrativa, contra 66 por cento no caso dos outros sócios. Do grupo fundador, 8 indivíduos guindaram-se ao plano nacional e do segundo apenas 5. Outra diferença: há uma distribuição relativa-

mente equitativa do primeiro grupo pelos cargos concelhios e distritais e uma maior incidência do segundo nos cargos concelhios. De acordo com o Código Administrativo de 1842 (em vigor até à promulgação do Código de 1878), a eleição dos corpos concelhios<sup>77</sup> baseava-se, do ponto de vista tributário, em montantes da décima que ficavam aquém do exigido para os corpos distritais. No caso da junta geral do distrito, o limiar de elegibilidade equiparava-se ao do necessário para se ser deputado. Estes critérios censitários, que vigoraram quase trinta anos, explicam, em parte, que o maior número dos sócios ordinários do Círculo se concentre no exercício de cargos concelhios. Os membros do conselho municipal eram recrutados entre os maiores contribuintes da décima, e o cargo de vereador aquele que mais vezes aparece referenciado. A própria especificidade dos cargos distritais ajuda a clarificar a situação. Os procuradores de cada concelho à junta geral de distrito eram em menor número que os vereadores. O conselho de distrito, por sua vez, reunia os maiores contribuintes do distrito com residência política no concelho cabeça de distrito, mas os seus membros também eram em menor número que as vereações. O governador civil era um magistrado cujo exercício de funções dependia da confiança política do Governo ou das vicissitudes da vida pessoal. Tratava-se de um cargo que, virtualmente, podia ser exercido pelo mesmo indivíduo durante bastante tempo<sup>78</sup>.

Continuando a comparação com os fundadores, agora na perspectiva da relação entre as actividades profissionais e o exercício de cargos, o aspecto mais relevante é o prolongamento da tendência que fazia dos proprietários o grupo ocupacional de onde saía o maior número de magistrados ou indivíduos eleitos para os corpos administrativos. Apenas 8 por cento dos fundadores proprietários não exerceram cargos, contra 47 por cento dos restantes sócios ordinários, ou seja, em 95 proprietários, 50 estiveram ligados ao exercício dos diferentes cargos político-administrativos, especialmente no plano local. Esta tendência entronca, sem dificuldade, na «ideia de que nas sociedades agrárias oitocentistas o poder sobre a terra estava associado a outras formas de poder e influência social e concretamente que as elites económicas, geralmente identificadas com interesses fundiários e/ou agrícolas eram o principal alfofre das elites políticas locais»<sup>79</sup>. O facto de 9 dos proprietários fundadores terem exercido cargos nacionais, contra apenas 1, entre o número bem mais lato dos restantes sócios ordinários com a mesma identificação ocupacional, deixa antever uma crescente dificuldade deste grupo, à medida que o século avançava, em chegar à notoriedade nacional pela via político-administrativa. Uma situação que está em consonância com a imagem de uma «acentuada quebra de representação parlamentar dos notáveis terra-

Tabela 2.  
Frequência do exercício de cargos político-administrativos por cada uma das profissões dos sócios ordinários do Círculo Eborense (1836-1910).

Cargos	Concelhios		Distritais		Conc. e Dist.		Nacionais		Conc. e Nac.		Dist. e Nac.		Conc., Dist. e Nac.		Não exerceram cargos		
	F	R	F	R	F	R	F	R	F	R	F	R	F	R	F	%	
Não ident.	6	73	2	6	2	6	1	2	1	2	1	2	4	67	4	60	82
Advogados	-	6	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	67
Comerciantes	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100
Eclesiásticos	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	100
Funcionários	2	22	3	3	1	3	1	1	1	1	1	1	1	50	1	16	73
Lavradores	2	3	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	50	1	1	33
Médicos	-	9	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6	67
Militares	1	4	5	21	1	10	9	10	3	1	1	100	2	8	2	4	100
Proprietários	25	95	5	21	1	10	9	10	3	1	4	47	2	8	2	45	47
Sua Agência	-	5	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	60
Totais	36	231	5	31	5	19	9	15	3	1	2	2	9	25	9	153	66

F Sócios fundadores do Círculo Eborense;

R Restantes sócios ordinários do Círculo Eborense.

Consideraram-se, para efeitos de registo, os cargos que foram exercidos pelo menos uma vez. O reparo é importante porque, especialmente os proprietários, tendiam a exercer os diferentes cargos em mais do que um momento.

tenentes no último terço do século XIX», proposta por Pedro Tavares de Almeida<sup>80</sup>.

A análise dos rendimentos dos sócios ordinários que entraram após a fundação realizou-se, à excepção dos anos 1843 e 1891<sup>81</sup>, com base nas fontes já mencionadas quando do tratamento deste indicador para o grupo inicial. Isto significa que as informações consideradas dizem respeito aos anos 1841, 1850, 1870 e 1891 e ajudam a fixar os rendimentos de 92 indivíduos, embora, em relação a 12 deles, seja possível determinar a sua posição na hierarquia dos rendimentos em mais que um ano.

Os resultados obtidos (figs. 7.1 a 7.4, pp. 119-20), revelam uma maior dispersão dos rendimentos e, em alguns casos, abaixo do valor médio encontrado nos diferentes momentos. No entanto, o facto de o universo em análise ser mais lato, tanto no que respeita ao número de sócios como à amplitude temporal, pode ter conduzido a essa situação. Depois, a abertura ocorrida, em especial no primeiro quinquénio da 1880, trouxe uma maior diversificação das actividades profissionais inventariadas e terá permitido a entrada de indivíduos com menores rendimentos. Outro aspecto que clarifica a situação decorre das alterações registadas no montante da jóia e das quotas ao longo do período considerado. Os primeiros estatutos obrigavam os indivíduos que pretendiam associar-se no Círculo ao pagamento de uma jóia de 14 400 réis e uma quota mensal de 1920 réis<sup>82</sup>. Com a reforma estatutária de 1865, aqueles valores passaram respectivamente para 6000 réis e 1500 réis<sup>83</sup>. Mais tarde, uma reunião extraordinária da assembleia geral reduziria a jóia para 2500 réis e a quota para 800 réis<sup>84</sup>. Esta tendência evolutiva dos pagamentos traduzirá, certamente, quebra e maior dispersão dos rendimentos dos sócios ordinários que entraram após Março de 1836.

Um ponto de continuidade entre os rendimentos dos fundadores e dos restantes sócios ordinários deve ser sublinhado: considerando a evolução diacrónica do número de elegíveis situados em cada uma das classes de rendimentos, constata-se que à medida que os valores desses mesmos rendimentos se tornam mais elevados também a proporção dos sócios no conjunto dos elegíveis aumenta. Dos 40 maiores contribuintes identificados em 1870, mais de 70 por cento passaram pelo Círculo. Ou seja, entre os indivíduos que apresentavam maiores rendimentos era igualmente maior a percentagem dos que se associavam no Círculo Eborense. Embora se manifestasse uma certa abertura em relação aos indivíduos posicionados nas classes de rendimentos abaixo da média, os cidadãos eborenses que apresentavam maiores rendimentos estavam entre os associados; com um peso mais diluído e não marcando tanto, sob este ponto de vista, o perfil da associação, mas, de todo o modo, presentes.

Figura 7.1. Distribuição dos sócios do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos cidadãos em condições de elegíveis para senadores do distrito de Évora 1841 (registos posteriores a Março de 1836).

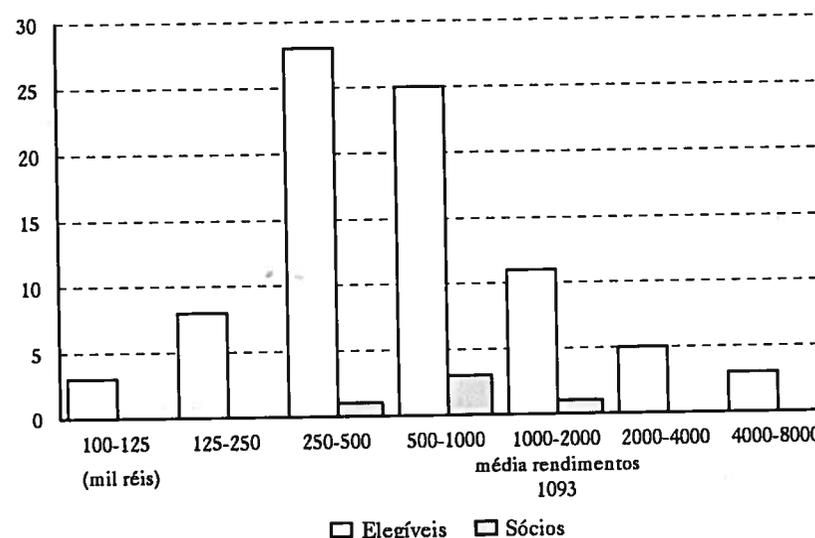


Figura 7.2. Distribuição dos sócios do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos elegíveis constantes do caderno de recenseamento eleitoral do concelho de Évora 1850 (registos posteriores a Março de 1836).

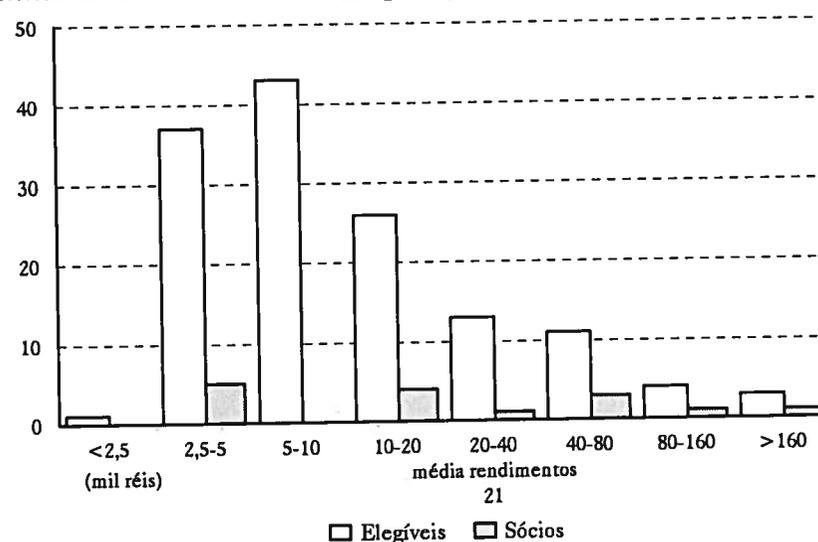


Figura 7.3.  
Distribuição dos sócios do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos elegíveis constantes do caderno de recenseamento eleitoral do concelho de Évora 1870 (registos posteriores a Março de 1836).

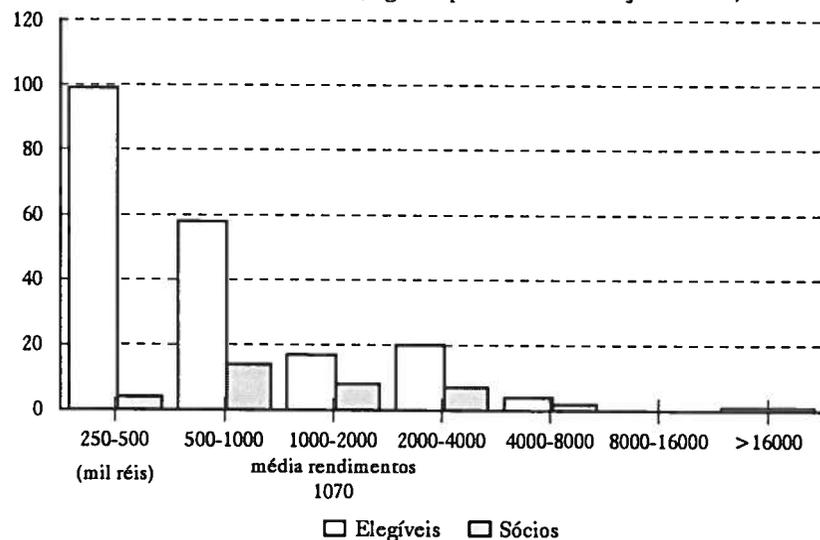
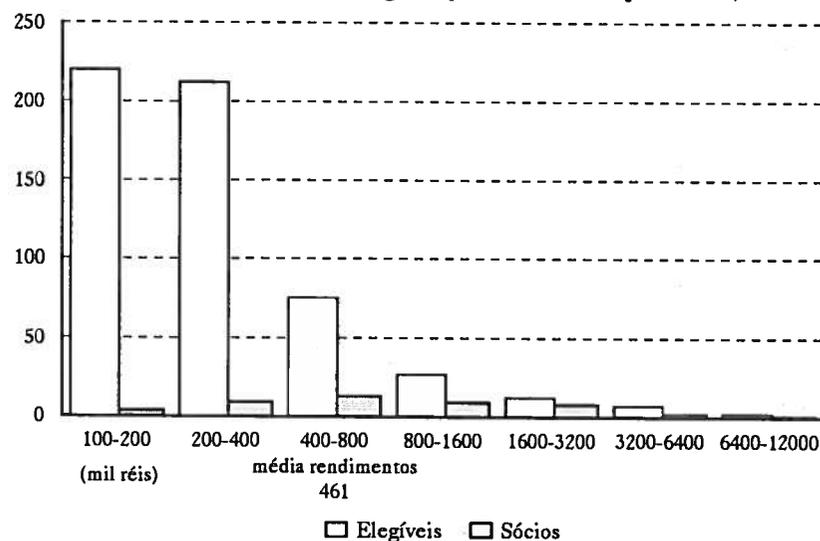


Figura 7.4.  
Distribuição dos sócios do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos elegíveis constantes do caderno de recenseamento eleitoral do concelho de Évora 1891 (registos posteriores a Março de 1836).



Fontes: Anexo Estatístico, quadros n.º 5.4. e 5.5.

A complexidade da análise das relações de parentesco e o esforço de pesquisa necessário não permitiram que se avançasse muito neste campo. Os resultados apurados funcionam sobretudo como reveladores de tendências que ganham significado quando articuladas com outros aspectos do estudo.

O campo de amostragem, se assim se pode considerar, baseou-se em dois critérios: os apelidos mais frequentes entre os sócios ordinários do Círculo Eborense, e a acessibilidade das fontes capazes de confirmarem as redes de parentesco que a repetição dos apelidos deixava antever. Por coincidência, ou não, o apelido mais referenciado foi também o que demonstrou uma maior facilidade de fundamentação<sup>85</sup>. Os apelidos em destaque são: Barahona, Cordovil, Torres Vaz Freire, Mattos e Fernandes. Os primeiros três apareciam incluídos entre as antigas famílias do Alentejo, com ligações à aristocracia ou, pelo menos, com posições sociais destacadas ainda no período anterior a implantação do liberalismo<sup>86</sup>. Os sócios identificados por aqueles apelidos, para além de estabelecerem relações familiares entre si, tinham laços de parentesco com outros indivíduos presentes no Círculo Eborense (tab. 3, p. 123). Resultou daqui um conjunto de 61 registos, cerca de 23 por cento da totalidade dos sócios ordinários.

Quase todos os apelidos que serviram de ponto de partida para a análise identificavam sócios fundadores e atravessaram todo o século, num perceptível ritmo geracional. Este dado leva a duas considerações: uma certa tradição familiar no caudal dos associados, portanto existência de hábitos e práticas que subsistiram através dos anos; a presença constante de certas famílias na sociedade eborense, em posições sociais em relação às quais o acto de associação no Círculo pode ser entendido como momento simbólico de consagração.

As prováveis relações familiares que os indivíduos articulados ao núcleo inicial estabeleceram com outros associados, adensaram a teia dos laços de parentesco entre o universo dos sócios ordinários. Em 267 registos de associados em todo o século, o número de famílias é bem mais restrito. Como reforço desta afirmação registre-se que sendo os sócios do Círculo apenas homens, o parentesco estabelecido por via feminina não é perceptível pela consulta dos nomes dos associados: os laços entre cunhados, por exemplo, podiam ficar completamente na sombra.

Os laços familiares iniciados entre sócios foram também cotejados com a respectiva ocupação. Sendo o termo *proprietário* a identificação ocupacional mais frequente, o certo é que a mencionada ocupação incide especialmente sobre os indivíduos careados para a identificação das famílias. Encontramos aqui congregados não só o «núcleo duro» dos proprietários, como os indivíduos cujos rendimentos se situavam geralmente acima da média, tendo em atenção a totalidade dos sócios ordinários<sup>87</sup>.

Em suma, a análise das relações de parentesco entre os associados do Círculo consagra cada uma das famílias inventariadas como «lugar/instrumento/aparato principal da distribuição antroponímica»<sup>88</sup>. E, sobretudo, identifica-as como espaços de reprodução social em que a transmissão de uma herança material implicava a transmissão de valores e competências, estruturadores da identidade social dos indivíduos<sup>89</sup>. A inscrição no Círculo, além das motivações imediatas da fruição das potencialidades de lazer e convivialidade, adquire uma mais profunda inteligibilidade se perspectivada tendo em vista o perfil social dos aspirantes a sócios. É este factor que igualmente ajuda a perceber por que razão cerca de 29 por cento dos inscritos no Círculo antes de atingirem 25 anos de idade se encontram entre os 61 incluídos na análise sobre o parentesco: a idade de associação é, também ela, um dado socialmente inteligível. Assim como é significativo que um representante de uma das famílias consideradas (os Mattos e Fernandes) tenha reconstituído a árvore genealógica dos seus familiares.

A comparação entre os 36 fundadores e os restantes sócios ordinários do Círculo Eborense (231) permite afirmar que, nos seus aspectos estruturais, o perfil sociológico dos primeiros identifica os segundos e continua perceptível até ao fim do século XIX. Isto, ainda que os aspectos desse perfil surjam, em termos comparativos, mais marcados no grupo dos fundadores (a própria dimensão deste universo facilita um tal relevo). A despeito desta continuidade, regista-se uma certa abertura no acesso ao Círculo (como vimos, a evolução dos montantes da jóia e das quotas ilustra isso), facilitando o ingresso de indivíduos com uma posição sócio-económica aparentemente inferior à dos fundadores. Mas este dado não significou nem um afastamento dos representantes das elites locais, nem a alteração do significado simbólico do Círculo no contexto do universo social eborense. A dita abertura foi também garantia de sobrevivência e funcionalidade da associação, numa cidade em que outras novas sociedades com objectivos de cultura e recreio<sup>90</sup> diversificavam a oferta de práticas de sociabilidade.

### 3.3. Sócios extraordinários: a estratégia de diversificação.

Os sócios ordinários foram responsáveis pela dinâmica inicial que levou à fundação do Círculo, os garantes da sua funcionalidade e os portadores de atributos que, caracterizando o grupo, acabavam por conferir significado à própria associação. Ora, é precisamente este contexto que suscita a questão do papel dos designados sócios extraordinários. Incluíam-se nesta categoria

Tabela 3.

Relações de parentesco entre os sócios ordinários do Círculo Eborense (1836-1910).

#### Cruzamento de apelidos Cordovil e Barahona

<i>Data de registo no Círculo Eborense</i>	<i>Idade</i>	<i>Apelido</i>	<i>Nome completo</i>
Março de 1836	29	Cordovil	Francisco de Paula <i>Cordovil</i>
Março de 1836	65	Gama	João Barreiros Galvão da <i>Gama</i>
Março de 1836	27	Mira	José Paulo de <i>Mira</i>
Julho de 1836		Castel - Branco	Manuel Joaquim Cardoso <i>Castel-Branco</i>
Junho de 1845		Lobo	Francisco Cosme Varela da Gama <i>Lobo</i>
Setembro de 1847		Freixo	José Francisco da Gama <i>Freixo</i>
Fevereiro de 1852	37	Gama	João Fragoso da Gama
Junho de 1867	20	Cordovil	Francisco José Cordovil
Setembro de 1868	20	Mira	José Paulo <i>Barahona Fragoso Mira</i>
Janeiro de 1870	20	Cordovil	António Miguel Cordovil
Maio de 1880	32	Cordovil	Francisco José Cordovil
Março de 1887		Barahona	José Bernardo Vieira <i>Barahona</i>
Novembro de 1894		Mira	Francisco José de Mira
Abril de 1895		Castel-Branco	Luis Barahona Caldeira Castel-Branco
Janeiro de 1896	51	Mira	Francisco Eduardo Barahona Fragoso Mira
Abril de 1900		Mira	Manuel Augusto Rosado de Mira

#### Cruzamento de apelidos Vaz Freire

<i>Data de registo no Círculo Eborense</i>	<i>Idade</i>	<i>Apelido</i>	<i>Nome completo</i>
Março de 1836		Torres	Joaquim Maria <i>Torres</i>
Março de 1836	29	Torres	Jacinto Carlos Torres
Março de 1836	70	Vaz Freire	António Torres <i>Vaz Freire</i> (Sénior)
Março de 1836	34	Vaz Freire	Marcos Torres Vaz Freire
Dezembro de 1836	42	Vaz Freire	António Torres Vaz Freire (Júnior)
Maio de 1845	24	Vaz Freire	José Sebastião Torres Vaz Freire
Novembro de 1868	20	Vaz Freire	António <i>Barreiras</i> Torres Vaz Freire
Março de 1889	36	Vaz Freire	João Barreiros Torres Vaz Freire

## Cruzamento de apelidos Mattos e Fernandes

<i>Data de registo no Círculo Eborense</i>	<i>Idade</i>	<i>Apelido</i>	<i>Nome completo</i>
Março de 1836	54	Fernandes	Joaquim José <i>Fernandes</i>
Março de 1836	40	Fernandes	Matias José Fernandes
Mai de 1852	67	Fernandes	José Joaquim Fernandes
Março de 1855	33	Fernandes	Matias Piteira Fernandes
Junho de 1867	20	Fernandes	José Joaquim de <i>Mattos Fernandes</i>
Março de 1875	20	Fernandes	José Joaquim de Mattos Fernandes
Março de 1875	23	Fernandes	Miguel José de Mattos Fernandes
Abril de 1880		Fernandes	Joaquim Manuel <i>Braancamp</i> de Mattos Fernandes
Julho de 1880		Fernandes	José Joaquim <i>Piteira</i> Fernandes
Novembro de 1880	25	Fernandes	José Joaquim de Mattos Fernandes
Fevereiro de 1893		Fernandes	Joaquim <i>Oliveira</i> Fernandes
Fevereiro de 1893	44	Fernandes	Manuel de Sousa Mattos Fernandes
Dezembro de 1893		Fernandes	António Macedo <i>Papança</i> Fernandes
Novembro de 1899		Fernandes	Estêvão de Oliveira Fernandes
Abril de 1900		Fernandes	José Joaquim Braancamp de Mattos Fernandes
Dezembro de 1902		Fernandes	Miguel Joaquim de Mattos Fernandes
Março de 1906		Fernandes	Joaquim Braancamp de Mattos Fernandes
Dezembro de 1909		Fernandes	Matias do Rosário Fernandes
Março de 1855		Gião	José Joaquim Fiuza Gião
Junho de 1859		Gião	Francisco Cacirola Gião
Janeiro de 1900		Gião	Armando Augusto Fernandes Gião
Janeiro de 1848		Mattos	José Maria de Sousa <i>Mattos</i>
Setembro de 1865	21	Peres	Joaquim Manuel de Mattos <i>Peres</i>
Janeiro de 1895		Peres	Baltazar de Mattos Peres
Março de 1897		Peres	Manuel de Mattos Peres
Fevereiro de 1869	20	Potes	António José de Sá <i>Potes</i>
Abril de 1900		Potes	José Braancamp de Mattos Potes
Janeiro de 1902		Potes	Miguel José Fernandes Potes
Outubro de 1906		Potes	António Joaquim Fernandes Potes
Junho de 1838	55	Soares	Romão José <i>Soares</i>
Junho de 1855	21	Soares	Manuel Eduardo Oliveira Soares
Mai de 1880	20	Soares	José António Oliveira Soares
Mai de 1897	44	Soares	Eduardo Oliveira Soares
Fevereiro de 1903		Soares	José Fernandes Soares

Fontes: Anexo II A, «Identificação biográfica dos sócios ordinários do Círculo Eborense»; António Pedro de S. A. Sameiro, «Subsídios para uma bibliografia genealógica de algumas famílias do Alentejo», in *A Cidade de Évora*, vols. XXVII-XXVIII, 1970-71, pp. 93-149; *Mattos e Fernandes. Quem somos? Quantos somos?* (a brochura é o resultado das pesquisas de um dos actuais membros da família, com o objectivo de a distribuir durante um encontro de confraternização entre os numerosos familiares).

estatutária os indivíduos que, não tendo residência fixa na cidade, ainda assim pretendiam ser considerados membros do Círculo. Embora participassem de todos «os gozos da associação»<sup>91</sup>, a limitação de não poderem votar ou ser eleitos para a direcção e mesa da assembleia geral colocava-os numa posição de relativa passividade perante os sócios ordinários.

A especificidade da condição residencial dos sócios extraordinários revelou-se um obstáculo para a recolha de informações sobre eles: raramente eram mencionados nos cadernos de recenseamento eleitoral, documentação de onde se retirou o grosso dos dados biográficos sobre os outros sócios. Em contrapartida, a respectiva actividade profissional era quase sempre apontada nos livros de matrículas, acabando por ser esse o principal indicador utilizado para esboço do seu perfil sociológico. Esta preocupação dos dirigentes do Círculo em especificarem a ocupação dos sócios extraordinários, em comparação com o laconismo empregue na inscrição dos ordinários, é, ela própria, um dado significativo. Como os últimos eram indivíduos que residiam habitualmente em Évora e os outros apenas residentes temporários, pode inferir-se daí que estas diferenças espaciais eram, em simultâneo, objecto de um reconhecimento social diferenciado. Aos sócios ordinários bastava a referência nominal (nela se consubstanciavam todos os atributos da sua identidade social), mas a legitimação dos aspirantes a sócios extraordinários passava pelo registo da ocupação.

Os aspectos mencionados contribuem já, de alguma forma, para a identificação sociológica do grupo dos extraordinários, porém o seu fluxo de entradas também deve ser objecto de análise. A fundação do Círculo foi assunto dos sócios ordinários, só ulteriormente dando lugar aos extraordinários. No entanto, enquanto os registos correspondentes aos primeiros não foram além de 267, os segundos chegaram aos 511. Um universo bem mais numeroso (v. fig. 8, p. 127).

A média anual de entradas foi de cerca 7 indivíduos, mas este dado pouco significado tem, uma vez que o quinquénio de 1880-84, funcionando como um ponto de viragem, determinou uma importante alteração no afluxo de sócios: se entre 1836 e 1879 se registou uma média de cerca de 3 associações por ano, entre 1880 e 1910 esse número elevou-se para 9. Já entre os sócios ordinários o mencionado quinquénio correspondeu a um pico que influenciou e diferenciou os valores médios registados, mas, no grupo dos extraordinários, a alteração verificada naqueles cinco anos foi ainda mais ampla. Por um lado, as diferenças dos valores médios de um e outro períodos foram mais acentuadas entre os extraordinários que entre os ordinários; por outro, enquanto para uns o pico foi seguido de um retorno à média do

primeiro período, para os outros a tendência foi a de um crescendo de entradas. A quebra do valor da quota para os sócios extraordinários, ocorrida em 1880, originou caudais de registos bastante elevados. De tal forma que, se até essa data o seu número podia equiparar-se ao dos sócios ordinários, depois dela os extraordinários comandam decisivamente o ritmo de adesões ao Círculo.

Quanto às ocupações inventariadas para o grupo (fig. 9), de acordo com os critérios de sistematização utilizados no estudo deste indicador, apenas se pode falar de uma relativa diversidade: as ocupações inéditas – comparativamente ao registado para os sócios ordinários – são as de agrónomo, estudante e negociante. Considerando a questão deste modo, quase não se justificaria falar de diversificação.

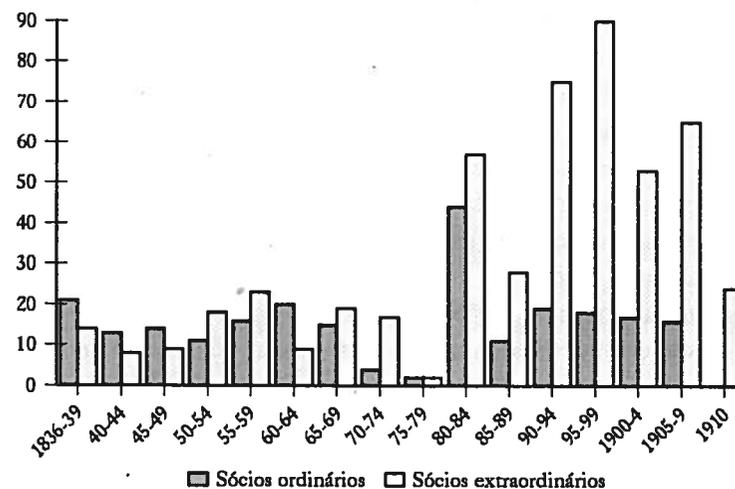
No entanto, uma observação mais detalhada deixa antever especificidades importantes. O peso predominante dos proprietários entre os sócios ordinários (41 por cento), é desempenhado pelos militares entre os extraordinários (45 por cento). O quinquénio de 1880-84 reflectiu-se de forma diferenciada nas duas categorias de sócios: para os ordinários significou uma quebra momentânea na actividade profissional mais importante, para os extraordinários foi o momento decisivo para a afirmação dos militares. Sendo já a actividade mais frequente no período anterior torna-se, a partir desse momento, a que identifica a maioria dos sócios registados (ordinários e extraordinários). Os funcionários aparecem em segundo lugar entre os sócios extraordinários, com 20 por cento, e entre os ordinários com 10 por cento.

Começam a desenhar-se os motivos pelos quais os sócios extraordinários podem ser interpretados como um factor de diversificação em relação a aspectos estruturais do perfil sociológico dos sócios ordinários. Mas esta hipótese adquire maior consistência se esmiuçarmos as categorias sistematizadas como *militares* e *funcionários*.

Évora, estratégica praça de armas, era sede da 4.ª Divisão Militar. Esta situação possibilitava a presença na cidade dos diversos ramos do exército – Cavalaria, Artilharia, Infantaria, Lanceiros e Engenharia – e tornava numerosos os militares em trânsito na cidade. A questão da residência temporária não era de somenos: os indivíduos que se encontravam em tal situação estavam desenraizados dos seus locais de origem e, por isso mesmo, constituíam uma população virtualmente interessada em estabelecer relações na sociedade local. O Círculo aparecia, então, como um espaço capaz de responder a essa necessidade e, de facto, foi isso que se verificou. Especialmente quando o montante das quotas desceu para níveis mais convidativos; recorde-se que existiam na cidade outras associações similares, nomeadamente a

Figura 8.

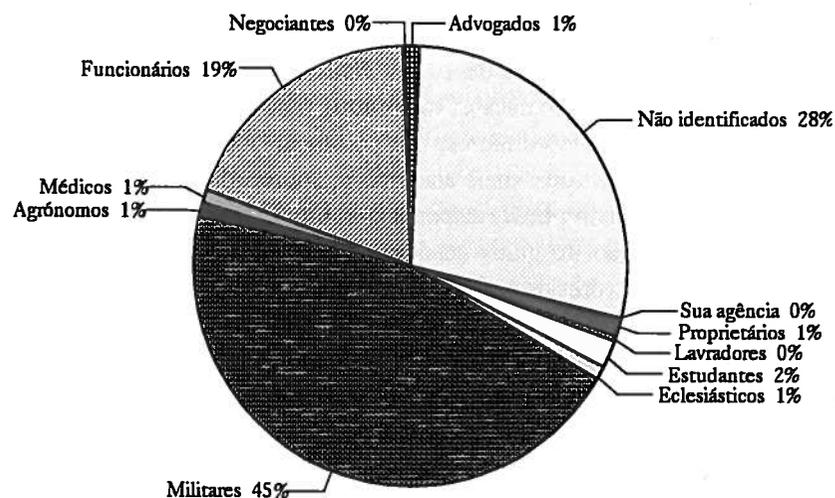
Entradas dos sócios ordinários e extraordinários do Círculo Eborense 1836-1910 (cálculos quinquenais).



Fontes: Anexo I, tabela 1.

Figura 9.

Actividades profissionais dos sócios extraordinários do Círculo Eborense (1836-1910).



Legenda: Os lavradores (0,39%), os negociantes (0,19%), e os indivíduos que vivem de «sua agência» (0,19%) não tem qualquer expressão na projecção gráfica.

Fontes: Anexo II B, «Identificação biográfica dos sócios extraordinários do Círculo Eborense».

Sociedade União Eborense que, segundo os estatutos de 1872, cobrava quotas de 500 réis<sup>92</sup>.

Mas, considerando toda a hierarquia militar, o Círculo era, ainda assim, uma associação selectiva. Foram os oficiais – alferes, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis, brigadeiros e generais – os grandes responsáveis pela dinâmica entrada de militares nesta associação. Numerosos os de patente menos elevada, mais escassos os outros – algo decorrente da própria organização do aparelho militar. A forte presença dos militares, e em particular dos oficiais, no Círculo Eborense correspondia, de resto, a uma prática característica do grupo. A participação assídua em espaços e manifestações de sociabilidade exteriores ao quotidiano da vida militar, permitia o entrosamento entre os oficiais e os notáveis da cidade. As ocasiões mais propícias ao estabelecimento de relações eram as cerimónias comemorativas, os bailes, os piqueniques e, claro, a frequência nas próprias sedes das associações de convivialidade<sup>93</sup>.

É precisamente esta ligação dos militares com os representantes das elites locais que justifica considerarem-se os sócios extraordinários do Círculo como elemento de diversificação em relação ao perfil social dos sócios ordinários. Uma diversificação que não implicou a descaracterização deste último grupo, mas o tornou menos determinante para a inteligibilidade do Círculo na sociedade local.

Os funcionários constantes na categoria de sócios extraordinários também podem ser perspectivados no mesmo sentido que os militares. No grupo dos sócios ordinários cerca de 10 por cento dos indivíduos apareciam inventariados sob aquela designação. No entanto, para além da proporção ser mais elevada entre os extraordinários, o espectro de actividades desempenhadas por estes era bastante mais alargado e, sobretudo, dizia respeito a funções directivas e/ou implicava saberes e competências específicas que passavam pela aquisição de graus académicos elevados. Contam-se como sócios do Círculo: directores do correio, do gás, da fazenda, chefes da estação telegráfica, inspectores da fiscalização dos tabacos, director da agência do Banco de Portugal, professores de liceu, engenheiros, magistrados e agrónomos. Estes exemplos ilustram como os designados funcionários introduziram uma maior diversidade ocupacional entre os sócios e, em consequência, tornaram mais complexo o seu perfil sociológico.

Porém, o já referido acréscimo de complexidade não altera a inteligibilidade do Círculo como uma associação frequentada pela elite. Servia de contraponto em relação ao peso do grupo ligado aos interesses fundiários, e permitia a este estabelecer relações com indivíduos posicionados em níveis

intermédios e superiores de instituições fulcrais para o funcionamento da sociedade portuguesa oitocentista.

#### 4. *O universo dos sócios numa perspectiva integrada.*

As sociabilidades eborenses da segunda metade de Oitocentos inseriam-se, sem grandes discrepâncias (tanto numa perspectiva temporal como em relação a formas e conteúdos) numa tendência comum a outras regiões europeias. A teoria da circulação de modelos, aplicada às práticas de sociabilidade explica uma tal situação, e permite avançar com a hipótese de uma respiração de conjunto entre o que se passava em algumas partes do país e o que ocorria além fronteiras.

Assistiu-se a uma progressiva transformação das formas e práticas conviviais, consubstanciada na emergência de uma multiplicidade de espaços que traduziam os diferentes objectivos, necessidades e funções dos grupos que os frequentavam e dinamizavam. Era a projecção da matriz «racional» na configuração urbana, mediante a apropriação social do espaço físico. Uma apropriação feita no respeito pelo enquadramento jurídico da época e proporcionando actividades conformes aos ditames da ordem instituída. Esta legitimidade legal reforçava o papel integrador e, ao mesmo tempo, distintivo, das manifestações de sociabilidade, se bem que o significado essencial destas resultasse da posição no espaço social dos grupos que as efectivavam.

Neste contexto, as associações que surgiram em Évora durante o século XIX merecem um realce especial: funcionaram como traço de inovação no âmbito das práticas de sociabilidade eborenses; traduziram, no plano local, algumas das alterações verificadas no quadro das vivências sociais com a instauração do liberalismo. Isto porque, em última análise, as associações surgiram como um recurso formal, específico e consolidado pela sociedade burguesa e liberal, e a sua orgânica deixa transparecer uma matriz funcional análoga à desta sociedade: os mecanismos de legitimação e funcionalidade são de natureza electiva.

As associações, mormente as de objectivos culturais e recreativos, e em especial as mais precoces, eram normalmente impulsionadas por segmentos sociais de tonalidade burguesa. Embora alguns promotores e participantes estivessem ligados à aristocracia e possuísem títulos nobiliárquicos, incorporavam os mecanismos consagrados pela ordem social e jurídica liberal e estabeleciam relações de identidade com indivíduos e grupos de origem

social diversa. Na sociedade portuguesa oitocentista, os processos de identificação e distinção obedeciam a outros critérios que não os consagrados pela sociedade do Antigo Regime.

Com base nestes pressupostos procedeu-se ao estudo da associação Círculo Eborense. O conhecimento do respectivo contexto da fundação, do modo de funcionamento e do perfil dos associados confirmou e ilustrou as nossas hipóteses sobre o papel do associativismo com objectivos de convívio, e cultura e permitiu relevar alguns dos elementos caracterizadores da elite eborense do século XIX.

Do ponto de vista ocupacional predominavam os proprietários, militares e funcionários, ou seja, indivíduos ligados ao sector fundiário (por vezes com rendimentos de outras origens) ao aparelho militar e aos serviços públicos. A convergência de interesses, apetências relacionais e concepções do mundo social levou-os a reunirem-se naquela associação. O sentido de reconhecimento e identificação permitiu que, apesar das flutuações no ritmo de entradas e das alterações das proporções entre os três principais grupos ocupacionais, as suas características estruturais continuassem perceptíveis ao longo dos setenta e quatro anos compreendidos entre 1836 e 1910.

A favor da perspectiva de uma relativa estabilidade dos atributos sociais dos indivíduos que passaram pelo Círculo, sublinhe-se o facto de certas famílias eborenses, pela renovação geracional, serem uma presença constante. Acrescente-se que os indivíduos ligados pelo parentesco tendiam a situar-se, quer do ponto de vista ocupacional, quer pelo exercício de cargos político-administrativos, numa linha de coerência e continuidade em relação aos seus antecessores<sup>94</sup>. A família, para além da sua dimensão afectiva, era um espaço de reprodução social das posições.

O exercício de cargos político-administrativos era frequente entre os sócios do Círculo, sobretudo os ordinários. No entanto, à medida que o século avançava, a sua capacidade de acesso a cargos de âmbito nacional parece ter-se reduzido. A tendência era o reflexo, no microcosmos da associação, de uma situação que afectava alguma notabilidade portuguesa, especialmente aquela cujos prestígio e poder radicavam na posse de terra<sup>95</sup>.

Relevante, também, é o facto de bastantes sócios, sobretudo ordinários, terem uma intervenção regular em associações agrícolas, comerciais, de beneficência, e na empresa responsável pela construção do Teatro Garcia de Resende<sup>96</sup>. Estes exemplos iluminam um importante referente ideológico do comportamento das elites de Oitocentos: o interesse pela causa pública e a promoção de acções em benefício da sociedade

A análise dos rendimentos dos sócios ordinários (só para eles foi possível reunir informações) permite inferir a seguinte correlação: à medida que os rendimentos declarados aumentavam, mais numerosos eram os sócios entre os indivíduos situados nesses escalões. Daqui resulta que, embora muitos dos sócios do Círculo não se incluíssem nas classes de rendimentos mais elevadas, entre estas o recrutamento era mais acentuado.

A articulação dos vários indicadores permite que se caracterizem os sócios do Círculo como um grupo de indivíduos que se definia pelo património, pelo desempenho de funções superiores no campo militar e no funcionalismo, pelos elevados rendimentos, pelo exercício de cargos político-administrativos e pelo desempenho em iniciativas ligadas à beneficência e às questões de ordem cultural e intelectual<sup>97</sup>, auferindo daí um acrescido prestígio social.

«Cidadãos activos» do regime censitário, protagonistas da vida local (e até para além dela), os sócios do Círculo Eborense constituíam um grupo de poder na sociedade eborense da época, e corporizavam algumas das diferenças entre o Antigo Regime e o liberalismo quanto a factores de identificação e distinção social.

Neste contexto, o Círculo Eborense era, a um tempo, espelho onde se reflectiam todas estas dinâmicas e espaço de legitimação das mesmas.

- 1 Georges Gurvitch, *La vocation actuelle de la sociologie*, 4.ª ed., t. I, Paris, 1968, p. 305.
- 2 A referência detalhada a estas fontes encontra-se no capítulo que trata do tema da fundação e organização interna da sociedade Círculo Eborense.
- 3 Tratou-se de uma investigação pontual destinada, concretamente, a possibilitar a identificação dos indivíduos que juraram a Constituição de 1822 durante o desenrolar do processo setembrista (ADE, Núcleo das Actas da Câmara: livro 63, sessão de 1836-9-14) e dos proprietários da casa onde estava sediada a associação (ADE, Núcleo Judicial-IOCE: maço 89, n.º série 1625; maço 113, n.º série 2051; maço 114, n.º série 2061).
- 4 Depositados no ADE (Arquivo Distrital d'Évora).
- 5 Como a necessidade de obter as informações mencionadas exigiu a consulta de documentação dispersa pelo grande número de maços que constituem o fundo do governo civil e junta distrital de Évora não se enumera aqui cada um deles adiantando, apenas, que as informações relacionadas com os processos eleitorais aparecem inventariadas sob a entrada «Estatística: eleições». Uma identificação mais pormenorizada aparece na bibliografia deste trabalho, secção dedicada à apresentação das fontes.
- 6 ADE, Núcleo Municipal: «Primeiro Livro Mestre do Batalhão da Guarda Nacional de Évora», 1834-37.
- 7 ADE-NGC, Agricultura, maços 136, 279, 296.
- 8 *Manuelinho d'Évora*, n.º 283, 1886-6-22, e n.º 290, 1886-8-10.
- 9 *Ibid.*, n.º 281, 1886-7-20.

- 10 *Ibid.*, n.º 102, 1883-1-2; 103, 1883-1-9; 104, 1883-1-16; 105, 1883-1-23; 106, 1883-1-30; 107, 1883-2-6; 108, 1883-2-13; 109, 1883-2-20; 110, 1883-2-27.
- 11 Para tal consultou-se a obra de Cristovam Ayres de Magalhães Sepúlveda, *História da Cavalaria Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- 12 Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 118.
- 13 Georges Gurvitch, *op. cit.*, p. 305.
- 14 ACE (Arquivo do Círculo Eborense), Livro de Actas da Assembleia Geral I: sessão de 1836-3-3.
- 15 ACE, Maço de correspondência: Ofício da Administração Geral do Distrito dirigido aos directores do Círculo Eborense (documento que dá conta do envio de cópia da portaria expedida pela 3.ª repartição do Ministério do Reino, em 9-1-1837, mediante a qual se procedeu à aprovação dos estatutos da sociedade).
- 16 *Código Civil Portuguez. Nova edição acrescentada com a legislação posterior ao mesmo Código e um repertorio alfabético*, Porto, Typografia do Jornal do Porto, 1868, p. 52.
- 17 Cfr. Fernando Piteira Santos, «Direito de associação», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1984, pp. 236-38.
- 18 António Joaquim Lopes da Silva (coord.), *Repertorio Jurídico Portuguez*, t. X, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1886-99, p. 332.
- 19 Francisco Lencastre, índice remissivo da *Legislação Novíssima de Portugal Compreendendo os Anos de 1838 até 1868*, Lisboa, Typografia Universal, 1869, Lisboa, 1869, p. 165.
- 20 Cfr., como exemplos, Alípio Freire de Figueiredo A. Castello Branco, *Repertorio ou Índice Geral Alfabético e Remissivo de Toda a Legislação Portuguesa Constitucional Desde o Estabelecimento do Governo na Ilha Terceira em 1829 Até Abril do Anno de 1838 Inclusive*, Lisboa, Typografia de J. R. Figueiredo, 1838, pp. 40-41 e 436-37, e Francisco de Lencastre, *op. cit.*, pp. 38 e 405-6. Sobre a evolução do associativismo português consulte-se, ainda, Costa Goodolfim, *A Associação, História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Lisboa, 1876.
- 21 Maria Carlos Radich, «Formas de organização política: sociedades patrióticas e clubes políticos. 1820-1836», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 1982, p. 137.
- 22 ADE, Núcleo Municipal: Actas da Câmara, 63 (LIX), sessão de 1836-9-14. Das diversas «autoridades locais» que prestaram juramento, oito faziam parte do grupo de indivíduos cujos nomes se encontram nos registos do Círculo como tendo entrado ao longo do ano de 1836, data em que há conhecimento das primeiras movimentações para a fundação da sociedade.
- 23 ADE, Núcleo Municipal: «Primeiro Livro Mestre do Batalhão da Guarda Nacional de Évora», 1834-37.
- 24 Cfr. o ACE, Livro de Conta Corrente do Círculo, 1836-6-18, fol. 3. Quanto à conotação política do jornal, cfr. Maria de Fátima Bonifácio, «A Revolução de Setembro de 1836», *Análise Social*, vol. XVIII (71), 1982, pp. 335 segs.
- 25 Em relação à realidade portuguesa cfr. Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, 1990, p. 368; para o caso da França, cfr. Maurice Agulhon, *op. cit.*, pp. 18-22.
- 26 Desde o momento da sua fundação oficial – a que correspondem os estatutos iniciais – até finais do século XIX, existiram duas alterações aos estatutos da sociedade: a primeira datou de 1865 (cfr. ACE, Livro de Actas da Assembleia Geral I: sessão de 1865-2-5) e a segunda de 1880 (cfr. ACE, Livro de Actas da Assembleia Geral II: sessão de 1880-6-20), embora a data da sua aprovação pelo Governo Civil seja de 1881 (cfr. ADE, Núcleo do. GC: Estatística, Associações, maço 293). Estas alterações, no entanto, não modificam os aspectos fundamentais dos objectivos e orgânica interna.
- 27 Em 1880, em reunião da assembleia geral, houve mesmo quem propusesse o abandono da

- ideia de «duas classes diferentes de sócios», fundamentando esta proposta no «princípio de igualdade que deve presidir a todas as associações» e também por se entender serem «quase iguais os direitos de ambas as classes» (cfr. ACE, Livro de Actas da Assembleia Geral II: sessão de 1880-6-20). A proposta não foi aceite, continuando vigente a distinção entre sócios ordinários e extraordinários, mas o argumento de que situação de igualdade entre todos os elementos era um critério estruturante deste tipo de associações revela, da parte de alguns sócios, a consciência de que participavam numa prática de sociabilidade com características peculiares do ponto de vista dos valores que lhe eram subjacentes; a não aprovação da referida proposta, por sua vez, se bem que possa revelar uma certa falta de concordância com aquele princípio, deve também ser interpretada como uma preocupação em possibilitar a sobrevivência da sociedade. É que à categoria de extraordinários pertenciam todos os indivíduos que não tinham residência fixa na cidade e, em vista disto, a possibilidade de serem eleitos para cargos de direcção ou influenciarem o sentido das votações em favor de outros elementos que se encontrassem nas mesmas circunstâncias poderia, eventualmente, constituir um factor de instabilidade que fizesse perigar a já referida sobrevivência da associação.
- 28 A hipótese avançada por Maurice Agulhon (*op. cit.*, p. 33) para o caso da França não parece, de modo algum, inviável para esclarecer a situação portuguesa.
  - 29 Existe na documentação do Círculo Eborense um *Livro dos Visitantes*, no entanto a falta de legibilidade e escassez das assinaturas aí registadas, bem como a ausência de referências sobre o assunto em outros documentos, não possibilitaram uma análise relevante da importância dos «visitantes» na vida da sociedade.
  - 30 Cfr. ACE, Livro de Actas da Assembleia Geral I: sessão de 1846-3-3.
  - 31 Cfr. Anexo II A.
  - 32 ACE, Livro de Actas da Assembleia Geral I: sessão de 1863-4-12.
  - 33 ADE, Núcleo Judicial-IOCE: maço 89, n.º série 1625 (inventário na sequência da morte de José Jacinto do Amaral Banha).
  - 34 Cfr. ADE, Núcleo Judicial-IOCE: maço 114, n.º série 2061.
  - 35 ACE, Maço de correspondência (infelizmente a carta dirigida pela sócia aos directores da sociedade não está datada).
  - 36 Cfr. Antonio-Miguel Bernal e Jacques Lacroix, «Aspects de la sociabilité andalouse. Les associations sevillanes (XIX-XX s.)», in *Mélanges de la Casa de Velasquez* cit., t. XI, pp. 436 e 487.
  - 37 Cfr. a nota anterior.
  - 38 Cfr. Maurice Agulhon, *op. cit.*, pp. 24-25.
  - 39 Cfr. R. J. Morris, «Clubs, societies and associations», in F. M. L. Thompson (ed.), *The Cambridge Social History of Britain 1750-1950*, vol. 3: *Social agencies and Institutions*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 395-444, e também Crane Brinton, «Clubs», in *Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. III, 1931, pp. 573-77.
  - 40 Cfr. James Q. Wilson, «Clubs Políticos», in *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, vol. II, Madrid, 1974, pp. 415-19; e «Asociaciones Voluntarias», *ibid.*, pp. 611-27.
  - 41 Cfr. Manuel Bonachela Mesas, *Caracteres y funciones de las asociaciones voluntarias en las democracias occidentales. Notas específicas entre las élites andaluzas*, Madrid, 1987, p. 14.
  - 42 Sobre a questão das tipologias cfr. Antonio Miguel Bernal e Jacques Lacroix, *op. cit.*, pp. 471-75; Georges Gurvitch, *op. cit.*, pp. 308-57; James Q. Wilson, *op. cit.*, pp. 415-19; Michael Banton e David L. Sills, *op. cit.*, pp. 611-27, e A. Meister, *Participación social y cambio social*, Caracas, Monte Avila editores, 1971, pp. 215-26. Embora as sistematizações dos diversos autores apresentem algumas diferenças, os critérios utilizados para a caracterização do Círculo Eborense enquadraram-se, sem dificuldades, em qualquer uma delas.

- 43 Georges Gurvitch, *op. cit.*, p. 305.
- 44 Cfr. Adeline Daumard, «L'Histoire sociale comparative et quantitative de l'époque contemporaine», *Caliers Internationaux d'Histoire Economique et Sociale*, Genève, 1986, p. 302.
- 45 Cfr., entre outros, Adeline Daumard, *op. cit.*, 1986, p. 302; Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, vol. II, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, INIC, 1978, pp. 770-79; Rui Cascão, *op. cit.*, p. 517.
- 46 Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, p. 18.
- 47 Informações cedidas por Helder Adegar T. D. Fonseca, cuja tese de Doutoramento «Economia e atitudes económicas no Alentejo oitocentista». Cfr., do mesmo autor, «Sociedade e elites alentejanas no século XIX», *Economia e Sociologia*, n.º 45-46, 1988, pp. 63-106.
- 48 Cfr. Guy Chausinant-Nogaret, *Une histoire des élites 1700-1848*, Paris, Mouton, 1975, p. 10.
- 49 Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 115.
- 50 ACE, Livro de Actas da Assembleia Geral I: sessão de 1836-3-3.
- 51 *Ibid.*, sessão de 1865-2-5 (aprovação da reforma dos estatutos).
- 52 Georges Gurvitch, *op. cit.*, p. 305.
- 53 *Ibid.*, p. 306.
- 54 Cfr. o Anexo II A, Identificação biográfica dos sócios ordinários do Círculo Eborense.
- 55 Os elementos informativos obtidos, quer digam respeito a este ou aos outros indicadores, raramente coincidem com o momento de registo dos indivíduos como sócios do Círculo. De resto, foi a insuficiente informação biográfica constante da documentação da sociedade que conduziu às pesquisas posteriormente efectuadas, sendo precisamente daí que advém a dessincronia. O importante, porém, é que os resultados obtidos possibilitam a identificação dos sócios em determinado momento das suas vidas o qual, podendo não coincidir exactamente com o momento de associação, é ainda assim válido para, mediante a leitura de conjunto dos elementos referentes aos diversos sócios, contribuir para a identificação do perfil sociológico do grupo.
- 56 Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, p. 189.
- 57 Cfr. Alain Guillemin, «Aristocrates, propriétaires et diplômés. La lutte pour le pouvoir local dans le département de la Manche, 1830-1875», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 42, Abril 1982, p. 36. Utilizando como ponto de partida o termo *instruído*, Rui Ramos em «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo», *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988, pp. 1067-145, considera que em «Portugal, no princípio do século XIX, os grupos dominantes dos meios rurais – grandes lavradores e arrematantes de rendas [...] – eram instruídos ou, pelo menos, estavam muito relacionados com os notáveis letrados» (p. 1076). Ao considerar o acesso à instrução como um atributo dos grupos dominantes da sociedade rural o autor acaba por, indirectamente, corroborar a hipótese dos fundadores do Círculo como um grupo de elite.
- 58 Cfr. Helder Fonseca, «Sociedade e elites alentejanas no século XIX», *Economia e Sociologia*, n.º 45-46, 1988, p. 73.
- 59 Esta opção relaciona-se com dois factores: 1) conforme foi referido por Pedro Tavares de Almeida (*op. cit.*, pp. 42-45), o recenseamento eleitoral resultante do sufrágio censitário e das hipotéticas parcialidades políticas das comissões de recenseamento, nem sempre reflectia fielmente o montante dos rendimentos dos indivíduos recenseados; 2) a obtenção de posições relativas mediante o acantonamento dos rendimentos em classes organizadas por ordem decrescente dos montantes, permite contornar o problema das virtuais flutuações da moeda, possibilitando a comparação da hierarquia das posições em momentos temporalmente diferenciados. As classes de rendimento estabeleceram-se de acordo com a metodo-

- logia utilizada por Dupâquier (cfr. J. Dupâquier, *A História Social. Problemas Fontes e Métodos*, Lisboa, Cosmos, 1973, p. 201). A hierarquia entre as diversas classes obteve-se organizando estas por ordem decrescente de rendimentos e atribuindo à mais elevada o número I; os indivíduos cujos rendimentos se situavam nessa classe consideraram-se então na primeira posição (I).
- 60 ADE-NGC: Estatística – Eleições, 1841, maço 670.
- 61 Cfr. Marcelo Caetano, *Lições de Direito Constitucional e de Ciência Política (1951-1952)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1952, p. 248.
- 62 ADE-NGC: Estatística – Eleições, 1843, maço n.º 280.
- 63 Cfr. *Código Administrativo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p. 58 (art. 241.º).
- 64 ADE-NGC: Estatística – Eleições, 1850, maço n.º 674.
- 65 *Ibid.*, 1870, maço n.º 662.
- 66 Cfr. Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, pp. 40-41. O documento de 1850 utilizado neste estudo é uma lista de eleitores e elegíveis para os corpos administrativos locais. Como, segundo o Código Administrativo de 1842, Évora fazia parte dos concelhos de segunda ordem, isso implicava montantes de elegibilidade para os cargos municipais ligeiramente inferiores aos 400 mil réis de renda líquida anual (cfr. *Código Administrativo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, pp. 9 e 10, art. 15.º e p. 104). Já o Código Administrativo de 1878 não explicita qualquer diferença no que diz respeito ao montante do rendimento entre eleitores e elegíveis para os corpos administrativos e para deputados (cfr. *Código Administrativo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, pp. 57 e 58, arts. 267.º a 270.º).
- 67 Cfr. Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 154.
- 68 Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, p. 41.
- 69 Cfr. a citação apresentada na nota 1 da segunda parte deste livro.
- 70 ACE, Livro de Actas da Assembleia Geral II, sessão de 1880-3-20.
- 71 ADE, Núcleo Municipal: «Livro da Companhia Eborense Fundadora do Teatro Garcia de Rezende», 1892, fol. 1-3.
- 72 *Ibid.*
- 73 Cfr. a entrada «Outras actividades» no Anexo II A: Identificação biográfica dos sócios ordinários do Círculo Eborense (a listagem foi ordenada por ordem crescente das datas de registo dos associados).
- 74 Cfr. J. M. Monarca Pinheiro, *Memória do Liceu*, Évora, 1991, p. 15.
- 75 Cfr. Anexo II A, Identificação biográfica dos sócios ordinários do Círculo Eborense.
- 76 *Ibid.*
- 77 O maior número de informações diz respeito a cargos municipais – presidentes de câmara, vereadores e, com menos frequência, conselheiros municipais –, embora também se registem alguns administradores de concelho (cfr. Anexo II A, Identificação biográfica dos sócios ordinários do Círculo Eborense). De resto, era a especificidade de cada uma das funções que conduzia a esta situação: os corpos administrativos eram cargos electivos e colectivos; os magistrados eram de nomeação régia e eram cargos individuais.
- 78 Os cargos mencionados são os que aparecem mais frequentemente inventariados para o plano distrital (cfr. Anexo II A, Identificação biográfica dos sócios ordinários do Círculo Eborense). Sobre os aspectos jurídicos de cada um deles cfr., nomeadamente, o *Código Administrativo de 1842* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1842) e o *Código Administrativo de 1878* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1878) que, no seu conjunto, abrangem a maior parte do período em análise.
- 79 Helder Fonseca, *op. cit.*, p. 93. Sobre est assunto cfr., também, Yves Lequin, *Histoire des Français XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles*, II: *La société*, Paris, Armand Colin, p. 34.

- 80 Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, p. 186.
- 81 As informações do documento de 1843 não foram objecto de análise dado que apenas aí se detectaram mais dois sócios para além dos fundadores. O documento de 1891 (ADE-NGC: Estatística – Eleições «Caderno de Recenseamento Eleitoral do Concelho d'Évora», maço 264), por sua vez, não foi utilizado para o universo dos fundadores porque a distância face a 1836 levou a que somente um dos indivíduos incluídos nesse grupo nele fosse referenciado.
- 82 ACE, Livro de Caixa do Círculo Eborense I, fols. 1 e 2.
- 83 ACE, Livro de Contabilidade da Direcção I, fol. 65.
- 84 *Ibid.*, II, fol. 30.
- 85 Um dos actuais representantes da família Matos e Fernandes (é este último apelido o que mais vezes aparece discriminado entre os sócios ordinários do Círculo) resolveu pesquisar e reconstituir a genealogia da família, resultando daí uma brochura intitulada *Os Matos e Fernandes. Quem somos? Quantos somos?*, cujas informações remontam ao princípio do século XIX (agradeço ao Dr. Helder Fonseca o acesso a esta fonte de informação). Outras obras usadas para reconhecer e seguir os laços familiares entre outros sócios do Círculo: António Pedro Sameiro, «Subsídios para uma bibliografia genealógica de algumas famílias do Alentejo», in *A Cidade de Évora*, vols. XXVII-XXVIII, 1970-71, pp. 93-149; Afonso Zuquete (dir.), *Nobreza em Portugal*, Lisboa, 1960-61, 3 vols.; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, 1935 segs., 40 vols.
- 86 Cfr. António Pedro Sameiro, «Subsídios para uma bibliografia genealógica de algumas famílias do Alentejo», in *A Cidade de Évora*, vols. XXVII-XXVIII, pp. 93-149.
- 87 Cfr. Anexo II A, «Identificação biográfica dos sócios ordinários do Círculo Eborense».
- 88 «Lugar/instrumento/aparato principal de la distribución antroponímica» (cfr. Lorenzo Cachón Rodríguez, *Movilidad social o trayectorias de clase? Elementos para una crítica de la sociología de la movilidad social*, Madrid, 1989, p. 541).
- 89 *Ibid.*, p. 542, e Pierre Bourdieu, *op. cit.*, p. 83.
- 90 Como relatámos na primeira parte deste estudo.
- 91 Cfr. ACE: Estatutos do Círculo Eborense, 1865, art. 7.º
- 92 Cap. II, art. 1.º dos *Estatutos da Sociedade União Eborense*, Évora, 1917 (reimpressão dos estatutos aprovados em 1872-4-13).
- 93 Cfr., a título de exemplo, André Corvoisier, «Quelques formes de sociabilité militaire», in *Aux sources de la puissance: sociabilité et parenté. Actes du colloque de Rouen 12-13 de Novembre 1987*, Rouen, 1989, pp. 113-24, e William Serman, «Les loisirs des militaires français dans la seconde moitié du XIX<sup>e</sup> siècle», in *Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIX<sup>e</sup> siècle* (Colloque pluridisciplinaire), Abbeville, 1983, pp. 179-84.
- 94 Cfr. Anexo II A, «Identificação biográfica dos sócios ordinários do Círculo Eborense».
- 95 Cfr. Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, pp. 189 segs.
- 96 Cfr. Anexo II A, Identificação biográfica dos sócios ordinários do Círculo Eborense, e Anexo II B, Identificação biográfica dos sócios extraordinários do Círculo Eborense.
- 97 Cfr. no Anexo II A e II B a inventariação dos indivíduos que estavam ligados a instituições de beneficência, à construção e viabilidade funcional do Teatro Garcia de Resende, e a associações ou sociedades viradas para a defesa e desenvolvimento do sector agrícola.

## Fontes e bibliografia

## Fontes

### Manuscritas

#### *Arquivo do Círculo Eborense*

- ACE, Livro de Actas da Assembleia Geral I-II (1836-1923).  
ACE, Livro de Actas da Direcção (1854-1923).  
ACE, Livro de Caixa do Círculo Eborense I-III (1836-77).  
ACE, Livro de Contabilidade da Direcção I-IV (1859-1913).  
ACE, Livro de Matrículas dos Sócios I-II (1836-1946).  
ACE, Maço de correspondência.

#### *Arquivo Distrital de Évora*

- ADE, Núcleo do GC, Agricultura, maços n.º 136, 279, 296.  
ADE, Núcleo do GC, Estatística – Associações, 1855, maços n.º 293, 1888; 338, 1892; 436.  
ADE, Núcleo do GC, Estatística – Eleições, 1837, maços n.º 795, 1838; 11, 97 e 795, 1840; 13, 1841; 670, 1842; 678, 1843; 280, 1846; 536, 1850; 674, 1851; 875, 1855; 879, 1864; 231 e 857, 1865; 520, 1868; 662, 1869; 768, 1870; 662, 1873; 53, 1874; 67, 1875; 731, 1876; 645 e 886, 1878; 496, 1881; 245 e 886, 1885; 16, 1890; 309 e 790, 1891; 264, 1895; 675 e 678.  
ADE, Núcleo Judicial-IOCE: maços n.º 89, n.º série 1625; 114, 2061; 113, 2051.  
ADE, Núcleo Municipal: Actas da Câmara, 63 (LIX), 1836.  
ADE, Núcleo Municipal: «Primeiro Livro Mestre do Batalhão da Guarda Nacional de Évora», 1834-37.  
ADE, Núcleo Municipal: «Livro da Companhia Eborense Fundadora do Teatro Garcia de Rezende», 1892.  
Basto, Carlos, *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, 3 vols. (manuscrito inédito).

## Impressas

## Jornais

*A Alvorada*, Évora, 1903-4.

*Folha do Sul*, Évora, 1863-67.

*Notícias d'Évora*, Évora, 1900-....

*Manuelinho d'Évora*, Évora, 1880-1906.

*Scholástico Eboreuse*, Évora, 1861-63.

*Voz da Infancia*, Évora, 1863.

## Obras literárias

Almeida, Fialho de, *O País das Uvas*, Lisboa, Clássica Editora, 1982.

— *Os Gatos*, s/l., Ulisseia, 1986.

Barata, António Francisco, *Noites de Évora*, n.º 1, Évora, 1897.

Camacho, Brito, *Memórias e Narrativas Alentejanas*, Lisboa, Guimarães Editores, 1988.

Ortigão, Ramalho, *As Farpas*, t. I-VIII, Lisboa, Clássica Editora, 1986-92.

Queirós, Eça de, *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

— *Da Colaboração no «Distrito de Évora» (1867)*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d., 3 vols.

— *Uma Campanha Alegre*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

## Legislação

Castello Branco, Alipio Freire de Figueiredo A., *Repertorio ou Índice Geral Alfabético e Remissivo de Toda a Legislação Portuguesa Constitucional Desde o Estabelecimento do Governo na Ilha Terceira em 1829 Até Abril do Anno de 1838 Inclusive*, Lisboa, Typografia de J. R. Figueiredo, 1838.

*Código Administrativo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

*Código Admnsitrativo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.

*Código Adminstrativo Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.

*Código Civil Portuguez. Nova edição acrescentada com a legislação posterior ao mesmo código e um repertorio alphasético*, Porto, Typografia do Jornal do Porto, 1868.

*Collecção de leis e outros documentos officiaes publicados no ano de 1839*, nona série, Lisboa, 1839.

Lencastre, Francisco, *Índice Remissivo da Legislação Novissima de Portugal Compreendendo os Annos de 1838 até 1868*, Lisboa, Typografia Universal, 1869.

Silva, António Joaquim Lopes da (coord.), *Repertorio Juridico Portuguez*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1886-99, 11 vols.

## Estatutos

*Estatutos da Sociedade União Eboreuse*, Évora, 1917.

*Estatutos do Círculo Eboreuse*, Évora.

## Genealogias

*Mattos e Fernandes. Quem somos? Quantos somos?* (não se encontrando nos circuitos comerciais, esta brochura é uma reconstituição da árvore genealógica dos Mattos e Fernandes e resultou do interesse e curiosidade de um dos actuais membros da família, que a distribuiu entre os respectivos familiares durante um encontro de confraternização).

## Bibliografia

### Estudos

#### *Contributos teóricos*

- A História Social, Problemas, Fontes e Métodos* Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud, 15-16 de Maio de 1965, Lisboa, Cosmos, 1973.
- Boudon, Raymond, e Bourricavo, F., *Dictionnaire critique de la Sociologie*, Paris, PUF, 1982.
- Bourdieu, Pierre, *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Minuit, 1985.  
— *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- Burke, Peter, *Sociologia e História*, Porto, Afrontamento, 1990.
- Chartier, Roger, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988.
- Cruz, M. Braga da, *Teorias Sociológicas*, vol. I: *Os fundadores e os clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- Daumard, Adeline, «L'Histoire Sociale comparative et quantitative de l'époque contemporaine», *Cahiers Internationaux d'Histoire Economique et Sociale*, Genève, n.º 18, 1986, pp. 281-330.
- Desbrouses, Hélène, «Définition des classes et rapports d'hégémonie», *Classes et catégories sociales. Aspects de la recherche*, Edires, 1989, pp. 79-95.
- Eisenstadt, Shmuel N., *A Dinâmica das Civilizações. Tradição e Modernidade*, Lisboa, Cosmos, 1991.
- Elias, Norbert, *O Processo Civilizacional*, Lisboa, Dom Quixote, 1989-90, 2 vols.  
— *A Condição Humana*, Lisboa, Difel, 1991.
- Frémont, Armand, *A Região, Espaço Vivido*, Coimbra, Almedina, 1980.
- Giddens, Anthony, *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge-Oxford, Polity Press, 1984.
- Gurvitch, Georges, *La vocation actuelle de la sociologie*, t. I, Paris, PUF, 1968.  
— *As Classes Sociais*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.

- Mattoso, José, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.
- Simmel, Georg, *Sociologie et Épistémologie*, Paris, PUF, 1981.  
— *Estudios sobre las formas de socialización*, Madrid, Alianza Editorial, 1986, 2 vols.
- Sombart, Werner, *Amor, Luxo e Capitalismo*, Venda Nova, Bertrand, 1990.
- Tönnies, Ferdinand, *Comunidad y asociación*, Barcelona, Ediciones Península, 1979.

#### *Estudos empíricos*

##### Sobre Évora

- Espanca, Túlio, «Miscelânea histórico-artística: 6.º Arco Triunfal da Paz em 1715», *Cidade de Évora*, Évora, n.º 19-20, 1948-49, pp. 173-205.
- «Curiosidades de Évora – a procissão do Corpo de Deus», *Cidade de Évora*, Évora, n.º 47, 1964, pp. 65-72.
- «Visitas régias a Évora no século XIX», *ibid.*, n.º 33-34, 1953, pp. 389-430.
- *Cadernos de História e Arte Eboreuse*, vol. XXXV: *Subsídios para a história contemporânea da cidade*, Évora, 1983.
- Fonseca, Helder Adegar, «Para o estudo dos investidores alentejanos: os lavradores da comarca de Évora no final do Antigo Regime. Alguns aspectos», *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XXII, 1985, pp. 47-115.
- «Sociedades e elites alentejanas no século XIX», *Economia e Sociologia*, Évora, n.º 45-46, 1988, pp. 63-106.
- Fonseca, Helder Adegar, e Reis, Jaime, «José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração», *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIII, n.º 99, 1987-5.º, pp. 865-904.
- Fonseca, Jorge, «Propriedade e exploração da terra em Évora nos séculos XVIII e XIX», *Ler História*, Lisboa, n.º 18, 1990, pp. 111-139.
- Gaspar, Jorge, *A Área de Influência de Évora. Sistema de funções e lugares centrais*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa-INIC, 1981.
- Godinho, Silva, «Temas oitocentistas eborenses», *Cidade de Évora*, Évora, n.º 67-68, 1984-85.
- Moniz, Manuel Carvalho, *A Praça do Giraldo*, Évora, 1984.
- Monte, Gil do, *O Jornalismo Eboreuse*, Évora, 1978.
- Pereira, Gabriel, *Estudos Eborenses*, vols. I, II e III, Évora, Edições Nazareth, 1947-51.
- Pinheiro, J. M. Monarca, *Memória do Liceu*, Évora, 1991.
- Rodrigues, Henrique, *Menino e Moço na Cidade de Geraldo - sem-Pavor Subsídio para a história do teatro amador em Évora*, Lisboa, 1981.  
— *Teatro em Évora*, Lisboa, ed. do autor, 1984.
- Santos, Manuel Ribeiro dos, *Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República, Divisão de Edições, 1986.

- Silveira, Luís Nuno Espinha da, «Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX», *Análise Social*, Lisboa, vol. XXVI, n.º 112 e 113, 1991-3.º-4.º, pp. 585-612.
- *Revolução Liberal e Propriedade. A venda dos Bens Nacionais no Distrito de Évora (1834-1852)*, Lisboa, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 1988.
- Simplicio, Maria Domingas, *O Espaço Urbano de Évora. Contributo para melhor conhecimento do sector intramuros*, Évora, Universidade de Évora, 1991.
- Portugueses
- A. Sedas Nunes (dir.), *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, 1988-1.º, Lisboa, ICS-Universidade de Lisboa, 1988.
- Almeida, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.
- Barreira, Cecília, *História das Nossas Avós (Retrato da burguesa em Lisboa 1890-1930)*, Lisboa, Colibri, 1992.
- Bluteau, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino*, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1712.
- Bonifácio, M. Fátima, «A Revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos», *Análise Social*, Lisboa, vol. XVIII, n.º 71, 1982-2.º, pp. 331-70.
- «'A guerra de todos contra todos' (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)», *ibid.*, vol. XXVII, n.º 115, 1992-1.º, pp. 91-134.
- Cabral, João de Pina, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991.
- Caetano, Marcelo, *Lições de Direito Constitucional e de Ciência Política (1951-1952)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1952.
- Capucha, Luis, «Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social», *Sociologia. Problemas e práticas*, Lisboa, n.º 8, Setembro de 1990, pp. 29-41.
- Cascão, Rui de Ascensão Ferreira, *Permanência e Mudança em duas Comunidades do Litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1989, 2 vols. (tese de doutoramento, policopiada).
- Coelho, Virgínia, «Subsídio para um estudo da mentalidade portuguesa em 1870: modelos, valores e sentimentos na conduta da segunda metade do século XIX», *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n.º 1, Jan.-Jun. 1988, pp. 69-86.
- Constancio, Francisco, *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa*, 8.ª ed., Angelo Francisco Carneiro (ed.), 1863.
- Cordeiro, Graça Índias, «Bases éticas para práticas lúdicas: associativismo e sociabilidade numa colectividade de Lisboa», in Brian Juan O'Neil e Joaquim Pais de Brito (orgs. e pref. de), *Lugares de Aqui. Actas do Seminário «Terrenos Portugueses»*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, pp. 201-21.
- Costa, Fernando Marques da, «Aspectos da vida de um burguês (1870-1915)», in Jaime

- Reis *et. al.* (coord.), *O Século XIX em Portugal*, Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, Presença-GIS, s/d.
- Costa, Fernando Marques da, *et. al.* (org.), *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, Lisboa, Vega, s/d.
- Crespo, Jorge, *A História do Corpo*, Lisboa, Difel, 1990.
- Cutileiro, José, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, 1977.
- D'Almeida José Maria, e Lacerda, Araújo Corrêa de, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva (ed.), 1862.
- Dias, Graça, e Silva, J. S. da, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. I, t. I e II, Coimbra, INIC, 1980.
- Diogo, Helena I. B. Correia, *et. al.*, «Para o estudo da nobreza portuguesa oitocentista. Barões e viscondes no reinado de D. Maria II», *Ler História*, Lisboa, n.º 10, 1987, pp. 139-58.
- Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1793.
- Esteves, Rosa, «Aspectos da sociabilidade oitocentista: o 'jornal francês' *L'Abeille* (1840-1841)», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 8, 1986, pp. 483-506.
- Faria, Eduardo Augusto de, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1858.
- Figueiredo, Cândido de, *Nôvo dicionário da Língua Portuguêsa*, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmãos, 1899, 2 vols.
- França, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1987.
- Godinho, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975.
- Goodolfim, Costa, *A Associação, História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, Lisboa, 1876.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1935 segs., 40 vols.
- Justino, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, 1810-1913*, Lisboa, Vega, 1988-89, 2 vols.
- Lima, Bernardo de, e Bacelar, Melro, *Dicionário de Língua Portuguesa, em que se acharão dobradas palavras da que faz Bluteau, e todos os dicionaristas juntos (...)*, Lisboa, 1783.
- Lopes, Maria Antónia, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade*, Lisboa, Horizonte, 1989.
- Machado, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1972, 5 vols.
- Madureira, Nuno L. Monteiro, *Inventários. Aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, UNL-FCSH, 1989 (dissertação de mestrado em Economia e Sociologia Históricas, séculos XV a XX).
- *Lisboa, Luxo e Distinção 1750-1830*, Lisboa, Fragmentos, 1990.

- Manique, António Pedro, *Mouzinho da Silveira. Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa, Horizonte, 1989.
- Marques, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa. Alguns aspectos estruturais*, Lisboa, Horizonte, 1975.
- *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 1981-83, 3 vols.
- Matos, Ana Cardoso; Martins, M. Conceição Andrade, e Bettencourt, M. L., *Senhores da Terra. Diário de um agricultor alentejano (1832-1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- Miranda, Sacuntala, *A Revolução de Setembro de 1836. Geografia Eleitoral*, Lisboa, Horizonte, 1982.
- Nazareth, J. Manuel, *Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais*, Lisboa, UNL-FCSH, 1981.
- Nunes, Maria de Fátima, *O Liberalismo Português: Ideários e Ciências*, Lisboa, INIC, 1988.
- «O publicismo e a difusão dos conhecimentos úteis», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo 1820-1851*, Lisboa, Publicações Alfa, 1991.
- Pereira, António Arnaldo, *Normas e Sugestões Metodológicas para a Apresentação de Trabalhos Escritos de História*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986.
- Pereira, Mirian Halpern et al. (coord.), *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa 1981, Lisboa, Sá da Costa, 1982, 2 vols.
- Pinheiro, Magda A., «Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista», *Ler História*, Lisboa, n.º 20, 1990, pp. 79-107.
- Proença, Maria Cândida, e Manique, António Pedro, «Da reconciliação à queda da monarquia», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo 1851-1910*, Lisboa, Publicações Alfa, 1991.
- Ramos, Rui, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da alfabetização no Portugal contemporâneo», *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIV, n.º 103-104, 1988 -4.º-5.º, pp. 1067-145.
- Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, 5 vols.
- Ribeiro, Orlando, *A Revolução Agrária no Portugal Mediterrâneo Segundo Albert Silbert*, Lisboa, Centro des Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1970.
- Ribeiro, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1987.
- Rocha, Maria Manuela, *Propriedade e Níveis de Riqueza: formas de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*, Lisboa, UNL-FCSH, 1988 (dissertação de mestrado em Economia e Sociologia Históricas, séculos XV a XX); Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- Roque, João Lourenço, «Coimbra de meados do século XIX a inícios do século XX. Imagens de sociabilidade urbana», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 12, 1990.

- Sameiro, António Pedro de S. A., «Subsídios para uma Bibliografia Genealógica de Algumas Famílias do Alentejo», *A Cidade de Évora*, Évora, vols. XXVII-XXVIII, 1970-71, pp. 93-149.
- Sanchis, Pierre, *Arraial: Festa de um Povo. As romarias portuguesas*, Lisboa, Dom Quixote, 1983.
- Santos, Fernando Piteira, «Direito de associação», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Figueirinhas, 1984, pp. 236-38.
- Santos, José António, *Regionalização. Processo Histórico*, Lisboa, Horizonte, 1985.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Presença-ICS, 1983.
- *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- «Sociabilidade, comunicação e aprendizagem», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo 1820-1851*, Lisboa, Publicações Alfa, 1991.
- Sepulveda, Christovam Ayres de Magalhães, *História da Cavallaria Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- Serra, João B., «Elites locais e competição eleitoral em 1911», *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIII, n.º 95, 1987-1.º, pp. 59-95.
- «As reformas da administração local de 1872 a 1910», *ibid.*, vol. XXIV, n.º 103-104, 1988 -4.º-5.º, pp. 1037-66.
- Serrão, Joel (introd.), *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia do pensamento político português*, Lisboa, Horizonte, 1979.
- *Da «Regeneração» à República*, Lisboa, Horizonte, 1990.
- (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinha, 1984, 6 vols.
- Serrão, Joel, e Marques, A. H. Oliveira (dirs.), *Nova História de Portugal*, vol. XI: *Portugal: da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- Silbert, Albert, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Horizonte, 1972.
- *Historia Social e Agrária*, Évora, Universidade de Évora, 1978.
- *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, vol. II, Lisboa, INIC, 1978.
- Silva, António Morais da, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 8.ª ed., Lisboa, Empreza Litterária Fluminense, 1890-91, 2 vols.
- Silva, Álvaro Ferreira da, «A 'Família Mediterrânica'. Um trajecto bibliográfico», *Penélope*, n.º 3, Jun. 1989, pp. 111-27.
- Silva, Raquel Henriques da, «Do Passeio Público às avenidas novas. Percursos, imagens e factos da Lisboa oitocentista», *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n.º 23, Maio-Agosto 1988, pp. 21-41.
- Teixeira, Nuno Severiano, «Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês», *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIII, n.º 98, 1987-4.º, pp. 687-719.
- Tengarrinha, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugalíca Editora, 1965.

- Vaquinhas, Irene Maria *et al.* (dir.), *Bibliografia Anual de História de Portugal, ano de 1989*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.
- Verdelho, Telmo dos Santos, *As palavras e as ideias na Revolução de 1820*, Coimbra, INIC, 1981.
- Viterbo, Frei Joaquim dos Santos Sousa de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Lisboa-Porto, Livraria Civilização, 1962.
- Zúquete, Afonso (dir.), *Nobreza de Portugal*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960, 3 vols.
- Estrangeiros
- Agulhon, Maurice, *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848. Etude d'une mutation de sociabilité*, Paris, Armand Colin, 1977.
- *La République au village*, Paris, Seuil, 1979.
- «Il circolo e il caffè», in G. Gemelli e M. Malatesta (introd. e dirs.), *Forme di sociabilità nella storiografia francese contemporanea*, Milano, Feltrinelli, 1982.
- *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence*, Paris, Fayard, 1984.
- *Histoire Vagabonde*; I: *Ethnologie et politique dans la France Contemporaine*, Paris, Gallimard, 1988.
- Agulhon, Maurice, e Bodiguel, Maryvonne, *Les Associations au Village*, Le Paradou, Actes Sud, 1981.
- Alvarez Junco, José, «Sobre el concepto de Revolución Burguesa», in *Homenagem a José Antonio Marevall*, vol. I, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1985, pp. 135-49.
- Ariès, Philipp, e Duby, Georges (dirs.), *História da Vida Privada*, vol. 4: *Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- Atienza Hernández, Ignacio, «Unas relaciones tormentosas: Sociología e Historia», *Revista Internacional de Sociología*, Madrid, vol. 45, fasc. 1, Jan.-Mar. 1987, pp. 7-23.
- Bailey, Peter, *Leisure and Class in Victorian England. Rational recreation and the contest for control, 1830-1885*, London, Routledge, 1978.
- Banton, Michael, e Sills, David L., «Asociaciones voluntarias», *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, vol. 1, Madrid, Aguilar, 1974, pp. 611-29.
- Beckett, J. V., *The Aristocracy in England 1660-1914*, Oxford, Basil Blackwell, 1988.
- Bernal, Antonio-Miguel, e Lacroix, Jacques, «Aspects de la sociabilité Andalouze. Les associations sevillanes (XIX-XX<sup>e</sup> s.)», in *Mélanges de la Casa de Velasquez*, Paris, t. XI, 1975.
- Bernal, António-Miguel, «Latifundismo andaluz: sociedad, economía y política (siglos XVI-XX)», *Economía e Sociología*, Évora, n.º 45-46, 1988, pp. 107-48.
- Bonachela Mesas, Manuel, *Caracteres y funciones de las asociaciones voluntarias en las democracias occidentales. Notas específicas entre las élites andaluzas*, Madrid, 1987.

- Bödeker, Hans Erich, «Le café allemand au XVIII<sup>e</sup> siècle: una forme de sociabilité éclairée», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, t. XXVII, oct.-nov. 1990, pp. 571-88.
- Braudel, Fernand, *O Mediterrâneo. O Espaço e a História*, Lisboa, Teorema, 1987.
- Brinton, Crane, «Clubs», *Encyclopaedia of the Social Sciences*, New York, vol. III, 1931, pp. 573-77.
- Bryman, Alan, *Quantity and Quality in Social Research*, London, Unwin Hyman, 1990.
- Bush, M. L. (ed.), *Social Orders and Social Classes in Europe since 1500: Studies in Social Stratification*, London, Longman, 1992.
- Cachón Rodriguez, Lorenzo, *Movilidad social o trayectorias de clase?*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas-Siglo XXI de España Editores, 1989.
- Cannadine, David, *The Decline and the Fall of the Aristocracy*, London, Yale University Press, 1990.
- Carlier, Omar, «Le café maure. Sociabilité masculine et effervescence citoyenne (Algérie XVII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles)», *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, n.º 4, juil.-août 1990, pp. 975-1003.
- Chapoulie, Jean-Michel, «Remarques sur les relations entre analyses en termes de rapports de classe et études empiriques de catégories sociales par enquêtes statistiques», *Classes et Catégories Sociales. Aspects de la recherche*, Edires, 1989, pp. 107-17.
- Chaussinand-Nogaret, Guy, *Une Histoire des Éléites 1700-1848*, Paris-La Haye, Mouton Éditeur, 1975.
- Chaussinand-Nogaret, Guy, *et al.*, «Les notables du 'Grand Empire' en 1810. Enquête d'après les listes des collèges électoraux d'arrondissement et de département», in *Cinquième Conférence Internationale d'Histoire Economique (Leningrado, 1970)*, Paris, Mouton, 1970, pp. 166-95.
- Corvosier, «Quelques formes de sociabilité militaire», in *Aux sources de la puissance: sociabilité et parenté (Actes du colloque de Rouen 12-13 novembre 1987)*, Rouen, 1989, pp. 113-24.
- Daumard, Adeline, *Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIX<sup>e</sup> siècle* (colloque pluridisciplinaire), Abbeville, Imprimerie F. Paillart, 1983.
- «La vie de salon en France dans la première moitié du XIX<sup>e</sup> siècle», in Étienne François (dir.), *Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse (1750-1850)*, Paris, Editions Recherche sur les Civilisations, 1986.
- *Les bourgeois et la bourgeoisie en France depuis 1815*, Paris, Aubier, 1987.
- Davis, John A., «The Case of Vanishing Bourgeoisie. A Reinterpretation of Social and Economic Development in the Mezzogiorno in the Early 19th Century», in *Mélanges de l'École Française de Rome*, t. 88: *Moyen Age Temps Modernes*, Roma, 1976-1, pp. 845-74.

- Diaz-Plaja, Guillermo, *Las élites españolas*, Madrid, Cuadernos para el Diálogo, 1973.
- Duby, Georges (dir.), *Histoire de la France Urbaine*, t. 4: *La ville de l'âge industriel*, Paris, Seuil, 1983.
- Dumazedier, Joffre, «Sociologie française du loisir», in *Les champs de la Sociologie française*, Paris, Armand Colin, pp. 173-84.
- Felice, Franco de, «La storiografia delle élites nel secondo dopoguerra», in *Mélanges de l'École Française de Rome*, t. 95: *Moyen Age et Temps Modernes*, Roma, 1983-2, pp. 128-43.
- Figeac, Michel, «Vivre en notable dans les petites villes du Bordelais sous la Monarchie de Juillet», *Annales du Midi*, Toulouse, t. XCVIII, 1986, pp. 503-16.
- «Formes de Sociabilité», *Encyclopaedia Universalis. Supplément 1980*, Paris, Encyclopaedia Universalis France, 1980, pp. 1310-12.
- François, Étienne (dir.), *Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse (1750-1850)*, Paris, Ed. Recherche sur les Civilisations, 1986.
- «De l'Etude des Associations à l'Etude de la Sociabilité», *Sociétés et sociabilité au XIX<sup>e</sup> siècle*, Colloque à l'Université de Lausanne 13-14 juin 1986, Lausanne, Université de Lausanne, 1986, pp. 99-107.
- François, Étienne, e Reichardt, Rolf, «Les formes de sociabilité en France du milieu du XVIII<sup>e</sup> siècle au milieu du XIX<sup>e</sup> siècle», *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Paris, t. XXXIV, juil.-sept. 1987, pp. 452-72.
- Garrigou-Lagrange, Jean Marie, *Asociaciones y Poderes Públicos*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1974.
- Gazeneuve, Jean, e Victoroff, David, (dirs.), *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Verbo, 1982.
- Gemelli, Giuliana, e Malatesta, Maria, «Introduzione. Le avventure della sociabilità», in Gemelli, G., e Malatesta, M. (introd. e dirs.), *Forme di sociabilità nella storiografia francese contemporanea*, Milano, Feltrinelli, 1982.
- Gerbod, Paul, «Une forme de sociabilité bourgeoise: le thermalisme en France, en Belgique et en Allemagne, 1880-1850», in François, Étienne (dir.), *Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse (1750-1850)*, Paris, Ed. Recherche sur les Civilisations, 1986.
- Giner, Salvador, «Clase, poder y privilegio en la sociedad corporativa», *Papers – Revista de Sociologia*, Barcelona, n.º 20, pp. 13-59.
- Guerrand, Roger-Henri, «Espaces privés», in Ariès, Philipp, e Duby, Georges (dirs.), *História da Vida Privada*, vol. 4: *Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 325-411.
- Guillemin, Alain, «Aristocrates, propriétaires et diplômés. La lutte pour le pouvoir local dans le département de la Manche, 1830-1875», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.º 42, avril 1982, pp. 33-61.
- Jaher, Frederic Cople, «Style and status: high society in late Nineteenth-Century New

- York», in *The Rich, the Well Born, and the Powerful. Elites and upper classes in History*, Urbana, University of Illinois Press, 1973, pp. 258-84.
- Jost, Hans Ulrich (dir.), *Sociétés et sociabilité au XIX<sup>e</sup> siècle*, Colloque à l'Université de Lausanne 13-14 juin 1986, t. 5-86, Lausanne, Université de Lausanne, 1986.
- Juliá, Santos, *Historia social – sociología histórica*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1989.
- Koenig, René, *Sociologia de la comunidad local*, Madrid, Euroamerica, 1971.
- La Sociabilité en Normandie*, Rouen, Service de Publications de l'Université de Rouen-Dir. Régionale des Affaires Culturelles-Conseil Général de la Seine-Maritime, 1986.
- Lequin, Yves, *Histoire des français XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles*, vol. II: *La société*, Paris, Armand Colin, 1983.
- Les Noblesses Européennes au XIX<sup>e</sup> Siècle*, Actes du colloque organisé par l'École française de Rome et le Centro per gli studi di politica estera e opinione pubblica de l'Università de Milan, Rome 21-23 novembre 1985, Roma, Università di Milano-École Française de Rome, 1988.
- Linz e Kade, *Estudio Socioeconomico de Andalucía*, vol. I: *Estructura Social*, Madrid, Instituto de Desarrollo Economico, 1970.
- Looney, J. Jefferson, «Cultural life in the province: Leeds and York 1720-1820», in Blier, A. L., et al. (ed.), *The First Modern Society. Essays in English History in Honor of Lawrence Stone*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, pp. 483-510.
- Macry, Paolo, «Notables, professions libérales, employés: la difficile identité des bourgeoisies italiennes dans la deuxième moitié du XIX<sup>e</sup> siècle», in *Mélanges de l'École Française de Rome*, t. 97: *Moyen Age Temps Modernes*, Roma, 1985-1, pp. 341-59.
- Martin-Fugier, Anne, «Os ritos da vida privada burguesa», Ariès, Philipp e Duby, Georges (dirs.), *História da Vida Privada*, vol. 4: *Da Revolução à Primeira Guerra*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- Martin-Fugier, Anne, *La vie élégante ou la formation du Tout-Paris 1815-1848*, s/l., Fayard, 1990.
- Mayer, Arno J., *La persistencia del Antiguo Régimen. Europa hasta la Gran Guerra*, Madrid, Alianza Editorial, 1984.
- McDonogh, Gary Wray, *Las buenas familias de Barcelona Historia social de poder en la era industrial*, Barcelona, Ediciones Omega, 1989.
- Meister, A., *Participacion social y cambio social*, Caracas, Monte Avila Editores, 1971.
- Millan-Chivite, José Luis (coord.), *El casino y la ciudad de Cadiz. Política, sociedad y cultura en el Cadiz del siglo XIX*, Cadiz, 1986.
- Mingay, G. E. (ed.), *The Agrarian History of England and Wales*, vol. VI: *1750-1850*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- Palacio Atard, Vicente, «De la sociedad estamental a la sociedad de clases», in *Historia Social de España, siglo XIX*, Madrid, Guadiana Publicaciones, 1972, pp. 100-46.
- Parent, Françoise, «Les cabinets de lecture dans Paris: pratiques culturelles et espace

- social sous la Restauration», *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, 34<sup>e</sup> année, n.° 5, sept.-oct. 1979, pp. 1016-38.
- Perez Picazo, Maria Tereza, *Oligarquia Urbana y Campesinato en Murcia 1875-1902*, Murcia, Editora Regional de Murcia, 1986.
- Perez Picazo, Maria Tereza, e Lemeunier, Guy, *El proceso de modernización de la región murciana (siglos XVI-XIX)*, Murcia, Editora Regional de Murcia, 1984.
- Pernout, Régine, *Histoire de la Bourgeoisie en France. Les temps modernes*, Paris, Seuil, 1981.
- Perrot, Michelle, «Maneiras de habitar», in Ariès, Philippe e Duby, Georges (dirs.), *História da Vida Privada*, vol. 4: *Da Revolução à Primeira Guerra*, Porto, Afrontamento, 1990.
- Ponteil, Félix, *Les classes bourgeoises et l'avènement de la démocratie*, Paris, Editions Albin Michel, 1989.
- Ponton, Rémy, «Une histoire des sociabilités politiques. (Note critique)», *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, 35<sup>e</sup> année, n.° 6, nov.-déc. 1980, pp. 1269-80.
- Rials, Stéphane, «Sociabilités politiques», *Commentaire*, n.° 8, 1979-80, pp. 629-31.
- Rinaudo, Yves, «Un équilibre méditerranéen: le pouvoir local entre l'État et le territoire», *Études Rurales*, n.° 101-102, jan.-juin 1986, pp. 203-17.
- Romanelli, Raffaele, «La bourgeoisie italienne entre modernité et tradition: ses rapports avec l'état après l'unification», in *Mélanges de l'École Française de Rome*, t. 97: *Moyen Age Temps Modernes*, Roma, 1985-1, pp. 303-23.
- Romano, Ruggiero (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1: *Memória-História*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- Scobey, David, «Anatomy of the promenade: the politics of bourgeois sociability in nineteenth-century New York», *Social History*, vol. 17, n.° 2, May, 1992, pp. 203-27.
- Serman, William, «Les loisirs des militaires français dans la seconde moitié du XIX<sup>e</sup> siècle», in *Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIX<sup>e</sup> siècle*, Colloque pluridisciplinaire, Abbeville, 1983, pp. 179-84.
- Stone, Laurence, *An open elite? England, 1540-1880*, Oxford, Clarendon Press, 1984.
- Thelamon, Françoise, *Sociabilité, pouvoirs et société*, Actes du Colloque de Rouen 24-26 novembre 1983, Rouen, 1987.
- *Aux sources de la puissance: sociabilité et parenté*, Actes du Colloque de Rouen 12-13 novembre 1987, Rouen, Université de Rouen-CNRS, 1989.
- Thompson, F. M. L., *The Cambridge Social History of Britain 1750-1950*, vols. 2 e 3, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- Traimond, Bernard, «Cercle et sociabilité en Gascogne (XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles)», *Annales du Midi*, Toulouse, t. XCIII, 1981, pp. 157-70.
- Tudesq, André-Jean, *Les grands notables en France (1840-1849)*, Paris, PUF, 1964, 2 vols.

- Tuñon de Lara, Manuel (dir.), *Historia de España*, t. VIII: *Revolución burguesa, oligarquía y constitucionalismo (1834-1923)*, Barcelona, Editorial Labor, 1981.
- Turner, J. C., et. al., *Redescubrir el grupo social*, Madrid, Morata, 1990.
- Vovelle, Michel, *A Mentalidade Revolucionária. Sociedade e Mentalidades na Revolução Francesa*, Lisboa, Salamandra, 1987.
- Vulic, Milan, «Le débit de boissons, le cabaret, le bistrot, dans le bassin houiller du Nord-Pas-de-Calais, témoins de la sociabilité populaire», *Revue du Nord*, t. LXX, n.° 279, oct.-déc. 1988, pp. 771-87.
- Watier, Patrik, e Stebler, Karine, «La sociabilité», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXVIII, nouvelle série, 32<sup>e</sup> année, Paris, PUF, jan-juin 1985, pp. 123-25.
- Wilson, James Q., «Clubs Políticos», in *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, vol. 2, Madrid, Aguilar, 1974, pp. 415-19.

*Anexos*

Anexo I  
Dados estatísticos sobre os sócios do Círculo Eborense

Tabela 1.

Registro do número de indivíduos que se associaram anualmente no Círculo Eborense (1836-1910).

Datas	Número de entradas de sócios		Datas	Número de entradas de sócios		Datas	Número de entradas de sócios		Cálculos sócios	
	ord.	ext.		ord.	ext.		ord.	ext.	ord.	ext.
1836	50	2	1861	1	0	1886	1	4	$\bar{X}$ 1836-1910 (excluindo os 36 fundadores): 3	$\bar{X}$ 1836-79: 3
1837	5	6	1862	5	1	1887	4	9		
1838	1	4	1863	6	3	1888	0	6		
1839	1	2	1864	6	3	1889	0	6	$\Sigma$ 267	$\Sigma$ 511
1840	1	2	1865	2	6	1890	0	9		
1841	3	4	1866	1	4	1891	0	2		
1842	0	0	1867	8	5	1892	0	5	$\Sigma$ (excluindo os 36 fundadores): 231	$\bar{X}$ 1836-1910: 7
1843	5	1	1868	3	3	1893	16	39		
1844	4	1	1869	1	1	1894	3	20		
1845	5	3	1870	1	6	1895	7	35	$\bar{X}$ 1836-1910 (excluindo os 36 fundadores): 2	$\bar{X}$ 1880-1910: 4
1846	2	2	1871	2	2	1896	3	15		
1847	2	0	1872	0	4	1897	5	9		
1848	5	3	1873	1	3	1898	0	17	$\bar{X}$ 1880-1910: 9	$\bar{X}$ 1880-1910: 9
1849	0	1	1874	0	2	1899	3	14		
1850	1	1	1875	2	1	1900	6	8		
1851	4	0	1876	0	0	1901	2	11	$\bar{X}$ 1836-79 (excluindo os 36 fundadores): 2	$\bar{X}$ 1836-79: 3
1852	5	10	1877	0	0	1902	4	18		
1853	0	5	1878	0	0	1903	2	6		
1854	1	2	1879	0	1	1904	3	10	$\bar{X}$ 1836-79 (excluindo os 36 fundadores): 2	$\bar{X}$ 1836-79: 3
1855	8	7	1880	23	14	1905	0	5		
1856	1	8	1881	8	15	1906	2	7		
1857	2	4	1882	8	12	1907	1	21	$\bar{X}$ 1880-1910: 4	$\bar{X}$ 1880-1910: 9
1858	2	4	1883	2	2	1908	0	14		
1859	3	0	1884	3	14	1909	3	18		
1860	2	2	1885	0	3	1910	0	24		

Fontes: Anexo II A, Identificação biográfica dos sócios ordinários.

Tabela 2.  
Registo das actividades profissionais dos sócios ordinários do Círculo Eborense 1836-1909 (cálculos quinquenais).

Actividade profissional	Advogados	Comerciantes	Eclesiásticos	Fundonários	Lavradores	Médicos	Militares	Militares	Proprietários	Proprietários e negociantes	Proprietários e lavradores	Proprietários e médicos	Proprietários e militares	Sua agência	Não identificados
1836-39			2	2	2	1	2	2	25	2	4	1			19
1840-44			1	1				3	3		1	1			7
1845-49			1	1		1		5	5	1	3	2		1	5
1850-54	1			1				3	3		3	1			1
1855-59				2			1	2	2		1	1			8
1860-64			1	2	1	2	1	4	4						8
1865-69			2					13	13						2
1870-74								1	1						1
1875-79			2					2	2						1
1880-84	1		5	8	1	2		14	14					3	10
1885-89		1		2	1	1		4	4						3
1890-94	1		1	3	1			5	5					1	7
1895-99	1		1	1				8	8	1					7
1900-04	2		1	1		1		11	11				1		1
1905-09	1							2	2						7
1910															64
Totais: act. prof.	9	2	21	42	5	6	5	2	102	2	6	5	2	5	64
Totais: act. prof. * 10/61	1		1	1		1	1	1	2						

\* Não houve nenhum registo para associado no ano de 1910.

Fontes: Anexo II A, Identificação biográfica dos sócios ordinários do Círculo Eborense 1836-1910.

Tabela 3.  
Registo das actividades profissionais dos sócios extraordinários do Círculo Eborense 1836-1910 (cálculos quinquenais).

Actividade profissional	Advogados	Agrónomos	Eclesiásticos	Estudantes	Funcionários	Lavradores	Médicos	Militares	Negociantes	Proprietários	Sua agência	Não identificados
1836-39								2				12
1840-44								3				5
1845-49								8				9
1850-54								9		1		9
1855-59					1	1						12
1860-64					2	1				1		7
1865-69					2			5	1	2		14
1870-74												10
1875-79												2
1880-84			1		10		1	25		1	1	18
1885-89					7			13		1		6
1890-94					20	1		38				15
1895-99	1				12		2	61		1		12
1900-04	2	1	2	3	18			18		4		3
1905-09	1	2	1	3	21		1	30		1		6
1910				3	3			16				2
Totais: act. prof.	4	4	4	12	96	2	5	228	1	12	1	142

Σ = 511

Fontes: Anexo II B, Identificação biográfica dos sócios extraordinários do Círculo Eborense 1836-1910.

Tabela 4.1.

Distribuição dos sócios fundadores do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos cidadãos em condições de elegíveis para Senadores do distrito de Évora (1841).

Hierarquia das classes <sup>a</sup>	Classes de rendimentos (em mil réis)	Elegíveis		Sócios fundadores		n.º elegíveis (%)
		n.º	n.º/83 (%)	n.º	n.º/183 (%)	
I	8000-4000	3	4	2	67	74 (classes I-III)
II	4000-2000	5	6	5	100	
III	2000-1000 <sup>b</sup>	11	13	7	64	
IV	1000-500	25	30	4	16	6 (classes IV-VII)
V	500-250	28	33	0	0	
VI	250-125	8	10	0	0	
VII	125-100	3	4	0	0	
Total	-	83	100	18	-	-

$\bar{X}$  dos rendimentos (em mil réis): 1093

Fontes: ADE-NGC: Estatística – Eleições: «Caderno dos Cidadãos Elegíveis para Senadores do Distrito», 1841, maço n.º 670; ACE, «Livro de Matrículas dos Sócios».

Tabela 4.2.

Distribuição dos sócios fundadores do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos cidadãos em condições de servirem para Administradores do Concelho de Évora (1843).

Hierarquia das classes <sup>a</sup>	Classes de rendimentos (em mil réis)	Cidadãos aptos para Admin. do Concelho		Sócios fundadores		n.º/199 (%)
		n.º	%	n.º	n.º/cid. aptos (%)	
I	16000-8000	4	21	3	75	88
II	8000-4000 <sup>b</sup>	4	21	4	100	(classes I-II)
III	4000-2000	3	16	1	33	36
IV	2000-1000	1	5	0	0	(classes III-V)
V	1000-500	7	37	3	43	
Total	-	19	100	11	-	-

$\bar{X}$  dos rendimentos (em mil réis): 4327

Fontes: ADE-NGC: Estatística – Eleições: «Pauta dos habitantes que estão em condições de servir o emprego de Administradores do Concelho», 1843, maço n.º 280; ACE, «Livro de Matrículas dos Sócios».

<sup>a</sup> Por ordem decrescente de rendimento.

<sup>b</sup> Classe onde se situa o valor correspondente à média dos rendimentos.

Tabela 4.3.

Distribuição dos sócios fundadores do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos elegíveis constantes do caderno de recenseamento eleitoral do concelho de Évora (1850).

Hierarquia das classes <sup>a</sup>	Classes de rendimentos (em mil réis)	Elegíveis		Sócios fundadores		n.º elegíveis (%)
		n.º	n.º/183 (%)	n.º	n.º/183 (%)	
I	> 160	3	2	2	67	29 (classes I-IV)
II	160-80	4	3	3	75	
III	80-40	11	8	3	27	
IV	40-20 <sup>b</sup>	13	9	1	8	
V	20-10	26	19	4	15	5 (classes V-VIII)
VI	10-5	43	31	1	2	
VII	5-2,5	37	27	0	0	
VIII	< 2,5	1	1	0	0	
Total	-	138	100	14	-	-

$\bar{X}$  dos rendimentos (em mil réis): 21

Fontes: ADE-NGC: Estatística – Eleições: «Caderno de recenseamento dos eleitores e elegíveis do concelho d'Évora», 1850, maço n.º 674; ACE, «Livro de Matrículas dos Sócios».

Tabela 4.4.

Distribuição dos sócios fundadores do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos elegíveis constantes do caderno de recenseamento eleitoral do concelho de Évora (1870).

Hierarquia das classes <sup>a</sup>	Classes de rendimentos (em mil réis)	Elegíveis		Sócios fundadores		n.º elegíveis (%)
		n.º	n.º/199 (%)	n.º	n.º/199 (%)	
I	>16000	1	1	0	0	12 (classes III-V)
II	16000-8000	0	0	0	0	
III	8000-4000	4	2	1	25	
IV	4000-2000	20	10	3	15	
V	2000-1000 <sup>b</sup>	17	8	1	6	
VI	1000-500	58	29	0	0	-
VII	500-250	99	50	0	0	
Total	-	199	100	5	-	

$\bar{X}$  dos rendimentos (em mil réis): 1070

Fontes: ADE-NGC: Estatística – Eleições: «Caderno de recenseamento eleitoral do concelho d'Évora», 1870, maço n.º 662; ACE, «Livro de Matrículas dos Sócios».

<sup>a</sup> Por ordem decrescente de rendimento.

<sup>b</sup> Classe onde se situa o valor correspondente à média dos rendimentos.

Tabela 5.1.

Distribuição dos sócios do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos cidadãos em condições de elegíveis para Senadores do distrito de Évora 1841 (registos posteriores a 1836/03).

Hierarquia das classes <sup>a</sup>	Classes de rendimentos (em mil réis)	Elegíveis		Sócios fundadores		n.º/elegíveis (%)
		n.º	n.º/83 (%)	n.º	n.º/elegíveis (%)	
I	8000-4000	3	4	0	0	5 (classes I-III)
II	4000-2000	5	6	0	0	
III	2000-1000 <sup>b</sup>	11	13	1	9	
IV	1000-500	25	30	3	12	6 (classes IV-VII)
V	500-250	28	33	1	4	
VI	250-125	8	10	0	0	
VII	125-100	3	4	0	0	
Total	-	83	100	5	-	-

$\bar{X}$  dos rendimentos (em mil réis): 1093

Fontes: ADE-NGC: Estatística – Eleições: «Caderno dos Cidadãos Elegíveis para Senadores do Distrito», 1841, maço n.º 670; ACE, «Livro de Matrículas dos Sócios».

Tabela 5.2.

Distribuição dos sócios do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos cidadãos em condições de servirem para Administradores do Concelho de Évora 1843 (registos posteriores a 1836/03).

Hierarquia das classes <sup>a</sup>	Classes de rendimentos (em mil réis)	Cidadãos aptos para Admin. do Concelho		Sócios do Círculo Eborense		n.º/cid. aptos (%)
		n.º	%	n.º	n.º/cid. aptos (%)	
I	16000-8000	4	21	1	25	13 (classes I-II)
II	8000-4000 <sup>b</sup>	4	21	0	0	
III	4000-2000	3	16	1	33	9 (classes III-V)
IV	2000-1000	1	5	0	0	
V	1000-500	7	37	0	0	
Total	-	19	100	2	-	-

$\bar{X}$  dos rendimentos (em mil réis): 4327

Fontes: ADE-NGC: Estatística – Eleições: «Pauta dos habitantes que estão em condições de servir o emprego de Administradores do Concelho», 1843, maço n.º 280; ACE, «Livro de Matrículas dos Sócios».

<sup>a</sup> Por ordem decrescente de rendimento.

<sup>b</sup> Classe onde se situa o valor correspondente à média dos rendimentos.

Tabela 5.3.

Distribuição dos sócios do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos elegíveis constantes do caderno de recenseamento eleitoral do concelho de Évora 1850 (registos posteriores a 1836/03).

Hierarquia das classes <sup>a</sup>	Classes de rendimentos (em mil réis)	Elegíveis		Sócios do Círculo Eborense		n.º/elegíveis (%)
		n.º	n.º/199 (%)	n.º	n.º/elegíveis (%)	
I	> 160	3	2	1	33	19 (classes I-IV)
II	160-80	4	3	1	25	
III	80-40	11	8	3	27	
IV	40-20 <sup>b</sup>	13	9	1	8	
V	20-10	26	19	4	15	8 (classes V-VIII)
VI	10-5	43	31	0	0	
VII	5-2,5	37	27	5	14	
VIII	< 2,5	1	1	0	0	
Total	-	138	100	15	-	-

$\bar{X}$  dos rendimentos (em mil réis): 21

Fontes: ADE-NGC: Estatística – Eleições: «Caderno de recenseamento dos eleitores e elegíveis do concelho d'Évora», 1850, maço n.º 674; ACE, «Livro de Matrículas dos Sócios».

Tabela 5.4.

Distribuição dos sócios do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos elegíveis constantes do caderno de recenseamento eleitoral do concelho de Évora 1870 (registos posteriores a 1836/03).

Hierarquia das classes <sup>a</sup>	Classes de rendimentos (em mil réis)	Elegíveis		Sócios do Círculo Eborense		n.º/elegíveis (%)
		n.º	n.º/199 (%)	n.º	n.º/elegíveis (%)	
I	>16000	1	1	1	100	43 (classes III-IV)
II	16000-8000	0	0	0	0	
III	8000-4000	4	2	2	50	
IV	4000-2000	20	10	7	35	
V	2000-1000 <sup>b</sup>	17	8	8	47	11 (classes V-VII)
VI	1000-500	58	29	14	24	
VII	500-250	99	50	4	4	
Total	-	199	100	36	-	-

$\bar{X}$  dos rendimentos (em mil réis): 1070

Fontes: ADE-NGC: Estatística – Eleições: «Caderno de recenseamento eleitoral do concelho d'Évora», 1870, maço n.º 662; ACE, «Livro de Matrículas dos Sócios».

<sup>a</sup> Por ordem decrescente de rendimento.

<sup>b</sup> Classe onde se situa o valor correspondente à média dos rendimentos.

Tabela 5.5.

Distribuição dos sócios do Círculo Eborense por cada uma das classes de rendimentos construídas para o conjunto dos elegíveis constantes do caderno de recenseamento eleitoral do concelho de Évora 1891 (registos posteriores a 1836/03).

Hierar- quia das classes <sup>a</sup>	Classes de rendimentos (em mil réis)	Elegíveis		Sócios do Círculo Eborense		n.º /elegíveis (%)
		n.º	n.º/555 (%)	n.º		
I	12800-6400	2	0,4	1	50	27 (classes I-IV)
II	6400-3200	7	1	2	3	
III	3200-1600	12	2	8	67	
IV	1600-800	27	5	9	33	
V	800-400 <sup>b</sup>	75	14	13	17	3
VI	400-200	212	38	9	4	(classes V-VII)
VII	200-100	220	40	4	2	
Total	-	555	100	46	-	-

$\bar{X}$  dos  
rendimentos  
(em mil réis):  
461

<sup>a</sup> Por ordem decrescente dos rendimentos.

<sup>b</sup> Classe onde se situa o valor correspondente à média dos rendimentos.

Fontes: ADE-NGC: Estatística – Eleições: «Caderno de Recenseamento Eleitoral do Concelho d'Évora», 1891, maço n.º 264.

## Anexo II A

Sócios ordinários do Círculo Eborense  
(1836-1910)

As listagens dos Anexos II A e II B foram ordenadas segundo a cronologia de associação no Círculo e por ordem alfabética de apelidos.

As informações sobre cada um dos sócios estão organizadas do seguinte modo:

Nome/Apelido (idade de entrada na Sociedade)

Actividades profissionais (datas de recolha da informação)

Cargos político-administrativos (id.)

Outras actividades (id.)

Títulos honoríficos (id.)

Habilitações (id.)

Rendimentos (id.)

Data de entrada no Círculo Eborense

Data de saída do Círculo Eborense

MC: Maior Contribuinte.

## Fontes

ACE, Livro de Matrículas dos Sócios 1-11 (1836-1946).

ADE, Núcleo do Governo Civil, Agricultura, maços n.º 136, 279, 296.

ADE, Núcleo do Governo Civil, Estatística, Associações, 1855, maço 293.

ADE, Núcleo do Governo Civil, Estatística, Eleições, 1837, maço 795, 1838; maços 11, 97 e 795, 1840; maço 13, 1841; maço 670, 1842; maço 678, 1843; maço 280, 1846; maço 536, 1850; maço 674, 1851; maço 875, 1855; maço 879, 1864; maços 231 e 857, 1865; maço 520, 1868; maço 662, 1869; maço 768, 1870; maços 662, 1873; maço 53, 1874; maço 67, 1875; maço 731, 1876; maços 645 e 886, 1878; maço 496, 1881; maços 245 e 886, 1885; maço 16, 1890; maços 309 e 790, 1891; maço 264, 1895; maços 675 e 678.

ADE, Núcleo Municipal, Primeiro Livro Mestre do Batalhão da Guarda Nacional de Évora, 1834-37.

ADE, Núcleo Municipal, «Livro da Companhia Eborense Fundadora do Teatro Garcia de Rezende», 1892.

*Manuelinho d'Évora*, Évora, 1880-1906.

*Folha do Sul*, Évora, 1863-67.

*Notícias d'Évora*, Évora, 1900-10.

*Scholastico Eborense*, Évora, 1861-63.

Sepulveda, Christovam Ayres de Magalhães, *História da Cavallaria Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

Joaquim José AZEVEDO  
Governador Civil Interino, 1835  
Entrada no CE: *Março de 1836*

João Rebelo da Costa CABRAL  
Juiz Supremo Tribunal de Justiça, 1836  
Habilitações: Bacharel de Direito, 1836  
Entrada no CE: *Março de 1836*

José António da Cruz CAMÕES (46)  
Proprietário (+ colect.), 1855  
Vereador Municipal, 1837. Conselheiro Municipal, 1865. Procurador Distrital, 1838, 1840  
Conselheiro Distrital, 1864, 1866  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Primária, 1855  
Rendimentos: 4.000.000 réis (1841), 6.169.100 (1843), 11.612.000 (1850)  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1868

António Feliz Moniz CARDOSO (48)  
Proprietário, 1843  
Vereador Municipal, 1837. Procurador Distrital, 1840. Conselheiro Distrital, 1838  
Habilitações: sabe ler, 1843  
Rendimentos: 853.800 réis (1843)  
Entrada no CE: *Março de 1836*

Luís Sá Sousa CARVALHO  
Entrada no CE: *Março de 1836*

José Melo e CARVALHO  
Conselheiro Distrital, 1837. Administrador Geral Interino, 1837  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1858

Francisco José Ferreira CARVALHO  
Proprietário, 1838; Morgado  
Senador, 1838

Habilitações: sabe ler  
Rendimentos: 1.600.000 réis (1841)  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1858

Francisco de Brito CASCO SOLIS (25)  
Proprietário (+ colect.), 1855; Morgado  
Vereador Municipal, 1851. Vogal do Conselho Municipal, 1865 e 1875. Conselheiro Distrital, 1864  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 1.200.000 réis (1841), 13047-D (1850), 3.000.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1879

Francisco de Paula CORDOVIL (29)  
Proprietário, 1837; Morgado  
Vereador Municipal, 1837, 1840, 1842, 1846.  
Conselheiro Distrital, 1837. Procurador Distrital, 1840, 1850. Senador, 1838  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 3.000.000 réis (1841), 1.823.372 (1843).  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1856

António Maria da COSTA (40)  
Proprietário, 1855  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Primária, 1855  
Rendimentos: 13241-D (1850)  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1858

Joaquim José FERNANDES (54)  
Lavrador, 1850  
Conselheiro e Procurador Distrital, 1838  
Habilitações: sabe ler, 1850  
Rendimentos: 10.319.160 réis (1843), 161237-D (1850)

Entrada no CE: *Março de 1836*

Matias José FERNANDES (40)  
Proprietário/Lavrador, 1855  
Vereador, 1846. Conselheiro Municipal, 1865.  
Conselheiro Distrital, 1837 e 1854. Procurador Distrital, 1837 e 1840  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 2.000.000 réis (1841), 6.881.320 (1843), 81521-D, 1850  
Entrada no CE: *Março de 1836*

Francisco Joaquim da FONSECA  
Proprietário (+ colect.), 1855  
Vereador Municipal, 1837 e 1846. Conselheiro Distrital, 1837. Senador, 1838  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 4.000.000 réis (1841), 122.808.520 (1843), 29.284 (1850)  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1855

José Maria FRANCO  
Funcionário: Contador da Fazenda (1855)  
Procurador Distrital, 1837  
Habilitações: Instrução Secundária, 1842  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1858

João Barreiros Galvão da GAMA  
Proprietário, 1841; Morgado  
Senador, 1838  
Habilitações: sabe ler, 1841  
Rendimentos: 4.000.000 réis (1841)  
Entrada no CE: *Março de 1836*

João Teodoro Pinto da MAIA (26)  
Proprietário (+ colect.), 1855  
Vereador Municipal, 1842. Procurador Distrital, 1840

Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 4.000.000 réis (1841), 5.581.270 (1843), 187207-D (1850)  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1864

José Paulo MIRA (27)  
Proprietário, 1855  
Vereador Municipal, 1864. Conselheiro Distrital, 1864 e 1806  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 5.000.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1883

António Rafael MOREIRA (42)  
Proprietário, 1837  
Habilitações: Instrução Secundária, 1837  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1866

José Joaquim MOURA (62)  
Proprietário, 1841  
Vereador Municipal, 1837. Conselheiro Distrital, 1837  
Habilitações: sabe ler, 1841  
Rendimentos: 2.000.000 réis (1841)  
Entrada no CE: *Março de 1836*

José Maria da Costa NORONHA  
Entrada no CE: *Março de 1836*  
Saída do CE: 1858

Jacinto da Rosa Abrantes e OLIVEIRA (46)  
Proprietário (+ colec.), 1855  
Presidente Câmara, 1837, 1838, 1840 e 1842  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855

Rendimentos: 1.000.000 réis (1841), 3.286.440 (1843), 126674-D (1850); 3.000.000 MC (1870)

Entrada no CE: *Março de 1836*

João Mesquita Pimentel PAVIA (24)

Proprietário (+ colec.), 1855. Morgado Senador, 1838

Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855

Habilitações: Instrução Secundária, 1855

Rendimentos: 8.000.000 réis (1841), 145415-D (1850)

Entrada no CE: *Março de 1836*

Francisco José Soure RAMALHO (34)

Lavrador, 1855

Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881

Habilitações: Instrução Primária, 1855

Rendimentos: 800.000 réis (1891)

Entrada no CE: *Março de 1836. Tornou a ser sócio*

António Feliciano Varela RAMALHO (Sénior) (Dr.) (58)

Proprietário/Lavrador, 1841

Vereador Municipal, 1837. Conselheiro Distrital, 1837 e 1838. Administrador Concelho, 1838. Procurador Distrital, 1838. Senador, 1838

Habilitações: Bacharel de Direito, 1841

Rendimentos: 2.000.000 réis (1841), 8.487.880 (1843)

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1858

Luís Macedo Guerra REIMÃO

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1858

António Miguel da Silva REIS

Proprietário/Médico, 1850

Vereador Municipal, 1840 e 1855. Conselheiro

Municipal, Vogal, 1875. Conselheiro Distrital, 1854

Habilitações: Bacharel de Medicina, 1850

Rendimentos: 8.000.000 réis (1841), 68602-D (1850), 3.000.000 MC (1870)

Entrada no CE: *Março de 1836*

João Morais RESENDE

Coronel de Cavalaria n.º 5, 1834. Barão de Resende

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1857

António Joaquim Silva e SOUSA

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1865

Jacinto Carlos TORRES (29)

Proprietário, 1870

Vereador Municipal, 1864

Accionista Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende (1881)

Habilitações: sabe ler, 1870

Rendimentos: 1.600.000 MC (1870)

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1861

Joaquim Maria TORRES

Proprietário/Lavrador, 1855

Vereador Municipal, 1855

Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855

Habilitações: Instrução Secundária, 1855

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1859

António Torres VAZ FREIRE (Sénior) (70)

Proprietário, 1841. Morgado

Procurador Junta Geral do Distrito, 1837, 1838 e 1840. Governador Civil Interino, 1836. Senador, 1838

Habilitações: Bacharel de Filosofia, 1841

Rendimentos: 6.000.000 réis (1841)

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1855

Marcos Torres VAZ FREIRE (34)

Proprietário, 1855. Morgado

Vereador Municipal, 1837. Procurador, 1840.

Conselheiro Distrital, 1838, 1854, 1864,

1866. Deputado, 1861

Habilitações: Instrução Secundária, 1855

Rendimentos: 16000-D (1850)

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1868

Manuel José Afonso VIANA (42)

Proprietário, 1855

Conselheiro Distrital, 1854. Administrador Geral Interino, 1841

Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855

Habilitações: Instrução Secundária, 1855

Rendimentos: 600.000 réis (1841), 797.800 (1843), 53216-D (1850)

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1858

Estêvão José VIEIRA (Júnior) (26)

Proprietário, 1837

Vereador Municipal, 1846

Habilitações: sabe ler, 1850

Rendimentos: 1.200.000 réis (1841), 50213-D (1850)

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1864

António Jacinto da Cunha VIEIRA (30)

Proprietário, 1841

Vereador Municipal, 1837

Habilitações: sabe ler, 1841

Rendimentos: 1.600.000 réis (1841)

Entrada no CE: *Março de 1836*

Carlos Miguel da Cunha VIEIRA (28)

Proprietário/Lavrador, 1855

Administrador Conc. Subst., 1842. Vereador Municipal, 1855. Conselheiro Distrital, 1837, 1838 e 1854. Procurador Distrital, 1845

Vice-Presidente do Asilo da Infância Desvalida, 1858. Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855

Habilitações: Instrução Secundária, 1855

Rendimentos: 600.000 réis (1841), 844.000 réis (1843), 9420-D (1850)

Entrada no CE: *Março de 1836*

Saída do CE: 1859

António José d'ÁVILA

Duque d'Ávila

Governador Civil, 1835. Deputado, 1840

Fundador da Casa Pia

Entrada no CE: *Julho de 1836*

Zacarias Vilhena BARBOSA

Entrada no CE: *Julho de 1836*

Manuel Joaquim Cardoso CASTELO BRANCO

Entrada no CE: *Julho de 1836*

D. João d'ANUNCIADA (43)

Eclesiástico, 1870

Habilitações: sabe ler, 1870

Entrada no CE: *Dezembro de 1836*

José Cardoso BRAGA

Administrador Geral Interino, 1836

Habilitações: sabe ler

Entrada no CE: *Dezembro de 1836*

Joaquim Máximo CALÇA E PINA (25)

Proprietário, 1855

Vereador Municipal, 1837 e 1851. Conselheiro Distrital, 1838, 1854, 1864 e 1866. Procurador Distrital, 1838, 1860, 1864-66, 1870, 1876, 1879, 1881 e 1883

Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de

- Évora, 1855. Accionista Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 12348-D (1850), 2.400.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1836*  
Saída do CE: 1865
- João Amaro Mendes CARVALHO  
Entrada no CE: *Dezembro de 1836*
- Joaquim Heliodoro da CUNHA RIVARA (27)  
Médico, 1850  
Vereador Municipal, 1851. Secretário Geral do Distrito, 1836  
Habilitações: Bacharel de Medicina, 1850  
Rendimentos: 400.000 réis (1841), 400.000-G (1850)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1836*
- Jerónimo Alcântara Limpo ESQUÍVEL  
Proprietário, 1855  
Vereador Municipal, 1840  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Entrada no CE: *Dezembro de 1836*  
Saída do CE: 1859
- Joaquim Barros Teixeira LOBO  
Entrada no CE: *Dezembro de 1836*
- Paulo MELO e Carvalho  
Vereador Municipal, 1842. Conselheiro Distrital, 1837  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Dezembro de 1836*
- José Maria ROJÃO  
Admin. Geral Int., 1836. Govern. Civil, 1858. Proc. Distrital, 1840. Deputado, 1860-61  
Habilitações: sabe ler
- Entrada no CE: *Dezembro de 1836*
- Baltazar Cavaleiro Lobo Limpo Abreu e VASCONCELOS (31)  
Proprietário, 1855  
Procurador Distrital, 1840, 1845, 1854, 1865, 1866 e 1870. Conselheiro Distrital, 1854, 1864 e 1866  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 22067-D (1850)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1836*  
Saída do CE: 1875
- António Torres VAZ FREIRE (Júnior) (42)  
Proprietário, 1850  
Habilitações: sabe ler, 1850  
Rendimentos: 12.743.800 réis (1843), 163224-D (1850)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1836*  
Saída do CE: 1856
- António Feliciano Varela RAMALHO (Júnior)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1837*
- José Elias Varela RAMALHO  
Entrada no CE: *Janeiro de 1837*
- Francisco Manuel CAMPOS  
Entrada no CE: *Junho de 1837*
- José da Fonseca VEIGA  
Entrada no CE: *Julho de 1837*
- Desidério Júlio Gastão FARTO  
Eclesiástico, 1842  
Habilitações: sabe ler, 1842  
Entrada no CE: *Setembro de 1837*  
Saída do CE: 1860

- Romão José SOARES (55)  
Militar: Brigadeiro, 1841. Barão de Cacilhas  
Habilitações: sabe ler, 1841  
Rendimentos: 700.000 réis (1841)  
Entrada no CE: *Junho de 1838*
- Fernando Mesquita PIMENTEL  
Entrada no CE: *Janeiro de 1839*
- José Bento Godinho VALDEZ  
Entrada no CE: *Novembro de 1840*
- Joaquim Filipe SOURE  
Ministro de Estado Honorário Conselheiro, 1881  
Conselheiro Municipal, Vogal, 1875. Deputado, 1840. Presidente da Câmara dos Deputados; Juiz do Supremo Tribunal de Justiça; Par do Reino (elogio fúnebre: 1882)  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Maió de 1841*  
Saída do CE: Julho de 1852
- José Jacinto do Amaral BANHA (30)  
Proprietário, 1850  
Vereador Municipal, 1846  
Habilitações: Bacharel de Medicina, 1850  
Rendimentos: 41900-D (1850)  
Entrada no CE: *Junho de 1841*  
Saída do CE: Maio de 1862
- Severiano António Quirino CHAVES  
Funcionário: Juiz de Direito, 1842  
Habilitações: Bacharel de Direito, 1842  
Entrada no CE: *Agosto de 1841*
- Baltazar Peres RAMIRES (Dr.) (29)  
Proprietário/Médico, 1855  
Conselheiro Municipal, 1865  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855
- Habilitações: Bacharel de Medicina, 1855  
Rendimentos: 4140-D (1850), 1.600.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1843*
- José Onório TOGEIRO  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1843*
- António Manuel da Cunha e SÁ  
Entrada no CE: *Junho de 1843*
- António Manuel Pinto VIANA (Dr.) (23)  
Proprietário, 1850  
Secretário Geral do Distrito, 1852  
Accionista Companhia, Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Bacharel de Direito, 1850  
Rendimentos: 14600-D (1850), 1.600.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Julho de 1843*
- António Maria COUCEIRO  
Administrador Geral do Distrito, 1842  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Outubro de 1843*
- Manuel António Moura CABRAL  
Entrada no CE: *Janeiro de 1844*
- José Matias CARREIRA  
Proprietário, 1855  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Accionista Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Instrução Primária, 1855  
Entrada no CE: *Janeiro de 1844*
- José Francisco AGNELLO  
Entrada no CE: *Março de 1844*  
Saída do CE: Março de 1845

João Procópio Tavares CLERE (52)  
Proprietário/Lavrador, 1855  
Secretário Geral Distrital, 1835  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Entrada no CE: *Maio de 1844*  
Saída do CE: Julho de 1846

José Sebastião Torres VAZ FREIRE (24)  
Proprietário (+ colect.), 1855; Morgado  
Vereador Municipal, 1851, 1855, 1865-66, 1869-70, 1874-75. Conselheiro Municipal, 1875.  
Procurador Junta Geral do Distrito, 1883  
Provedor da Misericórdia, 1864 e 1882. Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Accionista Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 139670-D (1850), 4.000.000 MC, 1870  
Entrada no CE: *Maio de 1845*  
Saída do CE: Julho de 1881

Francisco Cosme Varela da Gama LOBO  
Proprietário, 1855  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Entrada no CE: *Junho de 1845*  
Saída do CE: Setembro de 1865

Mariana Joaquina Azevedo e MOURA  
Entrada no CE: *Dezembro de 1845*

Francisco Melo e SOUSA  
Entrada no CE: *Dezembro de 1845*

António Coelho VILAS BOAS (Pai) (29)  
Proprietário, 1870  
Vereador Municipal, 1855, 1865, 1868. Conselheiro Distrital, 1864  
Presidente do Asilo da Infância Desvalida, 1864 e 1866. Mesário da Misericórdia, 1864

Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 800.000 réis (1870)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1845*  
Saída do CE: Julho de 1872

João Carlos NOGUEIRA  
Funcionário: Juiz de Direito, 1855  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Bacharel de Direito, 1855  
Entrada no CE: *Setembro de 1846*

Joaquim José Pereira RALHA  
Entrada no CE: *Setembro de 1846*

João Pinto da ROSA (55)  
Proprietário/Negociante, 1855  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Primária, 1855  
Rendimentos: 76173-D (1850), 5.000.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Julho de 1847*  
Saída do CE: Setembro de 1865

José Francisco da Gama FREIXO (Dr.) (33)  
Médico, 1855  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Accionista Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 5000-D (1850), 1.000.000 (1870)  
Entrada no CE: *Setembro de 1847*  
Saída do CE: Fevereiro de 1888

José Maria Sousa MATTOS  
Proprietário, 1855. Comendador  
Vereador Municipal, 1855, 1881. Presidente Câmara Municipal, 1883. Procurador da Junta Geral do Distrito, 1870  
Fundador do Asilo da Infância Desvalida, 1858. Accionista Companhia Fundadora do Teatro

Garcia de Resende, 1881. Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Entrada no CE: *Janeiro de 1848*

Augusto César FRANCO (24)  
Sua agência, 1870  
Accionista Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 400.000 réis (1870)  
Entrada no CE: *Março de 1848*  
Saída do CE: Setembro 1865. Tofnou a ser sócio

Manuel Maria Coutinho Albergaria FREIRE  
Governador Civil, 1848  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Março de 1848*

Francisco Boto PIMENTEL  
Entrada no CE: *Junho de 1848*

Fortunato Firmo MAIA (31)  
Proprietário, 1855  
Vereador Municipal, 1855. Procurador da Junta Geral do Distrito, 1870 e 1879  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Accionista Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 4880-D (1850), 1.200.000 (1870)  
Entrada no CE: *Novembro de 1848*  
Saída do CE: Julho de 1859

Joaquim Miguel ESPADA (25)  
Proprietário/Lavrador, 1855  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 3800-D (1850), 1.000.000 (1870)  
Entrada no CE: *Junho de 1850*  
Saída do CE: Outubro de 1865

Joaquim António CALÇA E PINA  
Advogado  
Secretário Geral Distrital, 1851. Deputado, 1889. Par do Reino (elogio fúnebre de 1899)  
Habilitações: Bacharel de Direito  
Entrada no CE: *Janeiro de 1851*

José Maria Ramalho Dinis PERDIGÃO (21)  
Proprietário (+ colect.), 1855  
Vogal do Conselho Municipal, 1865 e 1875. Procurador da Junta Geral do Distrito, 1866 e 1870. Conselheiro Distrital, 1864 e 1883  
Tesoureiro do Asilo da Infância Desvalida, 1866. Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Maior accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Instrução Primária, 1855  
Rendimentos: 20.000.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1851*  
Saída do CE: Janeiro de 1884

José Sousa Faria e MELO  
Conselheiro Fiscal Substituto da Federação Agrícola Distrito Évora, 1889  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Maio de 1851*

Manuel Joaquim da Costa e SÁ (Dr.)  
Proprietário/Médico, 1855  
Conselheiro Distrital, 1854. Vogal efectivo da Junta Geral do Distrito, 1881  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Bacharel de Medicina, 1854  
Entrada no CE: *Dezembro de 1851*

António Joaquim Potes CAMPOS (Dr.) (35)  
Proprietário/Médico, 1855  
Presidente Câmara Municipal, 1864. Procurador Junta Geral do Distrito, 1854. Conselheiro Distrital, 1854  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881

Habilitações: Bacharel de Medicina, 1855  
Rendimentos: 15932-D (1850), 2.500.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1852*  
Saída do CE: Abril de 1882

João Fragoso da GAMA (37)  
Proprietário, 1819  
Vereador Municipal, 1865, 1869-70  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 800.000 réis (1870), 3.000.000 (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1852*  
Saída do CE: Agosto de 1892

António Manuel do Couto GANÇOSO (43)  
Proprietário, 1855  
Vereador Municipal, 1865, 1870, 1881 e 1883.  
Presidente Câmara Municipal, 1885. Junta Geral do Distrito, 1870 e 1879. Conselheiro Distrital, 1864 e 1866  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Vice-Presidente do Asilo da Infância Desvalida, 1866. Tesoureiro da Casa Pia, 1881  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 800.000 réis (1841), 800.000 (1870)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1852. Tornou a ser sócio*

José Heliodoro VARGAS (23)  
Funcionário: Professor de Liceu, 1891. Comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Bacharel, 1891  
Rendimentos: 600.000 réis (1870), 200.000 (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1852*  
Saída do CE: Outubro de 1885

José Joaquim FERNANDES (67)  
Proprietário/Lavrador, 1855  
Procurador Junta Geral do Distrito, 1840  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 2.000.000 réis (1841)  
Entrada no CE: *Maior de 1852*  
Saída do CE: Dezembro de 1874

Domingos António FIUZA (27)  
Proprietário/Lavrador, 1855  
Vereador Municipal, 1855, 1878, 1881 e 1883.  
Conselheiro Municipal, 1865. Administrador do Concelho Substituto, 1864  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 1.800.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Junho de 1854*

António José da Cunha e SÁ (Dr.) (64)  
Proprietário/Médico, 1855  
Vereador Municipal, 1855. Procurador Junta Geral do Distrito, 1837-38, 1840 e 1854.  
Conselheiro Distrital, 1837-38 e 1854  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Bacharel de Medicina, 1855  
Rendimentos: 600.000 réis (1841), 2.194.400 (1843), 42170-D (1850)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1855*  
Saída do CE: Janeiro de 1864

António Cardoso Salema  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1855*

Matias Piteira FERNANDES (33)  
Proprietário/Lavrador, 1855  
Vogal do Conselho Municipal, 1875  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Associação Agrícola Eborense: Com. de Viticultura, 1886. Federação Agrícola Distrito Évora, 1889

Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 4800-D (1850), 500.000 MC (1870), 500.000 MC (1891)  
Entrada no CE: *Março de 1855*

José Joaquim Fiuza GIÃO  
Procurador Junta Geral do Distrito, 1876  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Março de 1855*

Francisco Moura PORTUGAL  
Entrada no CE: *Março de 1855\**

Joaquim Epifânio da SILVEIRA (35)  
Proprietário/Militar, 1870  
Vereador Municipal, 1874. Presidente Câmara Municipal, 1875-76. Procurador Junta Geral do Distrito, 1864-65 e 1876. Conselheiro Distrital, 1864  
Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 3.300.000 réis (1870)  
Entrada no CE: *Março de 1855*

Manuel Eduardo de Oliveira SOARES (21)  
Proprietário, 1870  
Vereador Municipal, 1874-75. Vogal do Conselho Municipal, 1875. Vogal substituto do Conselho Municipal, 1883  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Tesoureiro da Misericórdia, 1883-84. Director do Banco Eborense, 1884  
Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 3.500.000 réis (1870)  
Entrada no CE: *Junho de 1855*  
Saída do CE: Novembro de 1884

Joaquim Inácio da Silva LOBO  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Outubro de 1855*

Jerónimo Namorado Cordeiro de CARVALHO (31)  
Funcionário: Escrivão da Câmara, 1855  
1.º Secretário do Asilo da Infância Desvalida, 1858. Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Bacharel de Direito, 1855  
Entrada no CE: *Julho de 1856*

Francisco José Oliveira Sá CHAVES (51)  
Militar: Coronel, 1870  
Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 1.140.000 réis (1870)  
Entrada no CE: *Março de 1857*

Bento Maria SEGURADO (Júnior)  
Entrada no CE: *Novembro de 1857*

António Correia Pimentel CARVALHO  
Entrada no CE: *Junho de 1858*  
Saída do CE: Setembro de 1865

José Joaquim RAMOS (54)  
Proprietário, 1855  
Conselheiro Municipal, 1865 e 1875  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Primária, 1855  
Rendimentos: 3.500.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Julho de 1858*  
Saída do CE: Setembro de 1877

André dos Santos RAMOS  
Entrada no CE: *Março de 1859*

Francisco Caeiro GIÃO  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Junho de 1859*  
Saída do CE: Setembro de 1865

Francisco Xavier ROSADO (39)  
Funcionário: Pagador de Distrito, 1870

- Junta Geral do Distrito, 1864 e 1870. Con-  
selho Distrital, 1866  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 800.000 (1870)  
Entrada no CE: *Agosto de 1859*
- Francisco José NUNES  
Entrada no CE: *Março de 1860*
- Domingos José da ROSA (38)  
Proprietário, 1870  
Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 500.000 (1870)  
Entrada no CE: *Agosto de 1860*
- Manuel José Liberato BRANCO  
Entrada no CE: *Junho de 1861*
- Luís Valente Pereira da ROSA (50)  
Proprietário, 1855  
Vereador Municipal, 1864 e 1878  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de  
Évora, 1855. Accionista da Companhia Fun-  
dadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Instrução Primária, 1855  
Rendimentos: 10674-D (1850), 1.000.000  
(1870), 2.000.000 (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1862*  
Saída do CE: Outubro de 1865
- Augusto Filipe SIMÕES (Dr.)  
Entrada no CE: *Junho de 1862*  
Saída do CE: Fevereiro de 1884
- Francisco António TORMENTA (33)  
Proprietário, 1870  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 2.000.000 réis (1870)
- Entrada no CE: *Julho de 1862*  
Saída do CE: Setembro de 1876. Tornou a ser  
sócio
- Manuel Rufino Assis CARVALHO  
Entrada no CE: *Agosto de 1862*
- Joaquim Norberto de Sousa Barreto RAMIRES  
Proprietário, 1842  
Presidente da Câmara Municipal, 1876  
Habilitações: sabe ler, 1842  
Entrada no CE: *Dezembro de 1862*  
Saída do CE: Março de 1871
- António Ribeiro Azevedo BROTAS  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1863*  
Saída do CE: Maio de 1863
- Pedro Fernandes LATLA  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1863*
- Manuel Peres RAMIRES (Dr.) (44)  
Médico, 1870  
Habilitações: Bacharel de Medicina, 1870  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1863*
- João Baptista ROLO (Dr.) (36)  
Médico, 1870  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 1.200.000 réis, 1870  
Entrada no CE: *Maio de 1863*  
Saída do CE: Outubro de 1865
- José Carlos GOUVEIA (Júnior) (21)  
Proprietário, 1891  
Presidente da Câmara Municipal, 1881. Vere-  
ador Municipal, 1883. Governador Civil, 1886  
e 1889.  
Vice-Provedor da Misericórdia, 1882. Sócio da

- Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de  
Resende, 1899  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 2.000.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Setembro de 1863*
- José Maria Barahona Fragoso Cordovil da Gama  
LOBO  
1.º Visconde da Esperança  
Vereador Municipal, 1865. Presidente da Câ-  
mara, 1866 e 1868  
Presidente da Assembleia Geral da Associação  
Agrícola Eborense, 1886. Conselho Fiscal da  
Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Novembro de 1863*
- José Manuel Rosado PERDIGÃO (46)  
Lavrador, 1855  
Vereador Municipal, 1865, 1868 e 1870  
Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de  
Évora, 1855  
Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
Rendimentos: 1.000.000 réis (1870)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1864*  
Saída do CE: 1872
- Manuel Paula Rocha VIANA (Dr.) (28)  
Funcionário: Bacharel, 1870  
Procurador Junta Geral do Distrito, 1876. Vogal  
do Conselho Distrital, 1883  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Bacharel de Direito, 1870  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1864*
- Francisco Inácio CALÇA E PINA (Dr.) (25)  
Funcionário: Conservador do Registo Predial,  
1891  
Administrador do Conselho, 1864  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Bacharel, 1891  
Entrada no CE: *Agosto de 1864*
- José Toscano Limpo VASCONCELOS  
Entrada no CE: *Agosto de 1864*
- José Maria Quinteiro Sá CAMELO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5, 1864  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Setembro de 1864*  
Saída do CE: Setembro de 1865
- Alexandre José Freire Faria e SILVA (34)  
Eclesiástico: Cónego, 1891  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Entrada no CE: *Dezembro de 1864*  
Saída do CE: Junho de 1870. Tornou a ser sócio
- José Joaquim de Moura AMARAL (21)  
Proprietário, 1870  
Conselheiro Municipal, 1875  
Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 2.500.000 MC (1870)  
Entrada no CE: *Julho de 1865*  
Saída do CE: Maio de 1877
- Joaquim Manuel Mattos PERES (21)  
Proprietário, 1891  
Vereador Municipal, 1874-75  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 500.000 réis (1870), 600.000 MC  
(1891)  
Entrada no CE: *Setembro de 1865. Tornou a ser  
sócio*
- Francisco Joaquim BUGALHO (37)  
Proprietário, 1891  
Vereador Municipal, 1874-75  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 1.000.000 réis (1870), 2.000.000  
réis (1891)

Entrada no CE: Junho de 1866  
Saída do CE: *Julho de 1872. Tornou a ser sócio*

Francisco da Silva MAGALHÃES  
Entrada no CE: *Maior de 1867*

Francisco José CORDOVID (20)  
Proprietário, 1891  
Vogal substituto da Junta Geral do Distrito, 1881

Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899

Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 3.000.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Junho 1867. Tornou a ser sócio*

Joaquim José Mattos FERNANDES (20)  
Proprietário, 1891. Comenda de Mérito Agrícola, 1899

Vereador Municipal, 1878 e 1900. Junta Geral do Distrito, 1881. Vogal da Com. Distrital, 1902

Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Director da Associação Agrícola Eborense, 1886. Director da Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 2.000.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Junho de 1867*

José da Silva Soares Parreira MELO  
Entrada no CE: *Junho de 1867*

José Inácio Bugalho PERDIGÃO (34)  
Proprietário, 1870  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Director Suplente da Associação Agrícola Eborense, 1886

Habilitações: sabe ler, 1870  
Rendimentos: 1.000.000 réis (1870)  
Entrada no CE: *Junho de 1867*  
Saída do CE: Setembro de 1870

Francisco Lemos da Cunha VIEIRA (24)  
Proprietário, 1891

Vereador Municipal, 1876 e 1878. Vogal da Comissão Distrital, 1902

Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Associação Agrícola Eborense, 1886

Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 500.000 réis (1870), 2.000.000 réis (1891)

Entrada no CE: *Junho de 1867*  
Saída do CE: Setembro de 1904

António Coelho VILAS BOAS (Filho) (20)  
Proprietário, 1891

Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899

Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 200.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Junho de 1867*

Simão da Fonseca Lemos MONTEIRO (43)  
Proprietário, 1891

Vereador Municipal, 1885. Junta Geral do Distrito, 1885. Vogal substituto Comissão Distrital, 1895

Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Vice-Provedor da Misericórdia, 1883

Habilitações: Bacharel, 1891  
Rendimentos: 800.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Outubro de 1867*  
Saída do CE: Dezembro de 1897

D. José Gil Borja de Macedo e MENESES  
Proprietário, 1894

Deputado, 1895  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1868*

José Paulo Barahona Fragoço Carvalho e MIRA (20)

Proprietário, 1891  
Governador Civil Substituto (elogio fúnebre de 1896)

Provedor da Misericórdia (elogio fúnebre de 1896). Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Vice-Presidente da Comissão Cerealífera da Associação Agrícola Eborense, 1886

Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 9.000.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Setembro de 1868*  
Saída do CE: Setembro de 1894

António Barreiros Torres VAZ FREIRE (20)  
Proprietário, 1891  
Director Suplente da Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889

Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 800.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Novembro de 1868*  
Saída do CE: Julho de 1881. Tornou a ser sócio

António José de Sá POTES (20)  
Proprietário, 1891

Vereador Municipal, 1885-86  
Director suplente da Comissão de Viticultura da Associação Agrícola Eborense, 1886. Director Suplente da Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889. Director do Sindicato Agrícola, 1899. Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881

Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 2.000.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1869. Tornou a ser sócio*

António Miguel CORDOVID (20)  
Proprietário, 1891  
Vereador Municipal, 1885  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 500.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1870*

D. Abel Martins FERREIRA (32)  
Eclesiástico: Cónego, 1891

Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1871*  
Saída do CE: Novembro de 1891

Manuel Augusto Pires LIMA (37)  
Eclesiástico: Cónego, 1870  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 1.500.000 réis (1870)  
Entrada no CE: *Março de 1871*  
Saída do CE: Fevereiro de 1884

António Jacinto ALBERTO  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Janeiro de 1873*  
Saída do CE: 1893

Miguel José Mattos FERNANDES (23)  
Proprietário, 1891  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Associação Agrícola Eborense, 1886  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 1.000.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Março de 1875*

José Joaquim Mattos FERNANDES (20)  
Proprietário, 1891  
Junta Geral do Distrito, 1881  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899. Director suplente da Associação Agrícola Eborense, 1886  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 1.000.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Março de 1875*  
Saída do CE: Março de 1875. Tornou a ser sócio

Tomaz Fiel Gomes RAMALHO (Dr.) (39)  
Advogado, 1891

- Presidente da Câmara Municipal, 1878. Procurador Junta Geral do Distrito, 1881  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Associação Agrícola Eborense, 1886. Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889  
 Habilitações: Bacharel de Direito, 1891  
 Rendimentos: MC (1891)  
 Entrada no CE: *Janeiro de 1880*
- Francisco José Soure RAMALHO (78)  
 Proprietário, 1891  
 Habilitações: sabe ler, 1891  
 Rendimentos: 800.000 réis (1891)  
 Entrada no CE: *Fevereiro de 1880*
- José Joaquim Lemos SALEMA  
 Entrada no CE: *Março de 1880*
- Francisco António TORMENTA (51)  
 Proprietário, 1870  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Habilitações: sabe ler, 1870  
 Rendimentos: 2.000.000 réis (1870)  
 Entrada no CE: *Março de 1880*
- Joaquim Manuel Braancamp de Mattos FERNANDES (Dr.)  
 Procurador Junta Geral do Distrito, 1890. Vogal do Conselho Distrital, 1883 e 1889  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Associação Agrícola Eborense, 1886. Director da Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889  
 Habilitações: Bacharel  
 Entrada no CE: *Abril de 1880*  
 Saída do CE: Dezembro de 1889
- Augusto César FRANCO (56)  
 Sua agência, 1870  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Habilitações: sabe ler, 1870
- Rendimentos: 400.000 réis (1870)  
 Entrada no CE: *Abril de 1880*
- Joaquim Namorado Cordeiro de CARVALHO (Dr.)  
 Entrada no CE: *Maió de 1880*  
 Saída do CE: Fevereiro de 1884
- Francisco José CORDOVIL (32)  
 Proprietário, 1891  
 Habilitações: sabe ler, 1891  
 Rendimentos: 3.000.000 réis (1891)  
 Entrada no CE: *Maió de 1880*  
 Saída do CE: 1909
- José Maria do Couto GANÇOSO (69)  
 Lavrador, 1855  
 Vereador Municipal, 1876. Substituto Junta Geral do Distrito, 1881 e 1885  
 Mesário da Misericórdia, 1864 e 1883. Sócio da Sociedade Agrícola do Distrito de Évora, 1855. Director da Associação Eborense, 1886  
 Habilitações: Instrução Secundária, 1855  
 Rendimentos: 600.000 réis (1870)  
 Entrada no CE: *Maió de 1880*  
 Saída do CE: Julho de 1887
- António Jacinto MARQUES (Dr.) (43)  
 Funcionário: Bacharel, 1870  
 Secretário da Assembleia Geral do Asilo da Infância Desvalida, 1883. Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Habilitações: Bacharel, 1870  
 Entrada no CE: *Maió de 1880*
- Alexandre José Freire Faria e SILVA (50)  
 Eclesiástico: Cónego, 1891  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Habilitações: sabe ler, 1891  
 Entrada no CE: *Maió de 1880*

- José António de Oliveira SOARES (20)  
 Proprietário, 1891. Comenda de Mérito Agrícola, 1899  
 Vereador Municipal, 1886. Governador Civil substituto, 1896. Comandante Distrital Substituto, 1895  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899. Associação Agrícola Eborense  
 Habilitações: sabe ler, 1891  
 Rendimentos: 4.000.000 réis (1891)  
 Entrada no CE: *Maió de 1880*
- Augusto Cândido de Campos ENNES (35)  
 Funcionário: Guarda-Livros, 1891  
 Vereador Municipal, 1895  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Habilitações: sabe ler (1891)  
 Rendimentos: 1.000.000 réis (1891)  
 Entrada no CE: *Junho de 1880*
- Jacinto Rosado LOPES  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Entrada no CE: *Junho de 1880*
- Francisco Maria Teles da Silveira MENESES (25)  
 Sua agência, 1891  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Habilitações: sabe ler, 1891  
 Rendimentos: MC (1891)  
 Entrada no CE: *Junho de 1880*
- José Maria Ramalho Dinis PERDIGÃO  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Entrada no CE: *Junho de 1880*  
 Saída do CE: Agosto de 1883
- António José de Sá POTES (31)  
 Proprietário, 1891  
 Habilitações: sabe ler, 1891  
 Rendimentos: 2.000.000 réis (1891)  
 Entrada no CE: *Junho de 1880*  
 Saída do CE: 1908
- António Pereira da SILVA (45)  
 Funcionário: Professor de Liceu, 1891  
 Procurador Junta Geral do Distrito, 1881  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Habilitações: sabe ler, 1891  
 Rendimentos: 500.000 réis (1891)  
 Entrada no CE: *Junho de 1880*
- João António CARVALHO (Dr.) (42)  
 Funcionário: Bacharel, 1870  
 Administ. Concelho, 1873, 1881, 1883, 1890-91, 1895  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Habilitações: Bacharel, 1891  
 Entrada no CE: *Julho de 1880*  
 Saída do CE: Outubro de 1887
- José Joaquim Piteira FERNANDES  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Entrada no CE: *Julho de 1880*  
 Saída do CE: 1883
- Augusto Carlos LEMOS  
 Entrada no CE: *Julho de 1880*
- João Crisóstomo da Silva MONTEIRO (31)  
 Proprietário, 1891  
 Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
 Habilitações: sabe ler, 1891  
 Rendimentos: 400.000 réis (1891)  
 Entrada no CE: *Julho de 1880*  
 Saída do CE: Janeiro de 1921

- José Joaquim Mattos FERNANDES (25)  
Proprietário, 1891  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 1.000.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Novembro de 1880*
- Júlio Vítor MACHADO (21)  
Proprietário, 1891  
Vereador Municipal, 1885, 1889-91 e 1895.  
Vice-Presidente da Câmara Municipal, 1886  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881. Tesoureiro da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 800.000 MC (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1881*  
Saída do CE: Janeiro de 1883. Tornou a ser sócio
- Joaquim Henriques da FONSECA (Dr.) (31)  
Médico, 1891  
Vereador Municipal, 1875  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Bacharel de Medicina, 1891  
Entrada no CE: *Março de 1881*
- Jerónimo José Sales LOBO  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Abril de 1881*  
Saída do CE: Outubro de 1887. Tornou a ser sócio
- Augusto CALÇA E PINA (26)  
Proprietário, 1891  
Presidente da Câmara Municipal, 1886. Vereador Municipal, 1885  
Director suplente da Associação Agrícola Eborense, 1886  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 1.000.000 MC (1891)  
Entrada no CE: *Maior de 1881*
- Inácio da Conceição FERREIRA  
Proprietário, 1883  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Maior de 1881*  
Saída do CE: Maio de 1884
- Frederico Vaz MARTINS (44)  
Eclesiástico: Prior, 1891  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Entrada no CE: *Maior de 1881*
- José Miguel Leitão MAGALHÃES (Dr.) (53)  
Funcionário: Bacharel, 1870  
Habilitações: Bacharel, 1870  
Entrada no CE: *Julho de 1881*
- José Joaquim RAMOS (35)  
Proprietário, 1891  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 200.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1881*  
Saída do CE: Março de 1886
- António Manuel do Couto GANÇOSO (72)  
Proprietário, 1891  
Habilitações: Instrução Secundária, 1891  
Rendimentos: 1.000.000 MC (1891)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1882*  
Saída do CE: Maio de 1899
- Augusto José RAMOS (Dr.) (32)  
Médico, 1891  
Vereador Municipal, 1900  
Director do Banco Eborense, 1895. Associação Agrícola Eborense, 1886. Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889  
Habilitações: Bacharel de Medicina, 1891  
Entrada no CE: *Abril de 1882*  
Saída do CE: 1904

- Jerónimo do Carmo FREIXO  
Entrada no CE: *Agosto de 1882*
- Joaquim FARIA (36)  
Eclesiástico: Cónego, 1891  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Entrada no CE: *Setembro de 1882. Tornou a ser sócio*
- Luís José da COSTA (57)  
Funcionário: Empregado no Banco, 1891  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 800.000 réis (1870) e (1891)  
Entrada no CE: *Novembro de 1882*  
Saída do CE: Julho de 1902
- João Augusto NEVES (29)  
Eclesiástico: Beneficiado, 1891  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881. 2.º Secretário da Assembleia Geral da Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Entrada no CE: *Novembro de 1882*
- José Matias CARREIRA (Júnior) 35  
Funcionário: Contador do Juízo; Eclesiástico, 1891  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 300.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1882*
- Francisco Luís de Oliveira RAMIRES (24)  
Sua agência, 1891  
Vereador Municipal, 1895  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881. Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 100.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1882*
- Tiago Eleutério de SOURE  
Funcionário: Juiz de Comarca, 1884  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881. Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899. Director Efectivo da Comissão Cerealífera da Associação Agrícola Eborense, 1886  
Habilitações: Bacharel  
Entrada no CE: *Julho de 1883*
- Manuel das Dores NUNES (30)  
Proprietário, 1891  
Junta Geral do Distrito, 1885 e 1889  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 1.000.000 MC (1891)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1883*  
Saída do CE: Novembro de 1903
- José Perdigo de CARVALHO  
Visconde da Ervideira, 1866  
Vereador Municipal, 1885, 1886, 1900. Vogal substituto da Comissão Distrital, 1895. Vogal da Comissão Distrital, 1902  
Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro  
Garcia de Resende, 1899  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Novembro de 1884. Tornou a ser sócio*
- Joaquim FARIA (38)  
Eclesiástico: Cónego, 1891  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Entrada no CE: *Dezembro de 1884*
- Júlio Vítor MACHADO (24)  
Proprietário, 1891  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 800.000 MC (1891)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1884*  
Saída do CE: Dezembro de 1886

- José Albino da Silveira MORENO (Dr.) (24)  
Médico, 1891  
Director do Sindicato Agrícola, 1899. Director do Banco Eborense, 1895 e 1899. 1.º Secretário da Assembleia Geral da Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889  
Habilitações: Bacharel de Medicina, 1891  
Entrada no CE: *Março de 1886*
- José Bernardo BARAHONA Fragoço Cordovil da Gama Lobo  
2.º Visconde da Esperança  
Comissão Distrital, 1899  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Março de 1887*
- João Lopes Rosado MARÇAL (20)  
Proprietário, 1891  
Vereador Municipal, 1883. Junta Geral do Distrito, 1889  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 800.000 MC (1891)  
Entrada no CE: *Março de 1887*  
Saída do CE: Dezembro de 1892
- António Barreiros Torres VAZ FREIRE (38)  
Proprietário, 1891  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 800.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Março de 1887*
- António Coelho VILAS BOAS (Neto) (21)  
Funcionário: Contador do Juízo, 1891  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 600.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Março de 1887*
- José Joaquim de Moura Potes AMARAL  
Entrada no CE: *Janeiro de 1889*
- Manuel Lopes da COSTA (21)  
Comerciante, 1891
- Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 400.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1889*  
Saída do CE: Agosto de 1890
- Júlio Vítor MACHADO (29)  
Proprietário, 1891  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 800.000 MC (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1889*  
Saída do CE: Fevereiro de 1892
- José Perdigão de CARVALHO  
Entrada no CE: *Março de 1889*  
Saída do CE: Setembro de 1896
- Augusto Carlos Almeida DIDIER (36)  
Funcionário: Escrivão de Direito, 1891  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 900.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Março de 1889*
- João Barreiros Torres VAZ FREIRE (36)  
Proprietário, 1891  
Vereador Municipal, 1895. Junta Geral do Distrito, 1886, 1889 e 1890  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899. Director da Associação Agrícola Eborense, 1886  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 400.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Março de 1889*  
Saída do CE: Fevereiro de 1901
- Francisco Manuel ANDRADE (42)  
Funcionário: Oficial da Câmara, 1891  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: sabe ler, 1891

- Rendimentos: 400.000 MC (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*
- Joaquim Oliveira FERNANDES  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*
- Manuel Sousa Mattos FERNANDES (44)  
Lavrador, 1891  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Director Suplente da Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 400.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*
- Vítor Júlio MACHADO (34)  
Sua agência, 1891. Comendador, 1899  
Administrador Concelhio, 1899  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 1.000.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*  
Saída do CE: Outubro de 1901
- José Barahona Fragoço MIRA  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*
- Tiago Augusto de Mira PICOTO (25)  
Proprietário, 1891  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Rendimentos: 400.000 réis (1891)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*
- Francisco Joaquim BUGALHO (64)  
Proprietário, 1891  
Vereador Municipal, 1874-75  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Entrada no CE: *Março de 1893*
- Francisco Augusto CABRERA  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Março de 1893*  
Saída do CE: Dezembro de 1904
- António CABRERA  
Entrada no CE: *Março de 1893*  
Saída do CE: Julho de 1903
- Francisco Liberato PERDIGÃO  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Março de 1893*
- José Luís Sousa e SÁ (57)  
Eclesiástico: Cónego, 1891  
Habilitações: sabe ler, 1891  
Entrada no CE: *Março de 1893*  
Saída do CE: Janeiro de 1894
- Joaquim José Freire Faria e SILVA (Dr.) (50)  
Advogado, 1870  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Habilitações: Bacharel, 1870  
Entrada no CE: *Março de 1893*  
Saída do CE: Novembro de 1894
- Francisco Homem de Campos RODRIGUES  
Proprietário, 1902  
Administrador do Concelho, 1915  
Habilitações: Bacharel, 1893  
Entrada no CE: *Abril de 1893. Tornou a ser sócio*
- Alfredo Augusto dos SANTOS  
Funcionário: Agente do Banco de Portugal, 1893  
Habilitações: sabe ler  
Entrada no CE: *Outubro de 1893*
- José Jacinto Varela de SOURE (53)  
Funcionário: Escrivão da Câmara, 1893

Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881 Habilitações: sabe ler, 1891 Rendimentos: 500.000 réis (1891) Entrada no CE: <i>Novembro de 1893</i>	Entrada no CE: <i>Fevereiro de 1895</i>
António Macedo Papança FERNANDES Sócio da Companhia Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899 Entrada no CE: <i>Dezembro de 1893</i>	Luis Barahona Caldeira CASTELO BRANCO Entrada no CE: <i>Abril de 1895</i>
Rui Canes da Costa e SILVA (Dr.) Entrada no CE: <i>Janeiro de 1894</i>	António Vicente da ROCHA Proprietário, 1891 Vereador Municipal, 1865, 1868-69 Director do Banco Eborense, 1889. Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881 Habilitações: sabe ler, 1891 Rendimentos: 600.000 réis (1870), 600.000 réis (1891) Entrada no CE: <i>Abril de 1895</i> Saída do CE: Agosto de 1905
Francisco José MIRA Proprietário, 1895 Entrada no CE: <i>Novembro de 1894</i>	Evaristo José CUTILEIRO Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881 Entrada no CE: <i>Maior de 1895</i>
Pedro Jerónimo SALES Proprietário, 1894 Entrada no CE: <i>Dezembro de 1894</i> Saída do CE: Janeiro de 1900	Francisco Eduardo Barahona Fragoso MIRA (Dr.) (51) Proprietário, 1891 Vereador Municipal, 1895 Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899. Director da Federa- ção Agrícola do Distrito de Évora, 1889 Habilitações: Bacharel, 1891 Rendimentos: MC (1891) Entrada no CE: <i>Janeiro de 1896</i>
Henry BUNEAU Entrada no CE: <i>Janeiro de 1895</i> Saída do CE: Novembro de 1899	António Simões PAQUETE (66) Comerciante, 1891 Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899 Habilitações: sabe ler, 1891 Rendimentos: 1.000.000 MC (1891) Entrada no CE: <i>Fevereiro de 1896</i> Saída do CE: Novembro de 1897
Baltazar de Matos PERES Entrada no CE: <i>Janeiro de 1895</i>	
Joaquim Manuel de Matos PERES (50) Proprietário, 1891 Municipal, 1874 Habilitações: sabe ler, 1891 Rendimentos: 600.000 MC (1891) Entrada no CE: <i>Janeiro de 1895</i> Saída do CE: 1904	
José Eduardo de Calça e Pina de CÂMARA MANUEL Proprietário, 1895	

José Rosado PERDIGÃO (43) Proprietário, 1891 Habilitações: sabe ler, 1891 Rendimentos: 600.000 réis (1891) Entrada no CE: <i>Julho de 1896</i>	Entrada no CE: <i>Março de 1899</i> Saída do CE: Novembro de 1904
Álvaro Sá GOMES Funcionário: Recebedor, 1897 Habilitações: sabe ler Entrada no CE: <i>Fevereiro de 1897</i>	Estêvão de Oliveira FERNANDES Proprietário, 1899 Entrada no CE: <i>Novembro de 1899</i>
Manuel de Matos PERES * Proprietário, 1891 Entrada no CE: <i>Março de 1897</i>	Armando Augusto Fernandes GIÃO (Dr.) Médico, 1900 Habilitações: Bacharel de Medicina Entrada no CE: <i>Janeiro de 1900</i>
Eduardo de Oliveira SOARES (44) Proprietário/Negociante, 1891 Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899 Habilitações: sabe ler, 1891 Rendimentos: 400.000 réis (1891) Entrada no CE: <i>Maior de 1897</i> Saída do CE: Julho de 1901	Estêvão da Cunha PIMENTEL Proprietário, 1900 Entrada no CE: <i>Janeiro de 1900</i> Saída do CE: Março de 1905
Joaquim José Perdigão QUEIROGA Vereador Municipal, 1900 Habilitações: sabe ler Entrada no CE: <i>Outubro de 1897</i>	José Joaquim Braancamp de Mattos FERNANDES Proprietário, 1900 Entrada no CE: <i>Abril de 1900</i>
José Maria CARDOSO (Dr.) Sócio da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1899 Entrada no CE: <i>Novembro de 1897</i>	Manuel Augusto Rosado de MIRA Proprietário, 1900 Entrada no CE: <i>Abril de 1900</i>
Jerónimo José Sales LOBO Entrada no CE: <i>Fevereiro de 1899</i> Saída do CE: Outubro de 1903	José Braancamp de Mattos POTES Proprietário, 1900 Entrada no CE: <i>Abril de 1900</i>
António Joaquim RAMOS Proprietário, 1891 Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899	Júlio Henriques Lima da FONSECA (Dr.) Habilitações: Bacharel, 1900 Entrada no CE: <i>Dezembro de 1900</i>
	José Maria Piteira QUEIROGA Proprietário, 1901 Entrada no CE: <i>Fevereiro de 1901</i>
	Gabriel Vítor Bugalho PINTO (Dr.) Advogado, 1901

Habilitações: Bacharel de Direito, 1901  
 Entrada no CE: *Outubro de 1901*  
 Saída do CE: Janeiro de 1922

António Nunes BARATA  
 Proprietário, 1903  
 Entrada no CE: *Janeiro de 1902*  
 Saída do CE: Maio de 1923

Miguel José Fernandes POTES  
 Proprietário, 1902  
 Entrada no CE: *Janeiro de 1902*

Francisco Homem de Campos RODRIGUES  
 Proprietário, 1902  
 Entrada no CE: *Abril de 1902*

Miguel Joaquim de Mattos FERNANDES  
 Proprietário, 1902  
 Entrada no CE: *Dezembro de 1902*

José Fernandes SOARES  
 Proprietário, 1903  
 Entrada no CE: *Fevereiro de 1903*

Júlio Vítor MACHADO (43)  
 Proprietário, 1891  
 Habilitações: sabe ler, 1891  
 Rendimentos: 800.000 MC (1891)  
 Entrada no CE: *Junho de 1903*  
 Saída do CE: Abril de 1909

José Levy da Silva SATURNINO (45)  
 Proprietário. Militar: Alferes, 1904  
 Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro  
 Garcia de Resende, 1899  
 Habilitações: sabe ler, 1891  
 Rendimentos: 216.000 réis (1891)  
 Entrada no CE: *Fevereiro de 1904*

Augusto José Queiroga VALENTIM (Dr.)  
 Advogado, 1904

Habilitações: Bacharel de Direito, 1904  
 Entrada no CE: *Fevereiro de 1904*

António Augusto da NATIVIDADE (Padre)  
 Eclesiástico: Secretário da Câmara Eclesiástica, 1904  
 Habilitações: sabe ler  
 Entrada no CE: *Março de 1904*

Joaquim Braancamp de Mattos FERNANDES  
 Proprietário, 1906  
 Comissão Distrital, 1895  
 Habilitações: sabe ler  
 Entrada no CE: *Março de 1906*

António Joaquim Fernandes POTES  
 Proprietário, 1906  
 Entrada no CE: *Outubro de 1906*

Raul Cordeiro RAMOS  
 Militar: Capitão, 1907  
 Habilitações: sabe ler  
 Entrada no CE: *Março de 1907*

Máximo Homem de Campos RODRIGUES  
 (Dr.)  
 Médico, 1909  
 Habilitações: Bacharel de Medicina  
 Entrada no CE: *Janeiro de 1909*  
 Saída do CE: Fevereiro de 1927

António Joaquim da ROSA  
 Funcionário: Sub-Director dos Loios, 1909  
 Habilitações: sabe ler  
 Entrada no CE: *Maio de 1909*  
 Saída do CE: Março de 1911

Matias do Rosário FERNANDES (Dr.)  
 Advogado, 1909  
 Habilitações: Bacharel de Direito  
 Entrada no CE: *Dezembro de 1909*

## Anexo II B

Sócios extraordinários do Círculo Eborense  
(1836-1910)

As informações sobre cada um dos sócios estão organizadas do seguinte modo:

Nome/Apelido (idade de entrada na Sociedade)  
Actividades profissionais (datas de recolha da informação)  
Cargo político-administrativo (id.)  
Outras actividades (id.)  
Nome/Apelido do proponente (id.)  
Actividades profissionais do proponente (id.)  
Data de entrada no Círculo Eborense  
Data de saída do Círculo Eborense

#### Fontes

ACE, Livro de Matrículas dos Sócios 1-11 (1836-1946).  
ADE, Núcleo do Governo Civil, Agricultura, maços n.º 136, 279, 296.  
ADE, Núcleo do Governo Civil, Estatística – Eleições, 1837, maço 795, 1838; maços 11, 97 e 795, 1840; maço 13, 1841; maço 670, 1842; maço 678, 1843; maço 280, 1846; maço 536, 1850; maço 674, 1851; maço 875, 1855; maço 879, 1864; maços 231 e 857, 1865; maço 520, 1868; maço 662, 1869; maço 768, 1870; maço 662, 1873; maço 53, 1874; maço 67, 1875; maço 731, 1876; maços 645 e 886, 1878; maço 496, 1881; maços 245 e 886, 1885; maço 16, 1890; maços 309 e 790, 1891; maço 264, 1895; maços 675 e 678.  
ADE, Núcleo Municipal, «Primeiro Livro Mestre do Batalhão da Guarda Nacional de Évora», 1834-37.  
ADE, Núcleo Municipal, «Livro da Companhia Eborense Fundadora do Teatro Garcia de Rezende», 1892.  
*Manuelinho d'Évora*, Évora, 1880-1906.  
*Notícias d'Évora*, Évora, 1900-10.  
Sepulveda, Christovam Ayres de Magalhães, *História da Cavallaria Portuguesa*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

Alexandre Gomes FERREIRA  
Militar: Cirurgião-Mor de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Augusto César Franco (Sua  
agência)

Guilherme HENDERSON  
Proponente: Visconde da Esperança

José Maria Faria Sousa de Vasconcelos e SÁ  
Barão de Albufeira  
Proponente: Francisco Oliveira Sá Chaves (Mi-  
litar: Coronel)

Bartolomeu Pessanha MENDONÇA  
Entrada no CE: *Dezembro de 1836*

José Maria Barreto RAMIRES  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Entrada no CE: *Dezembro de 1836*

Luís Borges Figueiredo CARDOSO  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1837*

João José Seabra FONSECA  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1837*

Manuel Alves do RIO  
Administrador Geral do Distrito, 1837. Depu-  
tado  
Entrada no CE: *Agosto de 1837*

Francisco Paula Sanches MIRANDA  
Entrada no CE: *Agosto de 1837*

Manuel da Gama LOBO  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Entrada no CE: *Novembro de 1837*

José Severino Silva SOUSA  
Entrada no CE: *Dezembro de 1837*

José Cesário Basto CASTELO BRANCO  
Entrada no CE: *Maió de 1838*

José Inácio Pereira DERRAMADO  
Administrador Geral do Distrito, 1838. Depu-  
tado, 1840  
Entrada no CE: *Maió de 1838*

Luís Filipe Pereira CARVALHO  
Entrada no CE: *Junho de 1838*

Joaquim Plácido Galvão PALMA  
Entrada no CE: *Junho de 1838*

Diogo Sousa FOLQUE  
Entrada no CE: *Janeiro de 1839*

Estêvão Xavier da CUNHA  
Administrador Geral do Distrito, 1840  
Entrada no CE: *Setembro de 1839*

José Jacinto da Cunha RIVARA  
Entrada no CE: *Janeiro de 1840*

Bento Gelasio Brito TABORDA  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Entrada no CE: *Maió de 1840*

José Júlio do AMARAL  
Militar: Tenente Coronel de Cavalaria n.º 5  
Entrada no CE: *Janeiro de 1841*  
Saída do CE: Novembro de 1857

José Cunha Sousa BRITO  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Entrada no CE: *Abril de 1841*

José das Neves BARBOSA  
Administrador Geral do Distrito, 1841  
Entrada no CE: *Outubro de 1841*

Domingos António Varela RAMOS  
Entrada no CE: *Novembro de 1841*

D. Francisco Brito MENESES  
Entrada no CE: *Maió de 1843*

António Joaquim Aleixo PAES  
Proponente: Dr. Joaquim Heliodoro da Cunha  
Rivara (Médico)  
Entrada no CE: *Outubro de 1844*

D. Marcos ARGUELES  
Proponente: José Elias Varela Ramalho (Proprie-  
tário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1845*

D. Rafael SANCHES  
Proponente: José Elias Varela Ramalho (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1845*

Francisco Gregório BARROS  
Proponente: José Maria Franco (Contador da  
Fazenda)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1845*

António Manuel Soares GALAMBES  
Proponente: José Maria Franco (Contador da  
Fazenda)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1846*

Justino Máximo Baião MATOSO  
Governador Civil, 1846 e 1851. Par do Reino  
Proponente: José Maria Franco (Contador da  
Fazenda)  
Entrada no CE: *Junho de 1846*

D. Basílio FLORIA  
Entrada no CE: *Janeiro de 1848*

José Paulo CARVALHO  
Proponente: José Paulo Mira (Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1848*  
Saída do CE: Maio de 1859

António Lopes GUSMÃO  
Proponente: J. J. P. Palha  
Entrada no CE: *Outubro de 1848*

António Leocádio Ferreira CRÓ  
Proponente: Augusto César Franco (Sua  
agência)  
Entrada no CE: *Outubro de 1849*

D. Rorberto BARROSO  
Proponente: J. J. P. Palha  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1850*

Joaquim CÁCERES  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprie-  
tário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1852*

José Pina FREIRE  
Militar: Brigadeiro Comandante de Cavalaria  
n.º 5  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1852*

Augusto LEMOS  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1852*

- Joaquim Lemos Telo MENESES  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1852*
- Pedro Maria Brito TABORDA  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1852*
- Joaquim Botelho VASCONCELOS  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1852*
- Vicente Luís da Cunha FREITAS  
Proponente: Dr. António Manuel Pinto Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1852*
- Francisco Guedes Carvalho MENESES  
Visconde de Guedes  
Governador Civil. Deputado, 1869  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Membro da Comissão de Pecuária da Associação Agrícola Eborense, 1886. Presidente da Assembleia-Geral da Federação Agrícola do Distrito de Évora, 1889  
Proponente: Joaquim António de Calça e Pina  
Entrada no CE: *Março de 1852*
- Inácio Paiva RAPOSO  
Proponente: Francisco Cosme Varella da Gama Lobo (Proprietário)  
Entrada no CE: *Maio de 1852*
- José Carrasco GUERRA  
Proponente: Augusto César Franco (Sua agência)
- Entrada no CE: *Dezembro de 1852*
- João Melo MEXIA  
Morgado de Arraiolos  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Janeiro de 1853*
- José Manuel Rosado PERDIGÃO  
Proprietário  
Entrada no CE: *Janeiro de 1853*
- Francisco José Oliveira Sá CHAVES  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Maio de 1853*
- Fernando Pereira Mouzinho Cota FALCÃO  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Maio de 1853*
- Leocádio Maria ANDERSON  
Entrada no CE: *Dezembro de 1853*
- José António da VEIGA  
Militar: Cirurgião Ajudante de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Matias Carreira (Proprietário)  
Entrada no CE: *Maio de 1854*
- Vicente da Conceição GRAÇA  
Militar: Brigadeiro de Cavalaria n.º 5  
Proponente: João Carlos Nogueira  
Entrada no CE: *Julho de 1854*
- Luís Maldonado D'EÇA  
Militar: Tenente Coronel de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Heliodoro Vargas (Proprietário)

- Entrada no CE: *1855*
- José Rosado CARVALHO  
Lavrador. Vogal do Conselho Municipal, 1875  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: José Joaquim Fiuza (Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1855*
- Guilherme Augusto FRANCO  
Militar: Alferes Picador de Cavalaria n.º 5  
Entrada no CE: *Março de 1855*
- Bento Maria SEGURADO (JÚNIOR)  
Proponente: Francisco Cosme Varella da Gama Lobo (Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1855*
- Bento Maria SEGURADO (SÉNIOR)  
Proponente: Marcos Torres Vaz Freire (Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1855*  
Saída do CE: *Julho de 1856*
- Ladislau António SÁ  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Francisco Moura Portugal  
Entrada no CE: *Maio de 1855*
- Manuel Vasconcelos Cunha Sousa Maldonado BANDEIRA  
Entrada no CE: *Outubro de 1855*
- Francisco Piteira FERNANDES  
Procurador da Junta Geral do Distrito, 1840  
Entrada no CE: *Janeiro de 1856*
- Francisco Severino Almeida AMARAL  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)
- Entrada no CE: *Fevereiro de 1856*
- Francisco António Roiz MOURÃO  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Augusto César Franco (Sua agência)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1856*
- José Inácio Roiz Teixeira MOURÃO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Francisco Cosme Varella da Gama Lobo (Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1856*
- Carlos Barcelos MACHADO  
Militar: Major de Engenharia  
Proponente: Francisco Paula Cordovil (Proprietário)  
Entrada no CE: *Junho de 1856*
- José Groot POMBO  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Junho de 1856*
- Manuel Paulo Rocha VIANA (Dr.)  
Funcionário: Bacharel. Formado  
Proponente: Manuel José Afonso Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: *Julho de 1856*
- António Luciano BATALHA  
Proponente: Joaquim Miguel Espada (Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1856*
- Joaquim José Ferreira MATA  
Militar: Coronel de Cavalaria Reformado  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1857*

Tomás Bernardino MELO  
Militar: Capitão de Caçadores n.º 6  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1857*

Diogo da Silva CASTELO BRANCO  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Francisco José Oliveira Sá Chaves (Coronel)  
Entrada no CE: *Junho de 1857*

António Pedro Moniz GALVÃO  
Proponente: José Matias Carreira (Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1857*

Joaquim Gomes Brito Lobo Coelho QUADROS  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1858*

José Borges Pacheco PEREIRA  
Governador Civil, 1858  
Proponente: José Matias Carreira (Proprietário)  
Entrada no CE: *Maior de 1858*

Manuel dos Santos RAMOS (Dr.)  
Proponente: Dr. António José da Cunha Sá (Médico)  
Entrada no CE: *Maior de 1858*

Francisco António PENEDO  
Proponente: João Fragoso da Gama (Proprietário)  
Entrada no CE: *Julho de 1858*

Francisco Paula Rocha VIANA  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: Manuel José Afonso Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1860*

Joaquim Sebastião Limpo ESQUÍVEL  
Proprietário  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: João Fragoso da Gama (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1860*

João António Rodrigues MIRANDA (Dr.)  
Proponente: Dr. António Manuel Pinto Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1862*

José das Neves Gomes ELYSEU  
Proponente: Francisco Xavier Rosado (Empregado público)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1863*

Augusto Ernesto BATALHA (Dr.)  
Proponente: Joaquim Miguel Espada (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1863*

Manuel Peres RAMIRES (Dr.)  
Médico  
Proponente: Dr. António Joaquim Potes Campos (Proprietário/Médico)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1863*  
Saída do CE: Agosto de 1881

António Tibério Sousa FRANCO  
Proponente: Baltazar Cavaleiro Lobo Limpo Abreu Vasconcelos (Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1864*

Manuel Joaquim Fialho TOJO  
Proponente: Baltazar Cavaleiro Lobo Limpo Abreu Vasconcelos (Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1864*

Luís Tibério da Silva TRIGUEIROS (Dr.)  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1864*  
Saída do CE: Janeiro de 1865

Francisco Rebelo ANDRADE  
Proponente: Manuel Joaquim da Costa Silva (Professor de liceu)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1865*

João da Fonseca ACHIOLE  
Proponente: Dr. António Manuel Pinto Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1865*

Hugo OSSEN  
Barão da Torre de Pero Palha  
Proponente: Dr. António Manuel Pinto Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1865*

José Luciano Ferreira THEMUDO  
Proponente: Dr. António Manuel Pinto Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1865*

Boaventura José VIEIRA  
Proponente: Manuel Joaquim da Costa Silva (Professor de liceu)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1865*

Alfredo Brandão da Costa FERREIRA  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1865*

Luís Fonseca Maldonado PASSANHA  
Proponente: José Joaquim Ramos (Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1866*

Manuel Gerardo Castro RIBEIRO  
Proponente: João Fragoso da Gama (Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1866*

Pedro Correia Monteiro GORJÃO  
Funcionário: Recebedor do Concelho  
Proponente: Alexandre Faria Silva (Eclesiástico: Beneficiado)  
Entrada no CE: *Agosto de 1866*

Manuel Eleutério Castro RIBEIRO.  
Proponente: João Fragoso da Gama (Proprietário)  
Entrada no CE: *1866*

Joaquim José Sá POTES  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: José Maria Ramalho Dinis Perdigão (Proprietário)  
Entrada no CE: *1867*

Estêvão António de OLIVEIRA (JÚNIOR)  
Proprietário, 1889. Deputado, 1884, 1889  
Proponente: José Maria Ramalho Dinis Perdigão (Proprietário)  
Entrada no CE: *Junho de 1867*

João Celestino da SILVA  
Proponente: José Joaquim de Moura Amaral (Proprietário)  
Entrada no CE: *Junho de 1867*

Eduardo Pereira T. LEMOS  
Proponente: Francisco da Silva Magalhães  
Entrada no CE: *Novembro de 1867*

Francisco Eduardo de Barahona Fragoso e MIRA  
Proprietário  
Proponente: Visconde da Esperança  
Entrada no CE: *Dezembro de 1867*

- Francisco Vaz Guedes BACELAR  
Proponente: Joaquim Manuel Matos Peres (Proprietário)  
Entrada no CE: 1868
- Joaquim Manuel Coutinho Albergaria FREIRE  
Negociante  
Proponente: Francisco Paulo Rocha Viana  
Entrada no CE: *Setembro de 1868*
- António Gouveia OSÓRIO  
Visconde de Vila Mendo  
Governador Civil, 1868  
Proponente: Dr. António Manuel Pinto Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1868*
- Albino Botelho SOUTO MAIOR  
Funcionário: Pagador  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: José Joaquim Ramos (Proprietário)  
Entrada no CE: *Junho de 1869*
- António Dias ABREU  
Administrador do Concelho, 1870  
Proponente: Dr. António Manuel Pinto Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: 1870
- António Guerreiro FALEIRO  
Governador Civil, 1871  
Proponente: Domingos António Fiuza (Proprietário)  
Entrada no CE: 1870
- Cláudio Mesquita da ROSA  
Conselheiro  
Governador Civil, 1870  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881
- Proponente: Francisco José Oliveira Sá Chaves (Coronel)  
Entrada no CE: 1870
- José Teixeira Freitas SIMÕES  
Administrador do Concelho  
Proponente: Dr. António Manuel Pinto Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: 1870
- Diogo Carreira Chichorro d'ALCAÇOVA  
Militar: Tenente Coronel de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Francisco José Oliveira Sá Chaves (Coronel)  
Entrada no CE: *Maió de 1870*
- António Alexandre Travassos AZEVEDO  
Militar: Tenente  
Proponente: Dr. António Manuel Pinto Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: *Junho de 1870*
- Joaquim Pinto Carvalho  
Proponente: Dr. António Manuel Pinto Viana (Proprietário)  
Entrada no CE: 1871
- José Sousa SANDE  
Proponente: Joaquim Manuel Matos Peres (Proprietário)  
Entrada no CE: 1871
- Henrique da Cunha PIMENTEL (Dr.)  
Funcionário: Tesoureiro pagador. Governador Civil, 1873  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: Francisco José Oliveira Sá Chaves (Coronel)  
Entrada no CE: 1872

- Manuel Rebelo Borges CASTRO  
Proponente: Francisco Lemos da Cunha Vieira (Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1872*
- Luís Augusto Pimentel PINTO  
Militar: Capitão Ajudante da 4.ª Divisão Militar. Ministro da Guerra. Deputado, 1895  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: Francisco Oliveira Sá Chaves (Coronel)  
Entrada no CE: *Novembro de 1874*  
Saída do CE: *Dezembro de 1884*
- João Ferreira ALVES  
Funcionário: Director da Fazenda  
Proponente: João Monteiro Gorjão  
Entrada no CE: *Agosto de 1872*
- Gaspar Falcão Teixeira Magalhães LACERDA (Dr.)  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881. Presidente do Asilo da Infância Desvalida, 1882  
Proponente: Dr. Joaquim Potes de Campos (Proprietário/Médico)  
Entrada no CE: *Junho de 1875*
- Joaquim Pires MATOS  
Proponente: José Maria Ramalho Dinis Perdigão (Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1872*
- António Duarte SILVA  
Proponente: Henrique da Cunha Pimentel (Tesoureiro pagador)  
Entrada no CE: *Junho de 1873*
- Augusto César Xavier da SILVA  
Governador Civil, 1879. Par do Reino  
Proponente: Jacinto Carlos Torres (Proprietário)  
Entrada no CE: *Julho de 1879*
- João Roberto Araújo TAVEIRA  
Proponente: Henrique da Cunha Pimentel (Tesoureiro pagador)  
Entrada no CE: *Outubro de 1873*
- Manuel da Cunha REBELO  
Militar: Coronel de Cavalaria n.º 5  
Entrada no CE: 1880
- Jerónimo Maldonado d'EÇA  
Militar: General Comandante da 4.ª Divisão Militar. Par do Reino  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: Francisco Oliveira Sá Chaves (Coronel)  
Entrada no CE: *Novembro de 1874*
- Filipe Vaz da Silva BARATA  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: José Maria Ramalho Dinis Perdigão (Proprietário)  
Entrada no CE: *Maió de 1880*
- Leopoldo César Noronha GOUVEIA  
Militar: Ajudante de Campo do General Comandante da 4.ª Divisão Militar  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: Francisco Oliveira Sá Chaves (Coronel)  
Entrada no CE: *Novembro de 1874*
- Pompeu das Neves OLIVEIRA (Padre)  
Eclesiástico: Capelão Militar de Cavalaria n.º 5  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: José Maria Ramalho Dinis Perdigão (proprietário)

Entrada no CE: Maio de 1880  
Saída do CE: *Junho de 1885*

António Gomes RAMALHO  
Funcionário: Agrónomo Distrital  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881. Director Efectivo da Comissão de Viticultura da Associação Agrícola Eborense, 1886  
Proponente: José Maria Ramalho Dinis Perdigão (Proprietário)  
Entrada no CE: *Maio de 1880*  
Saída do CE: *Julho de 1887*

Cândido Maria C. COSTA  
Funcionário: Tesoureiro pagador  
Entrada no CE: *Julho de 1880*  
Saída do CE: Maio de 1881

Luís Feliciano Marrecas FERREIRA  
Funcionário: Engenheiro  
Entrada no CE: *Julho de 1880*

Gaspar Falcão Cota Bourbon MENESES  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Julho de 1880*  
Saída do CE: Junho de 1883

Adriano Augusto da Silva MONTEIRO  
Funcionário: Engenheiro Civil (Engenheiro Chefe de Obras Públicas). Deputado, 1890  
Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro  
Garcia de Resende, 1899. Associação Agrícola Eborense, 1886  
Entrada no CE: *Julho de 1880*

João Gualberto da Fonseca PADRÃO  
Funcionário: Contador  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Julho de 1880*

João Filipe Pereira PINHO  
Funcionário: Contador  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Julho de 1880*

D. Ricardo VILHARDEBÓ  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Julho de 1880*  
Saída do CE: Agosto de 1881

José Joaquim Januário LAPA  
Visconde de Vila Nova de Ourém  
Entrada no CE: *Dezembro de 1880*

Miguel Rosado Salvado PERDIGÃO  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Dezembro de 1880*  
Saída do CE: Fevereiro de 1882

Cândido Xavier Abreu VIANA  
Militar: Chefe do Estado Maior da 4.ª Divisão Militar  
Entrada no CE: *Dezembro de 1880*  
Saída do CE: Dezembro de 1881

Luís Pereira Vasconcelos Mouzinho ALBUQUERQUE  
Militar: Tenente Coronel de Cavalaria n.º 5  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *1881*

Carlos Augusto BARATA  
Entrada no CE: *1881*

Eugénio Eduardo BERTIM  
Entrada no CE: *1881*

H. Prostes da FONSECA  
Entrada no CE: *1881*

Manuel Augusto Godinho LEAL  
Entrada no CE: *1881*

José Sousa Faria e MELO  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *1881*

José António MIRANDA (Dr.)  
Funcionário: Juiz da Comarca  
Entrada no CE: *1881*

Profírio GAUDÊNCIO  
Militar: Coronel de Cavalaria n.º 5  
Entrada no CE: *Janeiro de 1881*

Zeferino Roberto Vieira da MAIA  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Entrada no CE: *Janeiro de 1881*

Celestino Augusto PIMENTEL  
Militar: Secretário do Tribunal Militar  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Entrada no CE: *Janeiro de 1881*

Jaime Castro Lobinho ZUZARTE  
Militar: Capitão Sub-Chefe do Estado Maior da 4.ª Divisão Militar  
Entrada no CE: *Janeiro de 1881*  
Saída do CE: Fevereiro de 1883

José Diogo Mouzinho ALBUQUERQUE  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1881*  
Saída do CE: Julho de 1881

Jacinto António MORTE  
Funcionário: Empregado público

Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Proponente: Fortunato Firmo Maia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1881*

José Gonçalves LIMA  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Novembro de 1881*

António José Rosado VITÓRIA  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1881*

Bento Ferreira Malva FIGUEIREDO  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1882*  
Saída do CE: Setembro de 1883

Manuel Hipólito Sousa FRANCO  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1882*

António Tibério Sousa FRANCO  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1882*

Ambrósio Brito Vaz COELHO  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro  
Garcia de Resende, 1881  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Maio de 1882*

Augusto Ferreira NOVAIS (Dr.)  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Maio de 1882*

Carlos Damasceno ROSADO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Outubro de 1882*

Fernando Mouzinho ALBUQUERQUE  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Novembro de 1882*

José CHELMICHI  
Militar: General Comandante da 4.ª Divisão Militar  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Novembro de 1882*

João Carlos Melo Pereira VASCONCELOS  
Militar: Tenente de Caçadores n.º 4  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Novembro de 1882*

Américo Manuel Luís Paulo BOTELHO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1882*  
Saída do CE: *Fevereiro de 1883*

Manuel Augusto Mendes PAPANÇA  
Proprietário  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1882*

Francisco Luís Oliveira RAMIRES  
Sua agência  
Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1882*  
Saída do CE: *Junho de 1886*

José Eduardo Cordeiro VINAGRE  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1883*

José Maria BELÉM  
Funcionário: Empregado da Fazenda  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1883*  
Saída do CE: *Janeiro de 1891*

José Ribeiro NEVES  
Militar: Auditor da 4.ª Divisão Militar  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1884*

Augusto ALVES  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: António José Sá Potes (Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1884*

Francisco DINIS  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: António José Sá Potes (Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1884*

Aníbal MOURÃO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: António José Sá Potes (Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1884*

António Augusto Rocha SÁ  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Entrada no CE: *Outubro de 1884*

Agostinho Carlos Neves Castro SILVA  
Funcionário: Delegado do Procurador Régio da Comarca  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro (Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1884*  
Saída do CE: *Junho de 1886*

Jaime Castro Lobinho ZUZARTE  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: António José Sá Potes (Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1884*

Rodrigo António Aboim ASCENÇÃO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Novembro de 1884*

Manuel Alves BRANCO (Dr.)  
Médico  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro (Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1884*

Nuno da CÂMARA (D.)  
Militar: Tenente de Lanceiros  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro (Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1884*

Nuno Caetano PACHECO  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro (Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1884*

Alexandre Augusto Vasconcelos SÁ  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro (Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1884*

Luís Rodrigues CARREIROS  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1884*

Eduardo Borges CASTRO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro (Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1884*  
Saída do CE: *Maio de 1885*

António, Abranches Queiroz  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1885*

José Ferreira da SILVA (JÚNIOR)  
Militar: Tenente de Infantaria  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Novembro de 1885*

João Baptista Barata TABORDA  
Proprietário  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Novembro de 1885*  
Saída do CE: *Junho de 1887*

João Francisco ANDRADE  
Militar: Capitão de Lanceiros n.º 1  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1886*  
Saída do CE: *Abril de 1886*

Augusto Pinto Morais SARMENTO  
Militar: Coronel de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1886*

João Pimenta de CASTRO  
Militar: Major de Engenharia  
Proponente: António José Sá Potes (Proprietário)  
Entrada no CE: *Agosto de 1886*

Francisco Zuzarte GIL (Dr.)  
Funcionário: Juiz do Tribunal Administrativo  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1886*

João da Gama Lobo PIMENTEL (Dr.)  
Funcionário: Delegado do Tribunal Administrativo  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1887*

António Ferreira SARMENTO  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Dr. António Jacinto Marques (Funcionário: Bacharel)  
Entrada no CE: *Março de 1887*

António Gerardo OLIVEIRA (JÚNIOR)  
Militar: Tenente de Infantaria da Guarda Fiscal  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1887*

Frederico Augusto Almeida PINHEIRO  
Militar: Tenente Coronel de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1887*

Alfredo Augusto Bandarra SEIXAS  
Militar: Alferes da Guarda Fiscal  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1887*

Basílio Peres Azevedo COSTA  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Maior de 1887*

Eduardo Moura Coutinho Almeida d'EÇA  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Maior de 1887*

António Zeferino Alves GALVÃO  
Militar: Tenente Coronel de Infantaria n.º 22  
Proponente: António José Sá Potes (Proprietário)  
Entrada no CE: *Maior de 1887*

João Carlos da Costa MEALHO  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Maior de 1887*

Gaspar da Cunha PRELADA  
Militar: Alferes de Infantaria n.º 4  
Sócio da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881  
Proponente: Simão da Fonseca Lemos Monteiro  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1888*

António Francisco d'AGUIAR  
Militar: Tenente Coronel de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Dr. Augusto José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Abril de 1888*  
Saída do CE: Junho de 1893

Manuel MOUSACO (Dr.)  
Funcionário: Delegado do Tribunal Administrativo  
Proponente: Dr. Augusto José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Abril de 1888*

José da Cunha OLIVEIRA (JÚNIOR)  
Funcionário: Inspector da Fazenda  
Proponente: Dr. Augusto José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Abril de 1888*

António Vaz MASCARENHAS  
Militar: Comissário da Polícia Fiscal  
Proponente: Dr. Augusto José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Novembro de 1888*

Pedro Álvares CABRAL (Dr.)  
Funcionário: Delegado da Comarca  
Proponente: Dr. Augusto José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1888*

José Maria Lopes Silveira CASTRO (Dr.)  
Funcionário: Juiz do Tribunal Administrativo  
Proponente: José António Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1889*

João Vaz MASCARENHAS  
Proponente: Dr. Augusto José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1889*

Fedor BICHMAN  
Proponente: Dr. Augusto José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Março de 1889*

Arsénio Álvares da SILVA  
Funcionário: Escrivão da Fazenda  
Proponente: Dr. António José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Setembro de 1889*

José Barreto Caldeira CASTELO BRANCO  
Agrónomo

Proponente: Dr. Augusto José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Outubro de 1889*

José Eduardo Simões BAIÃO  
Proponente: Dr. Augusto José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1889*

José Estêvão Vieira Barahona Fragoso  
CORDOVIL da Gama Lobo  
Conde da Esperança  
Militar: Alferes Picador de Cavalaria n.º 5  
Director da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende  
Proponente: Dr. Augusto José Ramos (Médico)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1890*

João Posser d'ANDRADE  
Proponente: Joaquim José de Matos Fernandes  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1890*  
Saída do CE: Junho de 1891

Fernando CAETANO  
Proponente: Joaquim José de Matos Fernandes  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1890*

João CARREIRA  
Proponente: Joaquim José de Matos Fernandes  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1890*  
Saída do CE: *Dezembro de 1891*

Artur MENIER  
Funcionário: Director do Gás  
Proponente: Joaquim José de Matos Fernandes  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1890*

Manuel Godinho CAEIRO  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5

Proponente: Joaquim José de Matos Fernandes  
(Proprietário)

Entrada no CE: *Abril de 1890*

Francisco Xavier Porto Carreiro Vasconcelos  
SOUTO MAIOR

Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5

Proponente: José Maria de Sousa Matos (Proprietário)

Entrada no CE: *Agosto de 1890*

Saída do CE: Outubro de 1890

Francisco ZORRO

Funcionário: Delegado da Administração do Tabaco

Proponente: Júlio Vítor Machado (Proprietário)

Entrada no CE: *Novembro de 1890*

Saída do CE: Junho de 1892

David Xavier CHOEN

Funcionário: Director das Obras Públicas

Proponente: José Maria de Sousa Matos (Proprietário)

Entrada no CE: *Dezembro de 1890*

Severiano Augusto BIZARRO

Funcionário: Inspector da Fazenda

Proponente: António Coelho Vilas Boas

Entrada no CE: *Fevereiro de 1891*

Francisco M. Castelo Branco Mesquita CARY

Proponente: António Coelho Vilas Boas

Entrada no CE: *Fevereiro de 1891*

José Madureira BEÇA

Funcionário: Engenheiro Civil

Proponente: António Miguel Cordovil (Proprietário)

Entrada no CE: *Janeiro de 1892*

Luís MARGERMAM

Proponente: António Miguel Cordovil (Proprietário)

Entrada no CE: *Janeiro de 1892*

Saída do CE: Junho de 1892

Manuel Joaquim Silva MATA

Proponente: António Miguel Cordovil (Proprietário)

Entrada no CE: *Janeiro de 1892*

Saída do CE: Junho de 1902

António Maria SALES (Dr.)

Governador Civil, 1892, 1896. Par do Reino, 1895

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Janeiro de 1892*

Saída do CE: Novembro de 1897

Caetano Inácio Xavier Almeida CÂMARA  
MANUEL (Dr.)

Funcionário: Director das Obras Públicas do Distrito. Deputado, 1889

Proponente: João Filipe Pereira Pinho (Engenheiro)

Entrada no CE: *Dezembro de 1892*

Saída do CE: Outubro de 1909

António Manuel Oliveira PARREIRA

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Janeiro de 1893*

Adriano Augusto Ferreira Peres ABREU

Funcionário: 2.º Oficial da Junta Geral do Distrito

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*

José Sousa CABRAL

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*

Joaquim Martins NOBRE (Dr.)

Funcionário: Juiz de Direito

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*

Saída do CE: Julho de 1893

Joaquim Maria PINTO

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*

Saída do CE: Agosto de 1901

Manuel Vitorino Sousa PRATES

Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*

José Sacramento Azevedo SILVA

Militar: Coronel de Artilharia

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*

António Sousa Cabral VELHO

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1893*

João Pereira d'Eça CHABY

Militar: Tenente Coronel

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Março de 1893*

José Fernandes Pereira DEVILLE

Comendador

Funcionário: Professor do Liceu

Accionista da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Março de 1893*

Miguel Baptista MACIEL

Militar: General da Divisão Militar

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Março de 1893*

Saída do CE: Outubro de 1893

João Gonçalves MENDONÇA (JÚNIOR)

Militar: Capitão do Estado Maior

Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)

Entrada no CE: *Março de 1893*

Francisco Ludovico NORONHA

Militar: Tenente de Infantaria

Sócio da Companhia Fundadora do Teatro Garcia de Resende, 1881

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Março de 1893*

Saída do CE: Novembro de 1893

Arnaldo G. Guedes OLIVEIRA

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Março de 1893*

Sebastião Mendes ROCHA

Militar: Capitão

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Março de 1893*

José Levy da Silva SATURNINO

Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5

Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)

Entrada no CE: *Março de 1893*  
Saída do CE: Outubro de 1903

Jacinto Maria Rocha Ribeiro BASTOS  
Militar: Tenente Coronel de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1893*

Paulino António CORREIA  
Militar: Coronel de Artilharia  
Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1893*

Jerónimo Maldonado d'EÇA  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1893*

Manuel Sérgio JUNQUEIRA  
Funcionário: Director dos Correios  
Proponente: Caetano da Câmara Manuel  
Entrada no CE: *Abril de 1893*

Eduardo BARROS (Dr.)  
Médico (Alcáçovas)  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Maió de 1893*  
Saída do CE: Fevereiro de 1894

António Leite Pereira JARDIM (Dr.)  
Funcionário: Juiz de Direito  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Maió de 1893*

Joaquim Maria PEDREIRA  
Militar: General de Brigada

Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Maió de 1893*  
Saída do CE: Novembro de 1895

Pedro Manuel TAVARES  
Militar: Major de Artilharia  
Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Maió de 1893*

Alberto Carlos Morais CARVALHO  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Ambrósio B. Vaz Coelho  
Entrada no CE: *Julho de 1893*

António Leite Cardoso Pereira MELO  
Militar: Tenente de Artilharia  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Agosto de 1893*

Miguel Augusto Sousa FIGUEIREDO  
Militar: Coronel Chefe do Estado Maior  
Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1893*

Raimundo QUINTANILHA  
Militar: Major do Estado Maior  
Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1893*

Diogo Francisco Fragoço AMADO  
Militar: Comissário da Polícia Civil  
Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1893*  
Saída do CE: Fevereiro de 1898

Augusto BARBOSA (Dr.)  
Militar: Cirurgião Ajudante de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1893*

António Júlio da COSTA (Dr.)  
Administrador do Concelho  
Proponente: Dr. Joaquim Sousa Leal  
Entrada no CE: *Novembro de 1893*

Clemente Cassapo das NEVES  
Funcionário: Professor do Liceu  
Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1893*

António Joel Batalha CAMPOS (Dr.)  
Funcionário Professor do Liceu  
Governador Civil substituto, 1886  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1893*  
Saída do CE: Novembro de 1901

João Eloy Nunes CARDOSO  
Militar: Tenente de Engenharia  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1893*

Jacinto José Maria do COUTO  
Militar: Coronel de Engenharia  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1893*

Afonso Almeida FERNANDES (Dr.)  
Funcionário: Juiz de Direito da Comarca  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1893*

João Neponuceno Macedo LACERDA  
Funcionário: Engenheiro Chefe das Obras Pú-  
blicas  
Proponente: Dr. Joaquim Sousa Leal  
Entrada no CE: *Dezembro de 1893*

Francisco Xavier Correia MENDES  
Militar: Sub-Chefe do Estado Maior  
Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1893*

João Matos RIVARA (Dr.)  
Médico (Airaiolos)  
Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1893*  
Saída do CE: Março de 1897

Manuel Maria Sardinha CALDEIRA  
Funcionário: Inspector da Fiscalização dos Ta-  
bacos  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1894*  
Saída do CE: Agosto de 1896

Luís Bernardo Silveira LORENA  
Militar: Capitão de Infantaria n.º 22  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1894*

José Mateus Lopo VALENTE  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1894*

José Vicente CONSOLADO (JÚNIOR)  
Militar: Major de Infantaria n.º 17  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Pro-  
prietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1894*

José Maria OLIVEIRA

Funcionário: Chefe da Estação Telegráfica

Proponente: Adriano Peres

Entrada no CE: *Fevereiro de 1894*

José Gomes RIBEIRO

Funcionário: Engenheiro Civil

Proponente: José António de Oliveira Soares  
(Proprietário)

Entrada no CE: *Março de 1894*

Emílio A. RODRIGUES (Dr.)

Militar: Cirurgião de Brigada

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Abril de 1894*

Luciano Azevedo Monteiro BARROS

Militar: Chefe do Estado Maior da 4.ª Divisão Militar

Proponente: José Estêvão CORDOVIL (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Julho de 1894*

Vasco Paulo Guedes MENESES

Militar: Capitão de Infantaria n.º 22

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Julho de 1894*

Vasco Guedes Carvalho MENESES

Militar: General Comandante da 4.ª Divisão Militar

Proponente: José Maria Sousa Matos (Proprietário)

Entrada no CE: *Julho de 1894*

José da Costa PESSOA

Militar: Tenente de Artilharia

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Julho de 1894*

Artur Calça e Pina da CÂMARA MANUEL

Militar: Aspirante a Oficial

Proponente: Dr. Francisco Inácio Calça e Pina  
(Funcionário: Conservador)

Entrada no CE: *Setembro de 1894*

Alberto José Diogo Barros ABREU

Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5

Proponente: Alberto Carlos Morais Carvalho  
(Major de Cavalaria)

Entrada no CE: *Outubro de 1894*

Caetano Alberto da Costa PESSOA

Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5

Proponente: Alberto José Diogo Barros Abreu  
(Capitão de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Outubro de 1894*

Gregório Correia JARDIM

Militar: Tenente Coronel de Infantaria n.º 22

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Novembro de 1894*

Carlos Armando MAGALHÃES

Militar: Capitão de Infantaria n.º 22

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Novembro de 1894*

Saída do CE: Agosto de 1897

Luís Benavides SOUSA

Militar: Major de Cavalaria n.º 5

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Novembro de 1894*

João dos Santos Pires VIEGAS

Militar: Alferes de Caçadores n.º 4

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Novembro de 1894*

Cristóvão Cardoso Cabral Coutinho Albuquerque BARATA

Funcionário: Delegado de Comarca (Arraiolos)

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Dezembro de 1894*

Pedro NAVARRO

Funcionário: empregado

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Dezembro de 1894*

José C. Sousa Caldas Viana ANDRADE

Militar: Aspirante a Oficial de Infantaria n.º 22

Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)

Entrada no CE: *Janeiro de 1895*

José Carregado Sousa CALDAS

Militar: Aspirante a Oficial de Infantaria n.º 22

Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)

Entrada no CE: *Janeiro de 1895*

José Maria Portugal Costa MATOS

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Janeiro de 1895*

Francisco António Palermo OLIVEIRA

Militar: Capitão de Caçadores n.º 4

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Janeiro de 1895*

Francisco Carvalho PINHEIRO

Militar: Alferes de Infantaria n.º 22

Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)

Entrada no CE: *Janeiro de 1895*

Francisco Carvalho PINHEIRO

Militar: Alferes de Infantaria n.º 22

Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)

Entrada no CE: *Janeiro de 1895*

José Braancamp de Matos POTES

Proprietário

Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)

Entrada no CE: *Janeiro de 1895*

José Diogo Lopes THIAGO

Militar: Tenente de Engenharia

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Janeiro de 1895*

Caetano José BRITO

Militar: Coronel de Engenharia

Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1895*

Alfredo Carlos Pimentel MAIA

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Janeiro de 1895*

António Manuel PEREIRA

Funcionário: Condutor de Obras Públicas

Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1895*

Fernando Pereira Mouzinho ALBUQUERQUE  
Militar: Tenente Coronel de Engenharia  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1895*

Joaquim Hygino AZEVEDO  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1895*

Manuel Rogério CARQUEJA  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1895*

Francisco Fiuza GIÃO  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1895*

Francisco Maria PIMENTEL  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1895*

Francisco Maria da Gama SEPÚLVEDA  
Militar: General de Brigada  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1895*

João Rodrigues BLANCO  
Militar: Major de Infantaria n.º 22  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Abril de 1895*

Visconde de VILA BOIM  
Militar: General Comandante da 4.ª Divisão Militar  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Junho de 1895*

Manuel Maria Peixoto MONTEIRO  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Junho de 1895*

João José Pimenta FEIO  
Militar: Alferes de Infantaria n.º 4  
Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)  
Entrada no CE: *Setembro de 1895*

Francisco Maria TEDESCHI  
Militar: Major de Infantaria n.º 4  
Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)  
Entrada no CE: *Setembro de 1895*

Adeodato Augusto LOPES  
Funcionário: 2.º Aspirante da Fazenda  
Proponente: João Barreiros Torres Vaz Freire (Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1895*

Manuel Luís MENDES  
Militar: Tenente de Artilharia  
Proponente: João Barreiros Torres Vaz Freire (Proprietário)  
Entrada no CE: *Outubro de 1895*

Gaspar Sousa BRAGA  
Militar: Tenente Coronel de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Novembro de 1895*

José Luís da Costa CARNEIRO  
Militar: Cirurgião-Mor de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Novembro de 1895*

Manuel José da Costa MATOS  
Militar: Cirurgião Ajudante de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Novembro de 1895*

Manuel Brito CAMACHO  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1895*

José Marques da COSTA  
Funcionário: Escrivão de Direito  
Sócio da Sociedade Exploradora do Teatro Garcia de Resende, 1899  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1895*  
Saída do CE: Novembro de 1903

Augusto Ferreira DIAS  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1895*

José da Costa FÉLIX  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1895*

José César Ferreira GIL  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1895*

José Henrique MORLEY  
Militar: Capitão  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1895*

Luís Cabral Gordilho OLIVEIRA  
Militar: General de Brigada  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1895*

Luís Augusto Vasconcelos SÁ  
Militar: Coronel de Artilharia  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1895*

Francisco das Dores Moreira LANÇA  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José António de Oliveira Soares (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1896*

Jorge d'Eça Figueiredo da Gama LOBO  
Militar: Coronel de Infantaria n.º 22  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1896*

Vicente Augusto Themudo MENDONÇA  
Militar: Capitão de Infantaria  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1896*

Eugénio Baptista da SILVA  
Estudante  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1896*

Júlio César da Cunha VIANA  
Militar: Major de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1896*

João do O. RAMOS  
Militar: Capitão de Infantaria  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1896*

Francisco Gonçalves REBORDA  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5  
Proponente: João Barreiros Torres Vaz Freire (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1896*

Manuel Cipriano da Costa RIBEIRO  
Militar: General de Brigada  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1896*

Jacinto da Cunha PARREIRA  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Março de 1896*

Manuel José Ferro CARVALHO  
Militar: Alferes  
Proponente: António Miguel Cordovil (Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1896*  
Saída do CE: *Fevereiro de 1902*

Adriano CARVALHO  
Militar: Alferes de Infantaria n.º 22  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Outubro de 1896*

José Maria FRANCO  
Militar: Aspirante de Infantaria n.º 22  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Outubro de 1896*

José Maria VILHENA (Dr.)  
Funcionário: Professor de Liceu  
Proponente: Francisco Maria Teles da Silveira Meneses (Sua agência)  
Entrada no CE: *Outubro de 1896*

José Homem de Campos RODRIGUES  
Estudante  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1896*

Alfredo Barjona FREITAS  
Militar: Major do Estado Maior  
Proponente: Júlio César da Cunha Viana (Major de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1896*

José Pedro CALDEIRA  
Militar: General de Brigada  
Entrada no CE: *Janeiro de 1897*

Sebastião da Mota CERVEIRA  
Funcionário: Escrivão da Fazenda  
Proponente: João Barreiros Torres Vaz Freire (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1897*

João Francisco FERREIRA (Dr.)  
Funcionário: Auditor  
Proponente: Alberto Carlos Morais Carvalho (Major de Cavalaria)  
Entrada no CE: *Março de 1897*

António Tavares FESTAS (Dr.)  
Governador Civil

Proponente: Alfredo César Oliveira  
Entrada no CE: *Março de 1897*

António Maria LOUREIRO  
Militar: Coronel de Artilharia  
Proponente: D. Ricardo Vilhardebó  
Entrada no CE: *Março de 1897*

José Moreira da SILVA  
Estudante  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1897*

António Joaquim TRINDADE  
Militar: Capitão de Infantaria n.º 17  
Proponente: Joaquim Maria Pinto  
Entrada no CE: *Abril de 1897*

Henrique Teles Maçano Silva AMORIM  
Funcionário: Engenheiro Civil  
Proponente: António Miguel Cordovil (Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1897*  
Saída do CE: *Janeiro de 1902*

António Caetano PEREIRA (JÚNIOR)  
Funcionário: Engenheiro  
Proponente: Alberto Carlos Morais Carvalho (Major de Cavalaria)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1897*

António Armando da COSTA  
Militar: General de Divisão  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1898*

Francisco M. Coutinho O. EÇA  
Funcionário: Director do Banco de Portugal  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1898*

Saída do CE: *Junho de 1899*

Carlos Armando MAGALHÃES  
Proponente: D. Ricardo Vilhardebó  
Entrada no CE: *Janeiro de 1898*

Arnaldo Alpoim Silva Sousa Meneses Mendes NORTON  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1898*

Luís Henrique QUINTELA  
Militar: Capitão  
Proponente: José Braancamp Matos Fernandes (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1898*

Alfredo Alves Pinto VILAR  
Militar: Capitão  
Proponente: Alberto Carlos Morais Carvalho (Major de Cavalaria)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1898*

Francisco Cândido Vieira SERENO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Maria Franco (Aspirante de Infantaria n.º 22)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1898*

Luís Lopes Branco SILVA  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: João dos Santos Pires Viegas (Alferes de Caçadores n.º 4)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1898*

Luís Crisóstomo SILVA  
Militar: Tenente de Artilharia  
Proponente: José F Silva  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1898*

Bento José Leote TAVARES  
Militar: Tenente Coronel  
Proponente: Alberto Morais Carvalho (Major de Cavalaria)  
Entrada no CE: *Maio de 1898*

Joaquim Cândido CORREIA  
Militar: Capitão de Infantaria  
Proponente: João dos Santos Pires Viegas (Alferes de Caçadores n.º 5)  
Entrada no CE: *Junho de 1898*

Cipriano Leite Pereira JARDIM  
Militar: Coronel de Artilharia. Deputado, 1884  
Proponente: Dr. Francisco Eduardo Barahona Frago e Mira (Proprietário)  
Entrada no CE: *Setembro de 1898*

Braz Mouzinho de ALBUQUERQUE  
Militar: Capitão  
Proponente: Dr. José Albino da Silveira Moreno (Médico)  
Entrada no CE: *Outubro de 1898*

Marcos Augusto MORTE  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Dr. José Albino da Silveira Moreno (Médico)  
Entrada no CE: *Outubro de 1898*  
Saída do CE: Janeiro de 1902

José Garcia FIALHO (Dr.)  
Advogado  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1898*

Marcelino Egipto PERES (Dr.)  
Militar: Capitão de Brigada  
Proponente: José Sousa Leal  
Entrada no CE: *Novembro de 1898*

Alfredo Ernesto Maltez PICO  
Militar: Tesoureiro de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1898*

José Cândido ANDRADE  
Militar: Capitão  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1899*

José Maria dos REIS  
Militar: Tenente Coronel  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1899*

Artur Filipe da COSTA  
Militar: Tenente de Engenharia  
Proponente: Constantino José Brito  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1899*

José da Costa HENRIQUES  
Funcionário: Professor  
Proponente: Gaspar da Cunha Prelado  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1899*

Artur Gomes CARVALHO (Dr.)  
Militar: Capitão Ajudante de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Artur Filipe da Costa  
Entrada no CE: *Março de 1899*

Pedro F. Ornelas Perry CÂMARA  
Militar: Coronel de Infantaria  
Proponente: Dr. Marcelino Egipto Peres (Capitão de Brigada)  
Entrada no CE: *Maio de 1899*

Francisco Maria Holbach FINO  
Funcionário: Delegado do Tesouro

Proponente: Francisco Maria Teles da Silveira Menezes (Sua agência)  
Entrada no CE: *Maio de 1899*

Henrique Sá NOGUEIRA  
Governador Civil  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: Maio de 1899

João Baptista Cruzeiro SEIXAS  
Militar: Tenente Coronel de Caçadores n.º 4  
Proponente: Dr. Marcelino Egipto Peres (Capitão de Brigada)  
Entrada no CE: *Maio de 1899*

Eduardo MARTINS  
Funcionário Agente do Banco de Portugal  
Proponente: Augusto Cândido de Campos Ennes (Guarda-Livros)  
Entrada no CE: *Junho de 1899*

Manuel Joaquim FROES  
Militar: Capitão de Infantaria  
Proponente: D. Ricardo Vilhardebó  
Entrada no CE: *Setembro de 1899*

Aníbal A. Ramos MIRANDA  
Militar: Tenente do Estado Maior  
Proponente: Alberto Morais Carvalho (Major de Cavalaria)  
Entrada no CE: *Outubro de 1899*

Viriato Lusitano CABRAL  
Militar: Coronel de Infantaria  
Proponente: Dr. Joaquim Sousa Leal  
Entrada no CE: *Dezembro de 1899*

João Baptista Valente da COSTA  
Militar: Alferes da Administração Militar  
Entrada no CE: *Dezembro de 1899*

José Farinha MARTINS  
Eclesiástico: Capelão militar  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1900*

João Maria Lopes MACEDO  
Militar: Tenente Coronel da Administração Militar  
Proponente: Alberto Morais Carvalho (Major de Cavalaria)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1900*

Carlos Sousa AZEVEDO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1900*

Manuel Augusto Rosado MIRA  
Proprietário  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Abril de 1900*

João José Vaz Gama BARATA  
Militar: Capitão de Infantaria  
Proponente: Alberto Morais Carvalho (Major de Cavalaria)  
Entrada no CE: *Maio de 1900*

José Souto Maior Lencastre MENESES  
Militar: General de Brigada  
Proponente: Francisco Maria Teles da Silveira Menezes (Sua agência)  
Entrada no CE: *Maio de 1900*

Justino José Sousa PINTO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Braancamp Matos Fernandes (Proprietário)  
Entrada no CE: *Novembro de 1900*

Francisco Coelho do Amaral REIS  
Agrônomo  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1900*

João Azevedo CASTELO BRANCO  
Funcionário: Inspector do Selo  
Proponente: José Carlos Gouveia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1901*  
Saída do CE: Março de 1905

Adriano Correia MONTENEGRO  
Militar: Médico Militar  
Proponente: Dr. Joaquim Sousa Leal  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1901*

Ludgero QUINA  
Funcionário: Oficial da Fazenda  
Proponente: Manuel Dores Nunes (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1901*

Gabriel Vítor Bugalho PINTO (Dr.)  
Advogado  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Julho de 1901*

Júlio Betencourt RODRIGUES  
Militar: Coronel de Engenharia  
Proponente: Francisco Eduardo Barahona Fragoso (Proprietário)  
Entrada no CE: *Agosto de 1901*

João Luís Carvalho CORDEIRO (Dr.)  
Funcionário: Auditor Administrativo  
Proponente: Albino Botelho Souto Maior (Funcionário: Pagador)  
Entrada no CE: *Novembro de 1901*

Eduardo MIRANDA  
Funcionário: Empregado dos próprios nacionais  
Proponente: José Farinha Martins (Padre)  
Entrada no CE: *Novembro de 1901*

José Nunes do NASCIMENTO (Dr.)  
Advogado  
Proponente: Álvaro Sá Gomes (Funcionário: Recebedor)  
Entrada no CE: *Novembro de 1901*

António César das NEVES  
Funcionário: Inspector do Selo  
Proponente: José Farinha Martins (Padre)  
Entrada no CE: *Novembro de 1901*

Joaquim Pedro MARTINS (Dr.)  
Proponente: Dr. Gabriel Vítor Bugalho Pinto (Advogado)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1901*

João Vasconcelos ROSADO  
Proprietário  
Proponente: Dr. Armando Augusto Fernandes Gião (Médico)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1901*

Luís António César OLIVEIRA  
Militar: Capitão do Estado Maior  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1902*  
Saída do CE: Março de 1902

Emílio César Andrade SOUSA  
Militar: Capitão de Cavalaria  
Proponente: Luís C. Gordilho Miranda  
Entrada no CE: *Janeiro de 1902*  
Saída do CE: Agosto de 1902

José Sousa MELO  
Militar: Alferes Picador de Cavalaria n.º 5

Proponente: Joaquim Oliveira Fernandes  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1902*

António do Amaral CORTE REAL (Dr.)  
Funcionário Professor de Liceu  
Proponente: Dr. Gabriel Vítor Bugalho Pinto (Advogado)  
Entrada no CE: *Março de 1902*

Luís Cândido da Silva PATACHO  
Militar: Tenente de Infantaria  
Proponente: José Estêvão Córdovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1902*

João Carlos Rodrigues dos REIS  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: M. V. Sousa  
Entrada no CE: *Março de 1902*

Joaquim da Silva CARVALHO (Dr.)  
Funcionário: Director das Obras Públicas  
Proponente: José Soares  
Entrada no CE: *Abril de 1902*

João Sousa Faria MELO  
Estudante  
Proponente: Dr. Gabriel Vítor Bugalho Pinto (Advogado)  
Entrada no CE: *Abril de 1902*

João Francisco Almeida MIRANDA  
Proprietário  
Proponente: António Cabrera  
Entrada no CE: *Abril de 1902*

Carlos Morais PALMEIRO  
Agrônomo  
Proponente: Dr. Francisco Eduardo Barahona Fragoso e Mira (Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1902*

Augusto José Queiroga VALENTIM  
Estudante  
Proponente: Dr. Gabriel Vítor Bugalho Pinto (Advogado)  
Entrada no CE: *Abril de 1902*

Eduardo Augusto da Silva MARQUES  
Funcionário: Escrivão da Fazenda  
Proponente: Álvaro Sá Gomes (Funcionário: Recebedor)  
Entrada no CE: *Maior de 1902*

Manuel Augusto do MONTE  
Administrador do Concelho (Portel)  
Proponente: Dr. Gabriel Vítor Bugalho Pinto (Advogado)  
Entrada no CE: *Maior de 1902*

Luís Maria Salema M. ALBUQUERQUE  
Militar: Aspirante de Cavalaria  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Outubro de 1902*

José da Silva FIADEIRO (Dr.)  
Funcionário: Reitor do Liceu  
Proponente: Dr. João Luís Carvalho Cordeiro  
Entrada no CE: *Dezembro de 1902*

José Castro GAVINHO (Dr.)  
Funcionário: Professor do Liceu  
Proponente: José Farinha Martins (Padre)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1902*

Alfredo Henriques Cabral PALMEIRO  
Funcionário: Oficial do Governo Civil  
Proponente: João Brito Vaz Coelho  
Entrada no CE: *Dezembro de 1902*

José Martiniano Dias da SILVEIRA (Dr.)  
Funcionário: Juiz de Direito

Proponente: Albino Botelho Souto Maior (Funcionário: Pagador)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1902*

Augusto Sousa MALDONADO (Dr.)  
Funcionário: Delegado do Procurador Régio  
Proponente: Dr. José da Silva Fiadeiro (Reitor do Liceu)  
Entrada no CE: Janeiro de 1903

Carlos da Silveira Brandão Freire THEMUDO  
Funcionário: Engenheiro Civil  
Proponente: Dr. Gabriel Vítor Bugalho Pinto (Advogado)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1903*

António Joaquim Almeida REBELO  
Militar: Capitão de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Dr. Joaquim Sousa Leal  
Entrada no CE: *Setembro de 1903*

Manuel Veríssimo MARTINS  
Funcionário: Professor do Liceu  
Proponente: Eduardo Martins  
Entrada no CE: *Outubro de 1903*

Francisco Forte Faria TORRINHA (Dr.)  
Funcionário: Professor de Liceu  
Proponente: Dr. José da Silva Fiadeiro (Reitor do Liceu)  
Entrada no CE: *Outubro de 1903*

João ALMEIDA (Dr.)  
Militar: Tenente do Estado Maior  
Proponente: Álvaro Sá Gomes (Funcionário: Recebedor)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1903*

Joaquim Apolinário Palermo LEAL (Dr.)  
Funcionário: Juiz de Direito  
Proponente: Dr. Augusto Sousa Maldonado (Delegado do Procurador Régio)

Entrada no CE: *Janeiro de 1904*  
Saída do CE: Abril de 1905

José Bernardo Álvares CHOUZAL  
Eclesiástico: Professor do Seminário  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1904*

João Maria Martins da FONTE  
Funcionário: Empregado do Banco de Portugal  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1904*

António Sousa Faria MELO  
Lavrador  
Proponente: João Sousa Faria e Melo (Estudante)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1904*

António Augusto Abreu PESSOA  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Farinha Martins (Padre)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1904*

António Berardo Pereira CABRAL  
Militar: Comissário da Polícia Civil  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Pícadador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Abril de 1904*

Carlos Lima da FONSECA  
Estudante  
Proponente: Manuel de Matos Peres (Proprietário)  
Entrada no CE: *Abril de 1904*

Júlio Ernesto Lima DUQUE  
Governador Civil  
Proponente: Luís Barahona Caldeira Castel-Branco

Entrada no CE: *Novembro de 1904*  
Saída do CE: Abril de 1905

Alberto Frederico Gorjão MOURA  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: João Maria Martins Fonte (Empregado do Banco de Portugal)  
Entrada no CE: *Novembro de 1904*

António Cardoso PESSOA  
Proprietário  
Proponente: João Maria Martins Fonte (Empregado do Banco de Portugal)  
Entrada no CE: *Novembro de 1904*  
Saída do CE: Abril de 1905

João Carlos Sousa MORAIS  
Funcionário: Professor  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1905*  
Saída do CE: Maio de 1905

António José TAVARES  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5  
Proponente: António Joaquim Almeida Rebelo  
Entrada no CE: *Janeiro de 1905*

António Joaquim DURÃES (Dr.)  
Governador Civil  
Proponente: José Farinha Martins (Padre)  
Entrada no CE: *Novembro de 1905*

Artur Marques FIGUEIRA  
Funcionário: Professor do Liceu  
Proponente: José Fuinha Martins (Padre)  
Entrada no CE: *Novembro de 1905*

Cipriano CAMPOS  
Proprietário  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)

Entrada no CE: *Dezembro de 1905*

Carlos ALEIXO  
Funcionário: Professor do Liceu  
Proponente: Francisco F. Farinha  
Entrada no CE: *Janeiro de 1906*

Francisco Veiga MALTA  
Funcionário: Delegado de Comarca  
Proponente: Dr. Júlio Henriques Lima da Fonseca (Advogado)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1906*

João Alberto da Cunha PEIXOTO (Padre)  
Proponente: José Carlos Gouveia (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1906*

José Gomes Matos Sousa CARDOSO  
Funcionário: Agente do Banco de Portugal  
Proponente: A. da Silveira  
Entrada no CE: *Março de 1906*

Francisco MIRA  
Funcionário: Agente do Banco de Portugal  
Proponente: A. da Silveira  
Entrada no CE: *Março de 1906*

Armando Cordeiro RAMOS  
Estudante  
Proponente: Dr. Júlio Henriques Lima da Fonseca  
Entrada no CE: *Abril de 1906*

Abílio Lopes MACHADO (Dr.)  
Funcionário: Delegado  
Proponente: Dr. Gabriel Vítor Bugalho Pinto (Advogado)  
Entrada no CE: *Outubro de 1906*

Raul CARVALHO  
Militar: Tenente Veterinário

Proponente: José B. Matos Fernandes  
Entrada no CE: *Janeiro de 1907*

Luís Augusto FERREIRA  
Militar: Capitão de Artilharia  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1907*

António Augusto MARQUES  
Funcionário: Engenheiro Civil  
Proponente: José Sousa Melo (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1907*

Joaquim Nunes da MATA  
Militar: Tenente Coronel de Artilharia  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1907*

Raul PIÇARRA  
Militar: Tenente de Artilharia  
Proponente: José B. Matos Fernandes  
Entrada no CE: *Janeiro de 1907*

Filipe SOUSA  
Militar: Tenente da Administração Militar  
Proponente: José B. Matos Fernandes  
Entrada no CE: *Janeiro de 1907*

José Teixeira AGUIAR  
Militar: Alferes de Infantaria  
Proponente: João Maria Martins da Fonte (Empregado do Banco de Portugal)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1907*

Fidélcio Freitas BRANCO (Dr.)  
Governador Civil  
Proponente: António Coelho Vilas Boas (Proprietário)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1907*

Fernando Jardim FERRO  
Funcionário: Agente do Banco de Portugal  
Proponente: Álvaro Sá Gomes (Funcionário: Receptor)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1907*

Paulo JÚDICE  
Militar: Capitão de Artilharia  
Proponente: Luís Augusto Ferreira (Capitão de Artilharia)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1907*

Duarte Júlio da Silveira Brandão Freire THEMUDO  
Militar: Tenente Médico  
Proponente: F. Sousa  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1907*

Raúl Cordeiro RAMOS  
Militar: Alferes de Infantaria  
Proponente: Dr. Júlio Henriques Lima da Fonseca  
Entrada no CE: *Março de 1907*

José Bernardo ROSA  
Funcionário: Agente do Banco de Portugal  
Proponente: João Alberto da Cunha Peixoto (Padre)  
Entrada no CE: *Março de 1907*

Delfim Miranda MONTEIRO  
Funcionário: Director de Obras Públicas  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Outubro de 1907*

Carlos Schiappa AZEVEDO  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Sousa Melo (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Novembro de 1907*

Rui Cordovil Caldeira CASTEL-BRANCO  
Proponente: Francisco José Cordovil (Proprietário)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1908*

Augusto César Correia AGUIAR  
Proponente: José Fernandes Soares (Proprietário)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1907*

Eugénio Augusto CARVALHO  
Funcionário: Delegado do Tesouro  
Proponente: José Bernardo Rosa (Agente do Banco de Portugal)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1908*

Alberto Peixoto CUNHA  
Militar: Tenente do Estado Maior  
Proponente: Carlos Schiappa Azevedo (Tenente de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1908*

António Fernandes da Costa LOBO  
Funcionário: Secretário da Real Casa Pia  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1907*

Arnaldo MELO  
Militar: Tenente do Estado Maior  
Proponente: Carlos Schiappa Azevedo (Tenente de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1908*

Júlio do Patrocínio MARTINS (Dr.)  
Médico  
Proponente: Álvaro Sá Gomes (Funcionário: Receptor)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1907*

João Baptista Rebelo de SOUSA (Dr.)  
Funcionário: Juiz de Direito  
Proponente: José Bernardo Rosa (Agente do Banco de Portugal)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1908*

Inácio Teixeira Brandão MASCARENHAS (Dr.)  
Funcionário: Auditor Administrativo  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1907*

Luís do Canto e Castro M. TÁVORA  
Funcionário: Engenheiro Director de Obras Públicas  
Proponente: Augusto Aguiar  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1908*

Diogo Almeida VASCONCELOS  
Militar: Major do Estado Maior  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1907*

Álvaro Pereira GOUVEIA  
Militar: Major do Estado Maior  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1908*

Manuel Lopes MARÇAL  
Estudante de Medicina  
Proponente: Francisco Joaquim Bugalho  
Entrada no CE: *Janeiro de 1908*

Manuel Domingues LEITÃO  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1908*

Joaquim A. dos REIS T. S. (Dr.)  
Governador Civil  
Proponente: Dr. Manuel Alves Branco (Médico)  
Entrada no CE: *Março de 1908*

José Peixoto da SILVA  
Militar: Capitão  
Proponente: Luís Augusto Ferreira (Capitão de Artilharia)  
Entrada no CE: *Março de 1908*

Manuel Rafael GORJÃO  
Militar: General Comandante da 4.ª Divisão Militar  
Proponente: José Sousa Melo (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Abril de 1908*

António Sousa Pinto Machado COUTINHO  
Militar: Tenente de Artilharia  
Proponente: Paulo Júdice (Capitão de Artilharia)  
Entrada no CE: *Junho de 1909*

Paulo NOGUEIRA (Dr.)  
Funcionário: Delegado de Comarca  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Novembro de 1908*

Vitorino Gama Oliveira BARATA  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Sousa Melo (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1909*

José Feliciano da COSTA  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Sousa Melo (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1909*

Manuel Joaquim dos Santos GARCIA  
Agrónomo  
Proponente: Álvaro Sá Gomes (Funcionário: Recebedor)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1909*

José Nunes Almeida LOPES (Dr.)  
Funcionário: Sub-Delegado de Comarca  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1909*

José Serpa PIMENTEL (Dr.)  
Militar: Tenente do Estado Maior  
Proponente: José Sousa Melo (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1909*

Gastão Cordeiro RAMOS  
Funcionário: Professor de Liceu  
Proponente: Álvaro Sá Gomes (Funcionário: Recebedor)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1909*

Fernando Tamagnini Abreu e SILVA  
Militar: Coronel de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Carlos Schiappa Azevedo (Tenente de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1909*

João José SANCHES (Dr.)  
Militar: Capitão Médico  
Proponente: Luís Augusto Ferreira (Capitão de Artilharia)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1909*

Delfim MAIA  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: José Sousa Melo (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Março de 1909*  
Saída do CE: *Março de 1911*

José Ricardo Pereira CABRAL  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Carlos Schiappa Azevedo (Tenente de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Abril de 1909*

Arnaldo MASCARENHAS (Dr.)  
Funcionário: Juiz de Direito  
Proponente: Dr. Manuel Alves Branco (Médico)  
Entrada no CE: *Maior de 1909*

Manuel Goulard MEDEIROS  
Militar: Major de Artilharia  
Proponente: Paulo Júdice (Capitão Artilharia)  
Entrada no CE: *Julho de 1909*

António Duarte SILVA (Dr.)  
Advogado  
Proponente: Álvaro Sá Gomes (Funcionário: Recebedor)  
Entrada no CE: *Outubro de 1909*

Armando Pereira CARVALHAL  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Manuel Rosado Mira  
Entrada no CE: *Novembro de 1909*

Aníbal Almeida FRANCO  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Manuel Rosado Mira  
Entrada no CE: *Novembro de 1909*

Amável Jardim GRANGER  
Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5

Proponente: José Sousa Melo (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1909*

Maurice NAHON  
Funcionário: Gerente da Vaccump Oil Company  
Proponente: João dos Santos Pires Viegas (Alferes de Caçadores n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1909*

Francisco Chagas PARREIRA  
Militar: Major de Artilharia  
Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Dezembro de 1909*

António Lobo ABREU  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Fernando Tamagnini Abreu e Silva (Coronel de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Janeiro de 1910*

Jacinto Fialho OLIVEIRA  
Militar: Capitão de Artilharia  
Proponente: José Sousa e Melo  
Entrada no CE: *Janeiro de 1910*

José Manuel Annes BAPTISTA  
Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5  
Proponente: Armando Carvalho (Alferes de Cavalaria n.º 5)  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1910*

José Alberto da Silva BASTO  
Militar: Tenente do Estado Maior  
Proponente: Raul Ramos  
Entrada no CE: *Fevereiro de 1910*

Carlos Elias da COSTA (JÚNIOR)  
Militar: Alferes de Artilharia  
Proponente: Armando Carvalho (Alferes de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1910*

Henrique Jesus Silva ESCUDEIRO

Militar: Alferes de Infantaria

Proponente: Carlos Elias da Costa (Júnior)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1910*

Joaquim Nunes MEXIA (Dr.)

Governador Civil

Proponente: José Estêvão Cordovil (Alferes Picador de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Fevereiro de 1910*

Aníbal Travassos VALDEZ

Militar: Alferes de Artilharia

Proponente: António Rosa

Entrada no CE: *Fevereiro de 1910*

Alfredo Augusto BARROS (JÚNIOR)

Funcionário: Director Agrónomo

Entrada no CE: *Março de 1910*

Rodrigues CHICÓ

Estudante

Entrada no CE: *Março de 1910*

Amável GRANGER

Militar: Major de Engenharia

Proponente: A. Jardim Granger (Alferes de Cavalaria n.º 5)

Entrada no CE: *Março de 1910*

João Guerreiro MESTRE

Funcionário: Intendente de Pecuária

Proponente: Máximo Homem Campos Rodrigues

Entrada no CE: *Março de 1910*

Mário Ferreira Carvalho AGUIAR (Dr.)

Entrada no CE: *Abril de 1910*

João Carlos Sousa MAIA

Militar: Alferes de Cavalaria n.º 5

Entrada no CE: *Abril de 1910*

António Maria XAVIER

Militar: Coronel de Engenharia

Entrada no CE: *Setembro de 1910*

Saída do CE: Abril de 1913

José Sampaio Torres FEVEREIRO

Estudante

Entrada no CE: *Outubro de 1910*

Saída do CE: Abril de 1913

Pedro Augusto Pereira CASTRO (Dr.)

Funcionário: Juiz de Direito

Entrada no CE: *Novembro de 1910*

D. Nuno Maria do Carmo NORONHA

Militar: Tenente de Cavalaria n.º 5

Entrada no CE: *Novembro de 1910*

Álvaro Tavares Afonso dos SANTOS

Estudante

Entrada no CE: *Novembro de 1910*

Augusto Mouzinho Falcão dos SANTOS

Militar: Capitão de Artilharia

Entrada no CE: *Novembro de 1910*

Luís de CAMÕES

Militar: Alferes de Cavalaria

Entrada no CE: *Dezembro de 1910*

José Luís CUNHA

Militar: Tenente de Cavalaria

Entrada no CE: *Dezembro de 1910*

António da França Pinto OLIVEIRA

Militar: Tenente de Cavalaria

Entrada no CE: *Dezembro de 1910*

Saída do CE: Fevereiro de 1912

Alves ROÇADAS

Chefe do Estado Maior da 4.ª Divisão Militar

Entrada no CE: *Dezembro de 1910*